**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

CAROLINA BESSA FERREIRA DE OLIVEIRA

A EDUCAÇÃO NAS PRISÕES BRASILEIRAS:
a responsabilidade da universidade pública

SÃO PAULO
2017

CAROLINA BESSA FERREIRA DE OLIVEIRA

A EDUCAÇÃO NAS PRISÕES BRASILEIRAS:
a responsabilidade da universidade pública

Tese apresentada ao *Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo* como pré-requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação

Orientador: Prof. Dr. Roberto da Silva

SÃO PAULO
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

379.61 Oliveira, Carolina Bessa Ferreira de
O48e A educação nas prisões brasileiras: a responsabilidade da universidade
 pública / Carolina Bessa Ferreira de Oliveira; orientação Roberto da Silva.
 São Paulo: s.n., 2017.
 293 p.; grafs.; tabs.; anexos

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de
Concentração: Estado, Sociedade e Educação) - - Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo.

1. Educação em prisões 2. Universidade pública 3. Direito à educação I.
Silva, Roberto da, orient.

Nome: OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de.

Título: A Educação nas Prisões Brasileiras: a responsabilidade da universidade pública.

Tese apresentada ao *Programa de Pós-Graduação* da *Faculdade de Educação* da *Universidade de São Paulo* como pré-requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação.

Aprovada em: 31/08/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto da Silva – FEUSP (BR)

Profa. Dra. Beatriz Bixio – UNC (AR)

Profa. Dra. Elenice Maria Cammarosano Onofre – UFSCar (BR)

Profa. Dra. Geyza Spitz Alcoforado de Abreu – UDESC (BR)

Prof. Dr. Odair França de Carvalho – UPE (BR)

Profa. Dra. Maria Clara Di Pierro – FEUSP (BR)

Profa. Dra. Mariângela Graciano – UNIFESP (BR)

Prof. Dr. Fábio Aparecido Moreira (BR)

Prof. Dr. Gabriel Humberto Muñoz Palafox – UFU (BR)

Prof. Dr. Timothy Denis Ireland – UFPB (BR)

Ao meu querido Djalma (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

O caminho percorrido no doutorado faz parte de uma vivência maior sobre os temas da prisão e educação, no qual participaram muitas pessoas em diversos contextos e momentos. Sinto enorme gratidão por elas e também pela oportunidade de vivenciar esta experiência.

Ao professor Roberto da Silva, engajado nas ações de educação nas prisões – dentro e fora da universidade. Pessoa aguerrida a quem agradeço pelo caminhar camarada, pelo olhar crítico e por tantos aprendizados. Tê-lo como orientador significou um encontro por mim desejado, no qual vivenciei uma relação de respeito e luta conjunta. Sigamos!

À *Universidade de São Paulo* e seu *Programa de Pós-Graduação em Educação* que, por intermédio das atividades acadêmicas, funcionários, professores e alunos, proporcionaram o diálogo e o aprendizado de saberes e práticas diversas, especialmente na/da área temática *Estado, Sociedade e Educação*.

Agradeço à *Asociación de Universidades Grupo Montevideo* (AUGM) que, por meio de um edital no ano de 2014, subsidiou financeiramente parte da pesquisa na Argentina.

Às professoras Beatriz Bixio e Patricia Mercado, da *Universidad Nacional de Córdoba* que, generosamente, me receberam para uma mobilidade junto ao *Programa Universitario en la Cárcel*. Ao professor Juan Pablo Parchuc que também me recebeu para a realização da pesquisa junto ao *Programa UBA XXII*, em Buenos Aires. Igualmente, agradeço aos professores e alunos das unidades prisionais em Córdoba e Devoto, onde visitei.

Às professoras Maria Aparecida Carneiro e Maria Lindaci Gomes, por me receberem na *Universidade Estadual da Paraíba*, em Campina Grande, para conhecer o *Campus Avançado* da UEPB no *Complexo Prisional* em Serrotão. Gratidão pela acolhida e pelos ensinamentos sobre ensino, pesquisa e extensão nas prisões!

Ao professor Timothy Ireland, da *Universidade Federal da Paraíba*, que mediou o contato com as professoras da UEPB, para que minha visita à Campina Grande fosse possível.

Agradeço à Jéssica Pascoal, que, indicada pelo professor Alvino de Sá, me recebeu gentilmente para conhecer e disponibilizar informações sobre o *Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade* (GDUCC) da *Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo* (USP).

À professora Elenice Onofre (UFSCar) e ao professor Salomão Ximenes (UFABC), que participaram da banca examinadora de qualificação, realizada em dezembro de 2015, pelo aceite e pelas contribuições que muito ajudaram nos aprimoramentos da pesquisa. E, ainda, aos professores presentes na banca de defesa da tese, pelo aceite generoso.

Não poderia deixar de agradecer aos familiares e às amigas e amigos mais chegados que, no dia a dia, muito me apoiam. À minha mãe e ao meu pai sou especialmente grata por me ensinarem tanto e por me compreenderem e apoiarem minhas escolhas e modo de viver. Ao meu irmão Tiago, amigo e parceiro permanente. À minha irmã Tati, pelo carinho partilhado, e à sobrinha Maria Luísa e ao sobrinho Francisco, que são presentes encantadores.

Ao meu companheiro Danilo, amor e amigo, que encontrei – por sorte e alegria – e fixei morada. Caminhar ao seu lado é terno e inspirador. Obrigada pelo incentivo e apoio no processo de pesquisa e escrita da tese!

Agradeço à amiga Melina, pelo carinho, amizade e ajuda no mapa para a pesquisa!

Aos membros da *Comissão de Política Criminal e Penitenciária* da OAB/SP, especialmente nas pessoas de Adriana Nunes, Carla de Andrade e Fabiana Viana, que se tornaram amigas de projetos e angústias sobre as prisões e as pessoas privadas de liberdade. Sou muito grata pela energia positiva e pelos momentos fecundos divididos.

Agradeço à Juliana Izar, colega de pós-graduação, pelo papel importante de apoio no momento final da escrita e revisão da tese.

Às amigas e amigos de trabalho que fiz nos últimos anos, no trabalho com a política pública de educação no Estado de São Paulo, especialmente à Bete Costa, Sérgio Cardoso, Silvana Silva, Julieth Melo, Marineila Marques, Renato Ubirajara e Tony Nakatani, pela resistência e aprendizados coletivos, apesar de todas as dificuldades e retrocessos vivenciados no cotidiano institucional.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que se dedicam à pesquisa e ao trabalho sobre/nas prisões, entendendo que elas são uma violência em si mesmo; aos docentes, militantes, pessoas em situação de privação de liberdade, alunos, pesquisadores: mulheres e homens que me sensibilizam e que não desistem de um “outro mundo possível”, mesmo diante de tantos golpes. E, ainda, às pessoas que se reconhecerão neste trabalho, em ação e em pensamento.

A vocês, o meu agradecimento e desejo de que a universidade pública e a prisão se encontrem mais.

“Todo preso é político”
(autoria desconhecida, tradução livre)¹.

¹ Grafite em muro localizado na *Universidad Nacional de Córdoba*, Argentina. Fonte: Arquivo pessoal, novembro de 2014.

RESUMO

OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de. **A Educação nas Prisões Brasileiras: a responsabilidade da universidade pública.** 2017. 293 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2017.

A partir dos marcos normativos para a Educação em Prisões no Brasil e do estatuto da universidade brasileira, a presente pesquisa tem por objetivo investigar a responsabilidade da universidade pública em relação à implementação da educação nas prisões brasileiras como parte integrante da política pública de educação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa em educação, de caráter exploratório, que parte da concepção de universidade como lócus de consecução dos objetivos do Estado e considera a indissociabilidade das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão como parte inerente de sua autonomia universitária. A título de exemplos, a pesquisa de campo visou conhecer experiências de universidades públicas argentinas e brasileiras junto ao respectivo sistema prisional. A hipótese que orienta a pesquisa é a de que há uma inflexão dos eixos Ensino e Extensão em relação à Pesquisa, que pode ser superada com a aplicação efetiva dos princípios orientadores das *Diretrizes Nacionais para a Educação em Estabelecimentos Penais* (BRASIL, 2010). Como resultado concreto da pesquisa, são empregados os conceitos de território, região e espaço (MILTON SANTOS, 1926 - 2001) para uma contextualização da Educação em Prisões, inspirando-se também no campo da cartografia, tendo a universidade pública como um possível polo de atendimento das respectivas unidades prisionais, especialmente as universidades públicas sediadas no estado de São Paulo. Outrossim, em sintonia com o perfil de escolarização da população prisional, explora-se as potencialidades do Ensino, da Pesquisa e da Extensão Universitária com vistas à superação dos graves problemas que dificultam o exercício do Direito à Educação por parte das pessoas privadas de liberdade e a garantia pelo Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em prisões; Universidade pública; Direito à educação.

RESUMEN

OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de. **La Educación en las Prisiones Brasileñas: la responsabilidad de la universidad pública.** 2017. 293 p. Tesis (Doctorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2017.

A partir de los marcos normativos para la Educación en Cárceles en Brasil y del estatuto de la universidad brasileña, la presente investigación tiene por objetivo investigar la responsabilidad de la universidad pública en relación a la implementación de la educación en las cárceles brasileñas como parte integrante de la política pública de educación. Se trata de una investigación cualitativa en educación, de carácter exploratorio, que parte de la concepción de universidad como locus de consecución de los objetivos del Estado y considera la indisociación de las actividades de Enseñanza, Investigación y Extensión como parte inherente de su autonomía universitaria. A título de ejemplos, la investigación de campo tuvo como objetivo conocer experiencias de universidades públicas argentinas y brasileñas junto al respectivo sistema penitenciario. La hipótesis que orienta la investigación es la de que hay una inflexión de los ejes Enseñanza y Extensión en relación a la Investigación, que puede ser superada con la aplicación efectiva de los principios orientadores de las *Directrices Nacionales para la Educación en Establecimientos Penales* (BRASIL, 2010). Como resultado concreto de la investigación, se emplean los conceptos de territorio, región y espacio (MILTON SANTOS, 1926-2001) para una contextualización de la Educación en Prisiones, inspirándose también en el campo de la cartografía, teniendo la universidad pública como un posible polo de atención de las respectivas unidades penitentes, especialmente las universidades públicas con sede en el estado de São Paulo. Además, en sintonía con el perfil de escolarización de la población penal, se explora las potencialidades de la Enseñanza, de la Investigación y de la Extensión Universitaria con miras a la superación de los graves problemas que dificultan el ejercicio del derecho a la educación por parte de las personas privadas de libertad y La garantía por el Estado.

PALABRAS CLAVE: Educación en cárceles; Universidad pública; Derecho a la educación.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de. **Education in Brazilian Prisons: The responsibility of Public University.** 2017. 293 p. Thesis (Doctorate) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2017.

From the normative frameworks for Prison Education in Brazil and the Brazilian University Statute, the present research aims to investigate the responsibility of the public university in relation to the consolidation of education in Brazilian prisons as an integral part of public education policy. It is a qualitative research in education, exploratory in nature, which starts from the conception of the university as a locus of achieving the objectives of the State and considers the inseparability of the activities of Teaching, Research and Extension as an inherent part of its university autonomy. As an example, the field research aimed to know the experiences of Argentine and Brazilian public universities with the respective prison system. The hypothesis that guides the research is that there is an inflection of the Teaching and Extension axes in relation to Research, which can be overcome with the effective application of the guiding principles of the *National Guidelines for Education in Criminal Establishments* (MEC/CNE, 2010). As a concrete result of the research, the concepts of territory, region and space (MILTON SANTOS, 1926-2001) are employed for a contextualization of Prison Education, also drawing inspiration from the field of cartography, with the public university as a possible pole. Of the respective prison units, especially the public universities located in the state of São Paulo. In addition, in line with the educational profile of the prison population, the potential of teaching, research and university extension is explored in order to overcome the serious problems that hinder the exercise of the Right to Education by persons deprived of their liberty and The guarantee by the State.

KEYWORDS: Education in prisons; Public University; Right to education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. Mapa das Diretorias de Ensino da Secretaria de Educação do estado de São Paulo	p. 60
2. Mapa das Unidades Prisionais do estado de São Paulo	p. 61
3. Distribuição das Unidades Prisionais (SAP) no estado de São Paulo	p. 181
4. Distribuição das Unidades da UNESP no estado de São Paulo	p. 183
5. Distribuição das Unidades da USP no estado de São Paulo	p. 183
6. Distribuição das Universidades e Unidades Prisionais do estado de São Paulo	p. 184

LISTA DE TABELAS

1. Perfil de Escolaridade da População Carcerária do estado de São Paulo	p. 179
2. Relação entre Universidades e Unidades Prisionais no mesmo Município	pp. 185-186
3. Detalhamento das Unidades Prisionais e Universidades por Município	pp. 187-188
4. Regiões Metropolitanas com Unidades Prisionais e Universidades	p. 189

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	<i>Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior</i>
CEB	<i>Câmara de Educação Básica</i>
CFE	<i>Conselho Federal de Educação</i>
CNE	<i>Conselho Nacional de Educação</i>
CNIEP	<i>Cadastro Nacional de Inspeções dos Estabelecimentos Penais</i>
CNJ	<i>Conselho Nacional de Justiça</i>
CNPCP	<i>Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária</i>
CUD	<i>Centro Universitário de Devoto</i>
DEPEN	<i>Departamento Penitenciário Nacional</i>
DGEs	<i>Distrito Geoeducacional</i>
EJA	<i>Educação de Jovens e Adultos</i>
ENCCEJA	<i>Exame para Certificação de Competências de Jovens e Adultos</i>
ENEM	<i>Exame Nacional do Ensino Médio</i>
FAPESP	<i>Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo</i>
FE ou FEUSP	<i>Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo</i>
GDUCC	<i>Grupo Universidade-Cárcere-Comunidade</i>
IBGE	<i>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</i>
IES	<i>Instituto de Ensino Superior</i>
INEP	<i>Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira</i>
INFOPEN	<i>Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias</i>
LDB	<i>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional</i>
LEP	<i>Lei de Execução Penal</i>
MEC	<i>Ministério da Educação</i>
OAB	<i>Ordem dos Advogados do Brasil</i>
OEA	<i>Organização dos Estados Americanos</i>
OIT	<i>Organização Internacional do Trabalho</i>
ONU	<i>Organização das Nações Unidas</i>
PEESP	<i>Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional</i>
PNE	<i>Plano Nacional de Educação</i>
PRCEU	<i>Pró-reitoria de Cultura e Extensão Universitária</i>
ProUNI	<i>Programa Universidade para Todos</i>
PUC	<i>Programa Universitário en la Cárcel</i>
REUNI	<i>Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais</i>

SAP	<i>Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo</i>
SEE	<i>Secretaria da Educação do Estado de São Paulo</i>
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SEE	<i>Secretaria da Educação do Estado de São Paulo</i>
SiSU	<i>Sistema de Seleção Unificada</i>
UAB	<i>Universidade Aberta do Brasil</i>
UBA	<i>Universidad de Buenos Aires, Argentina</i>
UEPB	<i>Universidade Estadual da Paraíba</i>
UFABC	<i>Universidade Federal do ABC</i>
UFSCar	<i>Universidade Federal de São Carlos</i>
UFU	<i>Universidade Federal de Uberlândia</i>
UNC	<i>Universidad Nacional de Córdoba, Argentina</i>
UNESCO	<i>Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura</i>
UNESP	<i>Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho</i>
UNICAMP	<i>Universidade Estadual de Campinas</i>
UNIFESP	<i>Universidade Federal de São Paulo</i>
UNIVESP	<i>Universidade Virtual do Estado de São Paulo</i>
USP	<i>Universidade de São Paulo</i>

LISTA DE GRÁFICOS

1. Percentual da população por raça e cor no sistema prisional e na população geral	p. 76
2. Distribuição por faixa etária no sistema prisional e na população brasileira	p. 77
3. Percentual da população entre 18 e 29 anos no sistema prisional e na população brasileira	p. 77
4. Grau de instrução da população prisional	p. 78
5. Distribuição da população brasileira por sexo, segundo os grupos de idade	p. 78

LISTA DE QUADROS

1. Pessoas envolvidas em atividades educacionais no sistema prisional	pp. 79-80
2. Distribuição percentual de pessoas envolvidas em atividades de ensino formal, por nível de ensino	p. 80
3. Estabelecimentos prisionais do estado de São Paulo	p. 84
4. Condição penal do público prisional no estado de São Paulo	p. 84
5. Grupos de Pesquisa sobre <i>Educação em Prisões</i> cadastrados na CAPES (2015)	p. 101
6. Grupos de Pesquisa sobre <i>Prisões</i> no estado de São Paulo (2015)	p. 102
7. Pesquisas fomentadas pela FAPESP com a palavra-chave <i>Educação em Prisões</i>	p. 102
8. Pesquisas fomentadas pela FAPESP com as palavras-chave <i>Prisão/ Prisões</i>	pp. 103-105
9. Pesquisas fomentadas pela FAPESP com a palavra-chave <i>Sistema Prisional</i>	p. 105
10. Práticas educacionais realizadas pela UEPB no <i>Campus Avançado</i>	pp. 128-129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Caminhos da pesquisa: justificativa, problema, objetivos e metodologia	23
1. O PAPEL DO ESTADO NA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO	31
1.1 O Estado e as políticas públicas	32
1.1.1 Universidade pública e políticas de Educação	36
1.2 Marcos Normativos	44
1.2.1 Internacionais	44
1.2.2 Nacionais	49
1.3 O território como balizador da política pública de Educação	57
1.4 Direito à educação: implicações no exercício pela pessoa em situação de privação de liberdade	63
2. POPULAÇÃO PRISIONAL E UNIVERSIDADE PÚBLICA	73
2.1 Quem são as pessoas encarceradas no Brasil?	73
2.2 Educação nas prisões brasileiras: breve panorama	86
2.3 O tripé constituinte da Universidade e a interface com a educação em prisões	92
2.4 Experiências implantadas pesquisadas	107
2.4.1 UBA – Centro Universitario de Devoto	110
2.4.2 UNC – Programa Universitario en la Cárcel	118
2.4.3 Percepções sobre os Programas pesquisados na Argentina	122
2.4.4 UEPB – Campus Avançado	126
2.4.5 USP – GDUCC	132
3. CAMINHOS A SEREM PERCORRIDOS: ENCONTROS POSSÍVEIS ENTRE A UNIVERSIDADE PÚBLICA E AS PRISÕES	139
3.1 Levantamento inicial de informações das universidades públicas no território paulista	143
3.2 Sentidos da universidade pública na prisão	147
3.3 Possíveis mecanismos indutores	155
3.3.1 A potencialidade da extensão universitária	167
3.4 Ensaaiando possibilidades: universidades públicas e unidades prisionais no mapa do Estado de São Paulo	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
REFERÊNCIAS	200
ANEXOS	216
A. Questionário encaminhado às universidades públicas do território paulista	217
B. Mobilidade internacional – atividades realizadas	220
C. Relato de campo – Córdoba	224
D. Relato de campo – Buenos Aires	232
E. Documentos oficiais, parcerias e convênios – UBA	247
F. Documentos oficiais, parcerias e convênios – UNC	266
G. Relato de campo – Campus Avançado da UEPB em Serrotão	283

INTRODUÇÃO

“Antes de voltar à faculdade, eu sabia que eu não queria ser uma intelectual, gastando toda a minha vida em livros e bibliotecas sem saber o que diabos está acontecendo nas ruas. **Teoria sem prática é tão incompleta quanto prática sem teoria. Ambas precisam andar juntas**” (SHAKUR, s.d., grifos nossos)².

A presente tese de doutorado foi escrita no âmbito do *Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP)*, na Área Temática *Estado, Sociedade e Educação* e teve o seu processo de elaboração desencadeado a partir do segundo semestre de 2013, data do meu ingresso no programa. Ela é fruto de uma série de questionamentos acerca da educação nas prisões brasileiras desdobradas no âmbito da pesquisa desde a graduação e o mestrado, concomitantemente à minha trajetória profissional.

A investigação se situa no campo da pesquisa qualitativa em educação, que procura, dentre outros aspectos, superar a pretensão dogmática da existência de verdades prontas e acabadas no que diz respeito à natureza interpretativa dos fenômenos sociais. Assim, considera-se relevante situar e incorporar as experiências vivenciadas, avaliando que cada sujeito carrega o fato de ser produtor singular de histórias de vida que, direta ou indiretamente, influenciam os processos de interpretação na pesquisa.

O pesquisador, o objeto da pesquisa e os sentidos dados a determinadas construções sociais são considerados ininterruptamente inacabados, imperfeitos e incompletos por serem influenciados pela experiência e forma como ela é vivenciada e interpretada na pesquisa. Diante do exposto, considero essa pesquisa parcial e resultante de determinados recortes e contextos, pois se integra a reflexões mais abrangentes, constituindo-se em um trabalho dentre outros que já realizei e que ainda poderei realizar, em um contínuo de análises, perguntas e atravessamentos: um permanente questionar.

Em seu processo de idealização e construção, iniciei o trabalho de compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos relacionados ao tema da pesquisa de acordo com o referencial da pesquisa qualitativa, aliando uma investigação bibliográfica e documental à uma prática permanente, sob a orientação principal da perspectiva freireana da Educação e das concepções da Criminologia Crítica em relação às prisões e ao encarceramento.

Assim, inicio a escrita desta tese apresentando – breve e introdutoriamente –, aspectos que levaram à escolha do tema, quando descrevo, sucintamente, vivências e escolhas em

² SHAKUR, Assata. **Frases e Citações**. Disponível em: <<https://assatashakurpor.wordpress.com/frases-e-citacoes/>>. Acesso em: 27/01/2017.

minha trajetória que culminaram na delimitação da pesquisa de doutorado. Na condição de ser histórico e social, associei uma série de aspectos que motivaram a proposição desta investigação, tais como a minha formação escolar, inserção no mercado de trabalho e experiências de pesquisa.

A escolha do tema da pesquisa de doutorado foi permeada por vivências e experiências anteriores: um conjunto de aspectos que são, ao mesmo tempo, pessoais, profissionais e acadêmicos.

Nasci em terras mineiras e fui criada em uma família simples que priorizava a escolarização dos filhos com vistas ao ingresso no ensino superior, dentre outras questões, por não ter sido essa a trajetória oportunizada a boa parte dos mais velhos, sobretudo em relação às mulheres. Desse modo, ao longo de toda minha infância e adolescência, o investimento e os esforços familiares na manutenção dos filhos em escolas consideradas de qualidade (públicas ou privadas) eram muito presentes.

Paralelamente aos estudos, iniciei a minha trajetória no mundo do trabalho formal aos quatorze anos – o que me permitiu aprender e desenvolver competências e habilidades diversas que hoje fazem parte da visão que tenho de mundo, de classe e de pessoas.

No âmbito da minha formação acadêmica, no decorrer da graduação, de 2004 a 2008, nos cursos de Direito e Artes Visuais, ambos na *Universidade Federal de Uberlândia* (UFU), me identifiquei com disciplinas e atividades ligadas à Sociologia, Filosofia, Antropologia e à atividade de pesquisa, além do Direito Penal e Criminologia, desenvolvendo grande interesse pelo magistério superior. Desse modo, pude experienciar estágios, pesquisas, atividades em grupos e projetos de extensão, dentre outros, relacionados à docência e educação, bem como ao sistema prisional. Ainda no período da graduação, realizei um intercâmbio acadêmico em Cuba e participei do *Projeto Rondon* – vivências que contribuíram fortemente para a minha formação, com uma visão interdisciplinar e transversal para além dos espaços institucionais da universidade.

Profissionalmente, atuei em programas sociais de prevenção à criminalidade, em Uberlândia, Minas Gerais, no período de 2006 a 2012, sobretudo voltados à implantação de penas alternativas e de atendimento a pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares, experiências que contribuíram para a minha aproximação à realidade da prisão.

Em 2010, buscando uma formação específica para o magistério superior, ingressei no mestrado em educação, na área de pesquisa de *Políticas e Gestão da Educação*, na UFU, com o tema da educação escolar em prisões, unindo assim, meu interesse pelo assunto, minha experiência profissional e o anseio em obter formação para a carreira docente.

No início de 2012, concluí o mestrado e tive a oportunidade de iniciar atividade docente em uma instituição de ensino superior privada. Desde então, passei a esboçar um projeto de pesquisa de doutorado, confirmando o desejo de dar continuidade à pesquisa sobre a educação em prisões e almejar o ingresso na pós-graduação em Educação na USP.

Para isso, busquei a mudança de residência e atuação profissional (de Uberlândia para a cidade de São Paulo), ingressando no serviço público estadual no final do ano de 2012, após a realização de concurso público na *Secretaria da Educação do Estado de São Paulo* (SEE). Paralelamente, participei do processo seletivo do doutorado em educação da USP, obtendo aprovação na segunda tentativa, iniciando-o em agosto de 2013. A princípio, o projeto de pesquisa versava sobre a educação básica em prisões, tendo sido modificado após reflexões suscitadas, principalmente, em um evento acadêmico em Córdoba, na Argentina, sobre a educação superior em prisões nos países da América do Sul.

A atuação na SEE se deu em nível central na *Coordenadoria de Gestão da Educação Básica*, que tem por atribuição realizar a gestão pedagógica da oferta da educação básica no Estado, além de acompanhar e orientar programas e projetos educacionais diversos. Nesse órgão, pude trabalhar com processos administrativos, sindicâncias, assessoria, planejamento, avaliação institucional, elaboração de planos e, a partir de 2015, na equipe que articula ações de oferta de escolarização no sistema prisional e no sistema socioeducativo paulista.

Ao mesmo tempo, por meio da pós-graduação, diversas atividades contribuíram para uma trajetória ampliada neste período. Além das disciplinas cursadas durante o doutorado, na integralização dos créditos necessários, nos anos de 2013 e 2014, pude participar como monitora do *Programa de Aperfeiçoamento de Ensino* (PAE), realizei mobilidade acadêmica na Argentina, na *Universidad Nacional de Córdoba* (UNC), em seu *Programa Universitario en la Cárcel* (PUC), além de pesquisa junto ao *Centro Universitario de Devoto* (CUD), em Buenos Aires, que desenvolve notáveis experiências de educação superior em prisões, em 2014, realizei o exame de qualificação em 2015 e, por fim, visitei o campus avançado da *Universidade Estadual da Paraíba* (UEPB), em 2016, no complexo prisional conhecido como *Serrotão*, em Campina Grande, que é uma ação pioneira no Brasil.

Nesse ínterim, ainda pude participar de diversos eventos acadêmicos, espaços de discussão, encontros, seminários e publicar trabalhos acadêmicos, dentro e fora da USP. Dentre outras atividades, passei a atuar como voluntária e membro da *Comissão de Política Criminal e Penitenciária* da *Ordem dos Advogados do Brasil* (OAB), na capital paulista, integrando projetos, debates e ações relativos ao sistema prisional.

Essas variadas atividades se constituíram em um conjunto permanente de reflexões críticas e experiências sobre as prisões e a educação no espaço prisional, com maior foco no papel da universidade pública, levando a um movimento dinâmico de diálogo entre a prática, o engajamento político, social e acadêmico e o aprofundamento teórico, vividos interessada e intencionalmente.

Ao longo deste processo formativo – ora como aluna, pesquisadora e/ou trabalhadora, os saberes escolares e empíricos cotidianos³ proporcionaram o desenvolvimento desta pesquisa, na qual muitas inquietações e contradições foram vivenciadas e estão contidas em boa parte da escrita.

Assim, a presente tese resulta da sistematização de pesquisas bibliográficas e documentais, de campo, observações empíricas, trabalho profissional, vivências e debates, oriundos, sobretudo, de espaços e momentos coletivos. Sua pretensão maior é identificar experiências implantadas, lacunas e possibilidades de atuação e estimular encontros entre a universidade e a prisão que fomentem a interface do saber acadêmico e das demandas sociais, notadamente na arena pública.

Na trajetória até aqui traçada, considero que as prisões são produtoras e reprodutoras de violências e violações sistemáticas e defendo que o horizonte deva ser, sempre, o desencarceramento das pessoas privadas de liberdade. Entretanto, entendendo a atual dinâmica da punição, da justiça criminal e da aplicação da lei penal, penso que há um longo caminho até a efetivação do desencarceramento, de modo que a garantia de direitos já vigentes às pessoas que se encontram nas prisões deva ser perseguida como ação imediata, podendo, inclusive, contribuir para tal intento (o desencarceramento).

Nessa perspectiva garantista, colocam-se o direito à educação e a tese resultante desta pesquisa, que vê no horizonte a necessidade do desencarceramento, para que a longo prazo possamos viver em um ambiente sem prisões (DAVIS, 2003).

O conjunto das condições, circunstâncias e antecedentes para a realização desta pesquisa levou à escolha do tema sobre a responsabilidade da universidade na implementação da política pública de educação em prisões no Brasil. Contudo, diante do cenário nacional atual, pode-se considerar a sua reduzida visibilidade social e expressão acadêmica.

³ Cf. COLARES, M. L. I. S.; GONÇALVES, T. O.; COLARES, A. A.; LEÃO, J. P. P. O professor-pesquisador-reflexivo: debate acerca da formação de sua prática. **Revista Olhar de Professor**. Ponta Grossa, 14(1), pp. 151-165, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/3490/2508>>. Acesso em: 15/04/2017.

Caminhos da pesquisa: justificativa, problema, objetivos e metodologia

A justificativa da pesquisa tem relação com os marcos legais internacionais e nacionais sobre o Direito Universal à Educação que incluem as pessoas em situação de privação de liberdade, desde a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948), perpassando a *Declaração Mundial sobre Educação para Todos* (Jomtien, 1990) até a *Constituição Federal* (BR, 1988) e a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (BR, 1996).

Como discutida nesta tese, partir da perspectiva de garantia de direitos é fundamental na compreensão das políticas públicas nos espaços de privação de liberdade, constituídos, em sua maioria, como locais de reprodução de violências e descumprimento de direitos fundamentais⁴.

Historicamente, a prisão vem desempenhando um papel de isolamento, controle e seletividade de uma parte da população, como mecanismo punitivo por excelência (FOUCAULT, 1999). No Brasil e na América Latina, a prisão é notadamente seletiva em relação às pessoas negras, oriundas de regiões periféricas, jovens, sem acesso à justiça e pobres, mostrando-se incapaz de cumprir um papel preventivo ou positivo no retorno à vida em liberdade, como evidenciam os dados do *Levantamento Penitenciário Nacional* (INFOPEN, 2014); teóricos como Zaffaroni (1993; 2013) e pesquisadores da área, como Sinhoretto, Silvestre, Melo (2013).

Diante disso, nos colocamos como críticos à prisão e o seu lugar social, entendendo que é preciso implantar outras respostas aos conflitos e crimes que não seja unicamente a prisão⁵. Porém, o que colocar em seu lugar? E o que fazer com a realidade presente, em que a prisão se encontra posta como inevitável pelas instituições? Como interagir e garantir os direitos das pessoas que tem permanecido presas?

⁴ No início do ano de 2017, por exemplo, o Estado brasileiro foi levado a responder uma denúncia diante da *Corte Interamericana de Direitos Humanos* da *Organização dos Estados Americanos* (OEA), em audiência realizada em 19 de maio sobre a situação de pessoas privadas de liberdade no país, o encarceramento em massa e a falta de transparência nas informações e levantamentos de dados sobre essa população. Na ocasião, o Estado não reconheceu que ainda ocorrem violações de direitos em seu sistema prisional. Notícias disponíveis em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-05/brasil-e-ouvido-em-audiencia-em-corte-da-oea-sobre-sistema>> e <<http://www.conectas.org/pt/noticia/47099-prisoos-brasil-tera-de-se-explicar-a-oea>>. Acesso em: 22/05/2017. Ademais, o relatório da *Pastoral Carcerária*, intitulado *Tortura em Tempos de Encarceramento em Massa* (2016), apresenta casos de denúncias sobre a questão e a atuação do sistema de justiça, com dados de São Paulo. Disponível em: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2016/10/Relat%C3%B3rio_Tortura_em_Tempos_de_Encarceramento_em_Massa-1.pdf>. Acesso em: 05/06/2017.

⁵ Nesse sentido, colocam-se as alternativas penais e a reflexão sobre outras respostas penais, por exemplo, a crimes contra o patrimônio como furtos e roubos, que representam grande parte da causa do aprisionamento na atualidade. A esse respeito, cf. LEITE, 2016. **Postulados, princípios e diretrizes para a política de alternativas penais**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/04/c291046c303e359f32873a74b836efcd.pdf>>. Acesso em: 02/06/2017.

Haja vista o cenário de encarceramento em massa, com indicadores de aumento da população prisional, há desafios em relação à situação imediata das pessoas que habitam esse espaço, gerido pelo Estado, motivo pelo qual a garantia dos direitos é a perspectiva que alicerça este trabalho. Mais do que denunciar a realidade de indignidade da prisão, vislumbrando seu futuro desmantelamento, interessa-me problematizar a prisão como realidade presente.

Não se adotam conceitos como ressocialização ou reeducação, as ideologias “*res*”, comumente associados ao universo prisional, ao que está excluído ou incluído socialmente. A privação de liberdade priva, também, de outros acessos e de um alijamento óbvio em termos de comunicação e socialização. Por isso, aproximamo-nos mais ao que se pode considerar reintegração social, não se limitando ao binômio educação/trabalho ou à ideia de inclusão/exclusão dos indivíduos:

A reintegração social pode ser sintetizada como uma experiência de inclusão social, com a finalidade de diminuir a distância entre sociedade e prisão, que conta com a participação ativa do apenado e de pessoas de fora do cárcere; a partir dos seguintes pressupostos:

- a) realização de um trabalho no cárcere realizado pela sociedade civil com o fim de diminuir fronteiras entre sociedade e prisão;
- b) propostas centradas em experiências significativas de inclusão social;
- c) reconhecimento da dignidade e “normalidade” da pessoa presa;
- d) participação ativa e voluntária dos encarcerados nas atividades desenvolvidas em âmbito prisional;
- e) corresponsabilização da sociedade no processo de reintegração social;
- f) interação sociedade-cárcere com um fim em si mesmo, e não como um meio de readequação ética do indivíduo preso (BRAGA, 2012, pp. 47-48).

Verificando os dados publicados pelo *Ministério da Justiça* (INFOPEN, 2014) sobre o perfil socioeconômico predominante da população prisional no Brasil, identificamos que se trata da quarta maior população prisional do mundo e, majoritariamente, composta por pessoas jovens, negras e com baixa escolaridade⁶, o que representa o encarceramento em massa de parcela socialmente vulnerável da população brasileira, levando-nos a refletir acerca da necessidade de ações sistemáticas para o enfrentamento dessa questão.

Diante disso, a universidade pública teria um papel, uma responsabilidade a desempenhar especificamente no campo educacional nas prisões? Esta pesquisa defende a ideia de que a universidade pública, a partir de sua natureza e funções próprias, possui uma

⁶ De acordo com dados elaborados com informações de dezembro de 2014 e divulgados pelo *Departamento Penitenciário Nacional* do *Ministério da Justiça do Brasil*, por meio do INFOPEN – Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro, atualizado pelos gestores dos estabelecimentos penais desde 2004. Fonte: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/infopen_dez14.pdf>. Acesso em: 20/06/2016.

responsabilidade em relação à educação nas prisões, que envolve a oferta de educação (escolar e não escolar) às pessoas presas, bem como os processos formativos de gestores, professores e agentes penitenciários, além de um sentido político.

Na presente tese, adotamos a concepção freireana de educação, carregada de um sentido político e como algo permanente, ou seja, “a educação é sempre uma certa teoria do conhecimento posta em prática, é naturalmente política” (FREIRE, 2003, p. 40). Freire considerava a unidade entre prática e teoria, ação e reflexão, de modo que o conhecimento deva ser compreendido como a ação-reflexão do homem sobre o mundo, ação sobre a realidade para recriá-la, e, no processo educativo, professor e educando devem ser considerados sujeitos cognoscentes.

O problema da pesquisa e a sua hipótese inicial foram construídos a partir da percepção de que a universidade pública brasileira tem demonstrado cumprir seu papel em relação à dimensão da pesquisa sobre/nas prisões em diversas áreas do conhecimento, mas não tem se somado aos esforços do Estado e da sociedade na universalização do direito à educação da pessoa em situação de privação de liberdade.

Dessa forma, outras perguntas vieram corroborar o seu desenvolvimento: quais ações de ensino e extensão tem sido empreendidas na oferta de educação superior pública nas prisões brasileiras? Há atividades comprometidas com a garantia do direito à educação das pessoas em situação de privação de liberdade?

Partindo do pressuposto de que a universidade pública, como ente estatal, deve manter permanente articulação com a sociedade, suas demandas e problemas, dentre os quais as prisões, de que forma ela contribui na esfera que lhe é própria, ainda que, por si só, não os resolva?

Nesse sentido, incluem-se as práticas de ensino superior, pesquisa acadêmica e extensão universitária nas prisões, imbuídas do princípio da autonomia universitária, assegurada pela legislação, em uma esperada relação mediada com a sociedade, bem como a atuação em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, como define o artigo 43, Inciso VIII, da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas educacionais e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

A universidade pública como instituição do Estado, gratuita e para todos, lócus privilegiado de produção e difusão de saberes e práticas no meio social, tem como responsabilidade precípua propor e implementar a política pública de educação superior, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, além de ocupar um papel social na produção e

disseminação do conhecimento junto à comunidade em geral, para além da científica, e na articulação com a educação básica, como citado.

Diante dessa reflexão, o objetivo principal da pesquisa foi investigar a responsabilidade da universidade pública, como ente estatal, a partir de seu tripé constituinte e indissociável: *ensino, pesquisa e extensão* em relação à política pública de educação nas prisões, que, a nosso ver, baseando-se no direito humano à educação e sua necessária adaptabilidade aos diferentes públicos e contextos, compreende ações em todos os níveis de ensino e modalidades, bem como ações de educação não escolar, oficinas, cursos livres e atividades de cultura e extensão universitária.

Dentre os objetivos específicos desta pesquisa, incluem-se: a) identificar experiências de atuação da universidade pública junto à população prisional implantadas no Brasil ou realidades próximas; b) investigar os caminhos a serem percorridos pela educação superior em prisões no Brasil; c) vislumbrar possibilidades de atuação de universidades públicas no sistema prisional de São Paulo, estado que apresenta a maior população em situação de privação de liberdade no país.

A pesquisa se caracteriza como qualitativa e está metodologicamente apoiada em levantamento bibliográfico, documental e pesquisa de campo, com visitas e observação sistemáticas realizadas na Argentina (*Programa Universitario en la Cárcel*, UNC e *Programa UBA XXII*, CUD) e no Brasil (UEPB, em Campina Grande e *Grupo Diálogo-Universidade-Cárcere-Comunidade*, GDUCC, vinculado à *Faculdade de Direito* da USP).

Em relação ao estado da arte, a presente pesquisa se referencia em autores e pesquisas que desenvolvem conceitos e tecem reflexões críticas sobre a prisão, o Estado e a educação, notadamente no campo da Criminologia Crítica, políticas públicas e educação pública.

Metodologicamente, como pesquisa qualitativa em educação, distanciando-se da ideia de objetividade empírica positivista e associando-se a uma postura dialética que procura captar os fenômenos históricos pelo constante devir, o pesquisador, o objeto de pesquisa e os sentidos dados a determinadas construções sociais foram considerados como ininterruptamente imperfeitos e incompletos por serem baseados na experiência e pela forma como a pesquisa foi vivenciada e interpretada pelos próprios sujeitos envolvidos. Assim, foram consideradas as aprendizagens gerais e particulares, o conhecimento científico e a experiência individual, a partir de um “catavento das ligações epistemológicas” da pesquisa qualitativa (STAKE, 2011, p. 45).

Por outro lado, paralelamente ao levantamento de dados qualitativos que procurou compreender os *porquês* do problema da pesquisa e de estudos existentes sobre o tema, foram

empregados dados quantitativos, uma vez que se trata de pesquisa que envolve política pública e, desse modo, indicadores são fundamentais para a sua análise e abrangência, convergindo para a compreensão do fenômeno educacional pesquisado.

Dentre os materiais e métodos utilizados para relatar a realidade e responder às perguntas da pesquisa, constaram a revisão bibliográfica, o levantamento de dados de fontes primárias e secundárias e a realização de pesquisa de campo, com visitas, entrevistas e observação desenvolvidas no Brasil e na Argentina.

A pesquisa bibliográfica e documental ocorreu, predominantemente, no período de 2013 a 2016, a partir do levantamento de legislações, pesquisas concluídas, teses e dissertações produzidas, mapas e relatórios publicados, dados oriundos de órgãos públicos e de instituições da sociedade civil, experiências e recomendações internacionais sobre o tema.

Compreendendo a pesquisa bibliográfica como “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44), buscou-se a revisão de literatura e levantamento de publicações de livros especializados, artigos e publicações em banco de teses de universidades e da *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES), além de sites institucionais e acadêmicos, como o *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), revistas acadêmicas, além de bibliotecas, inclusive virtuais e digitais, como a da USP e da *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo* (FAPESP).

No que se refere à pesquisa de campo, as visitas e a observação ocorreram no período de outubro a novembro de 2014, na UNC e UBA (Argentina) e em maio de 2016, na UEPB (Brasil).

Além disso, foi elaborado um questionário (Anexo A), direcionado a universidades públicas, estaduais e federais, localizadas no estado de São Paulo, com o objetivo de levantar informações sobre as práticas de ensino, pesquisa e extensão de educação nas prisões, desde a publicação das *Diretrizes Nacionais para oferta de educação em prisões*, instituídas pela Resolução N. 2/2010 do *Conselho Nacional de Educação* (CNE). Das universidades destinatárias (USP, UFSCar, UNICAMP, UNIFESP, UNESP, UNIVESP e UFABC), foram recebidas cinco respostas (USP, UFSCAR, UNIFESP, UNESP e UNIVESP).

Destaco que o planejamento e a definição sobre *o que* e *o como* pesquisar foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa e coleta de dados, tendo como fator propulsor a participação em um evento acadêmico na cidade de Córdoba, na Argentina, em setembro de 2013, denominado *Primeras Jornadas del Mercosur de Educación Universitaria*

*en Cárceles desde um enfoque de derechos*⁷.

Neste evento, fez-se possível conhecer diferentes experiências de educação superior em prisões latino-americanas e interagir com professores, alunos e pesquisadores sob a perspectiva do papel da universidade pública na prisão, no qual foram discutidos os seguintes eixos temáticos: instituição carcerária e autonomia universitária; pedagogia social e estratégias de intervenção; justiça, direitos humanos, educação e prisão⁸.

A partir dele, inúmeras reflexões e problemas relacionados à atuação da universidade pública brasileira na educação no espaço prisional foram suscitados, levando-me à percepção da reduzida visibilidade do tema no país e de uma lacuna em termos de produção e práticas.

Com isso, a pesquisa – até então voltada para a educação básica em continuidade à pesquisa de mestrado, a partir do que preconiza a *Lei de Execução Penal* (LEP, 1984); a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB, 1996) e as *Diretrizes Nacionais para a oferta de educação a jovens e adultos em situação de privação de liberdade em estabelecimentos penais*, publicadas pelo *Conselho Nacional de Educação* (CNE, 2010) – voltou-se para o papel da universidade pública, tendo como cerne a investigação de experiências existentes na Argentina e no Brasil, bem como a análise de possibilidades de atuação da universidade pública nas unidades prisionais de São Paulo, estado que apresenta o maior número de pessoas privadas de liberdade no país e no qual a minha atuação profissional recente esteve centrada.

Diante do exposto, a pesquisa se estruturou em três eixos de investigação:

1. o papel/dever jurídico/responsabilidade do Estado na garantia do direito à educação, focando-se nas universidades públicas como órgão estatal, diante do arcabouço legislativo vigente no Brasil;
2. o estudo de experiências implantadas por universidades públicas, sobretudo em relação ao ensino e à extensão universitária pelo fato da pesquisa acadêmica sobre/nas prisões se manifestar com frequência, e os sentidos políticos dessa atuação;
3. as possibilidades de atuação da universidade pública na construção da política pública de educação em prisões, o que inclui atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, “mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os

⁷ Disponível em: <<http://www.rexuni.edu.ar/noticias/primeras-jornadas-del-mercosur-de-educacionuniversitaria-en-carcel-desde-un-enfoque-de-der>>. Acesso em: 27/03/2017.

⁸ Cf. BIXIO; MERCADO; TIMMERMANN; BARRETO. Red interuniversitaria de derechos humanos (DDHH) y Educación carcelaria del Mercosur. **I Jornadas del Mercosur de Educación universitaria en cárceles desde el enfoque de derechos**. 2015. Disponível em: <<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/integracionyconocimiento/article/view/12566>>. Acesso em: 20/03/2017.

dois níveis escolares” (artigo 43, Inciso VIII da LDB), ensaiando possibilidades a partir de um mapa de possibilidades no Estado de São Paulo, inspirando-se na ideia de cartografia social e de conceitos sobre o território.

Com base nestes eixos, juntamente à escrita de artigos e resumos para a participação em eventos acadêmicos sobre o tema, a tese foi elaborada em um processo de busca e diálogo com pesquisas, autores e dados; revisão do estado da arte sobre o tema, com a identificação de produções acadêmicas e não acadêmicas para a construção de suas análises e problematizações.

Organizada em três capítulos, o primeiro se destina ao papel do Estado e suas instituições na garantia do direito à educação, tomando como referência os marcos normativos sobre o tema e a necessária adaptabilidade da educação ao contexto da população privada de liberdade no sistema prisional. Para tanto, é problematizado o exercício do direito à educação pela pessoa presa, identificando as suas principais implicações.

O segundo capítulo traz os dados sobre o perfil socioeconômico predominante da população prisional no Brasil e dialoga com a responsabilidade da universidade pública, discutindo o seu tripé constituinte (ensino, pesquisa e extensão), a sua autonomia e as experiências de implantação de ações de educação superior em prisões que fizeram parte da pesquisa de campo realizada, com destaque para as experiências já consolidadas na Argentina.

Os dados expõem o encarceramento em massa sofrido pela população jovem, negra e pobre no Brasil – país que apresenta a quarta maior população prisional do mundo que, dentre outros aspectos, não teve acesso aos anos de escolarização básica a que toda pessoa tem direito, denotando características de seletividade prisional no tocante aos aspectos socioeconômicos, etários e raciais.

Um importante elemento histórico na compreensão do papel da universidade pública no contexto latino-americano refere-se à reforma universitária desencadeada a partir dos levantes ocorridos na cidade de Córdoba, Argentina. O engajamento do movimento estudantil e a publicação do *Manifiesto Liminar* de 1918⁹, intitulado *La juventud argentina de Córdoba a los hombres libres de Sudamérica*, pautou a concepção de universidade como espaço de livre acesso ao público¹⁰, conectada à realidade e às demandas sociais, de modo plural e

⁹ Disponível em: <<http://www.reformadel18.unc.edu.ar/manifiesto.htm>>. Acesso em: 10/11/2015.

¹⁰ Cf. FREITAS NETO, José Alves de. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Revista Ensino Superior**, Unicamp, Ano II, N. 03, Jun./2011. Disponível em: <http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/ed03_junho2011/pdf/10.pdf>. Acesso em: 10/11/2015. Cf. SADER, Emir; GENTILI, Pablo; ABOITES, Hugo. **La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después**. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101109062939/sader.pdf>>. Acesso em 10/11/2015.

público.

Diante disso, a tese vislumbra caminhos a serem percorridos pela universidade pública na construção de uma política de educação nas prisões, que inclua ações de ensino e extensão, além das pesquisas acadêmicas já realizadas acerca do abrangente tema das prisões.

O aprofundamento sobre as experiências existentes e a necessária radicalização da extensão universitária são questões que integram o capítulo 3, no qual foi construído um mapa de possibilidades de atuação de universidades públicas no território do estado de São Paulo, a partir da localização das unidades prisionais e dos campi universitários.

Ainda neste capítulo, são discutidos possíveis mecanismos indutores de políticas de educação nas prisões por parte das universidades públicas, levando em conta o regime de colaboração entre os entes federados, a atuação da sociedade civil e dos órgãos de fomento às ações de educação superior, por meio de controle social, parcerias e convênios, por exemplo.

Os mecanismos indutores de políticas públicas são considerados neste debate, pois, ainda que a oferta de educação escolar pública gratuita seja de responsabilidade do poder público, ela não é pensada e debatida somente por ele, mas integra uma arena permanente de lutas, disputas e conflitos que perpassam o ciclo de políticas públicas¹¹, em geral, em que participam instituições e pessoas diversas, desde a sua pauta, elaboração, implantação e avaliação.

Por fim, são apresentadas as considerações finais, na busca por contribuir com a consolidação da temática, sua visibilidade, discussão e implementação enquanto política pública. O que se espera é inquietar, sobretudo, o alunado, o corpo docente, os profissionais envolvidos e a população prisional no exercício do direito à educação e na reflexão sobre os sentidos políticos da universidade na prisão – como acesso e como indutora de outras políticas públicas, notadamente de educação básica.

¹¹ Mainardes (2006), ao analisar a *Abordagem do Ciclo de Políticas* na educação, tendo como referência a teoria formulada por Stephen Ball e Richard Bowe (*Policy Cycle Approach*, 1992), discute os contextos existentes no processo de formulação das políticas públicas que auxiliam na compreensão de sua elaboração, em que participam diferentes atores. Há, portanto, um *contexto de influência*, um *de produção* e um contexto *de prática* que se relacionam entre si. Além desses, haveria ainda o *contexto dos resultados ou efeitos* e o da *estratégia política*.

1. O PAPEL DO ESTADO NA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO

A discussão sobre o papel do Estado na garantia do Direito à Educação que, no Brasil, é previsto pela *Constituição Federal*¹² de 1988, tem como um de seus elementos o debate sobre a oferta de educação escolar pública e gratuita pelas instituições estatais, assegurada na legislação educacional vigente e no papel central e indutor do Estado frente às políticas públicas.

Na história do acesso à escolarização no Brasil (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012; SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011; HILSDORF, 2003), é possível identificar debates entre privatistas e publicistas que influenciaram os principais marcos normativos, a paulatina conquista do direito universal à educação e a busca pela qualidade da educação escolar pública para todas as pessoas, sem distinção.

As reformas educacionais e alterações na legislação, visando a universalização da educação básica; a descentralização das políticas e autonomia dos entes federados; a instituição de modalidades de ensino e a elaboração de planos de educação são alguns dos aspectos que fazem parte dessa história.

Nesse cenário, a educação em prisões vem ocupando espaço nos debates e na agenda das políticas públicas de educação no país e passa a ser, ao menos no campo programático, assegurada pela legislação que preconiza a oferta obrigatória por parte do Estado em relação à escolarização básica.

A educação superior e o papel das universidades são citados na legislação, mas ainda são temas a serem debatidos e visibilizados, pois, na atualidade, se limitam a experiências isoladas de ações por parte de alguns professores, a casos pontuais de acesso ao ensino superior por pessoas presas e ainda, a algumas ofertas de cursos de formação continuada.

Portanto, considera-se imprescindível compreender o papel do Estado e partir de uma definição compatível com os objetivos desse trabalho, no tocante à responsabilização de suas instituições na discussão e implementação de políticas públicas.

¹² Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1?curso=CFS%202%202018>. Acesso em: 17/07/2017.

1.1 O Estado e as políticas públicas

A discussão sobre as políticas públicas passa, necessariamente, pela compreensão do papel do Estado como o seu executor principal e pela responsabilidade de suas instituições neste processo. Trata-se de uma discussão relevante, sobretudo, no contexto das sociedades capitalistas modernas, em que, diante das desigualdades existentes, faz-se necessário lutar pela garantia de direitos básicos, de grande parte da população, por meio da implementação de políticas públicas sociais e da construção da cidadania e acesso ao conjunto dos serviços e bens produzidos na sociedade.

Desse modo, nessa primeira parte do capítulo 1, discutiremos o papel do Estado na garantia do direito à educação, que se efetiva por meio de políticas públicas de escolarização, a fim de balizar as reflexões sobre a educação superior pública nas prisões. Trata-se de “questões de fundo”, fundamentais no presente debate, pois

[...] informam, basicamente, as decisões tomadas, as escolhas feitas, os caminhos de implementação traçados e os modelos de avaliação aplicados em relação a uma estratégia de intervenção governamental qualquer. E uma destas relações consideradas fundamentais é a que se estabelece entre Estado e políticas sociais, ou melhor, entre a concepção de Estado e a(s) política(s) que este implementa, em uma determinada sociedade, em determinado período histórico (HÖFLING, 2001, p. 30).

A partir das relações travadas entre sociedade, educação e Estado, as aproximações e distanciamentos e as formas de alianças e comunicação entre grupos sociais e órgãos públicos, podemos dizer que uma das resultantes é a elaboração de políticas públicas. Os diferentes setores da sociedade e as demandas apresentadas fazem parte deste processo, pois, de modo organizado ou não, colocam-se como partícipes, individuais ou coletivos, no campo de discussão e disputa sobre o direito à educação e sua efetivação que, no caso da educação pública e gratuita, ocorre por meio de políticas públicas executadas pelo Estado.

Em linhas gerais, o Estado, como modernamente é configurado, pode ser compreendido como a organização política de uma sociedade, com destaque para os seus papéis regulador, alocador de recursos públicos e indutor de políticas, manifestados por meio de um conjunto de agentes, instituições e órgãos permanentes em prol do interesse público e das políticas públicas, como os que integram os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O emprego do nome Estado como referência à ordem pública constituída foi usado pela primeira vez no século XV, na Inglaterra, e adentrou a literatura moderna com Maquiavel (1997), criando o emprego moderno do termo *Estado*, para “o que os gregos tinham chamado de *polis*, os romanos de *res publica*, e que um grande pensador político, o francês Jean Bodin,

meio século depois de Maquiavel, chamará de *république*” (BOBBIO, 1994, p. 81).

É possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período. [...] Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas. As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais (HÖFLING, 2001, p. 31).

Norberto Bobbio (1998) contextualiza o Estado Moderno como forma histórica determinada de organização do poder e de ordenamento político, com unicidade de comando e atuação através de um aparato de órgãos, visando a manutenção da ordem, a garantia da liberdade e o interesse público. Consolidou-se sobre a sociedade feudal e surgiu na Europa a partir do século XIII até o início do XIX, sobretudo, pela

[...] progressiva centralização do poder segundo uma instância sempre mais ampla, que termina por compreender o âmbito completo das relações políticas. Deste processo, fundado por sua vez sobre a concomitante afirmação do princípio da territorialidade da obrigação política e sobre a progressiva aquisição da impessoalidade do comando político, através da evolução do conceito de *officium*, nascem os traços essenciais de uma nova forma de organização política: precisamente o Estado moderno, [...] uma organização das relações sociais (poder) através de procedimentos técnicos preestabelecidos (instituições, administração), úteis para a prevenção e neutralização dos casos de conflito e para o alcance dos fins terrenos que as forças dominadoras na estrutura social reconhecem como próprias e impõem como gerais a todo o país (BOBBIO, 1998, pp. 426-427).

As políticas públicas colocam-se, portanto, como um *modo de fazer* pelo Estado que se relacionam com regras e discussão de pautas, tomada de decisão, elaboração, implementação e avaliação. No caso dos países em desenvolvimento e de recente democracia, como os latino-americanos, um dos desafios colocados ao Estado é a implantação de políticas públicas que impulsionem o desenvolvimento e promovam a inclusão social.

Celina Souza (2006), ao fazer uma revisão de literatura sobre as políticas públicas, afirma que “a introdução da política pública como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências” (p. 22).

Segundo a autora, não há uma única ou uma melhor definição de política pública, pois se trata de um campo multidisciplinar que, ao longo da história, ganhou diversas conotações que levam à discussão sobre o governo e não somente sobre o Estado na busca pela solução de problemas, isto é, o que um governo escolhe fazer ou não fazer e o impacto destas escolhas na vida das pessoas.

Dito isto, Souza (2006) reitera que há limites em qualquer definição, pois no campo das políticas públicas e da literatura sobre o tema existe um permanente embate em torno de ideias e interesses, entre governos, instituições e grupos sociais, além de conflitos e limitações nas decisões governamentais que muitas vezes dependem de coalizões políticas ou da aprovação de novas legislações. Na busca de uma síntese, a autora resume política pública como sendo

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. Se admitirmos que a política pública é um campo holístico, isto é, uma área que situa diversas unidades em totalidades organizadas, isso tem duas implicações. A primeira é que, como referido acima, a área torna-se território de várias disciplinas, teorias e modelos analíticos. Assim, apesar de possuir suas próprias modelagens, teorias e métodos, a política pública, embora seja formalmente um ramo da ciência política, a ela não se resume. [...] A segunda é que o caráter holístico da área não significa que ela careça de coerência teórica e metodológica, mas sim que ela comporta vários “olhares”. Por último, políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (p. 26).

Na prática, as políticas públicas podem se configurar de diferentes maneiras e perspectivas diversas, não seguindo necessariamente um ciclo linear de discussão, elaboração, implantação e avaliação, considerados os debates na arena de decisões, interesses políticos e discussões sobre pautas do que deve ou não se constituir como política pública de um Estado.

Verifica-se assim, que o papel e o funcionamento do Estado apresentam centralidade na análise de qualquer política pública, sobretudo nas políticas sociais. A implementação de políticas educacionais, por exemplo, demanda um amplo debate por envolver financiamento e investimento em pesquisa, desenvolvimento científico e ampliação de oportunidades de formação a uma população que, historicamente, não foi atendida pela universalização no acesso à escolarização, seja básica ou superior.

Dessa forma, a educação como encargo do Estado se coloca como instrumento de ação política que, segundo Ranieri (2000), é independente de ser direito individual e social. “A noção de educação pública, isto é de educação criada, dirigida ou mantida por autoridades oficiais, e que delas sofre uma intervenção sistemática e continuidade, é de origem moderna” (p. 37), cuja construção ocorre a partir do século XVI na Europa ocidental, visando garantir quadros na burocracia, contribuir para o planejamento social e atender exigências de participação das pessoas no social.

Segundo Araújo (2011) e Luzuriaga (1960), a ligação entre educação e Estado é um fenômeno moderno, pois até a Revolução Francesa a educação era entendida como aperfeiçoamento individual e não como algo público.

Apenas no século XX é que a ideia da educação como propulsora de igualdade econômica e social pode ser relacionada com a de direito a ser garantido pelo Estado. É preciso destacar que a novidade consiste apenas no fato de a educação ser entendida como direito porque, como destacamos, a educação esteve relacionada ao Estado desde a Revolução Francesa e essa tendência foi se consolidando, mesmo no quadro do Estado liberal (ARAÚJO, 2011, p. 283).

Importa, nesse estudo, a relação estabelecida entre política social e cidadania, como discute Marshall (1967), tomando como exemplo a formação social inglesa que a compreende em uma perspectiva evolutiva, a partir da composição de elementos de direitos civis (ligados à liberdade individual), políticos (de participação e exercício de poder) e sociais (direito ao bem-estar, educação e serviços sociais).

Essa relação se faz importante no que se refere à política educacional – ainda que não haja uma sequência de direitos da cidadania no Brasil –, por compreender que a cidadania possibilita atenuar a desigualdade, conforme Marshall, sobretudo com a ideia de cidadania social, de exercício de direitos sociais, e não somente a cidadania política, de participação.

A atuação do Estado nas políticas sociais é, assim, decisiva nas sociedades capitalistas, possuindo um sentido nivelador frente ao mercado e às desigualdades sociais, que deve orientar a ampliação dos direitos sociais, como é o caso da educação, tanto em termos dos grupos por eles abrangidos, quanto no tocante à proteção social.

Luzuriaga (1959) afirma que a educação sempre teve uma natureza pública, seja a educação pública religiosa (a partir do século XVI), a educação pública estatal (século XVIII) e, após a Revolução Francesa, a educação pública nacional (século XIX), destinada à formação do cidadão que, com o aumento da participação popular, deu lugar à “educação pública democrática” (século XX). Há uma relação do público com os fins da educação e não

necessariamente por ser ofertada pelo Estado.

Ao refletir sobre a implantação de políticas públicas sociais pelo Estado, Höfling (2001) afirma que

[...] especialmente quando se focaliza as políticas sociais (usualmente entendidas como as de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento etc.), os fatores envolvidos para a aferição de seu “sucesso” ou “fracasso” são complexos, variados e exigem grande esforço de análise. Estes diferentes aspectos devem estar sempre referidos a um contorno de Estado no interior do qual eles se movimentam (p. 30).

No Brasil, diante de sua dimensão territorial e processos políticos federal, estadual e municipal, a diferenciação entre *Estado* e *Governo* se faz imprescindível, pois na prática, observa-se que políticas de educação sofrem descontinuidades em sua implantação a cada novo governo empossado após as eleições, dadas as rupturas em programas, projetos e ações.

Diante da estrutura federativa do Estado brasileiro, nas palavras de Arretche (1999),

[...] caracterizado por expressivas desigualdades estruturais de natureza econômica, social, política e de capacidade administrativa de seus governos –, atributos estruturais das unidades locais de governo, tais como a capacidade fiscal e administrativa e a cultura cívica local, tem um peso determinante para a descentralização. Mas, tais fatores não são determinantes em si. Seu peso e importância variam de acordo com requisitos institucionais postos pelas políticas a serem assumidas pelos governos locais, tais como o legado das políticas prévias, as regras constitucionais e a própria engenharia operacional de cada política social. No entanto, a ação política deliberada, vale dizer, estratégias de indução eficientemente desenhadas para delegar a outro nível de governo a responsabilidade pela gestão destas políticas, pode compensar obstáculos à descentralização derivados daqueles fatores de natureza estrutural ou institucional. Tais estratégias de indução, por sua vez, podem ser analiticamente apreendidas por meio do exame da regulamentação dos programas e seu modo efetivo de implementação (p. 112),

a configuração do estado federativo coloca desafios no que concerne à implementação de políticas sociais, que devem necessariamente contar com a articulação entre a União, os Estados e seus Municípios, sobretudo após a *Constituição Federal* de 1988, que afirma a autonomia dos Estados e Municípios e coloca o regime de colaboração como forma de organização dos sistemas de ensino em seu artigo 211.

1.1.1 Universidade pública e políticas de Educação

As universidades, como lócus de produção de conhecimento, tem o papel preponderante de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade. Nas palavras de Ranieri (2000, p. 41), “no caso das universidades públicas, agrega-se a esta responsabilidade o dever de servir democraticamente a toda a coletividade, o que as identifica

com os demais estabelecimentos de ensino oficiais”, de modo que a natureza pública se revela a partir dos benefícios que ela produz como disseminar o conhecimento gerado, formar novos profissionais e gestores etc.

Historicamente, no Brasil colonial não havia universidades nem outras instituições de ensino superior, pois este tipo de formação era desenvolvido na metrópole, de acordo com a política da coroa portuguesa. A partir de 1808, foram criados os primeiros cursos e academias de ensino superior, segundo o modelo napoleônico que tinha por objetivo formar profissionais necessários ao aparelho do Estado (SAMPAIO, 1991; RANIERI, 2000; DURHAM, 2003).

De acordo com Durham (2003), com a proclamação da República, a nova Constituição descentralizou o ensino superior e permitiu a criação de novas instituições públicas e privadas:

Entre 1889 e 1918, foram criadas 56 novas escolas superiores, na sua maioria privadas. [...] Data dessa época, portanto, a diversificação do sistema que marca até hoje o ensino superior brasileiro: instituições públicas e leigas, federais ou estaduais, ao lado de instituições privadas, confessionais ou não (Ibid., p. 5).

Neste quadro, ainda atual, é que se forjaram as justificativas para a intervenção estatal e o financiamento público; bem como as referências para a negociação de recursos, de autonomia e organização das atividades acadêmicas, garantidas por uma estrutura jurídica que, a partir de 1930, teve alcance nacional, e que salvo em alguns momentos de maior descentralização política, serviu à centralização e ao controle da educação pública pelo Estado (RANIERI, op. cit., p. 44).

Na luta pela implantação da universidade no Brasil, segundo Valnir Chagas (1967, p. 15) é possível distinguir três grandes períodos: o primeiro, em que “já tínhamos a Universidade, embora não possuíssemos a instituição”, compreendido entre a colonização portuguesa até o ano de 1759; o segundo, em que “tivemos a instituição, mas não possuíamos a Universidade”, pois havia faculdades, escolas isoladas e profissionalizantes que formavam quadros; e o terceiro, “a caracterizar-se por uma constante busca de autênticos padrões de funcionamento”, a partir do que se denominou *Reforma Universitária*, com a Lei N. 5540/68¹³, cujos princípios de *racionalização, integração e flexibilidade* demonstravam a busca de uma universidade mais orgânica e integrada.

Nesse percurso, é importante lembrar que

[...] na tradição europeia, que o Brasil buscou adaptar a partir dos anos 1930 e 1940, a educação acadêmica e os cursos universitários eram destinados a uma pequena

¹³ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15/07/2016.

devem ser consideradas e vistas por si mesmas como componentes de um sistema contínuo, o qual elas devem fomentar e para o qual devem também contribuir, começando tal sistema com a educação infantil e primária e tendo continuidade no decorrer da vida. [...] Deve-se facilitar ativamente o acesso à educação superior dos membros de alguns grupos específicos, como os povos indígenas, os membros de minorias culturais e linguísticas, de grupos menos favorecidos, de povos que vivem em situação de dominação estrangeira e pessoas portadoras de deficiências, pois estes grupos podem possuir experiências e talentos, tanto individualmente como coletivamente, que são de grande valor para o desenvolvimento das sociedades e nações. Uma assistência material especial e soluções educacionais podem contribuir para superar os obstáculos com os quais estes grupos se defrontam, tanto para o acesso como para a continuidade dos estudos na educação superior (UNESCO, 1998, artigo 3º., alíneas b e d).

Assim, a partir da *Constituição Federal* de 1988 e da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* de 1996, que reconhece a educação como direito de todos, incorpora-se a educação infantil à educação básica e são promovidos debates, por exemplo, sobre políticas de elevação de escolaridade, com a ampliação da cobertura e correção do fluxo no ensino fundamental. A LDB reservou um capítulo sobre educação superior, com regulamentação específica, definindo atribuições e prerrogativas às instituições credenciadas como universidades.

De acordo com o artigo 43 (LDB, 1996), a educação superior tem como finalidades, dentre outras, estimular a criação cultural e o desenvolvimento científico, formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, promover a extensão e atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica.

Para cumprir estas finalidades, deve abranger o ensino superior, a pesquisa acadêmica e a extensão universitária, entendidos como eixos formadores do tripé constituinte da Universidade que, portanto, deve obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, nos termos do artigo 207 da *Constituição Federal*.

As universidades são definidas pelo artigo 52 da LDB como “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” e são caracterizadas pela “produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional”, gozando de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

No exercício dessa autonomia, a universidade tem como atribuições a proposição de planos, programas e atividades de pesquisa e de extensão; a elaboração de seus regimentos e currículos, observando a gestão democrática no caso das instituições públicas.

Partindo desse conjunto de conceitos e marcos, compreendemos que a universidade

pública, diante dos princípios da administração pública e suas atribuições como ente do Estado, tem a possibilidade de propor e atuar, no exercício de sua autonomia, em um conjunto amplo e variado de atividades educacionais – seja de ensino, pesquisa e/ou extensão – voltado para quaisquer públicos e contextos, articulado e aberto à participação da população em geral.

Ranieri (1994), ao analisar o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como o significado e os limites da autonomia universitária, questiona se este estatuto significa privilégio ou prerrogativa, discutindo o efetivo alcance da liberdade de ações dentro da estrutura do Estado. Nesse sentido, “a grande marca do artigo 207 é, sem dúvida, o reconhecimento de que a universidade pública não é um órgão público como os demais” (p. 137).

Sobre o modelo da indissociabilidade e a relação com a autonomia universitária, a autora afirma que “o vocábulo princípio adotado no texto do art. 207, comporta o significado de preceito, estando a enfatizar o trinômio ensino/pesquisa/extensão, de tal sorte, que não se ponham dúvidas quanto à obrigatoriedade da associação e de seu atendimento” (Ibid., p. 134).

Em relação ao eixo do ensino superior, em específico, que inclui a realização de cursos e programas sequenciais, de formação complementar e aperfeiçoamento, de graduação e pós-graduação, os incisos do artigo 44 da LDB explicitam que o acesso ao ensino superior se constitui, basicamente, em requisitos estabelecidos pelas IES. No caso dos cursos de graduação, por exemplo, são processos seletivos destinados a candidatos que tenham concluído o ensino médio, o que permite uma diversidade de modalidades de seleção, como provas durante o ensino médio, uso do desempenho obtido em Exames Nacionais (como o *Exame Nacional do Ensino Médio* – ENEM, também aplicado nos espaços de privação de liberdade desde o ano de 2010¹⁷) dentre outras. No caso da população prisional, prevalentemente com educação básica incompleta, esse acesso seria muito limitado; daí a necessária radicalização da extensão que defendemos como eixo de maior potencial, a ser abordado no capítulo 3.

No que diz respeito à ampliação do acesso, permanência e expansão do ensino superior, verificamos nos últimos quinze anos um movimento de expansão por meio de políticas públicas, programas, projetos e novas legislações, como é o caso do *Programa Universidade para Todos* (ProUni), a *Universidade Aberta do Brasil* (UAB), o *Sistema de Seleção Unificada* (SISU) e a lei de cotas social e racial em universidades e institutos federais

¹⁷ Cf. INEP. **ENEM PPL**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/enem-pll>>. Acesso em: 20/03/2017.

públicos (Lei N. 12.711/2012)¹⁸, voltada para estudantes oriundos de escolas públicas e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.

Em 2007, o *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais* (REUNI)¹⁹ instituiu uma mudança nas universidades públicas, com o objetivo de “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. Reflexo do *Plano Nacional de Educação* (PNE) de 2001, que estabelecia a oferta de ensino superior a, ao menos, 30% dos jovens entre 18 e 24 anos até o ano de 2011, o REUNI se constituiu como um programa federal de apoio à ampliação do acesso e permanência ao ensino superior.

Estas políticas promoveram o acesso de milhares de pessoas, historicamente alijadas do direito à educação superior, a esse nível de ensino em todas as regiões do país, promovendo maior equidade e induzindo outras políticas em níveis estadual e municipal, como no caso da lei de cotas. De acordo com dados do *Censo da Educação Superior* (INEP, 2017), averiguou-se o crescimento de 13,4% nos ingressantes da educação superior no período de 2013 a 2014 e mais de um milhão de concluintes. Entretanto, a expansão ainda é um desafio, sobretudo no que concerne à interiorização das universidades e à criação de mecanismos de inclusão de populações marginalizadas, como é o caso da prisional.

O atual *Plano Nacional de Educação*, aprovado pela Lei N. 13.005/14²⁰ e com vigência até o ano de 2024, prevê em sua meta 12, dedicada à educação superior pública, “elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público” (BRASIL, 2014).

Para se ter uma ideia do desafio, de acordo com dados disponibilizados e acompanhados pelo *Observatório do PNE*²¹, com informações do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE) e do *Censo da Educação Superior* (INEP, 2017), a porcentagem de matrículas novas na rede pública em relação ao total de matrículas novas na

¹⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 12/04/2016.

¹⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 12/04/2016.

²⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 03/06/2017.

²¹ *Observatório do PNE*: plataforma desenvolvida para que “qualquer cidadão brasileiro possa acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas pelo PNE”. Endereço do sítio: <<http://www.opne.org.br>>. Dados específicos sobre a *Meta 12* disponíveis em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/12-ensino-superior>>. Acesso em: 03/06/2017.

educação superior era de 5,5% no ano de 2014 em âmbito nacional, enquanto a meta aponta para 40%. No estado de São Paulo, a porcentagem era de 6,8%.

Ao analisar o investimento público em educação superior no Brasil em interface com os desafios colocados pelas metas do PNE de 2014, verifica-se que “para se alcançar a meta de 33% dos jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior, será necessária uma verdadeira revolução, não só na educação superior, mas também na educação básica” (NASCIMENTO; VERHINE, 2017, pp. 10-11). É preciso ampliar as taxas de matrícula e conclusão do ensino médio, que tornam aptas a cursar o ensino superior, sobretudo pessoas com 25 anos ou mais, pois “os contingentes de pessoas que sequer concluem o ensino médio avoluma-se à medida que são consideradas faixas etárias mais elevadas” (Ibid., p. 11).

Diante disso, a questão sobre o papel da universidade pública, frente aos também existentes desafios da educação básica e continuidade dos estudos, nos leva a recorrer à reflexão de Chauí (2003) em conferência intitulada *A universidade pública sob nova perspectiva*, na qual defende a universidade no contexto do Estado democrático como instituição que deve acompanhar as transformações sociais, econômicas e políticas em uma relação direta com o Estado democrático e republicano. É sua a afirmação acerca da necessidade em se exigir do Estado o entendimento e tratamento da educação como um investimento e não como um gasto público – o que só é possível diante da concepção de educação como direito e não como um privilégio ou serviço.

Em outras palavras, a universidade como instituição social diferenciada e autônoma só é possível em um Estado republicano e democrático. Postos os termos desta maneira, poderia supor-se que, em última instância, a universidade, mais do que determinada pela estrutura da sociedade e do Estado, seria antes um reflexo deles. Não é, porém, o caso. É exatamente por ser uma instituição social diferenciada e definida por sua autonomia intelectual que a universidade pode relacionar-se com o todo da sociedade e com o Estado de maneira conflituosa, dividindo-se internamente entre os que são favoráveis e os que são contrários à maneira como a sociedade de classes e o Estado reforçam a divisão e a exclusão sociais, impedem a concretização republicana da instituição universitária e suas possibilidades democráticas. [...] A relação democrática entre Estado e universidade pública depende do modo como consideramos o núcleo da República. Este núcleo é o fundo público ou a riqueza pública e a democratização do fundo público significa investi-lo não para assegurar a acumulação e a reprodução do capital – que é o que faz o neoliberalismo com o chamado “Estado mínimo” –, e sim para assegurar a concreticidade dos direitos sociais, entre os quais se encontra a educação. É pela destinação do fundo público aos direitos sociais que se mede a democratização do Estado e, com ela, a democratização da universidade (CHAUÍ, 2003, pp. 6-11).

Nesse sentido, para que a universidade pública atue na democratização, Chauí descreve aspectos que considera “a condição e a forma dessa mudança”, tais como: colocar-se contra a exclusão; definir a autonomia universitária pelo direito e poder de fixar suas normas e

orçamento; articular o ensino superior público e os outros níveis de ensino público; revalorizar a docência e a pesquisa, com autonomia e condições materiais de realização; adotar uma perspectiva crítica tanto sobre a ideia de *sociedade do conhecimento* quanto sobre a de *educação permanente*, tidas como diretrizes para a mudança da universidade pela perspectiva da modernização.

Desfazer a confusão atual entre democratização da educação superior e massificação. Para isso, três medidas principais são necessárias: a) **articular o ensino superior público e outros níveis de ensino público**. Sem uma reforma radical do ensino fundamental e do ensino médio públicos, a pretensão republicana e democrática da universidade será inócua. A universidade pública tem que se comprometer com a mudança no ensino fundamental e no ensino médio públicos. A baixa qualidade do ensino público nos graus fundamental e médio tem encaminhado os filhos das classes mais ricas para as escolas privadas e, com o preparo que ali recebem, são eles que irão concorrer em melhores condições às universidades públicas, cujo nível e cuja qualidade são superiores aos das universidades privadas. Dessa maneira, **a educação superior pública tem sido conivente com a enorme exclusão social e cultural dos filhos das classes populares** que não tem condições de passar da escola pública de ensino médio para a universidade pública. Portanto, somente a reforma da escola pública de ensino fundamental e médio pode assegurar a qualidade e a democratização da universidade pública. A universidade pública deixará de ser um bolsão de exclusões sociais e culturais quando o acesso a ela estiver assegurado pela qualidade e pelo nível dos outros graus do ensino público; b) reformar as grades curriculares atuais e o sistema de créditos, uma vez que ambos produzem a escolarização da universidade, com a multiplicação de horas/aula, retirando dos estudantes as condições para leitura e pesquisa, isto é, para sua verdadeira formação e reflexão, além de provocarem a fragmentação e dispersão dos cursos, e estimular a superficialidade. É preciso diminuir o tempo em horas/aula e o excesso de disciplinas semestrais. [...] É preciso também não somente assegurar espaço para a implantação de novas disciplinas exigidas por mudanças filosóficas, científicas e sociais, como também organizar os cursos de maneira a assegurar que os estudantes possam circular pela universidade e construir livremente um currículo de disciplinas optativas que se articulem às disciplinas obrigatórias da área central de seus estudos; c) assegurar, simultaneamente, a universalidade dos conhecimentos (programas cujas disciplinas tenham nacionalmente o mesmo conteúdo no que se refere aos clássicos de cada uma delas) e a especificidade regional (programas cujas disciplinas reflitam os trabalhos dos docentes-pesquisadores sobre questões específicas de suas regiões). Assegurar que os estudantes conheçam as questões clássicas de sua área e, ao mesmo tempo, seus problemas contemporâneos e as pesquisas existentes no país e no mundo sobre os assuntos mais relevantes da área. [...] Quanto à **relevância social das pesquisas**, cabe às universidades públicas e ao Estado fazer um levantamento das necessidades do seu país no plano do conhecimento e das técnicas e estimular trabalhos universitários nessa direção, assegurando, por meio de consulta às comunidades acadêmicas regionais, que haja diversificação dos campos de pesquisa segundo as capacidades e as necessidades regionais. As parcerias com os movimentos sociais nacionais e regionais podem ser de grande valia para que a sociedade oriente os caminhos da instituição universitária, ao mesmo tempo que esta, por meio de cursos de extensão e por meio de serviços especializados, poderá oferecer elementos reflexivos e críticos para a ação e o desenvolvimento desses movimentos. Ou seja, a orientação de rumos das pesquisas pode ser feita segundo a ideia de cidadania (Ibid., pp. 13-14, grifos nossos).

Dentre as imprescindíveis reflexões que a autora realiza, sobre cada um dos aspectos para que a universidade pública se democratize, destacamos a questão da articulação do ensino superior público e outros níveis de ensino e a relevância social das pesquisas acadêmicas, que são condizentes com a pesquisa sobre a responsabilidade da universidade pública nas políticas de educação nas prisões, por refletirem o necessário comprometimento com o fim da exclusão social.

1.2 Marcos Normativos

1.2.1 Internacionais

O reconhecimento e afirmação do direito de todos à educação, que deve ser garantido pelo Estado por meio da educação pública, está presente nos mais diversos discursos, pautas, movimentos sociais e no campo programático como resultado de processos históricos, políticos e sociais, em normas e documentos nacionais e internacionais.

É o que proclama o artigo 26 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948)²², segundo o qual “toda pessoa tem direito à instrução gratuita nos graus elementar e fundamental, orientada para o pleno desenvolvimento da personalidade humana e para o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e das liberdades fundamentais”.

A *Declaração Universal*, elaborada no contexto pós-guerra em busca de um consenso global, reafirmou o conjunto de direitos das revoluções burguesas (direitos civis e políticos) e os estendeu a sujeitos que, anteriormente, estavam deles excluídos, afirmando também os direitos à igualdade ou direitos econômicos e sociais, e de solidariedade, estendendo-os aos direitos culturais.

Nesse sentido, compreender a educação como um direito humano significa tratá-la como um direito inalienável, não limitada a nenhuma condição ou situação social, cultural, etária, de gênero, étnicorracial ou de privação de liberdade, por exemplo.

A educação pode ser considerada como um direito potencializador, ou seja, um direito habilitante que contribui para o exercício de outros direitos e promove a cidadania, articulando-se à formação e inclusão no trabalho, na participação política e social. É importante observar, no entanto, que o direito à educação não se restringe somente à educação escolar. A educação tem um sentido amplo que abrange os mais diversos processos educativos, pois é atividade própria dos seres humanos desenvolvida permanentemente na família, na comunidade, no trabalho e, também, nas instituições de ensino – espaço no qual se

²² Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 04/02/2016.

tem acesso aos saberes historicamente produzidos e acumulados pela humanidade, em diferentes áreas de conhecimento.

Conceber a Educação como Direito Humano diz respeito a considerar o ser humano na sua vocação ontológica de querer “ser mais”, diferentemente dos outros seres vivos, buscando superar sua condição de existência no mundo. Para tanto, utiliza-se do seu trabalho, transforma a natureza, convive em sociedade. Ao exercer sua vocação, o ser humano faz História, muda o mundo, por estar presente no mundo de uma maneira permanente e ativa. A educação é um elemento fundamental para a realização dessa vocação humana. Não apenas a educação escolar, mas a educação no seu sentido amplo, a educação pensada num sistema geral, que implica na educação escolar, mas que não se basta nela, porque o processo educativo começa com o nascimento e termina apenas no momento da morte do ser humano. Isto pode ocorrer no âmbito familiar, na sua comunidade, no trabalho, junto com seus amigos, nas igrejas etc. Os processos educativos permeiam a vida das pessoas (HADDAD, 2004, p. 3).

Após a *Declaração Universal* de 1948, e com base nela, foram assinados pactos, convenções e protocolos internacionais que compõem o arcabouço sobre o direito à educação, como a *Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino* (1960)²³; o *Pacto Internacional Relativo aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais* (1966), assinado por 118 Estados; o *Pacto Internacional Relativo aos Direitos Civis e Políticos* (1966)²⁴, assinado por 115 Estados.

A *Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino* (UNESCO) define *discriminação* como sendo qualquer “distinção, exclusão, limitação ou preferência” que prive ou limite pessoa ou grupo do acesso aos diversos tipos e graus de ensino, independentemente do motivo, e prevê que os Estados se comprometam com a igualdade de oportunidades em todos os níveis de ensino.

A *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*, firmada em Jomtien (UNESCO, 1990)²⁵, trata da satisfação das necessidades básicas de aprendizagem por todos – crianças, jovens ou adultos –, ou seja, da universalização do acesso à educação com equidade.

Ela reconhece que “uma educação básica adequada é fundamental para fortalecer os níveis superiores de educação e de ensino, a formação científica e tecnológica e, por conseguinte, para alcançar um desenvolvimento autônomo”. Dessa forma, uma política educacional contextualizada deve garantir um “sólido ambiente intelectual e científico à educação básica”, o que implica na melhoria do ensino superior, sendo necessário possibilitar,

²³ Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132598por.pdf>>. Acesso em: 21/03/2017.

²⁴ Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Sistema-Global.-Declara%C3%A7%C3%B5es-e-Tratados-Internacionais-de-Prote%C3%A7%C3%A3o/pacto-internacional-dos-direitos-economicos-sociais-e-culturais-1966.html>>. Acesso em: 21/03/2017.

²⁵ Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 21/03/2017.

em cada nível de educação, “um contato estreito com o conhecimento tecnológico e científico contemporâneo”.

Outras normativas endossam esse entendimento, como o *Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais* (ONU, 1966), vigente no Brasil desde 1992²⁶, que reconhece o direito de toda pessoa à educação – da educação básica gratuita à educação superior; e a *Recomendação N. 195*²⁷ da *Organização Internacional do Trabalho* (OIT, 2004), que recomenda políticas permanentes de desenvolvimento de educação, reconhecendo a educação e a formação como um direito de todos e promovendo a igualdade de oportunidades às pessoas adultas que não tiveram acesso quando jovens.

Também o *Protocolo de São Salvador*²⁸, de 17 de novembro de 1998, acolhido no Brasil por meio do Decreto N. 3321, de 30 de dezembro de 1999²⁹, reafirma o direito universal à educação, em seu artigo 13:

1. Toda pessoa tem direito à educação.
2. Os Estados Partes neste Protocolo convêm em que a educação deverá orientar-se para pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e deverá fortalecer o respeito pelos direitos humanos, pelo pluralismo ideológico, pelas liberdades fundamentais, pela justiça e pela paz. Convêm, também, em que a educação deve capacitar todas as pessoas para participar efetivamente de uma sociedade democrática e pluralista, conseguir uma subsistência digna, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos e promover as atividades em prol da manutenção da paz.
3. Os Estados Partes neste Protocolo reconhecem que, a fim de conseguir o pleno exercício do direito à educação:
 - a) O ensino de primeiro grau deve ser obrigatório e acessível a todos gratuitamente;
 - b) O ensino de segundo grau, em suas diferentes formas, inclusive o ensino técnico e profissional de segundo grau, deve ser generalizado e tornar-se acessível a todos, pelos meios que forem apropriados e, especialmente, pela implantação progressiva do ensino gratuito;
 - c) O ensino superior deve tornar-se igualmente acessível a todos, de acordo com a capacidade de cada um, pelos meios que forem apropriados e, especialmente, pela implantação progressiva do ensino gratuito;
 - d) Deve-se promover ou intensificar, na medida do possível, o ensino básico para as pessoas que não tiverem recebido ou terminado o ciclo completo de instrução do primeiro grau;

²⁶ De acordo com o Decreto N. 591, de 6 de julho de 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm>. Acesso em 20/03/2017.

²⁷ OIT. **Recomendação sobre o Desenvolvimento dos Recursos Humanos:** Educação, Formação e Aprendizagem permanente. Genebra, 01/06/2004. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/sobre-o-desenvolvimento-dos-recursos-humanos-educa%C3%A7%C3%A3o-forma%C3%A7%C3%A3o-e-aprendizagem-permanente>>. Acesso em: 21/03/2017.

²⁸ CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS. Pacto de San José da Costa Rica: Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. **Protocolo de San Salvador.** El Salvador, 1998. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/oea/protsalv.htm>>. Acesso em: 19/05/2017.

²⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3321.htm>. Acesso em: 19/05/2017.

e) Deverão ser estabelecidos programas de ensino diferenciado para os deficientes, a fim de proporcionar instrução especial e formação a pessoas com impedimentos físicos ou deficiência mental.

A *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI* (UNESCO, 1998) reconhece a importância da educação superior tanto para o desenvolvimento sociocultural e econômico como para a construção do futuro, evidenciando a importância da igualdade de acesso, a diversificação da oferta, as funções ética e preventiva, a autonomia e a responsabilidade da educação superior para o desempenho de “seu papel na identificação e tratamento dos problemas que afetam o bem-estar das comunidades, nações e da sociedade global” (art. 2º., alínea f).

A *Declaração de Nova Delhi sobre Educação para Todos* (1993)³⁰ reitera o compromisso dos países signatários em buscar as metas definidas pela *Conferência Mundial sobre Educação para Todos* e pela *Cúpula Mundial da Criança*, realizadas em 1990, e atender às necessidades básicas de aprendizagem de todos os nossos povos, tornando universal a educação básica e ampliando as oportunidades de aprendizagem para crianças, jovens e adultos.

A *Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos* (1997)³¹ reafirma que

[...] apenas o desenvolvimento centrado no ser humano e a existência de uma sociedade participativa, baseada no respeito integral aos direitos humanos, levarão a um desenvolvimento justo e sustentável. A efetiva participação de homens e mulheres em cada esfera da vida é requisito fundamental para a humanidade sobreviver e enfrentar os desafios do futuro. A educação de adultos, dentro desse contexto, torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade.

No mesmo sentido, a *Declaração de Dakar: Educação para Todos* (2000)³², adotada pela *Cúpula Mundial de Educação*, comprometeu-se a “alcançar os objetivos e as metas de Educação Para Todos (EPT) para cada cidadão e cada sociedade”.

Em relação ao direito à educação das pessoas em situação de privação de liberdade, as *Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos* (1955)³³, adotadas pelo *Primeiro Congresso*

³⁰ Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-de-nova-delhi-sobre-educacao-para-todos.html>>. Acesso em: 21/03/2016.

³¹ Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-de-hamburgo-sobre-educacao-de-adultos.html>>. Acesso em: 21/03/2016.

³² Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-de-dakar.html>>. Acesso em: 21/03/2017.

³³ Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-na-Administra%C3%A7%C3%A3o-da-Justi%C3%A7a.-Prote%C3%A7%C3%A3o-dos-Prisioneiros-e-Detidos.-Prote%C3%A7%C3%A3o-contra-a-Tortura-Maus-tratos-e-Desaparecimento/regras-minimas-para-o-tratamento-dos-reclusos.html>>.

das Nações Unidas (ONU) para a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes e aprovadas por Resolução do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, baseadas na não discriminação, já previam a oferta de educação às pessoas presas, obrigatória aos analfabetos e integrada, sempre que possível, ao sistema educacional do país, visando a continuidade após a libertação.

Essas *Regras* foram revisadas e atualizadas pela ONU em 2015, à luz dos direitos humanos e chamadas de *Regras de Mandela*³⁴, estabelecendo a educação como regra de aplicação geral e como forma de oferecer formação a todas as pessoas presas, visando uma vida autossuficiente.

Segundo Graciano (2005), o documento original *Regras Mínimas* (1955) apresentava três entraves ao reconhecimento do direito humano à educação de pessoas presas: 1) contribuiu para a confusão entre educação formal, ensino religioso e educação não-formal; 2) restringiu a obrigatoriedade do Estado em oferecer educação apenas em relação à alfabetização; 3) tornou facultativa a integração da educação em prisões ao sistema regular de ensino. Porém, há que se considerar que este mesmo documento previu a possibilidade do serviço de creche dentro da unidade prisional e a oferta de educação física.

No Brasil, o Conselho Nacional de Políticas Criminal e Penitenciária (CNPCCP) estabeleceu a adaptação e aplicação das *Regras Mínimas* por meio da Resolução N. 14, de 11 de novembro de 1994³⁵. Em 2009, a Lei de Execução Penal (LEP, 1984)³⁶ foi alterada pela Lei N. 11942/09³⁷, para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos as condições mínimas de assistência.

Vale ressaltar a vigência das *Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras*, conhecidas como *Regras de Bangkok*³⁸, aprovadas pela ONU em 2010, que trazem um olhar diferenciado para as especificidades de gênero no encarceramento feminino. Complementam as *Regras Mínimas*, citadas anteriormente, ao estabelecer que a educação, inclusive entre os pares, deve ser uma iniciativa de prevenção de doenças, tratamento, atenção à saúde, cuidado e apoio;

Acesso em: 21/03/2017.

³⁴ Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/05/39ae8bd2085fdb4a1b02_fa6e3944ba2.pdf>. Acesso em: 20/03/2017.

³⁵ Disponível em: <<http://www.crpsp.org.br/interjustica/pdfs/regras-minimas-para-tratamento-dos-presos-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 20/03/2017.

³⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 20/03/2017.

³⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11942.htm>. Acesso em: 20/03/2017.

³⁸ Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/27fa43cd9998bf5b43aa2cb3_e0f53c44.pdf>. Acesso em: 20/03/2017.

considerando-se o interesse das presas na oferta de formação e fixando horários suficientes para esta atividade. O documento das *Regras de Bangkok* prevê, ainda, a educação das crianças que vivem com mulheres que são mães na prisão, com uma ambientação mais próxima possível àquela das crianças fora da prisão.

1.2.2 Nacionais

A *Constituição Federal* de 1988 marca o momento político da redemocratização e luta por direitos sociais. Inspirada em documentos e tratados internacionais, a CF/88 assegurou o direito universal à educação – historicamente negado a camadas populares, negros e indígenas no Brasil –, consagrando-o em seu artigo 6º., ao tratar dos direitos sociais, que são exigíveis por qualquer pessoa frente ao Estado e que requer deste uma ação prestacional, constituindo-se em direito público e subjetivo, como preconizado nos artigos 205 a 214.

Foi com a Lei N. 9394/96 – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB) que concepções e nomenclaturas sobre a educação escolar nacional receberam normatização geral, diante de sua complexidade em termos de gestão, financiamento e administração.

Segundo Cury (2008), a LDB disciplinou a educação escolar, nos seus diferentes níveis e modalidades, e representou um avanço em relação à legislação educacional anterior, mas não cessou o debate em torno da garantia, nas políticas públicas, do acesso e permanência à educação de grupos historicamente excluídos, de modo que o reconhecimento das diferenças é factível com o reconhecimento da igualdade.

Um ponto a ser destacado na LDB é a maior consciência e presença do direito à educação infantil e o direito à diferença como os relativos às fases da vida, às pessoas com deficiência, às populações indígenas e negras, entre outros. Relativamente ao ensino superior, há a *Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior* (SINAES), Lei N. 10861/04, com o *Conselho Nacional da Avaliação da Educação Superior* (CONAES). A Lei N. 11096/05, do *Programa Universidade para Todos* (ProUni), e suas respectivas regulamentações significam uma alteração nas relações público/privado, especialmente em vagas no ensino superior privado. Pode-se dizer que o direito à diferença conheceu mais um dispositivo com as cotas, Lei N. 12711/2012 (CURY, 2016, n.p.).

Assim, a partir da LDB, uma série de debates continuou sendo realizada sobre a universalização e democratização da educação – sobretudo a básica, desencadeando novas leis, além de normativas publicadas pelo *Conselho Nacional de Educação* (CNE), por meio de pareceres e resoluções, com o objetivo de assegurar as especificidades no atendimento escolar a públicos e contextos diversos, como é o caso das pessoas privadas de liberdade.

Especificamente no que se refere ao direito à educação da pessoa presa, a LDB não é explícita sobre a sua oferta nos estabelecimentos penais. Em geral, o tema é tratado no âmbito da modalidade de *Educação de Jovens e Adultos* (EJA) na educação básica.

No *Plano Nacional de Educação* 2001-2011, Lei N. 10.172/01³⁹, justamente na meta relativa à EJA, constava a exigência de “implantar, em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendam adolescentes e jovens infratores, programas de educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio, assim como de formação profissional”. Esse público deveria também ser contemplado com material didático-pedagógico e com a expansão da oferta de programas de educação a distância na modalidade EJA.

No atual *Plano Nacional de Educação* 2014-2024, instituído pela Lei N. 13.005/14, o tema surge de maneira explícita nas metas 9 e 10, que tratam da EJA, por meio das seguintes estratégias:

[...] 9.8 assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, **às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais**, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;
 [...] 10.10 orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, **de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais**, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração (BRASIL, 2014, n.p., grifos nossos).

Observa-se um avanço em relação ao PNE anterior acerca do público abrangido na legislação. Se na versão anterior, o PNE dispunha sobre o direito à educação apenas de “adolescentes e jovens infratores”, o atual PNE trata da oferta de educação às “pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais”.

Na legislação penal, o direito à educação também é garantido à população prisional. O *Código Penal*⁴⁰ ao tratar dos *Direitos do preso* em seu art. 38, fixa que esse “conserva todos os direitos não atingidos pela perda de liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral”.

A garantia do direito à educação para pessoas em situação de privação de liberdade também se encontra presente na *Lei de Execução Penal* (LEP), Lei N. 7210/1984, em seu art. 3º., ao instituir que “ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei”. E ainda, em seus artigos 10 e 11, ao designar a

³⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm>. Acesso em: 20/03/2017.

⁴⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 20/03/2017.

assistência educacional, bem como outras assistências (material, jurídica, social, à saúde e religiosa) ao preso e ao internado⁴¹ como um dever do Estado, “objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”.

O direito de acesso à educação ou assistência educacional, como denomina a LEP, tem reservados os artigos 17 a 21-A, que asseguram:

- A instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado;
- A obrigatoriedade do ensino de 1º. grau (Ensino Fundamental), integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa;
- O Ensino Médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional, implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização (previsão incluída na LEP no ano de 2015);
- Integração do ensino ministrado às pessoas presas ao sistema estadual e municipal de ensino, mantido administrativa e financeiramente com o apoio da União, não somente com os recursos destinados à educação, mas também pelo sistema estadual de justiça ou administração penitenciária (previsão incluída na LEP no ano de 2015);
- Oferta de cursos supletivos de Educação de Jovens e Adultos (previsão incluída na LEP no ano de 2015);
- Inclusão, pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal, em seus programas de Educação a Distância e de utilização de novas tecnologias de ensino no atendimento aos presos e às presas (previsão incluída na LEP no ano de 2015);
- O estabelecimento de convênio com entidades públicas ou particulares para a instalação de escolas ou oferta de cursos especializados;
- A dotação de uma biblioteca nos estabelecimentos prisionais para o uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos;
- A apuração, via censo penitenciário, do nível de escolaridade das pessoas presas, da existência de cursos nos níveis fundamental e médio e o número de presos e presas atendidos; da implementação de cursos profissionais em nível de iniciação ou aperfeiçoamento técnico e o número de pessoas atendidas; de existência de bibliotecas e as condições de seu acervo e de outros dados relevantes para o aprimoramento educacional das pessoas presas (previsão incluída na LEP no ano de 2015).

A LEP (com modificações trazidas pela Lei N. 13.163/2015) prevê, ainda, em seu

⁴¹ *Internado* se refere à pessoa em cumprimento de medida de segurança que não se caracteriza como pena, mas como uma sanção penal consistente para pessoas consideradas inimputáveis (como é o caso de pessoas com doença mental, por exemplo). As medidas perpassam da internação em hospital psiquiátrico ao tratamento ambulatorial, de acordo com o *Código Penal*.

artigo 83, que o estabelecimento penal “conforme sua natureza” deverá contar com áreas e serviços voltados para a educação, com instalação destinada ao estágio de estudantes universitários e salas de aula para “cursos do ensino básico e profissionalizante”.

Apesar de assegurar, de maneira explícita, o direito à educação básica, a LEP não faz referência em nenhum dos seus artigos destinados ao direito à educação sobre o acesso ao ensino superior. Outra falha presente em sua recente alteração (considerando-se que a sua redação data de 2015) é a desatualização em relação aos termos próprios da legislação educacional em vigor, ao utilizar a expressão *ensino de 1º. grau*, ao invés de *ensino fundamental*, como regulamentado pela LDB, por exemplo.

Ademais, os avanços relacionados a EJA, como modalidade a ser oferecida aos presos na educação básica, e as atribuições institucionais no que tange ao financiamento foram vinculadas apenas ao ensino médio, não englobando toda a educação básica como prevê a legislação desde a publicação da Emenda Constitucional N. 59/2009, que ampliou a obrigatoriedade do ensino.

A educação superior é citada em outros dispositivos da LEP, que consideramos importante para este estudo. Ao dispor sobre a *saída temporária*, o artigo 122, inciso II, permite que “os condenados que cumprem pena em regime semiaberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta” – o que não impede a utilização de equipamento de monitoramento eletrônico – no caso de “frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º. grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução”.

Trata-se de autorização concedida por juiz da execução penal, de acordo com o artigo 123, que depende do cumprimento de requisitos pela pessoa presa, como comportamento adequado às regras do sistema prisional, cumprimento de parte da pena e compatibilidade com os objetivos da pena. Na sequência, a lei prevê a concessão dessa autorização pelo tempo necessário para o cumprimento das atividades discentes.

Um aspecto relevante e de grande impacto no acesso à educação escolar pelas pessoas presas é a remição de pena por estudos. Desde 2011, quando a LEP foi alterada pela Lei N. 12.433, o artigo 126 assegura o direito de remição de parte do tempo da pena por meio da educação, o que significa um importante avanço e conquista, uma vez que a remição era garantida legalmente apenas em relação às atividades de trabalho.

A remição significa o abatimento de dias de cumprimento de pena pela pessoa presa, que são considerados dias cumpridos de pena para todos os efeitos. No caso das atividades educacionais, conforme a LEP, a remição de pena é calculada da seguinte forma: 1 (um) dia

de pena para cada 12 (doze) horas de frequência escolar – ensino fundamental, médio, profissionalizante, superior ou de requalificação profissional – divididas, no mínimo, em 3 (três) dias.

Dentre outros aspectos, a lei prevê que as atividades educacionais podem ser presenciais ou a distância e que o tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificado pelo órgão competente do sistema de educação. Prevê, ainda, que a pessoa condenada criminalmente autorizada a estudar fora do estabelecimento penal deverá comprovar mensalmente, por meio de declaração da respectiva unidade de ensino, a frequência e o aproveitamento escolar. Entretanto,

[...] a recente alteração na LEP que permite a remição da pena pelos estudos, louvável em sua intenção, mas infeliz nos seus critérios, ignora os objetivos e as metas próprias da educação e autoriza a concessão da remição apenas pela frequência à sala de aula, independentemente de o preso concluir ou não um ciclo, modalidade ou nível de estudos. Entre as possibilidades apresentadas pelo projeto político-pedagógico e a operacionalização da remição da pena pelos estudos, temos uma aparente contradição, ou seja, diversas instâncias da educação, da execução penal, da administração penitenciária e da sociedade civil são mobilizadas para assegurar a oferta da educação nas prisões, porém não existem mecanismos que induzam o preso ao cumprimento das metas e dos objetivos da educação consignados no projeto (SILVA, 2011, pp. 92-93).

A Recomendação N. 44/2013⁴² do *Conselho Nacional de Justiça* (CNJ) ampliou a compreensão da LEP no tocante à concessão de remição de pena apenas para atividades de ensino, ao dispor sobre “atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e critérios para a admissão pela leitura”, ao recomendar que os Tribunais considerem atividades culturais, esportivas, de saúde, capacitação profissional dentre outras, comumente desenvolvidas nas prisões por pessoas e instituições diversas.

A Recomendação do CNJ possibilita ainda a remição pela leitura e pela certificação nos Exames Nacionais, como é o caso do *Exame para Certificação de Competências de Jovens e Adultos* (ENCCEJA) e do *Exame Nacional do Ensino Médio* (ENEM). A Recomendação representa um avanço na medida em que há muitas pessoas presas que não participam de projeto ou ação educacional por falta de vagas, espaço físico limitado ou incompatibilidade com o trabalho, como apontam as informações do INFOPEN (2014)⁴³ e, com isso, podem lograr a remição de pena por meio de outras atividades educacionais, não

⁴² Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=1235>>. Acesso em: 20/03/2017.

⁴³ Especificamente em relação ao estado de São Paulo, das 161 unidades prisionais, à época do levantamento nacional em 2014, identificaram-se 136 unidades com salas de aula com capacidade de atendimento para 11.309 pessoas por turno, 37 delas com salas de informática, 142 com biblioteca e 11 com outros espaços de educação.

somente as escolares.

No cenário nacional, além da LEP, um marco normativo alvissareiro é a Resolução N. 2⁴⁴, de 19 de maio de 2010, do *Conselho Nacional de Educação* (CNE) por meio de sua *Câmara de Educação Básica* (CEB), que dispõe sobre as *Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais*, regulamentando e institucionalizando a educação em prisões no país.

É garantida a oferta de educação escolar, com foco na educação básica e sua modalidade EJA⁴⁵, por instituições do sistema educacional, com professores habilitados, certificação e continuidade dos estudos. Essa Resolução foi precedida pelo Parecer N. 4/2010⁴⁶ do CNE/CEB; pela Resolução N. 3⁴⁷, de 6 de março de 2009, do *Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária* (CNPCP), que dispõe sobre as *Diretrizes Nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais* e, pela Resolução N. 14/1994 do CNPCP, que fixou as *Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil*.

As *Diretrizes Nacionais* fazem parte de um encadeamento de discussões e ações anteriores, como os *Seminários Nacionais pela Educação nas Prisões*⁴⁸, com a participação de gestores e sociedade civil; as *Conferências Internacionais de Educação de Adultos* (V e VI CONFINTEA) e o Projeto *Educando para a Liberdade* (2006), fruto da parceria entre os *Ministérios da Educação e da Justiça* e da Representação da UNESCO no Brasil, que

⁴⁴ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 13/01/2015.

⁴⁵ No campo da EJA, o Parecer N. 11/2000 do CNE menciona a população presa como público-alvo na educação básica, por meio dessa modalidade de ensino, dez anos antes da publicação das *Diretrizes Nacionais para oferta de educação nos estabelecimentos penais*. O Parecer explicita a função reparadora e equalizadora da EJA, vislumbrando a igualdade de oportunidades a inúmeras pessoas que não tiveram uma adequada correção idade/ano escolar em seu itinerário educacional: “A função equalizadora da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada, seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação. Para tanto, são necessárias mais vagas para estes ‘novos’ alunos e ‘novas’ alunas, demandantes de uma nova oportunidade de equalização. [...] A equidade é a forma pela qual se distribuem os bens sociais de modo a garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade, consideradas as situações específicas” (BRASIL, 2000, pp. 8-9).

⁴⁶ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf>. Acesso em: 20/03/2017.

⁴⁷ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10028-resolucao-3-2009-secadi&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20/03/2017.

⁴⁸ Documento-referência do Seminário de 2012: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10586-educacao-nas-prisoereferencia-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15/01/2017.

refletem a concepção de que a garantia do acesso à educação é um direito dessa população⁴⁹.

No que se refere à educação básica, a Resolução do CNE que instituiu as *Diretrizes Nacionais* é explícita ao colocar a oferta sob a responsabilidade das *Secretarias de Educação* dos Estados, com apoio da *Administração Penitenciária*, por meio da modalidade EJA, com materiais e professores no âmbito da política pública educacional. No tocante à educação superior, prevê, em seu artigo 6º., que

[...] a gestão da educação no contexto prisional deverá promover parcerias com diferentes esferas e áreas de governo, bem como com universidades, instituições de Educação Profissional e organizações da sociedade civil, com vistas à formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade.

Parágrafo Único. As parcerias a que se refere o *caput* deste artigo dar-se-ão em perspectiva complementar à política educacional implementada pelos órgãos responsáveis pela educação da União, dos Estados e do Distrito Federal (BRASIL, 2010, n.p.).

Mais especificamente, em seu artigo 12, § 2º, preconiza que

[...] devem ser garantidas condições de acesso e permanência na Educação Superior (graduação e pós-graduação), a partir da participação em exames de estudantes que demandam esse nível de ensino, respeitadas as normas vigentes e as características e possibilidades dos regimes de cumprimento de pena previstas pela Lei N. 7210/84 (Ibid., n.p.).

A Resolução previu a possibilidade de parceria com universidades para participarem das políticas de EJA nas prisões e atrelou o acesso à educação superior ao que preconiza a LEP, em termos de possibilidades de saídas da pessoa presa para frequentar atividades discentes, autorizadas pelo Judiciário, e sobre o acesso à educação superior nos diferentes tipos de estabelecimentos penais definidos pela lei.

Tais funções que as universidades públicas podem exercer em parcerias, por exemplo, podem ser implantadas por meio da extensão universitária e da pesquisa acadêmica, além de atividades de apoio ao ensino, como *cursinhos preparatórios* para os Exames Nacionais e processos seletivos de universidades – temática aprofundada posteriormente nos próximos capítulos deste estudo.

Após a publicação das *Diretrizes Nacionais* pelo CNE, outras normativas foram publicadas e políticas de fomento à educação escolar em prisões instituídas, sobretudo com

⁴⁹ Sobre o *Seminário Nacional* e o Projeto *Educando para a Liberdade*, as respectivas publicações: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001475/147583por.pdf>> e <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja_prisao/educando_liberdade_unesco.pdf>. Acesso em: 15/01/2017.

mecanismos implantados pelo *Executivo Federal*⁵⁰. Como exemplo, o *Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional*, instituído por meio do Decreto N. 7626⁵¹, de 24 de novembro de 2011, que estabelece atribuições do *Ministério da Justiça* e do *Ministério da Educação* (MEC), com diretrizes e responsabilidades próprias.

Mais recentemente, o CNE publicou o Parecer N. 5/2015⁵² (CNE/CEB) e a Resolução N. 4⁵³, de 30/05/2016, que dispõe sobre as *Diretrizes Operacionais para a remição de pena pelo estudo de pessoas em privação de liberdade nos estabelecimentos penais do sistema prisional brasileiro*. A normativa trata da remição aplicada à educação básica, por meio da EJA, e cursos de qualificação profissional, modalidade presencial ou à distância, reafirmando os postulados da LEP e da LDB. A Resolução reitera a possibilidade de parcerias na gestão da educação no contexto prisional com universidades e esferas do governo.

Portanto, no campo normativo, no Brasil, não há mais discussão sobre o direito universal à educação. Sobretudo, em relação ao direito à escolarização básica, do qual trata o conjunto de normas citadas. No que concerne à educação superior, as normas vigentes previram essa possibilidade à população privada de liberdade, mas limitaram a algumas condições e requisitos, com referência ao tipo de estabelecimento penal e a autorizações por parte do Judiciário.

No tempo presente, a discussão sobre o direito humano e universal à educação centra-se em como desenvolver uma prática educativa que tenha adaptabilidade a diferentes públicos e contextos, com maior cobertura de atendimento, oferta e que seja de qualidade.

O exercício desse direito pelas pessoas privadas de liberdade apresenta especificidades, seja porque o espaço da prisão, punitivo por excelência, não tem conseguido garantir o conjunto de direitos mantidos no cumprimento da pena, seja pelo papel desempenhado pela educação nesse contexto.

⁵⁰ Como exemplo, as Resoluções do *Ministério da Educação* publicadas para apoio às novas turmas de EJA, priorizando pessoas em privação de liberdade, o *Programa Brasil Alfabetizado*, o *Programa Nacional do Livro Didático e da Biblioteca na Escola*, o *Programa de Formação Continuada* (RENAFOR), *Brasil Profissionalizado*, *Projovem Urbano* e Exames Nacionais (ENEM PPL e ENCCEJA PPL), aplicados com edital específico desde o ano de 2010.

⁵¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7626.htm>. Acesso em: 15/01/2017.

⁵² Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17651-pceb005-15&category_slug=junho-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15/01/2017.

⁵³ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=42991-rceb004-16-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15/01/2017.

1.3 O território como balizador da política pública de Educação

O conceito *território* foi largamente empregado para a ordenação, regulamentação e qualificação da Educação no Brasil. Um exemplo apropriado refere-se à Lei N. 5540, de 28 de novembro de 1968⁵⁴, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e a sua articulação com a escola média. O processo de criação e implantação das universidades brasileiras era orientado por um critério territorial chamado *Distrito Geoeducacional* (DGEs) e operacionalizado pelo antigo *Conselho Federal de Educação* (CFE) durante os processos de autorização para o estabelecimento de novas universidades e novos cursos no território brasileiro.

A Indicação N. 6/92 e as Portarias N. 18, de 05 de maio de 1992 e N. 33, de 8 de junho de 1992 do então *Conselho Federal de Educação* (CFE), foram responsáveis pela designação de uma *Comissão* que tinha por finalidade propor a atualização da divisão do país em *Distritos Geoeducacionais*; fixar o papel deste instrumento e o seu alcance, bem como definir o entendimento quanto à utilização dos DGEs como área de abrangência para a criação de cursos e para a ação das Universidades⁵⁵. Atualmente, o DGE não é mais utilizado, mas deve-se reconhecer que foi um instrumento útil para a interiorização da Educação Superior no país, tanto na distribuição das universidades federais quanto para delimitar os espaços de atuação das instituições privadas.

O mesmo conceito *território* serviu a diferentes propósitos. O *Instituto Tomie Otake*, por exemplo, ao criar o *Prêmio Território Educativo*⁵⁶ privilegia a integração entre saberes escolares e comunitários com vistas ao fortalecimento de escolas públicas na cidade de São Paulo.

Concepção semelhante é empregada pela *Associação Cidade Escola Aprendiz*⁵⁷ com o desenho do *Projeto Bairro-Escola* que tem a escola, a família e a comunidade como partes interconectadas de um mesmo sistema para favorecer o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

⁵⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 15/01/2017.

⁵⁵ A título de ilustração, cf. **Aviso Ministerial N. 624/92** - Cursos fora de sede. Indicação N. 06/92 - *Distritos Geoeducacionais*. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd002092.pdf>>. Acesso em: 05/07/2017.

⁵⁶ Mais informações em: <<http://www.institutotomieotake.org.br/premios/territorios-educativos>>. Acesso em: 04/07/2017.

⁵⁷ Mais informações em: <http://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Territorios-Educativos_Vol1.pdf>. Acesso em: 05/07/2017.

Na articulação entre interesses educacionais e produtivos, por exemplo, o *Arranjo Produtivo Local* (APL) é empregado tanto pelo *Centro Paula Souza* para o planejamento de suas unidades de Ensino Técnico Profissional (ETEC e FATEC), quanto pela *Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais*⁵⁸, uma rede de pesquisa interdisciplinar, formalizada desde 1997, sediada no *Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Seu principal foco de pesquisa são os arranjos e sistemas produtivos locais.

Arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (MDIC, 2011, n.p.)⁵⁹.

O *Ministério da Educação* (MEC), no campo da *Educação Escolar Indígena*, utiliza o conceito de *Territórios Etnoeducacionais* (TEEs), considerando a territorialidade das etnias indígenas, a participação da comunidade e a articulação entre os órgãos públicos, de modo que

[...] a constituição da política nacional dos *Territórios Etnoeducacionais* (TEE) é resultado do diálogo entre os povos indígenas, Governo Federal, governos estaduais e municipais e a sociedade civil, que apontou a necessidade de se reconhecer nas políticas de educação escolar a diversidade cultural e a territorialidade dos povos indígenas no Brasil. Nesse sentido, o Decreto N. 6861, de 27 de maio de 2009, define a organização da *Educação Escolar Indígena* em *Territórios Etnoeducacionais* e reforça a legislação atual sobre o tema ao afirmar que sua estruturação deve ser feita com a participação dos povos indígenas, observada a sua territorialidade e respeitando suas necessidades e especificidades. Os *Territórios Etnoeducacionais* são áreas definidas a partir da consulta aos povos indígenas e estão relacionadas à sua mobilização política, afirmação étnica e garantia de seus territórios e de políticas específicas nas áreas da educação, conforme determina a Constituição de 1988 (MEC, 2012, p. 1)⁶⁰.

Com foco na modalidade *Educação de Jovens e Adultos* (EJA), o MEC incorporou o conceito de território criando a *Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos*, que tem como objetivo

⁵⁸ Mais informações em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br/>>. Acesso em: 05/07/2017.

⁵⁹ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **APLS, o que são?** 2011. Disponível em: <http://portalapl.ibict.br/menu/itens_menu/apls/apl_o_que_sao.html>. Acesso em: 05/07/2017.

⁶⁰ Disponível em: <http://laced.etc.br/site/arquivos/Territorios_Etnoeducacionais_texto_conceitual_CGEEI.pdf>. Acesso em: 07/07/2017.

[...] reunir periodicamente representantes de diversos segmentos da sociedade, de cada estado brasileiro, para trabalhar em conjunto, seguindo a filosofia do compromisso pela educação, impetrada pelo *Plano de Desenvolvimento da Educação* (PDE). A intenção é estabelecer uma agenda de compromissos para o ano, em que cada estado trace metas para a educação de jovens e adultos. O *Ministério da Educação* é responsável por acompanhar a implementação dos trabalhos em cada localidade (MEC, s.n.t.)⁶¹.

O mesmo MEC criou, em 2008, o *Selo Município Livre do Analfabetismo* em reconhecimento aos municípios que atingirem mais de 96% de alfabetização em suas redes de ensino. O objetivo é apresentar os sistemas educacionais de excelência para que sirvam de inspiração para os municípios com baixos índices. A educação básica brasileira tem hoje uma média aproximada de quatro pontos, em uma escala que vai de zero a dez, e leva em conta o rendimento dos alunos e a evasão escolar⁶².

Para colocar a discussão no contexto atual, evoca-se o *Plano Nacional de Educação*, aprovado pela Lei N. 13005/2014, que estabelece em seu artigo 13 que

[...] o poder público deverá instituir, em lei específica, contados 2 (dois) anos da publicação desta Lei, o Sistema Nacional de Educação, responsável pela articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para efetivação das diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação.

Não bastasse isso, e para demonstrar a pertinência e atualidade desta discussão, está em tramitação no *Congresso Nacional* o Projeto de Lei Complementar N. 413/2014, de autoria do Deputado Federal Saguás Moraes que, para a regulamentação do artigo 23 da *Constituição Federal* de 1988, define em seu artigo 4º. que “o *Sistema Nacional de Educação*, expressão do esforço organizado, autônomo e permanente do Estado e da sociedade brasileira compreende o Sistema Federal, os Sistemas Estaduais, do Distrito Federal e dos Municípios constituídos em lei dos respectivos entes federados”⁶³.

Em comunicação oral realizada no *Congreso Universidad 2010*, em Havana, Cuba, Silva explicava que

[...] a Educação, propõe este artigo, deve ser concebida como um projeto de Estado ou de nação e pressupõe, primeiramente, fazer a integração dos diversos níveis e modalidades de ensino vigentes no país. Pode-se conceber esta integração em dois níveis: horizontal e vertical. A integração horizontal significa entender as unidades de um mesmo sistema, seja ele municipal, estadual ou federal, como unidades congêneres, com os mesmos fins, subordinadas à mesma estrutura hierárquica, às

⁶¹ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/agenda-territorial-de-eja>>. Acesso em: 05/07/2017.

⁶² Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/Bk_pde/selo.html>. Acesso em: 05/07/2017.

⁶³ Mais informações em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=620859>>. Acesso em: 05/07/2017.

Esta divisão territorial empregada na Educação Básica, no caso do estado de São Paulo, não coincide com a divisão territorial utilizada pela *Administração Penitenciária*, em 06 (seis) *Coordenadorias Regionais*, 01 (uma) de *Saúde* e 01 (uma) de *Reintegração Social*. Os 168 estabelecimentos prisionais existentes no estado de São Paulo não estão exatamente em 168 municípios, havendo certa concentração que se convencionou chamar de *polo penitenciário*, como foi o caso do *Carandiru*, na capital e, atualmente, a região de Campinas, que concentra 38 unidades, além da região oeste do Estado, onde estão 39 unidades, como ilustra o mapa a seguir.

Ilustração 2: Mapa das Unidades Prisionais do estado de São Paulo⁶⁵

A territorialização da política pública foi definitivamente incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro a partir da *Constituição Federal* de 1988, com a ordenação das políticas setoriais (Saúde, Assistência Social, Segurança Pública e Educação) ora por força da municipalização, ora em decorrência da gestão tripartite das mesmas que compromete, simultânea e solidariamente, a União, os Estados e os municípios.

No caso específico da Educação em Prisões, as *Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais*, aprovada pela Resolução N. 2 (CNE), de 19 de maio de 2010, estabelecem a corresponsabilidade entre dois órgãos ministeriais determinando, em seu artigo 3º, que

⁶⁵ Fonte: <<http://www.sap.sp.gov.br/uni-prisionais/pen.html>>. Acesso em: 07/07/2017.

A oferta de *educação para jovens e adultos* em estabelecimentos penais obedecerá às seguintes orientações:

I – é atribuição do órgão responsável pela educação nos Estados e no Distrito Federal (*Secretaria de Educação* ou órgão equivalente) e deverá ser realizada em articulação com os órgãos responsáveis pela sua administração penitenciária, exceto nas penitenciárias federais, cujos programas educacionais estarão sob a responsabilidade do *Ministério da Educação* em articulação com o *Ministério da Justiça*, que poderá celebrar convênios com Estados, Distrito Federal e Municípios.

Da mesma forma, o *Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional*, instituído pelo Decreto N. 7626, de 24 de novembro de 2011, afirma em seu artigo 5º. que “[...] o PEESP será coordenado e executado pelos *Ministérios da Justiça e da Educação*”, consolidando a necessidade de que os órgãos de Educação e da Administração Prisional atuem em sintonia para a execução de uma mesma política. Esta determinação implica, necessariamente, na reconfiguração do território onde atuarão, neste caso determinado pela localização da unidade prisional (locus receptor), que não encontra correspondência nem simetria com a localização das unidades de ensino da Educação Básica, tampouco das universidades.

Vemos nestas orientações das *Diretrizes* uma mudança conceitual que supera a conceituação tradicional de território, ainda válida para algumas políticas, para introduzir a noção de prisão enquanto espaço de atuação simultânea, conjunta e coordenada de vários atores governamentais, universidades e entidades da sociedade civil.

O geógrafo brasileiro Milton Santos (1978), usou o exemplo do *Radar Meteorológico* da UNESP de Bauru que, durante muito tempo foi o único no Brasil, para demonstrar a territorialização como possível fator de equalização do desenvolvimento regional, ao explicar que o referido radar tinha um raio de alcance de 400 km, mas a sua eficácia era maior no perímetro de 300 km. Com isso, as empresas instaladas naquele perímetro e que podiam se utilizar das informações produzidas pelo radar tinham condições de operações muito superiores às aquelas instaladas em outros lugares, beneficiando-se de suas informações para a produção de laranja e cana de açúcar, hoje riquezas da região (SANTOS, 2006).

A partir disso, Santos sustenta que “uma nova dinâmica de diferenciação se instala no território”. Em primeiro lugar, distinguem-se zonas servidas pelos meios de conhecimento e áreas desprovidas desta vantagem. Dessa forma, o rearranjo das atividades e do respectivo poder econômico seria duplo: na escala da área instrumentalizada e na da região de que tal área é uma parte privilegiada, de modo que “o conhecimento exerceria assim, e fortemente, seu papel de recurso, participando do clássico processo pelo qual, no sistema capitalista, os detentores dos recursos competem vantajosamente com os que deles não dispõem” (p. 163).

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima (Idem, 1996, p. 51).

Faz parte da dinâmica de diferenciação do conceito *território*, a recuperação do conceito de *região*. Para Santos, “as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam”, afirmando enfaticamente que “agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamemos por outro nome” (Idem, 1968, p. 165).

E sobre o *espaço*, Santos afirma que

[...] por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total (Idem, 1978, p. 171).

Seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência no tempo histórico, [...] a sociedade evolui no tempo e no espaço. O espaço é o resultado dessa associação que se desfaz e se renova continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em evolução permanente. [...] Somente a partir da unidade do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo, é que se podem interpretar as diversas modalidades de organização espacial (Idem, 1979, pp. 42-43).

No terceiro capítulo da tese, também inspirado nas concepções de cartografia social, nos ocuparemos especificamente dos conceitos de território, região e espaço formulados por Milton Santos e a sua ideia de *meio técnico* para fundamentar a proposta de um mapa de possibilidades que apresenta alguma semelhança com o conceito de *comunidade científica* formulado por Thomas Kuhn (1998).

1.4 Direito à educação: implicações no exercício pela pessoa em situação de privação de liberdade

Ainda que não se adote neste trabalho as perspectivas e ideologias “re”, como *ressocialização*, *reeducação* ou *recuperação*, mas a garantia de direitos; defendemos a ideia de que o acesso à educação potencializa outros direitos e possibilita a qualquer pessoa uma gama de opções em relação ao trabalho, à continuidade dos estudos e à participação social.

Um dos fatores que torna a educação dentro das prisões importante, para além do cumprimento de um direito universal assegurado internacional e nacionalmente, é a baixa escolaridade apresentada pela maioria das pessoas que é mantida presa – aspecto que,

juntamente com o perfil racial, social e de crimes cometidos, evidencia a seletividade penal sobre a população histórica e socialmente mais vulnerável.

De acordo com Baratta (2002), há um fator social que se relaciona às chances de alguém ser selecionado como *criminoso* e preso, reiterando e perpetuando desigualdades e exclusões, já presentes antes do encarceramento. Assim, a criminalidade se revela como

[...] um status atribuído a determinados indivíduos, mediante uma dupla seleção: em primeiro lugar, a seleção dos bens protegidos penalmente, e dos comportamentos ofensivos destes bens, descritos nos tipos penais; em segundo lugar, a seleção dos indivíduos estigmatizados entre todos os indivíduos que realizam infrações a normas penalmente sancionadas (p. 161).

Segundo Goffman (1975), os estigmas operam como uma marca socialmente construída em relação às pessoas presas, abrindo pouca possibilidade à mudança, pois reforça o que é negativo e o que se espera destas em suas relações sociais e até na possível influência em relação ao seu entorno: “uma pessoa com ordem de prisão pode contaminar legalmente qualquer um que seja visto em sua companhia, expondo-o à prisão como suspeito” (p. 57).

O acesso a direitos, como a educação e o aumento da escolaridade, é um fator que pode promover a proteção e a redução de vulnerabilidades sociais no retorno à vida em sociedade, marcada por disputas e desigualdades na busca e direito por trabalho e renda, sobretudo se considerarmos que a maior parte da população privada de liberdade é composta por pessoas jovens, com menos de 30 anos, marcada por processos de “socialização incompleta” (ADORNO, 1991).

No contexto da prisão, a adesão das pessoas privadas de liberdade às atividades educacionais, notadamente as escolares, ainda é muito relacionada à ocupação do tempo livre, a obtenção de um benefício no processo penal ou à redução de parte da pena, por meio da remição. Lamentavelmente, ela não se encontra relacionada ao exercício de um direito ou ao acesso ao conhecimento e aumento da escolaridade, como apontam recentes pesquisas (CARREIRA, 2009; OLIVEIRA, 2012; AÇÃO EDUCATIVA, 2013, 2014).

As atividades educacionais na prisão são realizadas por diferentes atores e instituições – públicas, privadas, filantrópicas, religiosas, governamentais ou não governamentais –, e abarcam a educação escolar e a educação não-escolar. As atividades escolares compreendem a escolarização propriamente dita, de oferta sob a responsabilidade do Estado, como a alfabetização, o ensino fundamental e médio, o ensino superior, cursos técnicos e

profissionalizantes, nas modalidades presencial ou a distância⁶⁶. As não-escolares, por sua vez, abarcam as mais diversas atividades culturais, artísticas e pedagógicas como oficinas, cursos livres, grupos de leitura, esporte, arte, cultura e lazer.

Entretanto, o direito à educação pode ser considerado como um direito em disputa, em que atores governamentais, conselhos, organizações, universidades, sindicatos, fóruns, movimentos sociais, gestores, professores, sociedade civil e comunidade em geral estão em permanente tensão na formulação de políticas públicas para os mais diversos públicos e contextos e controle social. Como exemplo, a elaboração dos *Planos de Educação* (Nacional, Estaduais e Municipais) demonstram a arena de debate, a complexidade desse direito em disputa e a priorização de determinadas ações.

A efetividade desse direito depende de uma ação prestacional, positiva, principalmente de oferta de escolarização, por parte dos órgãos estatais, cujo dever seria não só respeitar e proteger, mas também promover o direito humano à educação. No entanto, tem se mostrado necessária, cada vez mais, ações de controle social, demandas e exigibilidade dos movimentos sociais, sociedade civil e cidadãos em geral – o que, por vezes, ocorre pela via da judicialização⁶⁷.

Segundo a Observação N. 13 do *Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais* da ONU⁶⁸, sobre o direito à educação e a aplicação do artigo 13 do *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*, o direito à educação se concretiza por meio de quatro características inter-relacionadas: disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e adaptabilidade. Independentemente do modo como o ensino é ofertado e do público ao qual se destina, as atividades educacionais devem ser sempre disponíveis, acessíveis, aceitáveis e

⁶⁶ A oferta de educação a distância (EaD) no contexto prisional brasileiro ainda é um campo de estudos e práticas em construção. A esse respeito, cf. GOMES, 2016. **Oferta educacional em prisões e a modalidade de educação a distância**. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/31419>>. Acesso em: 10/05/17. E ainda, os relatos de experiências apresentados em PARDO et. al, 2011. **EaD como ferramenta transformadora de vidas: o caso da penitenciária estadual do Maringá**. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/272.pdf>>. Acesso em: 05/05/17. SILVA; PINTO, 2013. **A educação a distância como uma modalidade de ensino nas penitenciárias federais**. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/672/278>>. Acesso em 13/06/17. KANNO, 2013. **Estudo sobre modelos de ensino a distância para apenados**. Disponível em: <<http://www.uel.br/cce/dc/wp-content/uploads/TCC-MassatoKanno-BCC-UEL-2013.pdf>>. Acesso em: 13/04/2017.

⁶⁷ Como exemplo, citamos a decisão judicial do *Tribunal de Justiça de São Paulo*, do ano de 2016, que determinou a oferta de ensino noturno pelo Estado às mulheres presas na *Penitenciária Feminina de Santana*, na capital paulista. A ação foi proposta em 2012 pela *Defensoria Pública do Estado* e pelas organizações *Ação Educativa*, *ITTC*, *Conectas*, *Pastoral Carcerária* e *Instituto Práxis*, com base na legislação vigente. Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/11/1831222-justica-determina-que-presidio-feminino-em-sp-tenha-aulas-a-noite.shtml>>. Acesso em: 20/02/2017.

⁶⁸ Disponível em: <<http://www.prr4.mpf.gov.br/pesquisaPauloLeivas/index.php?pagina=CDESC>>. Acesso em: 05/05/2017.

adaptáveis, de maneira que a instituição educacional se adapte aos mais diferentes públicos e contextos, e não o contrário.

No documento *Direito Humano à Educação*, organizado pela *Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais* (DhESCA Brasil) e *Ação Educativa* (2011, pp. 24-25)⁶⁹, essas características são definidas como:

Disponibilidade – significa que a educação gratuita deve estar à disposição de todas as pessoas. A primeira obrigação do Estado brasileiro é assegurar que existam creches e escolas para todas as pessoas, garantindo para isso as condições necessárias (como instalações físicas, professores qualificados, materiais didáticos etc.). Deve haver vagas disponíveis para todos os que manifestem interesse na educação escolar. O Estado não é necessariamente o único responsável pela realização do direito à educação, mas as normas internacionais de direitos humanos obrigam-no a ser o principal responsável e o maior investidor, assegurando a universalização das oportunidades.

Acessibilidade – É a garantia de acesso à educação pública, disponível sem qualquer tipo de discriminação. Possui três dimensões que se complementam: 1) não discriminação; 2) acessibilidade material (possibilidade efetiva de frequentar a escola graças à proximidade da moradia ou à adaptação das vias e prédios escolares às pessoas com dificuldade de locomoção, por exemplo) e 3) acessibilidade econômica – a educação deve estar ao alcance de todas as pessoas, independentemente de sua condição econômica, portanto, deve ser gratuita.

Aceitabilidade – Garante a qualidade da educação, relacionada aos programas de estudos, aos métodos pedagógicos, à qualificação do corpo docente e à adequação ao contexto cultural. O Estado está obrigado a assegurar que todas as escolas se ajustem aos critérios qualitativos elaborados e a certificar-se de que a educação seja aceitável tanto para as famílias como para os estudantes. A qualidade educacional envolve tanto os resultados do ensino como as condições materiais de funcionamento das escolas e a adequação dos processos pedagógicos.

Adaptabilidade – Requer que a escola se adapte a seu grupo de estudantes; que a educação corresponda à realidade das pessoas, respeitando sua cultura, costumes, religião e diferenças; assim como possibilite o conhecimento das realidades mundiais em rápida evolução. Ao mesmo tempo, exige que a educação se adeque à função social de enfrentamento das discriminações e desigualdades que estruturam a sociedade. A adaptação dos processos educativos às diferentes expectativas presentes na sociedade pressupõe a abertura do Estado à gestão democrática das escolas e dos sistemas de ensino.

No âmbito da educação escolar no contexto prisional, uma das implicações diz respeito à disponibilidade e à adaptabilidade, ou seja, que as atividades de ensino estejam disponíveis a todos e que sejam adaptadas às demandas dos alunos.

No acesso à educação básica, que deve ser ofertada pelas *Secretarias de Educação*, no caso das unidades prisionais estaduais, e pelo *Ministério da Educação*, no caso das federais, por meio da modalidade EJA, por exemplo, o exercício desse direito pelas pessoas privadas de liberdade se restringe, atualmente, a um grupo reduzido frente ao total da população prisional com educação básica incompleta por questões ligadas, sobretudo, à falta de espaços

⁶⁹ Disponível em: <http://www.direitoaeducacao.org.br/wp-content/uploads/2011/12/manual_dhaaeducacao_2011.pdf>. Acesso em: 20/02/2017.

nas unidades prisionais destinados às atividades escolares e por se tratar de uma política ainda em construção no país.

Segundo dados do *Departamento Penitenciário Nacional* (DEPEN) publicados no *Relatório* INFOPEN de dezembro de 2014, a média nacional de pessoas envolvidas em atividades de educação formal era de apenas 11% em todos os níveis e modalidades de ensino das mais de 622.200 pessoas presas.

Dentre os envolvidos com o ensino, 51% estavam cursando o ensino fundamental e destes, 17% se encontravam no processo de alfabetização. O acesso dos presos ao ensino superior não chegava a 1% e a oferta dessa modalidade de ensino era inexistente em 19 das 27 unidades da federação. Já o ensino técnico não era oferecido em 13 das 27 unidades federativas e o número de presos cursando essa modalidade era de 1%.

A literatura criminológica sugere aquilo que intuitivamente se sabe sobre a população prisional no Brasil: maior escolaridade é um forte fator protetivo. Manter os jovens na escola pelo menos até o término do fundamental pode ser uma das políticas de prevenção mais eficientes para a redução da criminalidade e, por conseguinte, da população prisional. Pessoas analfabetas, alfabetizadas informalmente mais aquelas que tem até o ensino fundamental completo representam 72,13% da população prisional, contra 26,88% de pessoas com ensino médio completo ou incompleto, ensino superior completo ou incompleto e acima de ensino superior incompleto. Segundo dados apresentados pelo IBGE no *Censo Populacional de 2010*, entre as pessoas com mais de 10 anos de idade no Brasil, 32% tem ensino médio completo, enquanto na população prisional em dezembro de 2014 apenas 9,54% havia concluído o ensino médio (BRASIL, INFOPEN, 2014, p. 46).

O mesmo levantamento apontou que em 11 das 27 unidades federativas (26 estados e Distrito Federal), mais de 90% das pessoas presas não tem acesso à educação. As unidades prisionais do Amapá, Espírito Santo e Paraná são as que apresentam maior percentual de pessoas estudando, enquanto Goiás e Piauí possuem os menores índices, com apenas 4%. No estado de São Paulo, a média é de 7%.

Especificamente sobre o público da EJA⁷⁰, que apresenta necessidade de atendimento diferenciado dadas as suas características peculiares (dentro ou fora das prisões, mas com uma escolaridade média menor que a população em geral), este é composto por jovens e adultos com histórico de rupturas em suas trajetórias escolares, seja por dificuldades de aprendizagem, de acesso e permanência à escola, incompatibilidade com o trabalho, repetências ou evasão escolar. Nesse sentido, coloca-se a necessária adaptabilidade.

⁷⁰ A esse respeito, as informações constantes dos relatórios sobre aprendizagem de adultos (UNESCO, 2016) e os encaminhamentos realizados nas *Conferências Internacionais de Educação de Adultos* (UNESCO, 2010), confirmam as especificidades das demandas da EJA, a concepção de aprendizagem ao longo da vida e os impactos da aprendizagem de adultos na saúde, bem-estar, emprego e na sociedade.

Em relação ao atendimento a essas características, a *Relatoria Nacional pelo Direito Humano à Educação: educação nas prisões brasileiras*, a partir de pesquisas, constatou que:

Considerando essas quatro características, entendemos que o Estado brasileiro (União, Estado e município) viola o direito humano à educação das pessoas encarceradas nas unidades prisionais brasileiras ao não garantir condições mínimas que permitam a efetivação desse direito. Tal violação se materializa da seguinte forma:

Disponibilidade: Prevê que o direito à educação esteja disponível a todos e a todas.

Situação: segundo dados do *Ministério da Justiça*, apenas 18% da população carcerária tem acesso a algum tipo de atividade educativa. A Relatoria constatou que existe nas unidades prisionais, grande demanda pelo acesso à educação formal referente à Educação Infantil (para filhos e filhas de mulheres encarceradas), à Educação de Jovens Adultos (ensino fundamental), à Educação de Jovens e Adultos (ensino médio) e ao Ensino Superior. Faltam espaços, educadores, materiais para a ampliação do acesso, bibliotecas e projetos de leitura etc. Há demanda significativa de acesso à educação não-formal que, no nosso entender, deve ser articulada à educação formal.

Acessibilidade: Pressupõe que todos e todas tenham acesso à educação pública, sem qualquer tipo de discriminação.

Situação: o conjunto deste relatório aponta que as pessoas encarceradas no Brasil são profundamente discriminadas negativamente no acesso à educação, entendido como um privilégio por setores do Estado e da sociedade civil brasileira. As resistências e boicotes existentes dentro do sistema prisional somente agravam os problemas contribuindo para a descontinuidade e a baixa qualidade do atendimento.

Aceitabilidade: Prevê que a educação oferecida esteja comprometida com a qualificação dos e das profissionais da educação, e com métodos e programas pedagógicos que efetivem a qualidade da educação pública.

Situação: Pelas razões acima colocadas, entendemos que o Estado não garante os padrões mínimos estabelecidos no artigo 206 da *Constituição Federal*, e no artigo 4º. da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*. Faltam propostas curriculares de EJA que reconheçam as especificidades das prisões e que estimulem a participação das pessoas privadas de liberdades na construção dos projetos pedagógicos.

Adaptabilidade: Prevê que os processos educativos respeitem a raça, a religião, os costumes e a cultura das pessoas, se adaptando a seus alunos e alunas.

Situação: Apesar do esforço heroico de muitos monitores presos, educadores não-formais e profissionais de educação que atuam no sentido de garantir algum tipo de atendimento educacional nas unidades prisionais, e de alguns projetos importantes que geram referências positivas para o sistema, entendemos que esta dimensão não está assegurada, exigindo condições, formação e suporte consistente e coerente que questionem a lógica vigente nos espaços prisionais. Em nome da obediência e do castigo, a prisão é um espaço configurado para reprimir vozes, pensamentos e expressões e negar diferenças, necessidades individuais, identidades e saberes. É um espaço de hierarquias acentuadas entre grupos religiosos (destaque para o poder dos evangélicos), entre homens e mulheres, entre negros e não negros, entre pessoas da capital e do interior, entre homossexuais e heterossexuais, entre os diferentes crimes e entre o pertencimento ou não a facções criminosas. É inegável que uma educação de qualidade deve possibilitar a reflexão sobre esta lógica no sentido de apontar caminhos e possibilidade para que as pessoas encarceradas possam, de fato, se assumirem como sujeitos de conhecimento (CARREIRA, 2009, pp. 88-89, grifos nossos).

Um dos fatores que explica a reduzida oferta de educação no sistema prisional e adesão por parte dos presos, frente à demanda potencial de alunos, é o mau aproveitamento ou

ausência de infraestrutura destinada a atividades escolares, pois cerca de 50% das unidades prisionais brasileiras possuem salas de aula e, em 14 estados, há mais unidades com salas de aula do que com pessoas estudando, como informa o INFOPEN (2014).

O INFOPEN aponta, ainda, que apenas um terço das unidades prisionais possuem bibliotecas disponíveis, 9% apresentam salas de informática e 18% possuem salas destinadas para uso dos professores, o que torna a tarefa da escolarização ainda mais difícil.

Nos estados de Roraima, Rio de Janeiro, Piauí, Mato Grosso do Sul, Ceará, Amazonas, Alagoas e no Distrito Federal não existem presos envolvidos em programas de remição por leitura, segundo o levantamento. O Paraná é o estado com maior número de pessoas matriculadas nessas atividades, com um total de 1.782 presos. Apenas Sergipe e Mato Grosso do Sul informaram que há pessoas privadas de liberdade exercendo atividade esportiva.

Assim, ainda que a educação seja reconhecida como uma importante ferramenta para quebrar o ciclo de exclusão e criminalidade no Brasil, sua oferta é inacessível para boa parte dos presos brasileiros. Segundo Carreira (2009), a educação para pessoas privadas de liberdade não é encarada como um direito de todos, mas é vista como um *privilégio* pelo sistema prisional (gestores, profissionais e presos em geral):

- a educação ainda é algo estranho ao sistema prisional. Muitos professores e professoras afirmam sentir a unidade prisional como um ambiente hostil ao trabalho educacional;
- a educação se constitui, muitas vezes, em “moeda de troca” entre, de um lado, gestores e agentes prisionais e, do outro, encarcerados, visando a manutenção da ordem disciplinar;
- há um conflito cotidiano entre a garantia do direito à educação e o modelo vigente de prisão, marcado pela superlotação, por violações múltiplas e cotidianas de direitos e pelo superdimensionamento da segurança e de medidas disciplinares.

Quanto ao atendimento nas unidades:

- é descontínuo e atropelado pelas dinâmicas e lógicas da segurança. O atendimento educacional é interrompido quando circulam boatos sobre a possibilidade de motins; na ocasião de revistas (blitz); como castigo ao conjunto dos presos e das presas que integram uma unidade na qual ocorreu uma rebelião, ficando à mercê do entendimento e da boa vontade de direções e agentes penitenciários;
- é muito inferior à demanda pelo acesso à educação, geralmente atingindo de 10% a 20% da população encarcerada nas unidades pesquisadas. As visitas às unidades e os depoimentos coletados apontam a existência de listas de espera extensas e de um grande interesse pelo acesso à educação por parte das pessoas encarceradas;
- quando existente, em sua maior parte sofre de graves problemas de qualidade apresentando jornadas reduzidas, falta de projeto pedagógico, materiais e infraestrutura inadequados e falta de profissionais de educação capazes de responder às necessidades educacionais dos encarcerados (CARREIRA, 2009, pp. 2-3).

Portanto, o acesso à escolarização nas prisões ainda é encarado como um *benefício* que não alcança a todos, pois há um acesso limitado pautado em critérios, como o *bom*

comportamento e o cumprimento das regras disciplinares; a autorização para saída das celas e a participação nas atividades escolares por parte de cada unidade prisional.

Nesse cenário, o exercício do direito à educação pelas pessoas privadas de liberdade encontra algumas barreiras, mostradas pelos dados citados, que se relacionam diretamente à organização e funcionamento do sistema prisional que prima pela segurança nas unidades. A limitação de espaços destinados às atividades escolares é um deles, além de critérios estabelecidos pelas unidades para acesso às atividades e a rotatividade da população prisional.

Dentre outros aspectos, são fatores que limitam o exercício do direito à educação pela pessoa presa: a existência de pavilhões ou raios em que não há atendimento escolar, a concomitância com atividades de trabalho e a rotatividade da população prisional para outras unidades ou regimes de cumprimento de pena.

A *Relatoria* (Ibid.) apresentou, na ocasião de sua publicação, recomendações estruturais e complementares comprometidas em garantir condições para a efetivação do direito humano à educação nas prisões brasileiras. Especificamente em relação ao estado de São Paulo, este documento se encontra defasado em alguns aspectos, pois a partir de 2010, a publicação das *Diretrizes Nacionais* pelo CNE responsabilizou a *Secretaria de Educação do Estado* a realizar o atendimento escolar nas unidades prisionais como parte da política de EJA.

Ainda assim, consideramos relevante destacar algumas de suas recomendações estruturais e complementares que visam ampliar o acesso ao direito à educação na prisão, relacionadas a essa pesquisa:

Concomitantemente à urgente revisão do modelo de prisão colocado no Brasil, muita coisa pode e deve ser feita para ampliar e qualificar o atendimento educacional nas prisões do país como direito humano das pessoas encarceradas. [...] Há um conflito cotidiano entre a garantia do direito à educação e o modelo vigente de prisão, marcado pela superlotação, por violações múltiplas e cotidianas de direitos e pelo superdimensionamento da segurança e de medidas disciplinares; [...] a educação para pessoas encarceradas ainda é vista como um “privilégio” pelo sistema prisional. [...] As visitas às unidades e os depoimentos coletados apontam a existência de listas de espera extensas e de um grande interesse pelo acesso à educação por parte das pessoas encarceradas (CARREIRA, 2009, pp. 83 a 94).

Na prática, para as pessoas presas que participam de atividades escolares, o tempo em sala de aula, por vezes, é o único momento e espaço de estudo por não ser possível, a depender da unidade prisional, levar livros ou cadernos para as celas, o que dificulta a realização de estudos autônomos fora da sala de aula.

Uma implicação do acesso à educação na privação de liberdade é a redução da pena por meio da remição por estudos, como citado. A alteração da LEP, no ano de 2011, passou a permitir para todas as pessoas que cumprem uma pena, a redução de um dia a cada doze horas de frequência escolar. Antes disso, a redução da pena estava regulamentada para as atividades do trabalho e poderia ocorrer para a educação apenas em casos de interpretação por analogia, na aplicação da lei pelo judiciário.

No entanto, há críticas em relação à remição de pena por estudos da forma como ficou definida na legislação, uma vez que, pedagogicamente, a educação escolar está organizada em níveis de ensino e etapas, e a remição por horas pode ter um efeito imediato, não ligado necessariamente à conclusão de etapa, modalidade ou nível de ensino.

Segundo o CNJ⁷¹, a remição por estudo leva em conta o número de horas correspondentes à efetiva participação do preso nas atividades educacionais, independentemente de aproveitamento. Isso significa que a remição depende do fluxo de comunicação da unidade ou estabelecimento de ensino com o judiciário acerca da frequência. A peculiaridade se dá quando o condenado é autorizado a estudar fora do estabelecimento penal. Neste caso, é preciso comprovar mensalmente, por meio de autoridade educacional competente, tanto a frequência quanto o aproveitamento escolar.

A norma possibilita também a remição aos presos que estudam sozinhos, autonomamente, e obtém certificados de conclusão de ensino fundamental e médio através de aprovação no *Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos* (ENCCEJA) e/ou pelo *Exame Nacional do Ensino Médio* (ENEM).

A possibilidade de diminuir a pena por meio da leitura também está colocada, de acordo com a citada Recomendação N. 44 do CNJ, como atividade complementar. Para ser implementada, é necessário existir um acervo de livros dentro da unidade prisional e, pela norma, a pessoa presa deve ter o prazo de 22 a 30 dias para a leitura de uma obra, apresentando ao final do período uma resenha a respeito do assunto, que deverá ser avaliada pela comissão organizadora do projeto. Cada obra lida possibilita a remição de quatro dias de pena, com o limite de doze obras por ano.

Dentre as implicações no exercício do direito à educação pelas pessoas privadas de liberdade, também cabe citar a realização de Exames Nacionais que possibilitam a obtenção do certificado de conclusão do ensino fundamental ou ensino médio. De 2010 a 2016, foi realizado o *Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade* (ENEM

⁷¹ Fonte: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/81644-cnj-servico-como-funciona-a-remicao-de-pena>>. Acesso em: 27/03/2017.

PPL) que incluiu – além de jovens e adultos que se encontram no sistema prisional –, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado⁷² e possibilitou, além da certificação, a utilização da nota para o ingresso no ensino superior, de acordo com a escolha do candidato.

Segundo indicadores consolidados do ENEM PPL 2016⁷³ (INEP, 2016) foram realizadas 54.358 inscrições no Exame, sendo o total de 42.490 atreladas à escolha por certificações. O percentual de realização das provas nos dois dias de aplicação foi de 99%.

A região sudeste recebeu o maior número de inscritos, refletindo também a maior concentração de população prisional do país, com 24.393 inscrições. Desse número, o estado de São Paulo respondeu por 17.353 inscrições.

O maior número de inscritos, por faixa etária, foi de jovens de 21 a 30 anos, que representaram 47% das inscrições totais no ENEM PPL. Se analisarmos os dados por situação escolar, os dados informam que 57% dos inscritos não concluíram e não estavam cursando o ensino médio à época da inscrição e 16% já havia concluído o ensino médio – o que representa uma possível demanda por acesso à educação superior.

⁷² Fonte: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/11/entenda-o-enem-para-pessoas-privadas-de-liberdade>>. Acesso em: 13/03/2017.

⁷³ Fonte: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/ppl/2016/indicadores_enem_PPL_2016.pdf>. Acesso em: 27/03/2017.

2. POPULAÇÃO PRISIONAL E UNIVERSIDADE PÚBLICA

“Os detentos não são meus amigos, mas não é necessário ser meu amigo para que eu reconheça a cada um seus direitos. O direito não é dado por compaixão, mas porque é um direito. Ele não necessita de explicação alguma. É porque decidimos viver em sociedade, reconhecendo a cada um os mesmos direitos, que esta exigência moral se torna uma exigência social, jurídica” (DE MAEYER, 2013, pp. 48-49).

Neste capítulo serão apresentados alguns dados disponíveis sobre a população encarcerada no Brasil, seu perfil predominante, com relevo para a questão da educação em prisões e como tem sido implantadas as ações de educação no contexto prisional, além das expectativas em relação aos desdobramentos do papel da universidade pública nesse cenário, a partir de suas atribuições próprias.

Entende-se como primordial, para identificar os possíveis caminhos para que esse papel seja realizado, inspirar-se em experiências já implantadas por universidades públicas em relação ao exercício do ensino, pesquisa e extensão nas prisões.

2.1 Quem são as pessoas encarceradas no Brasil?

O perfil predominante na população prisional no Brasil, de acordo com os últimos dados publicados pelo *Departamento Penitenciário Nacional* (DEPEN) do *Ministério da Justiça*, em dezembro de 2014, revela a seletividade do sistema de punição, que recai prevalentemente sobre pessoas com baixa escolaridade, com sobrerrepresentação de jovens, negras e oriundas de estratos sociais desfavorecidos economicamente que se encontram privados de liberdade provisoriamente ou condenados, em sua maioria, por crimes contra o patrimônio, como roubos e furtos, ou por tráfico de drogas – crimes mais *visíveis*, se considerarmos todos os tipos penais existentes na legislação brasileira⁷⁴.

No caso das mulheres presas prevalecem essas características gerais, porém, o tráfico de drogas é o principal crime pelo qual respondem, enquanto no caso masculino prevalece o roubo. Historicamente, o menor quantitativo de mulheres presas, frente ao total de homens, desdobrou-se em uma invisibilidade em relação às singularidades desse público, reforçado pela estrutura social machista e patriarcal.

Há especificidades em relação à saúde, à maternidade na prisão e à taxa de

⁷⁴ No Brasil há 1.688 tipos penais previstos no *Código Penal* e em diversas leis vigentes, como, por exemplo, o *Código de Trânsito Brasileiro*, a *Lei de Drogas*, a *Lei dos crimes contra ordem tributária* dentre outras. São comportamentos considerados proibidos e puníveis, de acordo com a legislação. De acordo com publicação do *Ministério da Justiça* (2010) sobre atividade legislativa e obstáculos à inovação em matéria penal no Brasil, 97% das leis preveem sanções prisionais. Fonte: <http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/32Pensando_Direito1.pdf>. Acesso em: 15/06/2017.

aprisionamento que, nos últimos anos, demonstrou números muito superiores à masculina, como indicam os dados publicados pelo *Ministério da Justiça*.

Como se apresentará, a partir dos dados oficiais a seguir, resta comprovada a avassaladora seletividade social, etária e racial do sistema de justiça criminal, policial e judicial, que prende, mantém preso e condena criminalmente determinados grupos sociais, que tem sido mais criminalizados que outros.

Em geral, são pessoas que apresentam vulnerabilidades sociais, que não possuem o devido acesso a direitos, à justiça e à defesa no processo penal, ficando mais suscetíveis à captura policial, sobretudo em territórios já estigmatizados, e à condenação criminal com aplicação de pena privativa de liberdade.

De acordo com dados publicados no *Relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias* (INFOPEN) do DEPEN⁷⁵, o Brasil apresentava, em 2014, a quarta maior população prisional do mundo, com 622.202 pessoas privadas de liberdade no sistema prisional em 1.436 unidades prisionais, quando a capacidade seria de 371 mil.

Este dado pode ser ainda mais grave, considerando-se que estão fora dele as pessoas detidas em delegacias e carceragens, além das que se encontram em presídios policiais civis e militares, e que a população é *flutuante*, com entradas e saídas variadas em um ano de análise. De acordo com o Relatório, “é possível afirmarmos que pelo menos 1 milhão de pessoas passaram pelo sistema prisional brasileiro ao longo do ano de 2014” (BRASIL, INFOPEN, 2014, p. 23).

Segundo o Relatório, com informações do *Institute for Criminal Policy Research* (ICPR), em termos absolutos, em relação aos países com maiores números de pessoas presas, o Brasil estava atrás apenas da Rússia (644.237), China (1,6 milhão) e Estados Unidos (2,2 milhões). Nesse sentido, “a superlotação dos estabelecimentos prisionais, que afeta diretamente a possibilidade de implementação de políticas adequadas, é uma realidade verificada em alguns países” (Ibid., p. 16).

Trata-se de uma população prisional resultante do desdobramento de uma política criminal encarceradora (desde a atuação policial até a decisão judicial), que requer a disponibilização de um grande número de vagas, gerando a superlotação das unidades prisionais e o acirramento de condições degradantes.

⁷⁵ Divulgado pelo *Departamento Penitenciário Nacional* do *Ministério da Justiça do Brasil*, por meio do Infopen. Fonte: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/infopen_dez14.pdf>. Acesso em: 20/06/2016.

Na média nacional, conforme o Relatório, 40% é representado por presos provisórios, ou seja, cerca de 250 mil pessoas presas no Brasil aguardam decisão judicial de primeiro grau sob a suspeita de cometimento de crime e, desse total, destaca-se o significativo aumento de prisões relacionadas à aplicação da legislação relativa ao tráfico de drogas, principalmente no caso das mulheres.

Proporcionalmente à população, a partir do cálculo da taxa de pessoas presas por 100 mil habitantes, o país apresentou a sexta maior taxa de encarceramento do mundo, resultado do elevado crescimento do encarceramento nas últimas décadas como principal resposta a determinados fenômenos criminais, ainda que a legislação penal brasileira preveja outras formas de punição mais sustentáveis, judicial e economicamente, e menos prejudiciais à vida das pessoas, como é o caso das penas e medidas alternativas⁷⁶.

No tocante ao crescimento da população encarcerada, segundo o *Relatório INFOPEN Mulheres* (BRASIL, 2014a)⁷⁷, o aumento da população feminina foi de 567,4%, no período de 2000 a 2014, enquanto a média de crescimento da população masculina foi de 220,20%, refletindo assim, a curva ascendente do encarceramento em massa de mulheres. Até o momento da escrita final dessa tese, ainda não havia um número oficial da população encarcerada nos anos de 2015 a 2017, mas há uma média, de acordo com o DEPEN, de aumento de cerca de 7% ao ano, considerando as políticas vigentes.

Em números absolutos, o Brasil fica entre os cinco países com a maior população carcerária feminina do mundo. No tocante à taxa de aprisionamento, está em sétimo lugar, com 18,5 mulheres presas para cada 100 mil habitantes.

Na maioria dos estados brasileiros, a média de mulheres presas fica entre 5 e 7% da população prisional total, apresentando um perfil, em geral, segundo o Relatório citado, de mulheres jovens, com filhos, baixa escolaridade e responsáveis pela provisão do sustento familiar, sobretudo com atividades de trabalho informal antes do aprisionamento. No entanto, estão fora deste levantamento as mulheres custodiadas em unidades geridas pelas *Secretarias de Segurança Pública* dos Estados e as mulheres transexuais.

Em torno de 68% dessas mulheres possuem vinculação penal por envolvimento com o tráfico de drogas não relacionado às maiores redes de organizações criminosas. A maioria dessas mulheres ocupa uma posição coadjuvante no crime, realizando serviços de transporte de drogas e pequeno comércio; muitas são usuárias, sendo poucas as que exercem atividades de gerência do tráfico (BRASIL, 2014, p. 5).

⁷⁶ Fonte: <<https://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>>. Acesso em 22/03/2017.

⁷⁷ Fonte: Idem nota de rodapé 76.

O perfil socioeconômico da população prisional, dentre homens e mulheres, mostra que 55,07% tem entre 18 e 29 anos; 61,67% são negros e 75,08% tem até o ensino fundamental completo. Comparativamente, 53,6% da população brasileira é negra e 32% da população brasileira apresenta ensino médio completo, enquanto a população prisional representa apenas 9,5%, o que é bastante significativo diante do fato de serem pessoas com idade igual ou superior a 18 anos e que, portanto, já deveriam ter completado os anos de escolarização básica a que toda pessoa tem direito no país (INFOPEN, 2014).

Os gráficos a seguir representam esses dados:

*Não é possível recortar o perfil racial da população brasileira por faixa etária na PNAD.

**O questionário preenchido pelas unidades penitenciárias trabalha com a categoria "Negros", enquanto a PNAD usa "Pretos". Para fins de comparação, intuiu-se que se trata da mesma categoria.

Gráfico 1: Percentual da população por raça e cor no sistema prisional e na população geral⁷⁸

⁷⁸ Fonte: INFOPEN, dez/2014, p. 36.

Gráfico 2: Distribuição por faixa etária no sistema prisional e na população brasileira⁷⁹

Gráfico 3: Percentual da população entre 18 e 29 anos no sistema prisional e na população brasileira⁸⁰

⁷⁹ Fonte: PNAD, 2014 *apud* INFOPEN, dez/2014, p. 34.

⁸⁰ Fonte: *Ibid.*, p. 43.

Gráfico 4: Grau de instrução da população prisional ⁸¹

Os dados expressam a avassaladora seletividade prisional da população jovem, se tomarmos como referência o critério etário estabelecido no *Estatuto da Juventude* (BRASIL, 2013). No Brasil em geral, há uma concentração da população na faixa de idade acima dos 35 anos, sendo que 18,9% tem entre 18 e 29 anos, como demonstrado a seguir.

Gráfico 5: Distribuição da população brasileira por sexo, segundo os grupos de idade ⁸²

⁸¹ Fonte: Ibid., p. 46.

⁸² Fonte: Censo Populacional, IBGE, 2010, n.p.

Segundo o INFOPEN, considerando a população jovem, de 18 a 29 anos, temos como amostragem 18,9% da população brasileira – mas que no sistema prisional representa 55,07%. Assim, ao comparar o número absoluto de jovens brasileiros ao número daqueles que estão presos, a proporção de jovens encarcerados é muito expressiva e tem efeitos significativos na socialização dessa juventude e nas perspectivas de futuro, além de impactar uma população caracterizada, dentre outros aspectos, por ser economicamente ativa e requerer políticas específicas.

Em relação ao acesso à escolaridade dentro da prisão, 11% está envolvida em atividades escolares formais ou escolares. Porém, os dados de acesso à educação superior, apresentados em percentuais não são detalhados no referido Relatório, pois considerados como “um contingente pouco significativo” (BRASIL, INFOPEN, 2014, p. 60). Os quadros explicitam a questão por Estado:

UF	Quantidade de pessoas envolvidas em atividades do ensino formal	% de pessoas envolvidas em atividades formais de educação	Quantidade de pessoas envolvidas em outras atividades educacionais	% de pessoas envolvidas em outras atividades educacionais
AC	253	6%	22	1%
AL	502	9%	0	0%
AM	548	7%	203	3%
AP	1014	38%	120	5%
BA	2544	21%	328	3%
CE	3222	15%	40	0%
DF	1696	13%	253	2%
ES	4360	26%	368	2%
GO	597	4%	34	0%
MA	288	5%	0	0%
MG	5808	10%	2151	4%
MS	1161	9%	12	0%
MT	1950	19%	195	2%
PA	846	7%	0	0%
PB	1124	11%	21	0%
PE	5611	21%	0	0%
PI	131	4%	0	0%
PR	4787	25%	2642	14%
RJ	5014	12%	19	0%
RN	353	5%	0	0%
RO	1151	12%	277	3%
RR	343	21%	0	0%
RS	3018	11	126	0

SC	1748	10	576	3
SE	219	5	615	14
SP	15265	7	2423	1
TO	299	11	89	3
BRASIL	63852	11	10514	2

Quadro 1: Pessoas envolvidas em atividades educacionais no sistema prisional⁸³

UF	Alfabetização	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Curso Técnico (acima de 800 horas de aula)	Curso de formação inicial e continuada
AC	18%	49%	2%	0%	0%	31%
AL	18%	56%	4%	0%	0%	22%
AM	17%	65%	18%	0%	0%	0%
AP	4%	17%	35%	0%	0%	43%
BA	19%	59%	16%	0%	1%	6%
CE	13%	50%	12%	0%	0%	25%
DF	10%	40%	19%	2%	2%	27%
ES	15%	47%	19%	0%	3%	15%
GO	15%	71%	11%	3%	0%	0%
MA	40%	40%	15%	4%	1%	0%
MG	15%	59%	18%	2%	0%	6%
MS	15%	66%	14%	2%	2%	2%
MT	17%	53%	21%	0%	1%	8%
PA	8%	80%	9%	0%	2%	1%
PB	35%	42%	15%	0%	3%	5%
PE	28%	59%	12%	0%	1%	0%
PI	76%	24%	0%	0%	0%	0%
PR	10%	56%	19%	0%	3%	12%
RJ	17%	75%	7%	0%	0%	1%
RN	46%	36%	13%	0%	0%	5%
RO	25%	44%	17%	1%	8%	5%
RR	5%	70%	22%	2%	1%	1%
RS	17%	45%	37%	0%	0%	1%
SC	15%	51%	19%	1%	6%	10%
SE	42%	27%	24%	7%	0%	0%
SP	15%	37%	26%	0%	0%	21%
TO	16%	57%	16%	0%	5%	7%
BRASIL	17%	51%	19%	0%	1%	12%

Quadro 2: Distribuição percentual de pessoas envolvidas em atividades de ensino formal, por nível de ensino ⁸⁴

⁸³ Fonte: INFOPEN, dez/2014, pp. 59-60.

⁸⁴ Fonte: Ibid., p. 61.

Para fins de análise e projeção da política educacional, faz-se importante identificar que se trata de uma população jovem, com recorte racial e baixa escolaridade básica, o que nos leva a refletir sobre uma população que, por exemplo, não teve acesso e permanência à escolarização na idade adequada, na correlação série-idade. A presença da educação superior nesse contexto poderia funcionar como indutora de políticas de educação básica e estabelecimento de novos acessos e relações educativas, como será discutido no capítulo 3.

O *Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil* (BRASIL, 2014b) reforça as evidências em relação ao encarceramento em massa, identificando a seletividade penal etária e racial da população jovem negra no país. No capítulo que apresenta *recomendações para formulação e monitoramento de políticas públicas*, o documento explicita a importância da assistência aos presos, garantindo-se direitos como a educação, “especificamente para os grupos focalizados pela política do encarceramento, respeitando e valorizando suas especificidades e diferenças” (Ibid., p. 83).

A realidade de crescimento do encarceramento convive com a superlotação das unidades penitenciárias, o que agrava a precarização das condições de cumprimento de pena, junto a um público que é marcado por especificidades de gênero, geração, raciais, dificuldades de escolarização (Ibid., p. 83).

Nesse sentido, coloca-se como ponto importante a criação e fortalecimento de órgãos participativos com a representação de diferentes segmentos que contribuam para o reconhecimento e a visibilidade das especificidades da população encarcerada, marcada por uma seletiva punição no cenário nacional.

Diante desse cenário, é possível identificar a existência de ciclos de exclusão e criminalidade. De acordo com pesquisa realizada pelo *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (IPEA, 2015), a taxa de reincidência criminal ou de reingresso no sistema prisional no Brasil é considerada alta, levando-se em conta dados disponíveis sobre encarceramento e revisão bibliográfica das principais pesquisas nacionais sobre reincidência. Embora seja um dado complexo e difícil de ser apurado, as menores estimativas apontam para 30% e as mais altas atingem cerca de 80% dos presos.

A dificuldade em se tratar essa informação se dá ao fato de que as pesquisas sobre reincidência criminal utilizam diferentes conceitos que variam da reentrada no sistema prisional em qualquer circunstância, como é o caso da prisão provisória, ao reingresso por nova condenação criminal pelo judiciário.

De todo modo, não há uma taxa única no país, por não existir uma base sólida de informações para acompanhamento e processamento da apuração da taxa, de maneira que

[...] as taxas de reincidência calculadas pelos estudos brasileiros variam muito em função do conceito de reincidência trabalhado. Os números, contudo, são sempre altos (as menores estimativas ficam em torno dos 30%). Esse grave problema tem levado o poder público e a sociedade a refletirem sobre a atual política de execução penal, fazendo emergir o reconhecimento da necessidade de repensar essa política, que, na prática, privilegia o encarceramento maciço, a construção de novos presídios e a criação de mais vagas em detrimento de outras políticas (IPEA, 2015, p. 12).

Em relação à escolaridade, a mesma pesquisa, com dados de 2013, mostra que

[...] a porcentagem de analfabetos entre os apenados (8,8%) é ligeiramente inferior à média nacional. De acordo com dados do *Censo de 2010*, o Brasil possui uma taxa de analfabetismo de 9,6% na população com 15 anos ou mais. Contudo, na amostra geral de apenados, os sem instrução ou com ensino fundamental perfazem 75,1% do total, proporção que é ainda mais contundente entre os reincidentes, nos quais 80,3% da amostra encontram-se nessa categoria. Por sua vez, os dados relativos a graus de instrução mais elevados são encontrados em menor proporção entre os apenados que na média brasileira. Entre a população brasileira, 17,4% das pessoas possuem o ensino fundamental completo ou o médio incompleto; entre a amostra de apenados, porém, a proporção é inferior nestas categorias, 14,4%. Os dados brasileiros relativos ao ensino médio completo e superior incompleto perfazem 23,4% da população, número quase três vezes superior à amostra dos apenados, que é de 8,5%. Entretanto, na população com ensino superior completo essa diferença agrava-se ainda mais: entre os apenados tem-se 1,9% com este nível de escolaridade. Apenas 0,7% dos reincidentes possui ensino superior (trata-se, na verdade, de um único caso) (Ibid., p. 25).

Já no tocante da escolaridade das mulheres, segundo o INFOPEN *Mulheres* (2014), se comparada à escolaridade de homens encarcerados, é possível notar uma condição sensivelmente melhor no caso delas, ainda que persistam baixos índices gerais de escolaridade: 50% das mulheres encarceradas não concluíram o ensino fundamental em relação a 53% dos homens presos.

De acordo com este Relatório, 4% das mulheres encarceradas são analfabetas (para 5% dos homens); 11% concluíram o ensino médio (para 7% dos homens encarcerados) e existiam, em junho de 2014, 5.703 mulheres em atividades educacionais formais e complementares (25,3% da população total de mulheres presas com dados disponíveis no levantamento), enquanto no caso dos homens, essa proporção era de 13,5%. Se considerados somente as atividades de ensino formal, temos 21,4% das mulheres estudando em relação a 11,5% da população carcerária masculina.

Das mulheres encarceradas em atividades educacionais, havia 40% em formação de nível fundamental, o que responde ao perfil de escolaridade apresentado anteriormente (50% das mulheres com ensino fundamental incompleto). Em relação à concomitância de atividades laborais e de ensino, 8,8% das mulheres estavam trabalhando e estudando dentro do sistema prisional; no caso dos homens, essa proporção era de 3,9% (INFOPEN, 2014).

No caso do estado de São Paulo, de acordo com planilha de dados divulgada pelo DEPEN⁸⁵, com dados de dezembro de 2014, do total de 220.030 pessoas presas em 161 unidades prisionais, à época, a taxa de encarceramento era de 498,5 pessoas presas por 100 mil habitantes, enquanto a média nacional era de 306,2. No mais, o perfil socioeconômico seguia, em linhas gerais, a média nacional em termos de pessoas jovens, negras/pardas, com ensino fundamental incompleto.

Outra fonte de dados sobre a população prisional no país é o *Geopresídios*, mantido pelo CNJ, com informações do *Cadastro Nacional de Inspeções dos Estabelecimentos Penais* (CNIEP)⁸⁶.

O *Geopresídios* apresenta um quadro nacional com a quantidade de pessoas em cumprimento de regimes de pena/ medidas de segurança e um quadro com o quantitativo de estabelecimentos penais no país que informam a existência de 2.769 estabelecimentos penais, com 396.566 vagas, mas com 649.680 pessoas presas e, ainda, em relação aos regimes de cumprimento de pena, os seguintes quantitativos:

- 304.588 pessoas em regime fechado;
- 100.632 em regime semiaberto;
- 8.464 em regime aberto;
- 243.765 em prisão provisória;
- 370.233 em prisão domiciliar;
- Totalizando 1.031.682 pessoas em cumprimento de pena;
- 3.514 pessoas cumprindo medidas de segurança.

No estado de São Paulo, que apresenta um tribunal de grande porte e o maior número de pessoas presas, segundo informações do CNJ, os dados são:

⁸⁵ Fonte: <www.mj.gov.br>. Acesso em: 10/05/2017.

⁸⁶ Fonte: <http://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php>. Acesso em: 22/03/2017.

QUADRO RESUMO	
Quantidade de Estabelecimentos	280
Quantidade de Vagas	137810
Quantidade de Presos	229163
Déficit de Vagas	91353
Quantidade de Estabelecimentos com Aparelho para Bloqueio de Celular	27
Quantidade de Estabelecimentos com Detector de Metais	27
Quantidade de Fugas	21
Quantidade de Estabelecimentos marcados com Situações Péssimas	19
Quantidade de Estabelecimentos marcados com Situações Ruins	19
Quantidade de Estabelecimentos marcados com Situações Regulares	175
Quantidade de Estabelecimentos marcados com Situações Boas	63
Quantidade de Estabelecimentos marcados com Situações Excelentes	02

Quadro 3: Estabelecimentos prisionais do estado de São Paulo⁸⁷

QUADRO RESUMO SOBRE PRESOS	
Quantidade de Presos em Regime Fechado	132419
Quantidade de Presos em Regime Semiaberto	40352
Quantidade de Presos em Regime Aberto	06
Quantidade de Presos Provisórios	69553
Quantidade de Presos em Prisão Domiciliar	33065
Quantidade de Presos Estrangeiros	1498
Quantidade de Presos Indígenas	05
Quantidade de Presos em Monitoramento Eletrônico	3880
Internos em Cumprimento de Medida de Segurança	1190

Quadro 4: Condição penal do público prisional no estado de São Paulo⁸⁸

Cotejando os dados oriundos do *Geopresídios* com os do Infopen, verifica-se que há um maior quantitativo da população total privada de liberdade naquela fonte, coletada mais recentemente, destacando-se a questão do déficit de vagas – previsível, diante do irrefreável aumento do encarceramento anual e do percentual de presos provisórios.

⁸⁷ Fonte: CNJ, *Geopresídios*.

⁸⁸ Fonte: Ibid., n.p.

Diante dos dados citados, pode-se identificar que o perfil das pessoas que são privadas de liberdade, capturadas pelo sistema punitivo da justiça criminal, tem como principal característica pessoas jovens, negras e que apresentam vulnerabilidades, como a escolaridade básica incompleta. A esse respeito, recorreremos à reflexão de Marc de Maeyer (2013), para fechar esse tópico, ao refletir sobre a educação na prisão diante desse perfil:

Se um quadro síntese não pode ser proposto, é possível, no entanto, oferecer alguns traços característicos dos ocupantes das prisões. Eles são pouco mais de dez milhões no mundo; seis milhões se encontram, mais ou menos igualmente distribuídos na Rússia, na China e nos Estados Unidos. Podemos evidenciar um descompasso entre a realidade democrática de um país e o nível de preocupação política relativa às prisões. A maior parte dos detentos é constituída por pobres, tem um nível educacional muito baixo, jamais conheceram a escola ou, quando conheceram, sua experiência frequentemente terminou em fracasso; muitos detentos são jovens ainda e, em numerosos países, os migrantes (econômicos) constituem uma parte importante da população carcerária. Face a esta situação, não apresentada, mas verificável em todos os países, o reflexo (cidadão e político) será fornecer cursos, ensino, formação profissional ou alfabetização, para que a delinquência não se repita. Destacamos aqui uma das principais contradições da organização da educação na prisão: a iniciativa não é seguida de uma demanda dos principais interessados, mas da estrutura do próprio aprisionamento. Raramente vimos detentos pedirem massivamente a organização de cursos; muito raramente vimos uma prisão em rebelião porque os detentos denunciavam a falta de organização, o conteúdo ou a qualidade da educação organizada ali. A única reivindicação dos detentos é sair e não de terem sua estada na prisão menos dolorosa ou mais interessante possível. Como, nessas condições, apresentar o potencial da educação; garantir que os educadores não sejam confundidos com o conjunto de interventores do sistema carcerário; garantir que os guardas aceitem a valorização do espaço tempo da educação; apresentar aos detentos uma educação para toda a vida como algo diferente do risco de um novo fracasso escolar? Precisamente porque são muito identificados com a repressão e a punição, programas de educação são frequentemente rejeitados, assim como outras iniciativas na prisão. A educação nunca será a pitada de açúcar que permitirá engolir mais facilmente uma porção amarga – a prisão. Enredada na contradição de punir e oferecer uma perspectiva às pessoas que não escolheram estar ali e que, para uma parcela dentre eles, já preparam sua saída e suas próximas vitórias ou vinganças, a educação na prisão raramente é acolhida como uma oportunidade (p. 35).

O autor explicita fundamentais discussões, contradições e paradoxos, questionando o porquê da educação em prisões se tornar uma preocupação premente quando o ideal seria uma discussão anterior, da prevenção e acesso de todas as pessoas – quando em liberdade – à educação pública.

As contradições existentes da educação na prisão – diante do papel desempenhado pela prisão como mecanismo punitivo, violento e de isolamento –, levam à reflexão sobre questões diversas da efetiva função da educação escolar no cotidiano prisional e direcionam para a luta da garantia de direitos a essa população privada de liberdade que deve ter sempre em seu horizonte o desencarceramento e a vida em liberdade.

Um ponto crucial para o autor em relação à educação em prisões é se “reconciliar com o ato de aprender” (DE MAEYER, 2013, p. 47) e exercer, neste espaço arraigado de estigmas, uma educação para o longo prazo da vida, de modo que a população presa se inscreva em uma perspectiva longitudinal, reconhecendo-se como sujeito para além da condição temporária de pessoa presa.

2.2 Educação nas prisões brasileiras: breve panorama

Historicamente, a prisão está associada às violações de direitos das pessoas presas. Porém, os danos que ela acarreta não alcançam apenas as pessoas encarceradas, mas também, direta ou indiretamente, suas famílias, comunidades e a sociedade como um todo – consequências sociais que são abrangentes⁸⁹.

Na legislação vigente, todas as pessoas presas devem ter assegurados os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei. Entretanto, é de difícil compatibilização a previsão legal com a realidade prisional, especialmente porque é um contexto em que o crescimento da população é concomitante à implantação de políticas públicas para a garantia de direitos, sobretudo nos países da América Latina⁹⁰.

Partimos da compreensão da necessária garantia de direitos dessa população, em que se inclui o direito à educação. Considerando-o como direito que constitui a condição do ser humano, Scarfó (2002) defende que, nos estabelecimentos penais, a educação visa garantir a condição de ser humano para aqueles que alguma vez tenham cometido um delito.

Como ação da sociedade e responsabilidade do Estado e vista desde a perspectiva da Educação Social, significaria um componente indispensável da construção social e coprodução de subjetividade, uma vez que ela veicula conhecimentos, distribui o capital cultural, socializa e associa saberes, incorpora atores, recorda mitos, tece vínculos com o desconhecido, com o conhecimento, com os outros, com o mundo. A educação assim entendida se constitui um imperativo de inscrição, construção de identidade, pertencimento e laço nas sociedades humanas (SCARFÓ, 2002, p. 295, tradução nossa).

⁸⁹ Cf. GODOI, 2011. **Para uma reflexão sobre os efeitos sociais do encarceramento**. Disponível em: <[http://www.susepe.rs.gov.br/upload/20121206161416artigo_efeitos_sociais_do_encarceramento\[1\].pdf](http://www.susepe.rs.gov.br/upload/20121206161416artigo_efeitos_sociais_do_encarceramento[1].pdf)>. Acesso em: 13/06/2017.

⁹⁰ Segundo Rangel (2006), “os países em que funcionam com maior eficácia os programas educativos nas prisões são aqueles onde existem políticas sociais que promovem a equidade; [...] coordenam projetos no interior de prisões com as comunidades e as famílias dos presos; [...] colocam o indivíduo no centro dos programas; [...] identificam os presos com problemas de comportamento ou psicológicos; [...] se complementam com um sistema de justiça eficaz; aqueles em que as prisões são instituições mais humanas e levam em conta as necessidades dos jovens e das mulheres, oferecendo, assim, cursos e serviços profissionais de que necessitam, identificando os que necessitam de tratamento psicológico (e representam um perigo social), mas sem adotar pedagogia terapêutica, ou seja, sem olhar para os presos como doentes” (p. 67).

No cenário internacional, com ênfase na América Latina, relevantes publicações apresentaram um panorama mais abrangente sobre as práticas de educação em prisões, como os relatórios *Basic Education in Prisons* (UNESCO, 1995)⁹¹; *Educación en Prisiones en Latinoamérica: derechos, libertad y ciudadanía* (UNESCO, 2008)⁹², que apresenta o histórico da discussão no Brasil e os desafios para uma política nacional, o *Mapa regional latino americano sobre educación en prisiones* (RANGEL, 2009)⁹³, que apresenta um balanço da oferta de educação em prisões (escolar e não escolar) na realidade da América Latina e algumas pistas sobre a cooperação regional e internacional para o desenvolvimento do tema; além da publicação *El derecho a la educación en contextos de encierro: políticas y prácticas em América Latina y el Caribe* (CLADE, 2012)⁹⁴.

Nos últimos anos, no Brasil, principalmente a partir do Projeto *Educando para a Liberdade*⁹⁵, desenvolvido com articulação entre o MEC e o MJ, seguido da realização de Seminários Nacionais sobre o tema⁹⁶, a problemática agregou maior visibilidade e participação dos órgãos governamentais – sobretudo com a publicação da Resolução N. 2, de 19 de maio de 2010, pelo *Conselho Nacional de Educação* (CNE), por meio de sua *Câmara de Educação Básica* (CEB), que instituiu as *Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais*.

Este marco normativo serviu para fixar as responsabilidades das instituições de ensino do Estado e pautar o tema na agenda e no orçamento das políticas públicas de educação, de modo que não há mais discussão sobre o direito à educação por parte desse público. As principais discussões atualmente estão centradas em como universalizar a oferta de educação básica pelo Estado e implementar uma prática educativa de qualidade, com propostas pedagógicas apropriadas e profissionais habilitados e formados.

Nesse cenário, diversas pesquisas foram realizadas no Brasil e tiveram seus trabalhos publicados. Entretanto, o tema permaneceu circunscrito a uma expressão da modalidade *Educação de Jovens e Adultos* (EJA), que cita a população privada de liberdade no Parecer

⁹¹ Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001116/111660eo.pdf>>. Acesso em: 30/05/2017.

⁹² Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001626/162643s.pdf>>. Acesso em: 30/05/2017.

⁹³ Disponível em: <<http://www.cmv-educare.com/wp-content/uploads/2012/06/Hugo-Rangel.pdf>>. Acesso em: 30/05/2017.

⁹⁴ Disponível em: <<https://v2.campanaderechoeducacion.org/es/publicaciones/clade/publicaciones-tematicas.html?download=192%3Ael-derecho-a-la-educacion-en-contextos-de-encierro-politica-y-practicas-en-america-latina-y-el-caribe&start=20>>. Acesso em: 30/05/2017.

⁹⁵ Cf. UNESCO, 2006. **Educando para a liberdade**: trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja_prisao/educando_liberdade_unesco.pdf>. Acesso em: 10/06/2017.

⁹⁶ Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br>> e também <<http://justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/arquivos/educacao-em-servicos/anexos-educacao-em-servicos/projeto-educando-para-a-liberdade-resumo.pdf>>. Acesso em: 10/06/2017.

CNE 11/2000, no âmbito da educação básica⁹⁷.

A publicação de livros (ONOFRE, 2007; UNESCO 2008; CRAIDY, 2010; LOURENÇO, ONOFRE, 2011; JULIÃO, 2013; ONOFRE, 2014), bem como de revistas e dossiês temáticos⁹⁸, apontam para uma maior visibilidade e fortalecimento do tema na pesquisa acadêmica, de modo transversal, em diversas áreas do conhecimento, com maior destaque para a área da educação e das políticas públicas.

Entretanto, ainda se coloca como campo de desafios, seja pelo fechamento que caracteriza a instituição prisional, seja pelas contradições presentes em um ato (educar) voltado à formação e emancipação humana, mas desenvolvido em um espaço de privação e isolamento social (prisão). Por isso, concordamos com Ireland (2011), ao afirmar que

[...] ao se pensar o processo educativo no espaço da prisão, há de se ter clareza sobre os limites impostos pelo contexto singular, mas também não reduzir o processo educativo à escolarização. Como em qualquer processo educativo, há que se buscar entender os interesses e as necessidades de aprendizagem da população carcerária e quais os limites que a situação impõe sobre esse processo (p. 20).

No mesmo sentido, Onofre (2016), ao questionar sobre a prisão como instituição educativa, sinaliza a importância da transversalidade na compreensão das práticas no espaço prisional, conjugando “instâncias políticas, sociais, saberes acadêmicos e cotidianos”. Em suas palavras:

Ao trazermos a transversalidade entre as práticas sociais que acontecem no interior das unidades prisionais como possível caminho para torná-las espaços educativos, anunciamos que a escola é uma das instituições que deve, em diálogo com as demais, contribuir para ressignificar a vida das pessoas que se encontram em privação de liberdade. Assim, a escola, as oficinas de trabalho, as oficinas de artesanato, as oficinas de informática, as oficinas de jogos dramáticos, os cultos

⁹⁷ A publicação *Educación en Prisiones en Latinoamérica: derechos, libertad y ciudadanía* (UNESCO, 2008) descreve o Projeto e seus desdobramentos. No campo específico da EJA, a *Agenda para o Futuro da Educação de Adultos*, resultante da *V Conferência Internacional de Educação de Adultos* (CONFINTEA), realizada no ano de 1997, já fazia referência específica à população prisional no Tema VIII, *A educação para todos os adultos: os direitos e aspirações dos diferentes grupos*: “Reconhecer o direito dos detentos à aprendizagem: a) informando os presos sobre as oportunidades de ensino e de formação existentes em diversos níveis e permitindo-lhes o acesso a elas; b) elaborando e pondo em marcha, nas prisões, amplos programas de ensino, com a participação dos detentos, a fim de responder às suas necessidades e aspirações em matéria de educação; c) facilitando a ação das organizações não-governamentais, dos professores e dos outros agentes educativos nas prisões, permitindo, assim, aos detentos, o acesso às instituições educativas, estimulando as iniciativas que tenham por fim conectar os cursos dados na prisão com os oferecidos fora dela” (parágrafo 47).

⁹⁸ Cf. **Revista Em Aberto**, INEP: Educação em prisões, v. 24, n. 86, 2011, disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/issue/view/252>> Acesso em 05/06/2017>; **Revista Educação e Realidade**, UFRGS: Educação em prisões, v. 38, n. 1, 2013, disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/2030/showToc>>; **Revista CEDES**, Unicamp: Educação, escolarização e trabalho em prisões - Apontamentos teóricos e reflexões do cotidiano, v. 36, n. 98, 2016, disponível em: <<http://submission.scielo.br/index.php/ccedes/issue/view/1809>>. Acesso em: 10/01/2017.

religiosos, as atividades de lazer, o cultivo de plantas, hortaliças e frutas, a criação de aves, as rodas de leitura, as discussões de documentários, entre tantas outras atividades que acontecem no interior da prisão se constituem em práticas que educam, uma vez que nelas se estabelece o convívio, as aprendizagens e o respeito pelo outro (p. 48).

Os dados sobre o perfil da população presa no Brasil além de evidenciar a seletividade do sistema punitivo, provocam reflexões sobre o acesso a direitos não alcançados legalmente pela privação de liberdade e, dentre eles, a educação no País – antes, durante e após o encarceramento. Se, por um lado, o sistema prisional é um mecanismo de controle e punição que na prática pode ultrapassar os limites da pena imposta pela lei e pelo judiciário, pois há condições degradantes e de negação de direitos identificadas; por outro, não podemos ignorar o momento presente em que milhares de jovens tem habitado esse lugar e vivido a sua socialização e juventude.

Ainda que concordemos que a prisão seja uma instituição total (GOFFMAN, 1986), entendemos também, como aponta Garland (2001; 2008), que a prisão representa uma instituição que faz parte da vida cotidiana de amplas parcelas da população, abrangendo aqueles que se encontram presos, seus familiares, bem como profissionais e redes de atendimento que acabam mediando relações e ações entre o ambiente prisional e a sociedade em geral.

O caráter sociopedagógico da pena de prisão (SILVA, 2015), ao lado das funções preventivas afirmadas pela legislação penal e das relações entre o *dentro* e o *fora* se colocam como importantes estratégias de resistência e de sobrevivência na prisão. Nesse contexto, a educação nas prisões, seja escolar ou não escolar, tem representado múltiplas funções e lugares, podendo contribuir significativamente neste aspecto.

De acordo com as *Diretrizes Nacionais para a oferta de educação nas prisões* estabelecidas pelo CNE, em 2010, as ações de educação em espaços prisionais contemplam atividades de educação escolar (formal) e também não escolar, inclusive na modalidade a distância, e devem ser garantidas condições de acesso e permanência na educação superior (graduação e pós-graduação) a partir da participação em exames de estudantes que demandam esse nível de ensino, respeitadas as normas vigentes e as características e possibilidades dos regimes de cumprimento de pena previstas pela LEP.

Conforme explicita o Parecer CNE/CEB N. 2/2010:

Compreendendo a educação como um dos únicos processos capazes de transformar o potencial das pessoas em competências, capacidades e habilidades e o educar como ato de criar espaços para que o educando, situado organicamente no mundo, empreenda a construção do seu ser em termos individuais e sociais, o espaço carcerário deve ser entendido como um espaço educativo, ambiente socioeducativo. Assim sendo, todos que atuam nestas unidades – dirigentes, técnicos e agentes – são educadores e devem estar orientados nessa condição. Todos os recursos e esforços devem convergir, com objetividade e celeridade, para o trabalho educativo (p. 14).

Entretanto, a oferta de educação em prisões se apresenta como complexa, por envolver diferentes instituições e organizações, uma necessária articulação entre gestores e profissionais, além das características próprias da prisão, pautadas na ordem e no controle.

Ainda que legalmente a educação em prisões tenha amparo e garantia no Brasil, verificamos uma prática fragilizada, seja pelo hiperencarceramento e ausência de condições para o exercício desse direito no espaço prisional, seja pela não priorização institucional e política desse público como sujeito de direito à educação. Ademais, de acordo com a *Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação*, no Relatório *Educação nas Prisões Brasileiras* (2009) constata-se:

[...] a lentidão da justiça, a falta de infraestrutura, a indefinição de responsabilidades institucionais pelo atendimento educacional, a hipertrofia do critério de segurança, a desatenção com relação à diversidade (gênero, étnicorracial, orientação sexual, regional etc.) existente no ambiente prisional e a crescente demanda por segurança apresentada por setores da sociedade e amplificada pela mídia (CARREIRA, 2009, p. 25).

Assim, relevantes discussões vêm sendo realizadas sobre o papel da política pública de educação nas prisões⁹⁹ e sua implementação, em múltiplas questões, principalmente a partir do que preconizam as *Diretrizes Nacionais* (CNE, 2010) e as *Diretrizes Operacionais Nacionais* (MEC, 2016), como a formação de professores; a articulação entre os órgãos de gestão e execução da política de educação e administração prisional, com a participação da sociedade civil; a coexistência e interface de atividades escolares e não escolares; sua proposta pedagógica¹⁰⁰; a participação de educadores presos¹⁰¹, além de questões sobre as práticas docentes e as representações dos estudantes sobre o tema. Mais recentemente, a

⁹⁹ Cf. GRACIANO; SCHILLING, 2008. **A educação na prisão: hesitações, limites e possibilidades**. IRELAND, 2011. **Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios**. ONOFRE; JULIÃO, 2013. **A Educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas**.

¹⁰⁰ Cf. SILVA; MOREIRA, 2011. **Educação em prisões: apontamentos para um Projeto Político Pedagógico; O projeto político-pedagógico para a educação em prisões**. Disponíveis em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2317>>. Acesso em: 13/03/2017.

¹⁰¹ Cf. CARVALHO, 2014. **Entre a cela e a sala de aula: um estudo sobre experiências educacionais de educadores presos no sistema prisional paulista**. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13675>>. Acesso em: 13/03/2017.

educação a distância (EaD)¹⁰² tem sido o foco de discussões e iniciativas na oferta de educação em prisões, como possibilidade prevista na própria Resolução das *Diretrizes Nacionais*.

Em geral, nesse contexto, a educação básica nas prisões tem sido uma expressão da EJA, com as mesmas dificuldades e limitações da elevação de escolaridade de pessoas jovens e adultas no país e priorização de políticas públicas para este público, mas agregando-se as peculiaridades do sistema prisional.

Em comum, as duas expressões de EJA enfrentam um conjunto de desafios semelhantes. A EJA não tem constituído prioridade para os governos recentes, embora tenha recebido um tratamento melhor. A política de educação em prisões, assim como a EJA, tem concentrado os seus investimentos na escolarização, relegando as atividades não formais para um pobre segundo lugar. Ambas, para serem efetivadas, enfrentam o desafio da articulação em nível federal entre ministérios e em nível estadual e municipal entre secretarias. Na EJA, as interfaces postas entre educação e trabalho, saúde, agricultura, habitação, meio ambiente, cultura etc., exigem políticas e planejamento articulados. Às vezes, essas interligações precisam acontecer inicialmente dentro do próprio ministério, antes de abarcar outros ministérios e órgãos da máquina federal. No caso da educação em prisões, não há como avançar sem uma articulação e um forte diálogo entre os *Ministérios da Educação* e da *Justiça*. Nos Estados, exige diálogo permanente entre *Secretarias de Educação* e de *Justiça* ou *Administração Penitenciária*. [...] Na elaboração de políticas públicas, a capacidade de um governo ouvir e promover o debate e a participação no processo de tomada de decisões não é sempre a característica mais marcante. Nessa relação de forças, a sociedade civil exerce um papel fundamental de pressionar e mobilizar a opinião pública. Em nível pedagógico, tanto a EJA quanto a educação em prisões sofrem da falta de projetos e pessoal próprios – projetos político-pedagógicos e educadores com uma formação específica para trabalhar com o público jovem e adulto e o público encarcerado. Cobra-se da universidade uma ação específica voltada para a formação de educadores e gestores e para o desenvolvimento de pesquisa sobre as diversas dimensões da ação educativa (IRELAND, 2011, p. 31).

Assim, as publicações e pesquisas tem apontado para dificuldades de oferta que alcance maior número de pessoas presas no Brasil, contradições frente à lógica punitiva e de prevalência da lógica de segurança nas prisões, em detrimento de atendimentos e acesso a direitos no cárcere. Ireland (2011), partindo de marcos normativos, pesquisas e sua experiência como acadêmico e gestor público, coloca esse contexto nos seguintes termos:

De um lado, a oferta de educação tem sido limitada em quantidade, qualidade e foco. A abrangência da oferta é fundamental no sentido de procurar uma educação para todos. Contudo, a qualidade do processo educativo, que inclui formação e salários apropriados para os educadores, materiais didáticos e recursos pedagógicos adequados e, também, a elaboração de um projeto político-pedagógico – abrangendo

¹⁰² No ano de 2016, propusemos o artigo *Educação nas prisões e universidade pública: reflexões sobre o papel da extensão universitária*, a partir de edital público de chamamento de artigos e após seleção, publicamos na edição n. 15 da **Revista Cultura e Extensão** da USP, em maio de 2016, pp. 85-95.

e articulando escolarização com outras atividades educativas não formais, de formação profissional, de leitura, de cultura e de educação física – é igualmente central. No entanto, ao reconhecer a pertinência do entorno para o processo educacional, torna-se igualmente importante entender a necessidade de investimento na formação ampliada dos profissionais da execução penal, sejam diretores, agentes, enfermeiros e médicos, assistentes sociais, advogados etc. Da mesma forma que o entorno educacional faz parte do conjunto, também o fazem as famílias das pessoas presas. A educação envolve relações sociais e familiares, e dificilmente se mudará uma peça sem contemplar a unidade. Por fim, o debate maior sobre a reabilitação de pessoas presas e a sua reentrada na sociedade de onde foram retiradas coloca a questão de uma sociedade educada capaz de aceitar e reintegrar os antigos delinquentes. Num clima em que profundas desigualdades geram exclusão e marginalidade social, que por sua vez geram violência e criminalidade combatidas por políticas rígidas de reclusão e sentenças severas, a resposta não pode depender somente da educação, embora esta tenha um papel insubstituível a desempenhar (Ibid., p. 30).

2.3 O tripé constituinte da Universidade e a interface com a educação em prisões

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é princípio constitucional que rege a educação superior no Brasil, de acordo com o artigo 207 da *Constituição Federal* de 1998 – que também expressa a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades. Em virtude dela, cada *Instituição de Ensino Superior* (IES) possui liberdade para orientar suas ações de acordo com a correlação de forças presentes em seus colegiados superiores, vocações ou interesses locais e/ou regionais.

No exercício dessa autonomia estão colocadas, pela LDB de 1996, as atribuições das universidades, dentre as quais, estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão, firmar acordos e convênios e elaborar a programação dos cursos.

Compõe-se, assim, um conjunto de dispositivos legais, que podem ser considerados indutores de iniciativas e políticas, sobretudo em se tratando da universidade pública – que, como ente estatal, carrega responsabilidades públicas diante da sociedade, como a promoção da gestão democrática.

A problemática que aqui se discute sobre a responsabilidade da universidade na educação em prisões envolve, necessariamente, o cumprimento do tripé ensino, pesquisa e extensão com atividades voltadas à população presa e também aos profissionais envolvidos. Esta tarefa poderia ser realizada por IES públicas, institutos, faculdades, centros universitários, dentre outros, dadas as prerrogativas colocadas pela legislação vigente.

Nesse contexto, leva-se em consideração, além do tripé constituinte da universidade, dados relativos à desigualdade no acesso e permanência de grupos excluídos no Ensino Superior, o que tem revelado a histórica desigualdade econômica e racial no país, identificada

pelo acesso desigual ao Ensino Superior¹⁰³.

A organização da educação superior está expressa nos artigos 43 a 57 da LDB de 1996, abrangendo cursos e programas sequenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão, oferecidos por meio de universidades, centros universitários e faculdades¹⁰⁴, e sua finalidade é:

Art. 43. [...]

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (BRASIL, 1996, n.p.).

As universidades, definidas pelo artigo 52 da LDB como “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano”, e caracterizadas pela “produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional”, gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, nos termos do artigo 207 da *Constituição Federal* de 1988.

¹⁰³ Cf. **Relatoria de Direitos Humanos, 2012-2014**, da *Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais* (DHESCA), disponível em: <http://www.plataformadh.org.br/files/2015/05/relatorias_em_dh_2012_2014.pdf>. Acesso em: 02/04/2016.

¹⁰⁴ Conforme o Decreto N. 5773, de 9 de maio de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm>. Acesso em: 21/03/2017.

O artigo 213, § 2º., da CF/88 prevê, ainda, que “as atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público”.

No exercício de sua autonomia, as universidades tem a atribuição de estabelecer atividades de extensão e as instituições públicas devem obedecer ao princípio da gestão democrática, “assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional” (artigo 56 da LDB).

Há um importante aspecto em relação ao papel das universidades, que tem autonomia didático-científica, conforme os artigos 53 e 54 da LDB, e são definidas no artigo 52 como “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano”.

O debate sobre o direito à educação superior nos remonta ao proclamado na *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, em particular ao artigo 26 que declara “toda pessoa tem o direito à educação” e “a educação superior deverá ser igualmente acessível a todos com base no respectivo mérito” e, endossando os princípios básicos da *Convenção contra Discriminação no Ensino* (UNESCO, 1960), a qual, em seu artigo 4º., compromete os Estados Membros a “tornar a educação superior igualmente acessível a todos segundo sua capacidade individual”.

No campo programático, a *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI* (UNESCO, 1998) expressa bem os desafios de ampliação desse nível de ensino no tempo presente e do papel da educação superior de serviço extensivo à sociedade. Ao abordar as missões e funções da educação superior, afirma que deve

[...] prover um espaço aberto de oportunidades para o ensino superior e para a aprendizagem permanente, oferecendo uma ampla gama de opções e a possibilidade de alguns pontos flexíveis de ingresso e conclusão dentro do sistema, assim como oportunidades de realização individual e mobilidade social, de modo a educar para a cidadania e a participação plena na sociedade com abertura para o mundo, visando construir capacidades endógenas e consolidar os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a democracia e a paz em um contexto de justiça (n.p.).

Em seu artigo 3º., sobre a *igualdade de acesso*, define que:

A igualdade no acesso à educação superior deve começar pelo fortalecimento e, se necessário, por uma reorientação do seu vínculo com os demais níveis de educação, particularmente com a educação secundária. As instituições de educação superior devem ser consideradas e vistas por si mesmas como componentes de um sistema contínuo, o qual elas devem fomentar e para o qual devem também contribuir, começando tal sistema com a educação infantil e primária e tendo continuidade no

decorrer da vida. [...] Deve-se facilitar ativamente o acesso à educação superior dos membros de alguns grupos específicos, como os povos indígenas, os membros de minorias culturais e linguísticas, de grupos menos favorecidos, de povos que vivem em situação de dominação estrangeira e pessoas portadoras de deficiências, pois estes grupos podem possuir experiências e talentos, tanto individualmente como coletivamente, que são de grande valor para o desenvolvimento das sociedades e nações. Uma assistência material especial e soluções educacionais podem contribuir para superar os obstáculos com os quais estes grupos se defrontam, tanto para o acesso como para a continuidade dos estudos na educação superior (Ibid., n.p.).

Evidenciando o tripé indissociável, o artigo 43 da LDB, ao tratar das finalidades da educação superior, afirma: “incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica”, “comunicar o saber através do ensino” e “promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”.

Trata-se de um tripé sobre o qual deve estar sustentada a universidade e seus processos formativos que, do ponto de vista histórico, no Brasil foi consolidado por meio de lutas e movimentos sociais durante o período da elaboração da *Constituição* de 1988. No entanto, no cenário latino-americano, a compreensão da universidade como um lócus formativo interdisciplinar, multidimensional e comprometido socialmente, esteve presente desde o *Manifesto de Córdoba*, em 1918, na Argentina, escrito por estudantes que reivindicavam a abertura da universidade para os problemas sociais decorrentes do colonialismo.

Nesse sentido, entendemos que abordar o tripé constituinte da universidade em interface com a educação em prisões requer discutir onde cabe o ensino, a pesquisa e o lugar da extensão universitária e, ainda, identificar possibilidades e indicadores da produção acadêmica que auxiliem na compreensão dessa interface possível, pensando no caso do estado de São Paulo.

É prudente ressaltar que a responsabilidade da universidade pública em relação às políticas públicas na área da Educação inclui a atuação em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, como preconiza a própria LDB ao tratar das finalidades da educação superior, em seu artigo 43, inciso VIII, “mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares”. Ou seja, não se trata de uma responsabilidade limitada à oferta de cursos de graduação, de extensão ou emissão de diplomas.

Entendemos que é com a Educação Básica que a educação superior pode desenvolver ações a favor da superação da defasagem escolar que afeta parte da população jovem e adulta – incluindo-se aqueles privados de liberdade no sistema prisional, uma vez que, como

observado nos dados sobre o perfil da população prisional, há uma grande lacuna em termos de elevação de escolaridade básica.

As metas aprovadas no *Plano Nacional de Educação* (PNE), instituído pela Lei N. 13005/2014 e vigente por dez anos, a partir de um diagnóstico sobre a educação nacional, comprovam esse contexto e apontam para a necessidade de oferecer oportunidades educacionais a milhões de brasileiros que não concluíram a educação básica, além daqueles que não tem acesso ao ensino superior.

Por exemplo, as metas 8, 9 e 10 que dizem respeito à elevação da taxa de alfabetização, dos anos de escolaridade de jovens e adultos e do acesso à EJA integrada à educação profissional, justificam-se diante dos indicadores de escolaridade média da população jovem e adulta brasileira e das defasagens e políticas historicamente existentes¹⁰⁵.

De acordo com os dados divulgados pelo *Observatório do PNE*¹⁰⁶, com informações do IBGE/PNAD, em 2015 a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, dentre os 25% mais pobres era de 8,5 anos; enquanto a população do campo era de 8,3 anos, sendo a meta para 2024, de 12 anos.

Quanto à taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais, em 2015 foi de 92%, sendo a meta de 100% prevista para o ano de 2024. Já o analfabetismo funcional, com dados do *Indicador de Alfabetismo Funcional* (INAF)¹⁰⁷, chegou a 27% em 2015, sendo a meta reduzir pela metade até o final da vigência do PNE.

O desafio da meta 10 diz respeito a oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de EJA integradas à educação profissional. Em 2015, apenas 3% dessas matrículas de EJA eram integradas, como apontam os dados do MEC/INEP divulgados pelo *Observatório do PNE*.

Segundo publicação do INEP (2017), em publicação que apresenta estatísticas do *Censo Escolar*, há uma “parcela expressiva de alunos jovens na EJA” dentre os 3,4 milhões de alunos desta modalidade de ensino, o que sugere que a EJA tem recebido alunos egressos recentes do ensino regular, provavelmente com histórico de retenção e dificuldades de conclusão do ensino fundamental e médio.

¹⁰⁵ Cf. DI PIERRO, Maria Clara; HADDAD, Sergio. Transformações nas políticas de educação de jovens e adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. In: **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, pp. 197-217, maio-ago., 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v35n96/1678-7110-ccedes-35-96-00197.pdf>>. Acesso em: 15/06/2017. Cf. Escolarização de jovens e adultos. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, Mai/Jun/Jul/Ago., 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07.pdf>>. Acesso em: 05/03/2016. Acesso em: 15/06/2017.

¹⁰⁶ Fonte: <<http://www.observatoriodopne.org.br>>. Acesso em: 22/02/2016.

¹⁰⁷ Publicado pelo *Observatório do PNE*, com dados do *Instituto Paulo Montenegro* (IPM). Mais informações em: <<http://www.ipm.org.br/inaf>> e <http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/09/INAF_EstudosEspeciais_2016_Letramento_e_Mundo_do_Trabalho.pdf>. Acesso em: 10/15/2017.

Outra informação relevante, nesse contexto, diz respeito ao aumento de matrículas na EJA de ensino médio, de 5,7% em 2016, enquanto no ensino fundamental há historicamente uma redução. Como afirma o INEP (2017, p. 14) “após longo período de queda, as matrículas de anos finais de ensino fundamental da EJA apresentam tendência de estabilização, mesmo com uma pequena queda em 2016”. O INEP identificou, ainda, que “o número de escolas que oferecem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos teve uma redução de 26,8% nos últimos oito anos” (2017a, p. 4).

Assim, é possível identificar algumas prioridades do ensino, que seriam necessárias, voltadas ao atendimento desta demanda educacional, como o fim do analfabetismo, a elevação da escolaridade para quem não concluiu o Ensino Fundamental e Médio, a formação para viabilizar a profissionalização, e a formação de profissionais da educação básica – como vislumbram as próprias metas e estratégias do *Plano Nacional de Educação* definido pela Lei N. 13005/2014.

Paralelamente a isto, temos refletido sobre qual seria o lugar da extensão universitária na educação em prisões. Como a extensão pode contribuir para a realização dessas prioridades? Quais seriam as áreas possíveis de atuação?

O ensino superior, a pesquisa acadêmica e a extensão universitária possuem igual importância no plano teórico e legal, no processo formativo em nível superior, tanto na graduação quanto na pós-graduação¹⁰⁸. No entanto, na prática, cada um desses elementos foi forjado de diferentes maneiras e intensidades no cotidiano da universidade e dissociados, de modo que há um peso e importância maiores atribuídos ao ensino e à pesquisa, em detrimento da extensão.

Particularmente, a extensão pode ser encarada como uma postura cidadã que a universidade, sobretudo a pública, assume diante da sociedade em que se insere como instituição produtora e socializadora de conhecimentos, comprometida com as suas demandas e em prol de uma sociedade mais justa.

É notório que a extensão universitária permaneça como o eixo considerado de menor expressão ou, em outras palavras, o mais frágil do tripé de sustentação da universidade, seja pelo espaço acadêmico-institucional reduzido em termos de programas e projetos financiados no âmbito das universidades públicas, seja pela crescente valorização do ensino e, principalmente, da pesquisa – diante das exigências de produção acadêmica como critério

¹⁰⁸ Cf. MOITA; ANDRADE. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, maio/ago, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a06.pdf>>. Acesso em: 18/06/2017.

avaliativo¹⁰⁹.

A LDB reservou um capítulo que versa sobre a Educação Superior – artigos 43 a 57. Suas finalidades e atribuições, como citadas, reforçam o incentivo às ações de pesquisa científica, ensino e extensão pautados, dentre outros aspectos, na autonomia didático-científica das universidades e na relação de reciprocidade a ser estabelecida com a comunidade, afirmando a liberdade das instituições de ensino superior em orientar suas atividades, obedecendo ao princípio da indissociabilidade.

O termo *Ensino* pode ser melhor trabalhado a partir da modalidade de ensino da *Educação de Jovens e Adultos* (EJA) e das iniciativas de ampliação de acesso ao ensino superior, recentemente fomentadas no Brasil, a partir do *Exame Nacional do Ensino Médio* (incluindo-se o exame para pessoas privadas de liberdade), do *Sistema de Seleção Unificada* (SISU)¹¹⁰ e do *Programa Universidade para Todos* (ProUni)¹¹¹.

O termo *Pesquisa* pode ser aprofundado a partir dos dados levantados em relação aos Grupos de Pesquisa sobre o tema no CNPq e junto a FAPESP, no tocante ao investimento de recursos financeiros em pesquisas acadêmicas e com o referencial teórico da pesquisa qualitativa.

O termo *Extensão* pode ser analisado a partir de Freire (1979) como “comunicação”, ao descrever o quefazer pedagógico contraposto ao assistencialismo ou processos adialógicos, mas aliado à fundamentação de uma educação como prática de liberdade e relação de mediação entre os homens. Para ele, “o sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um ‘penso’, mas um ‘pensamos’. É o ‘pensamos’ que estabelece o ‘penso’ e não o contrário” (p. 66).

Esta coparticipação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação. O objeto, por isso mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediatizador da comunicação. Daí que, como conteúdo da comunicação, não possa ser *comunicado* de um sujeito a outro. [...] Se o sujeito “A” não pode ter no objeto o termo de seu pensamento, uma vez que este é a mediação entre ele e o sujeito “B”, em comunicação, não pode igualmente transformar o sujeito “B” em incidência depositária do conteúdo do objeto sobre o qual pensa. Se assim fosse – e quando assim é –, não haveria nem há comunicação. Simplesmente, um sujeito estaria (ou

¹⁰⁹ A atuação dos professores do magistério superior público tem se pautado, sobremaneira, na produção acadêmica e de projetos de pesquisa diante de indicadores e parâmetros avaliativos internacionais que tem como pressuposto a produção docente na pós-graduação e na pesquisa científica. Na pós-graduação, por exemplo, o *Sistema de Avaliação* (SPG/Capes) apresenta como indicadores a produção de teses e dissertações, projetos de pesquisa, produção docente e produção bibliográfica dentre outros, demonstrando o grande peso da pesquisa. Fonte: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/dados-do-snpq>>. Acesso em: 15/07/2017.

¹¹⁰ Fonte: <<http://sisu.mec.gov.br/tire-suas-duvidas>>. Acesso em: 15/07/2017.

¹¹¹ Fonte: <<http://prouniportal.mec.gov.br>>. Acesso em: 15/07/2017.

está) transformando o outro em *paciente* de seus comunicados. A comunicação, pelo contrário, implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. Por isto, não é possível compreender o pensamento fora de sua dupla função: cognoscitiva e comunicativa (Ibid., pp. 66-67, grifos do autor).

Assim, consideramos a extensão como um eixo da universidade que possibilita e promove comunicações que não só podem difundir conhecimentos e práticas acadêmicas, mas, sobretudo, aprender com a comunidade e, em coparticipação, construir as bases de uma responsabilidade com o seu entorno e as necessidades sociais advindas deste. Ademais, tomamos como referência pesquisas sobre o tema¹¹², ao lado dos esforços de institucionalização da extensão universitária – por exemplo, por meio do *Programa Nacional de Fomento à Extensão e Plano Nacional de Extensão Universitária*¹¹³, do *Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras* (FORPROEX) e da *Rede Nacional de Extensão* (RENEX)¹¹⁴.

A extensão ocupa um lugar privilegiado na IES, pois sua proposta educativa só tem sentido mediante a promoção dos direitos e das necessidades básicas dos jovens, principalmente dos menos favorecidos, por meio da justiça, da verdade e da formação acadêmica e social.

O compromisso com a extensão visa expandir as ações acadêmicas e sociais, num processo de aprendizagem mútua, como fator gerador de mudança em favor de uma sociedade fundamentada em valores solidários e sustentáveis. Essas experiências agregam valor ao saber acadêmico, por meio de reflexões e experiências de âmbito ético e político, que permitem mudança de visão nos alunos, professores e colaboradores, envolvidos nos programas e projetos, que certamente contribuem para o amadurecimento de sua postura pessoal e profissional (JANTKE; CARO, 2013, p. 102).

Santos (2003), em texto publicado sobre a missão de inclusão social da universidade, evoca reflexões de Jacques Derrida em *O olho da universidade*, sobre a razão de ser e a destinação da universidade, e de Marilena Chauí em *A universidade hoje*, que define universidade como uma instituição social, científica e educativa, com identidade fundada em forma de organização própria, exprimindo diversidade, na qual a “sua legitimidade social só

¹¹² Nesse sentido, um panorama histórico da Extensão na América Latina pode ser encontrado no artigo *Extensão universitária: momentos históricos de sua institucionalização*, de autoria de Vera Lucia Schneider Bemvenuti (2006). Disponível em: <http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero%20002/artigos/area_comunicacao/area_comunicacao_01.htm>. Acesso em 10/10/2015. No caso brasileiro, um levantamento intitulado *Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras: estudo comparativo 1993/2004* publicado em 2007 pela RENEX. Disponível em: <[http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/05-Institucionalizacao-Extensao/Institu cionalizacao-Extensao.pdf](http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/05-Institucionalizacao-Extensao/Institu%20cionalizacao-Extensao.pdf)>. Acesso em: 18/05/2016.

¹¹³ Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>>. Acesso em: 18/05/2016.

¹¹⁴ Disponível em: <<http://www.renex.org.br/>>. Acesso em: 18/05/2016.

se afirmam se ela colocar uma ponte sobre o abismo que a separa da sociedade, e que permita a ligação ao seu interior e exterior” (p. 84).

É dentro destes fundamentos que se inscreve a função social da universidade. Sendo uma instituição social, com função social, a universidade constitui um microcosmo da sociedade, caracterizada, até certo ponto, em um modelo instituído pelo próprio contexto social, político, econômico e ideológico no qual está inserida. É esta mútua interação de universidade e sociedade que acaba por impor algumas limitações à própria universidade, cabendo a esta encontrar as soluções, as medidas adequadas para superá-las. Na verdade, a sociedade muitas vezes desconhece as funções da universidade e, ao desconhecê-las, não oferece o apoio necessário para desenvolvê-las. Muitas vezes a sociedade não tem consciência das potencialidades da universidade. O rompimento desta situação de isolamento só pode ser feito por iniciativa da própria Universidade, criando as condições para o despertar da consciência dos diversos segmentos sociais sobre a instituição. Nesse sentido, a função social da universidade deve aliar aquela exclusivamente acadêmica – gerar conhecimento, formar profissionais de qualidade e disponibilizar os mesmos para a sociedade – com a atividade extensionista, hoje um dos pilares básicos da instituição (SANTOS, 2003, pp. 84-85).

Entretanto, a relação entre extensão e exercício da cidadania se expressa não somente nas atividades extensionistas voltadas à comunidade e grupos vulneráveis socialmente, pois “o compromisso social da universidade, presente muitas vezes em sua missão, vai além da preocupação com os menos favorecidos e deve, também, estar na formação de seus estudantes” (JANTKE; CARO, 2013, p. 97).

No escopo desta pesquisa, em busca de indicadores de ações extensionistas, foi feito um levantamento no ano de 2015 sobre possíveis ações de educação em prisões em relação a USP, que conta com a *Pró-reitoria de Cultura e Extensão Universitária* (PRCEU), responsável pelas atividades de extensão. À época, foram analisados projetos desenvolvidos (*Catálogo de Projetos* de 2009 a 2014); trabalhos apresentados nos Simpósios *Aprender com Cultura e Extensão*¹¹⁵, no *Centro Universitário Maria Antônia*¹¹⁶; publicações na *Revista de Cultura e Extensão*¹¹⁷, bem como realizações constantes no *Catálogo de Cursos*¹¹⁸ e na *Plataforma de Gerenciamento de Eventos e Atividades de Extensão*¹¹⁹.

A partir de um levantamento prévio nos portais da PRCEU, em relação ao *Catálogo de*

¹¹⁵ Disponível em: <<http://prceu.usp.br/aprender/simposio/>>. Acesso em: 19/10/2015.

¹¹⁶ Disponível em: <<http://mariaantonia.prceu.usp.br/>>. Acesso em: 19/10/2015.

¹¹⁷ Disponível em: <<http://prceu.usp.br/pt/noticia/nova-edicao-da-revista-de-cultura-e-extensao-traz-entrevista-com-diretor-do-grea-usp/>>; <<http://prceu.usp.br/revista/>> e <<http://www.revistas.usp.br/rce/search>>. Acesso em: 19/10/2015.

¹¹⁸ Disponível em: <<http://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2015/08/cat%C3%A1logo-Cursos-de-Extens%C3%A3o-e-Atividades-de-Forma%C3%A7%C3%A3o-Profissional-2%C2%BA-semester-2015.pdf>> e <<http://prceu.usp.br/pt/noticia/prceu-lanca-catalogo-de-cursos-de-extensao-do-2o-semester/>>. Acesso em: 19/10/2015.

¹¹⁹ Disponível em: <<http://prceu.usp.br/pt/noticia/prceu-cria-plataforma-de-gerenciamento-de-eventos-e-atividades-de-extensao/>> e <<https://uspdigital.usp.br/apolo/apoExtensaoCurso?codmnu=1444>>. Acesso em: 19/10/2015.

Cursos de Extensão oferecidos entre 2014 e 2015¹²⁰ e às publicações da *Revista*¹²¹, não se identificou nenhum trabalho correlato ao tema *educação em prisões* ou *em contextos de privação de liberdade*, o que compõe a hipótese que parte de evidências alusivas à percepção da falta de ações universitárias sobre o tema.

Sobre o eixo pesquisa, cabe destacar a ausência de representatividade das universidades públicas presentes em São Paulo em relação às redes de pesquisa de educação em prisões, como é o caso da *Rede Latinoamericana de Educação em Prisões* (RedLece)¹²², da *Rede Latinoamericana de Investigadores sobre Educação em Prisões* (RedLatisec), sediadas na Argentina¹²³, e a *Cátedra da UNESCO de Pesquisa Aplicada para Educação em Prisões*, sediada no Canadá¹²⁴.

Em relação aos grupos de pesquisa que se dedicam à educação em prisões, após busca pelo termo no portal de Grupos de Pesquisa da CAPES¹²⁵, encontramos os seguintes resultados:

Grupo de Pesquisa	Universidade	Área
Educação Popular: a problematização do mundo como luta pela libertação	Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Educação
O ato de educar e suas incidências no campo da criminalidade	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Psicologia
GEPÊPrivação – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação em Regimes de Privação de Liberdade ¹²⁶	Universidade de São Paulo (USP)	Educação
EduCárceres – Núcleo de Investigação e Práticas em Educação nos Espaços de Privação de Liberdade	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	Educação
Práticas Sociais e Processos Educativos	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	Educação

Quadro 5: Grupos de Pesquisa sobre *Educação em Prisões* cadastrados na CAPES (2015)

¹²⁰ Fonte: <<http://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2015/08/cat%C3%A1logo-Cursos-de-Extens%C3%A3o-e-Atividades-de-Forma%C3%A7%C3%A3o-Profissional-2%C2%BA-semester-2015.pdf>> e http://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2015/01/Catalogo_Apolo_1semestre_2015.pdf>. Acesso em: 19/10/2015.

¹²¹ Fonte: <<http://prceu.usp.br/pt/programa/revista-de-cultura-e-extensao/>> e <http://prceu.usp.br/pt/publicacoes/>>. Acesso em: 22/10/2015.

¹²² Fonte: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/networks/specialized-communities/specialized-communities-ed/redlece/>>. Acesso em: 22/10/2015.

¹²³ Fonte: <<http://redlatisec.wixsite.com/latisec>>. Acesso em: 22/10/2015.

¹²⁴ Fonte: <<http://www.cmv-educare.com>>. Acesso em: 22/10/2015.

¹²⁵ Fonte: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp>>. Acesso em: 22/10/2015.

¹²⁶ Trata-se de grupo coordenado pelo Prof. Dr. Roberto da Silva, no qual me inseri como sua orientanda durante o doutorado e que tem propiciado o encontro de pesquisas e pessoas interessadas no tema, com publicações conjuntas, em acúmulo de discussões coletivas e permanente diálogo. Reservarei reflexões sobre a sua atuação para o capítulo 3.

E, buscando o termo *prisão*, no portal, no caso do estado de São Paulo, encontramos:

Grupo de Pesquisa	Universidade	Área
CPECC – Centro de Pesquisa e Extensão em Ciências Criminais	Universidade de São Paulo (USP)	Direito
Grupo de Estudos Carcerários Aplicados	Universidade de São Paulo (USP)	Direito
NEPAL – Núcleo de Estudo e Pesquisa em Aprisionamentos e Liberdades	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Direito
Núcleo de Estudos da Violência	Universidade de São Paulo (USP)	Ciência Política

Quadro 6: Grupos de Pesquisa sobre *Prisões* no estado de São Paulo (2015)

Em relação ao financiamento de pesquisas sobre o sistema prisional, especificamente pela *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo* (FAPESP), realizamos busca no portal da instituição¹²⁷ por termo/palavra-chave, a fim de identificar o investimento em bolsas de pesquisas e auxílio para publicação. Sobre *educação em prisões*, encontramos 02 (dois) registros relativos às expressões *Educação nas prisões*, *Educação em contextos de privação de liberdade* e *Educação no sistema prisional*, descritos no quadro a seguir:

Dados do Processo	
N. Processo	2015/10087-1 Bolsa no País - Regular - Mestrado 1
Beneficiário	Andressa Baldini da Silva
Título	Exercício docente na prisão por professores da rede estadual de São Paulo: função social e condições de trabalho
N. Processo	2010/15697-9 Bolsa no País - Regular - Iniciação Científica
Beneficiário	Ana Carolina Oliveira Gomes
Título	Ação educativa na prisão: saberes e práticas de Educadores Presos

Quadro 7: Pesquisas fomentadas pela FAPESP com a palavra-chave *Educação em Prisões*

Desse modo, retomamos a busca com termo mais amplo: *prisão* e *prisões*, identificando 42 (quarenta e dois)¹²⁸ registros de financiamento pela FAPESP. Em seguida, buscando o termo *sistema prisional*, localizamos 06 (seis) registros, entre bolsas de iniciação

¹²⁷ Fonte: <<http://internet.aquila.fapesp.br/agilis/>>. Acesso em: 22/10/2015.

¹²⁸ Sobre os itens encontrados cabe destacar que se tratam de pesquisas afetas às mais diversas áreas do conhecimento, como estudos sociológicos, antropológicos, jurídicos, históricos, além da área da saúde, que nos levam a refletir sobre o variado e interdisciplinar campo de estudo sobre/nas prisões, e das possibilidades de atuação nesse espaço, para além da pesquisa.

científica, mestrado e doutorado, como apresentados nos quadros seguintes:

Trabalhos Científicos com o Tema <i>Prisão/ Prisões</i>		
Beneficiário/ Responsável	Título	Início/ Término
Marcio Bressiani Zamboni/ Laura Moutinho	A População LGBT privada de liberdade: sujeitos, políticas e direitos em disputa.	01/05/2015 a 28/02/2018
Jorge Luiz Mattar Villela	Mulher Fiel: as famílias das mulheres de presos relacionados ao PCC.	01/08/2014 a 31/07/2015
Semiramis Costa Chicareli/ Marco Antonio Bettine de Almeida	Análise da Pastoral Carcerária: Participação Política e Defesa dos Direitos Humanos.	01/04/2014 a 31/03/2016
Jacqueline Sinhoretto	As Prisões de São Paulo: Dinâmicas, fluxos e as implicações nas trajetórias de egressos prisionais. Uma perspectiva a partir do monitor preso de educação.	01/07/2013 a 30/06/2014
Ana Lucia Pastore Schritzmeyer	Crime, Proceder, Convívio-Seguro: Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões.	01/04/2013 a 31/03/2014
Flavia Maira de Araujo Gonçalves/ Monica Duarte Dantas	O Sistema Prisional no Império Brasileiro (1830-1888).	01/10/2013 a 31/07/2016
Alessandra Teixeira/ Luis Antonio Francisco De Souza	Entre a delinquência avulsa e a criminalidade articulada: o lugar do jovem na nova ordem criminal urbana.	01/12/2012 a 28/04/2015
Celene Aparecida Ferrari Audi/ Silvia Maria Santiago	Atenção integral à saúde da mulher no cárcere e dos servidores da penitenciária de Campinas/São Paulo.	01/10/2012 a 30/09/2015
Bruna de Freitas do Amaral/ Marisa Helena D'Arbo Alves de Freitas	Mulher Encarcerada: A Conversão da Prisão Preventiva em Domiciliar de acordo com a Lei N. 12403/11 na <i>Cadeia Pública Feminina</i> de Franca/SP.	01/07/2012 a 31/12/2012
Monica Duarte Dantas	Cadeia e Correção: Sistema Prisional e População Carcerária na cidade de São Paulo (1830-1890).	01/12/2011 a 31/05/2013
Bruna Louzada Bumachar/ Adriana Gracia Piscitelli	Nem Dentro, Nem Fora: Maternidade na experiência de estrangeiras presas em São Paulo.	01/08/2012 a 28/02/2013
Plinio Kazuo Prizon Kajiwara/ Omero Benedicto Poli Neto	Fatores associados ao diagnóstico e encaminhamento tardio da mulher com dor pélvica crônica ao serviço especializado e a importância da participação dos médicos da Rede Básica de Saúde.	01/11/2011 a 31/10/2012
Rafael Godoi/ Vera da Silva Telles	Fluxos em Cadeia: As Prisões em São Paulo na virada dos tempos.	01/08/2011 a 28/02/2015
Edgard de Assis Carvalho	Vidas Abandonadas: Crime, Violência e Prisão.	01/01/2011 a 31/12/2011
Zilla Oliva Roma/ Marisa Helena D'Arbo Alves de Freitas	Da razoável duração do processo: A constitucionalização do procedimento.	01/04/2011 a 31/03/2012
Bruna Louzada Bumachar/ Adriana Gracia Piscitelli	Nem Dentro, Nem Fora: a experiência prisional de estrangeiras na PFC.	01/03/2011 a 30/09/2014

Carolina Cutrupi Ferreira / Maira Rocha Machado	Legislar pela Exclusão Social: Um estudo sobre a atividade legislativa sobre cumprimento da pena de 1984 a 2011.	01/03/2011 a 31/08/2011
Carla Monielly Rosa/ Jose Fernando Siqueira da Silva	A prisão no cotidiano das famílias de presidiários.	01/04/2010 a 31/12/2010
Daniela Birman/ Francisco Foot Hardman	Confinados: Escrita e Experiência do Cárcere em Lima Barreto e Graciliano Ramos.	01/01/2010 a 31/12/2012
Philippe Leon Marie Ghislain Willemart	A Fissura e a Verruma: Corpo e Escrita em Memórias do Cárcere.	01/07/2009 a 31/08/2010
Angela Teixeira Artur/ Elizabeth Cancelli	As Origens do <i>Presídio de Mulheres</i> do estado de São Paulo (1930-1950).	01/02/2010 a 31/03/2011
Eduardo Dimitrov/ Lilia Katri Moritz Schwarcz	Regional como Opção, Regional como Prisão: Trajetórias Artísticas no Modernismo Pernambucano.	01/04/2009 a 28/02/2014
Bruna Louzada Bumachar/ Omar Ribeiro Thomaz	Irmãs, Envolvidas, Gringas e Sacoleiras: Moçambicanas presas em SP e Mercado "Informal" Transnacional.	01/03/2009 a 28/02/2011
Camila Caldeira Nunes Dias/ Sergio Franca Adorno de Abreu	Da Pulverização ao (quase) Monopólio da Violência: Expansão e Consolidação da Dominação do PCC no Sistema Carcerário Paulista.	01/01/2008 a 31/05/2011
Karina Biondi/ Jorge Luiz Mattar Villela	Junto e Misturado: Imanência e Transcendência no PCC.	01/09/2007 a 30/04/2009
Giselle Sakamoto Souza Vianna/ Marcio Bilharinho Nunes	Cárcere, Trabalho e Direito na Formação do Capitalismo: Uma análise das obras "Punição e Estrutura Social", "Vigiar e Punir" e "Cárcere e Fábrica".	01/09/2007 a 20/11/2007
Adalton Jose Marques/ Ana Lucia Pastore Schritzmeyer	Uma Genealogia do "Proceder" Prisional a partir de um experimento antropológico.	01/09/2007 a 31/07/2009
Zeyne Alves Pires Scherer	Estudo da violência a que mulheres aprisionadas foram expostas em suas vidas.	01/03/2008 a 28/02/2010
Juliana da Silva Ferreira/ Heraclito Barbosa de Carvalho	Estudo de comportamento de risco em populações carcerárias, com ênfase à infecção pelo <i>treponema pallidum</i> na cidade de São Vicente/SP.	01/12/2007 a 30/11/2008
Lisias Nogueira Negrao	A igreja como refúgio e a bíblia como esconderijo? Conversão religiosa, ambiguidade e tensão entre presos evangélicos e massa...	01/02/2007 a 30/06/2008
Heraclito Barbosa de Carvalho	Estudo do comportamento de risco em populações carcerárias, com ênfase nas infecções pelo HIV, hepatites e sífilis na cidade de São Vicente/SP.	01/03/2007 a 28/02/2009
Adalton Jose Marques/ Marcos Pereira Rufino	Investigação sobre o "Proceder": Um Sistema Simbólico do Mundo Prisional.	01/06/2006 a 31/12/2006
Sergio Salomao Shecaira	Penas e medidas alternativas ao encarceramento: análise da efetividade de sua aplicação.	01/05/2004 a 30/04/2005
Priscila Piazzentini Vieira/ Luzia Margareth Rago	Michel Foucault e a história genealógica em <i>Vigiar e Punir</i> .	01/08/2003 a 31/07/2004
Jose Roberto Franco Xavier/ Sergio Franca Adorno de Abreu	A Prisão no Brasil Republicano: Entre o Discurso e a Prática.	01/07/2002 a 31/12/2002

Gustavo Martineli Massola/ Eda Terezinha de Oliveira Tassara	A subcultura prisional e os limites da ação da APAC sobre as políticas penais públicas: Um estudo na cadeia pública de Bragança Paulista/SP.	01/03/2002 a 28/02/2005
Guilma Olga Espinoza Mavila/ Dalmo de Abreu Dallari	O Direito ao Trabalho nos estabelecimentos prisionais femininos da cidade de São Paulo.	01/12/2000 a 30/11/2002
Carlo Maurizio Romani/ Luzia Margareth Rago	Os anarquistas entre a repressão e a dissidência: Uma viagem à colônia penal de Clevelândia.	01/02/2000 a 31/12/2003
Gustavo Martineli Massola/ Eda Terezinha de Oliveira Tassara	Sistema Penitenciário: Reforma ou Reprodução? Um estudo da APAC de São Jose dos Campos/SP.	01/07/1999 a 30/06/2001
Sergio Franca Adorno de Abreu	O Encarceramento em São Paulo: Das Enxovias a Penitenciária do Estado.	01/07/1998 a 30/09/1999
Yara Jerolimski/ Clovis de Carvalho Junior	Responsabilidade do Estado por Prisão Provisória Indevida.	01/01/1998 a 31/12/1998
Lucia Aparecida Ferreira da Silva/ Jose Carlos de Oliveira	Prisão Temporária: Indenização por danos à imagem.	01/09/1997 a 30/11/2000

Quadro 8: Pesquisas fomentadas pela FAPESP com as palavras-chave *Prisão/ Prisões*

Trabalhos Científicos com o Tema <i>Sistema Prisional</i>		
Beneficiário/ Responsável	Título	Início/ Término
Monica Duarte Dantas	Cadeia e Correção: sistema prisional e população carcerária na cidade de São Paulo (1830-1890).	01/12/2011 a 31/05/2013
Filipe Moreno Horta/ Gabriel de Santis Feltran	Continuidades e rupturas: contextos e desdobramentos da "rebelião de 1952" no presídio da Ilha Anchieta.	01/12/2010 a 30/11/2011
Pericles Alves Nogueira	A tuberculose no sistema prisional - estudo em duas penitenciárias da cidade de Guarulhos/SP.	01/12/2007 a 30/11/2009
Maria Adelia Aparecida de Souza	Uso do território e sistema de justiça no Brasil.	01/07/2006 a 30/06/2008
Adalton Jose Marques/ Marcos Pereira Rufino	Investigação sobre o "proceder": um sistema simbólico do mundo prisional.	01/06/2006 a 31/12/2006
Roberta Edo/ Mary Jane Paris Spink	AIDS no sistema prisional: a perspectiva das companheiras dos detentos.	01/06/1998 a 31/05/2000

Quadro 9: Pesquisas fomentadas pela FAPESP com a palavra-chave *Sistema Prisional*

Diante dos dados encontrados no portal da FAPESP, foi possível identificar certo acúmulo e potencial em pesquisa, com financiamento estadual, existente sobre prisões e sistema prisional, além da diversidade de temáticas em pesquisa relacionadas à questão.

Ampliando a busca, na biblioteca digital de teses e dissertações da USP¹²⁹, com os mesmos termos, encontramos os seguintes resultados na categoria *Pesquisa simples*:

¹²⁹ Fonte: <<http://www.teses.usp.br/>>. Acesso em: 22/10/2015.

- Termos *Educação nas prisões*; *Educação em contextos de privação de liberdade* e *Educação no sistema prisional*: aproximadamente 20.000 resultados;
- Termo *Prisão*: aproximadamente 23.300 resultados;
- Termo *Prisões*: aproximadamente 8.470 resultados;
- Termo *Sistema Prisional*: aproximadamente 709 resultados.

Por fim, a busca realizada no banco de teses e dissertações da CAPES¹³⁰ trouxe mais resultados quantitativos sobre a produção acadêmica do tema na pós-graduação:

- Termo *Educação no Sistema Prisional*: 851775 resultados;
- Termo *Educação em contextos de privação de liberdade*: 987012 resultados;
- Termo *Educação nas prisões*: 434252 resultados.

Dentre estes, constaram 18 opções de grandes áreas do conhecimento, 545 temas, 3844 opções de áreas de concentração e 483 instituições de ensino superior.

Essa busca simplificada em dois grandes bancos de teses digitais, além dos grupos de pesquisa registrados no portal da CAPES, serviram-nos para, na construção da hipótese da pesquisa, demonstrar o potencial de discussão, interesse e implementação de possíveis ações universitárias, nos demais eixos, em torno do tema.

Braga (2014), ao analisar experiências de atuação da universidade na prisão, que incluiu referências da experiência do Grupo criado por Michel Foucault (*Group d'information sur les prisons* – GIP), que existiu entre 1970 e 1972¹³¹, assinala que:

Para refletir e planejar a atuação da universidade na contemporaneidade, e especificamente, no cárcere brasileiro, se faz necessário a produção de pesquisas teóricas e empíricas que atentem para as especificidades regionais e institucionais do contexto social e prisional da intervenção. [...] Nesse sentido, ao menos três desafios se apresentam à academia brasileira: i) descrever e analisar os funcionamentos do sistema de justiça criminal; ii) aprofundar o debate acerca do papel da universidade na dinâmica social e repensar a relação entre o tripé: pesquisa-ensino-extensão; iii) sistematizar experiências, desenvolver métodos e expor os desafios da intervenção no espaço prisional. Desde essa perspectiva, cabe à universidade – como espaço privilegiado de produção de discursos e práticas sociais – discutir a legitimidade do poder punitivo estatal e a manutenção de um sistema prisional que não atende às suas finalidades declaradas; e ainda, protagonizar ações que promovam a redução quantitativa (menos prisões e pessoas presas) e qualitativa (espaços menos fechados ao entorno social) do cárcere, comprometendo-se, assim, com o projeto de uma construção de uma sociedade mais justa e menos punitiva (p. 368).

¹³⁰ Fonte: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>>. Acesso em: 22/10/2015.

¹³¹ A tese de doutorado da autora (BRAGA, 2012) inclui, ainda, o estudo de cinco grupos de atuação em prisões formados desde a universidade, no campo de análise sobre reintegração social: GDUCC (*Faculdade de Direito da USP*), *Abrir la cárcel* (Barcelona), *Fundación Autònoma Solidària* de Barcelona (FAS), *Projeto Leiturativa* (Biblioteconomia – *Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo*) e *Instituto de Ação Contra Cena* (IACC), refletindo sobre o papel da universidade e a prisão na atualidade.

A partir dos indicadores citados neste trabalho sobre a escolaridade da população prisional, é possível identificar potenciais alunos que, por adesão, poderiam concluir estudos em nível básico ou iniciar em nível superior. De todo modo, há ações de educação superior, como de extensão e apoio ao ensino, que podem abarcar pessoas com escolaridade básica incompleta, que é a grande maioria.

Vale ressaltar que as próprias *Diretrizes Nacionais para oferta de educação em prisões* (BRASIL, 2010) abre um leque de possibilidades de atuação, em que se poderia inserir o tripé da universidade, ao afirmar, dentre outros aspectos, que esta oferta estará associada a ações de “cultura, esporte, inclusão digital, educação profissional, fomento à leitura [...], inclusive as ações de valorização dos profissionais que trabalham nesses espaços” (p. 2) e, ainda, que

[...] a gestão da educação no contexto prisional deverá promover parcerias com diferentes esferas e áreas de governo, bem como com universidades [...] com vistas à formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade (Ibid., p. 3).

2.4 Experiências implantadas pesquisadas

A pesquisa de campo, realizada no âmbito deste estudo, juntamente com fontes documentais, bibliográficas e de *sites* públicos, possibilitou conhecer experiências de ações institucionais de universidades públicas em unidades prisionais no Brasil e na Argentina – realidades que se acerbam no contexto latino-americano.

Foram visitadas a *Universidad de Buenos Aires* (UBA) e a *Universidad Nacional de Córdoba* (UNC), no ano de 2014, que desenvolvem os projetos *UBA XXII*, no *Centro Universitario de Devoto* (CUD) desde 1985, e o *Programa Universitario en la cárcel* (PUC) desde 1997, que englobam atividades de ensino, pesquisa e extensão em unidades prisionais.

As experiências argentinas tornam-se ainda mais singulares, para além do histórico de implantação e diversidade de projetos em diferentes IES que apresentam, no cenário latino-americano ao verificarmos que o país conta com uma modalidade de ensino específica na legislação educacional nacional, denominada *Educación en Contextos de Privación de Libertad*¹³², que se desdobra em organização própria, diretrizes e estratégias de gestão e

¹³² A Lei N. 26206, de 2006, *Ley de Educación Nacional* (LEN), a define como modalidade do sistema de educação da Argentina e tem como finalidade garantir o direito à educação a todas as pessoas privadas de liberdade para promover a sua formação integral e o desenvolvimento pleno, incluindo jovens em centros de atendimento socioeducativo, pessoas internadas em centros de atendimento a adictos e adultos no sistema

pedagógicas, orientadas por uma política nacional¹³³, além de políticas de formação docente também específica¹³⁴.

No Brasil, no ano de 2016, realizamos a visita ao campus avançado da *Universidade Estadual da Paraíba* (UEPB), *Dom José Maria Pires*, no complexo prisional de *Serrotão*, no município de Campina Grande. Instalado em 2013, ele se constitui em uma experiência pioneira de um campus universitário construído em um espaço prisional, no qual são desenvolvidas ações de ensino, pesquisa e extensão.

No caso das pesquisas de campo na UNC, UBA e UEPB tivemos a oportunidade de conversar com professores, alunos, funcionários, participar de atividades de extensão e acompanhar outras de ensino, lideradas por profissionais ligados às instituições, com pessoas privadas de liberdade. Na Argentina, nossa permanência durou 01 mês (Anexo – atividades realizadas), tendo contato com atividades e pessoas diversas envolvidas com o tema. Em Campina Grande, pudemos permanecer por 01 semana, conhecendo algumas das atividades realizadas. Em relação ao GDUCC, não foi possível participarmos de nenhuma atividade do grupo, apenas de um encontro, em 2016, intitulado *GDUCC 10 anos: uma roda de diálogo*, que contou com a participação de membros do Grupo e professores da *Faculdade de Direito* da USP, relatos e troca de experiências.

Portanto, neste tópico, serão descritas as experiências implantadas por essas três instituições supracitadas, ainda que não sejam exclusivas no cenário nacional¹³⁵ e latino-

prisional. Mais informações em: <http://www.me.gov.ar/doc_pdf/ley_de_educ_nac.pdf e http://www.me.gov.ar/consejo/resoluciones/res10/110-10_01.pdf>. Acesso em: 10/03/2016.

¹³³ Cf. *Coordinación Nacional Modalidad Educación en Contextos de Encierro*. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/educacion/gestioneducativa/direccionnacionaldegestioneducativa/educacioncontextosdeencierro>>. Acesso em: 11/11/2016.

¹³⁴ Por exemplo, a *Especialización Docente de nivel superior en Educación en Contextos de Encierro*, regulamentada pela Resolução do Conselho Federal de Educação da Argentina em 2008. Disponível em: <<http://www.me.gov.ar/consejo/resoluciones/res08/58-08.pdf>> Acesso em 10/11/2016. Mais informações em: <<https://bibliotecasabiertas2.wordpress.com/modulos-del-postitulo-en-contextos-de-encierro/>>.

¹³⁵ A esse respeito, entendemos importante citar outras iniciativas que dialogam com o tema da pesquisa. De modo geral, o debate centra-se no acesso ao ensino superior, que requer autorização de saída da unidade prisional pelo judiciário, com poucas fontes sobre o engajamento do tripé constituinte da universidade pública, como aqui propomos discutir. Por exemplo, a pesquisa de mestrado *A educação superior como instrumento de reinserção do preso na sociedade: a contribuição da Universidade Católica de Brasília* (GRASSI, 2004) registrou a experiência da *Universidade Católica de Brasília* (UCB) que desde 1997 oferece bolsas de estudos em cursos de graduação a pessoas presas, em parceria com a *Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso* – FUNAP/DF. Entretanto, o escopo dessa investigação limita-se às universidades públicas. Ademais, tomamos conhecimento de outras iniciativas recentes de atuação de universidades públicas no território brasileiro, no decorrer da pesquisa, como é o caso do *Programa de extensão Novos Horizontes: a universidade nos espaços de privação de liberdade* vinculado ao Departamento de Pedagogia da *Universidade do Estado de Santa Catarina* (UDESC), “que é composto por quatro ações: 1) projeto Incluir - que objetiva expandir as oportunidades de acesso e permanência no ensino superior e contribuir para a implementação de uma política de inclusão na UDESC para internos e egressos do sistema prisional; 2) formação compartilhada no contexto da educação prisional, que visa desenvolver processos de formação para os/as docentes, assistentes sociais e agentes penitenciários que atuam no sistema prisional em Florianópolis/SC; 3) biblioteca como espaço cultural e

americano, por apresentarem institucionalidade, legitimidade e regulamentação específicas, possíveis de serem pesquisadas na trajetória percorrida no doutorado.

Além delas, também trataremos da experiência do *Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade* (GDUCC), uma atividade de cultura e extensão vinculada à *Faculdade de Direito* da USP, desenvolvida desde o ano de 2006 e que, diferentemente das citadas anteriormente, não apresentou, no escopo dessa pesquisa, envergadura institucional como as da UBA, UNC e UEPB. Porém, demonstrou ser uma prática relevante e com metodologia própria, enquanto atividade educacional extensionista na formação de alunos da educação superior e na articulação entre a universidade, comunidade em geral e a população prisional paulista.

Nos itens seguintes, apresentaremos as experiências de cada instituição, buscando explicitar os seus atos de criação, regulamentação, gestão institucional, atividades

socioeducativo nas unidades penais, que se propõe a organizar o acervo bibliográfico da penitenciária de Florianópolis por meio de sua catalogação e classificação a fim de apoiar as práticas educativas ali realizadas; 4) evento: Seminário *Educação no Sistema Prisional: problemas, dilemas e tensões*, que tem por objetivos: apresentar e discutir resultados de pesquisas e experiências relacionados à oferta de educação formal e não formal para pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos penais, a fim de fomentar o cárcere como campo de ação acadêmica e contribuir para a permanente formação profissional e pessoal de educadores, integrando ensino, pesquisa e extensão, o projeto é composto por uma equipe multidisciplinar”. Fonte: <http://sigproj1.mec.gov.br/apoiados.php?projeto_id=245765>. Acesso em: 25/06/2017. A mesma instituição noticiou, ainda, a realização de vestibulares por duas vezes, em 2016 e 2017, em unidade prisional na região de Florianópolis – ação inserida no âmbito do referido Projeto que, segundo noticiado pela UDESC, conta com apoio do *Tribunal de Justiça* de Santa Catarina (TJ-SC), da *Academia de Justiça e Cidadania* (ACADEJUC), da *Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania* (SJC) e do *Departamento de Administração Prisional* (DEAP). Nesse caso, “além de ser aprovado no vestibular, o apenado precisa obter autorização judicial para ser admitido em uma universidade”. Fonte: <http://udesc.br/noticia/mais_de_cem_detentos_farao_provas_do_vestibular_de_verao_da_udesc_no_domingo>. Acesso em: 25/06/2017. Segundo o *Catálogo de Extensão* da UDESC, com dados de 2016, 850 pessoas foram beneficiadas. Fonte: <http://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/4328/CATALOGO_CORRIGIDO_fevereiro_2017_14864893359707.pdf>. Acesso em 25/06/2017. Mais recentemente, em junho de 2017, a *Universidade Federal do Mato Grosso do Sul* (UFMS) noticiou a criação de um programa de ensino superior a distância para pessoas presas, em parceria com a *Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário* (AGEPEN). Fonte: <<https://www.ufms.br/projeto-entre-ufms-e-agepen-preve-criacao-de-um-programa-de-educacao-superior-nas-prisoas-de-mato-grosso-do-sul/>>. Acesso em: 15/07/2017. No Estado de Minas Gerais, que apresenta o maior percentual de pessoas privadas de liberdade com acesso ao ensino superior, identificamos informações sobre aprovação de presos no ENEM PPL e autorização de saídas, tendo registrado o aumento de 40%, no ano de 2016, de presos desse Estado com vaga no ensino superior. Fonte: <<http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/cresce-40-o-numero-de-presos-de-minas-gerais-com-vaga-no-ensino-superior>>. Acesso em: 14/05/2017. Outras informações relatam a existência de laboratórios de informática na *Penitenciária Nelson Hungria*, em Contagem/MG, que possibilitam o ensino a distância em parceria com uma IES privada. Fonte: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/04/presos-encontram-na-graduacao-distancia-alternativa-para-mudar-futuro.html>>. Acesso em: 14/05/2017. No âmbito da formação continuada, a *Universidade Federal de Minas Gerais* (UFMG) ofertou, em 2016, 3 mil vagas em cursos a distância para profissionais do sistema prisional, quais sejam: *Direitos Humanos e Grupos Vulneráveis*, *Noções de Gerenciamento de Crises e de Conflitos no Sistema Prisional* e *Políticas Públicas no Sistema Prisional*. Fonte: <<https://www.ufmg.br/ead/index.php/2016/07/22/ufmg-e-departamento-penitenciario-nacional-ofertam-3-mil-vagas-em-cursos-de-capitacao-a-distancia-para-profissionais-do-sistema-prisional/>>. Acesso em: 09/04/2017.

desenvolvidas, atores envolvidos em sua execução e resultados existentes – informações obtidas por meio de pesquisa documental e de campo.

2.4.1 UBA – Centro Universitario de Devoto

O programa UBA XXII¹³⁶, vinculado à UBA, foi criado por Resolução em fevereiro de 1986 (Anexo E)¹³⁷, assinada pelo reitor da Universidade e pelo diretor nacional do *Servicio Penitenciario Federal* da Argentina (SPF), destinando-se ao desenvolvimento de ações educacionais em estabelecimentos penais federais. A Resolução faz referência a um convênio, firmado em dezembro de 1985, destinado à oferta de educação superior nesses estabelecimentos a presos condenados ou provisórios, balizado na legislação educacional argentina.

Implantado a partir do processo de redemocratização no país, em meados da década de 1980, apresenta um contexto de execução muito específico, pois relacionado à abertura democrática do país e à possibilidade, naquele momento, de construção de expectativas de projetos de garantia e exercício de direitos, como, por exemplo, a entrada e a interlocução de instituições educacionais no sistema prisional. De acordo com informações disponíveis no portal do Programa¹³⁸:

La Licenciada Marta Laferrière¹³⁹, directora del programa, recuerda casi como si fuera hoy el encuentro casual que disparó la creación de UBA XXII. Ocurrió poco después de que regresara de Venezuela, donde permaneció exiliada durante la última dictadura militar: "A mi regreso al país comencé a participar en la organización del Ciclo Básico Común. En las escalinatas del edificio donde trabajábamos, me encontré con una mujer que parecía perdida. Se podía percibir que no estaba en su medio. Le pregunté qué buscaba y me dijo: 'que mi hijo estudie'. Me contó que estaba preso en Devoto. De ahí surge la idea, con la intención de que el proyecto sea poroso: que el adentro esté afuera y viceversa. En octubre de 1985 ingresamos por primera vez a un penal, con la intención de llevar la universidad a la cárcel. En ese momento no fuimos conscientes de que la experiencia era inédita." [...] Al primer alumno se le sumaron dos compañeros y el trío se convirtió en el primer grupo de estudiantes de lo que hoy es el Centro Universitario Devoto (CUD) de la UBA. Estos alumnos, cuenta Marta Laferrière, siempre fueron por más. "Luego de cursar el CBC plantearon que querían estudiar Derecho y empezamos a armar una

¹³⁶ Sobre o Programa da UBA, há informações nos portais: <<http://www.uba.ar/extension/trabajos/uba.htm>> e <<http://www.uba.ar/uba22/index.php>>. Acesso em: 11/11/2016.

¹³⁷ A Resolução de criação do Programa foi publicada em 18 de fevereiro de 1986 e pode ser acessada no portal da UBA. Fonte: <http://www.uba.ar/archivos_generales/image/Res%2063-86.pdf>. Acesso em: 20/11/2016.

¹³⁸ Fonte: <<http://www.uba.ar/extension/trabajos/uba.htm>>. Acesso em: 12/02/2016.

¹³⁹ Trata-se de uma das principais responsáveis pelo início do *Programa UBA XXII*, que pudemos conhecer no ano de 2013 em evento realizado na UNC. Um relato sobre esse início, mais detido, encontra-se disponível no texto *UBA XXII, Programa de Estudios de la UBA en el Servicio Penitenciario Federal: Un desafío con más de 20 años de historia*. En: **Encrucijadas**, n. 43. Universidad de Buenos Aires. Disponível em: <http://repositorioubi.sisbi.uba.ar/gsd/collect/encruci/index/assoc/HWA_315.dir/315.PDF>. Acesso em: 20/06/2017.

reglamentación mínima”, en un trabajo que ella define como artesanal. A partir de la firma de un convenio entre la Universidad de Buenos Aires y el Servicio Penitenciario Federal, desde 1986 se implementa este programa de estudios universitarios en cárceles. Para Marta Laferrière la idea siempre fue la de abrir un espacio donde se pudiera ejercer un derecho: el derecho a estudiar. "No queríamos simplemente que la gente se inscriba o entregarles material sino llevar la universidad a la cárcel, crear un espacio de libertad dentro de ella, un territorio, una embajada de la UBA. Las reglas del CUD son las de la universidad, estamos dentro de una cárcel pero ese es un lugar de autogestión, de autodisciplina. Ese espacio muerto que es la cárcel se convierte en algo vivo”. Por otra parte, hacer uso de un derecho es también hacerse cargo de las obligaciones que implica su ejercicio. Acceder a la educación es iniciar el aprendizaje de la libertad. Quienes participan como alumnos de la experiencia del CUD se enfrentan a opciones que no formaban parte de sus proyectos de vida antes de entrar en la cárcel. Aprenden que con su esfuerzo pueden emprender un camino diferente del que consideraban irremediable y definitivo. A través de las experiencias educativas, los internos reciben de la sociedad esa nueva posibilidad, que muchas veces no tuvieron antes. El CUD no está sometido al control de la administración penitenciaria. No hay guardias y está bajo responsabilidad única de la universidad y de los detenidos-estudiantes, como resultado de un convenio firmado por el Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, el Servicio Penitenciario Federal y la UBA. Es imposible distinguir entre los detenidos y quienes vienen del exterior. Las relaciones son las habituales entre estudiantes y profesores. Para asegurar que el convenio sea respetado y evitar la intrusión de fuerzas policiales una decena de estudiantes, elegidos por una asamblea de detenidos estudiantes, ocupan los lugares día y noche. Se encargan del mantenimiento, de la coordinación de las carreras y del desarrollo de las actividades. Custodios de su autonomía, tienen un dormitorio, una cocina y las llaves de los lugares. Los responsables vigilan escrupulosamente el respeto a las reglas de seguridad. Por otra parte, la asociación de los estudiantes de la cárcel se encarga de las demandas de transferencia de detenidos de otros establecimientos que deseen acceder al centro. Existe también un espacio de asesoría jurídica, donde los alumnos recibidos en la cárcel socializan su conocimiento brindando atención al resto de la población que necesita asesoramiento legal. En la actualidad el CUD tiene aproximadamente mil quinientos metros cuadrados, doce aulas, una de computación, un salón de actos, sala de profesores, cocina y una biblioteca que, en este momento, cuenta con más cinco mil volúmenes. Los alumnos concurren a clase desde las nueve de la mañana hasta aproximadamente las siete de la tarde. Al finalizar las clases los internos deben reintegrarse a sus respectivos pabellones, salvo unos doce alumnos que viven en el CUD y trabajan en el mantenimiento del Centro. Hay dos dormitorios, en los cuales pueden vivir los alumnos que tengan buenas notas, estén avanzados en las carreras y demuestren buena conducta para el personal del Servicio Penitenciario. El Programa se generó en Devoto, que aloja internos adultos masculinos, pero inmediatamente buscó expandirse hacia otros penales. UBA XXII actualmente funciona en la Unidad 2 de Devoto, para hombres adultos; en la Unidad 3 de Ezeiza, cárcel de mujeres; en la Unidad 31, también en Ezeiza, para madres con hijos, y en Marcos Paz, donde fue trasladada la población perteneciente a uno de los centros de UBA XXII que funcionaba en la hoy desactivada Unidad 16 de Caseros para Jóvenes Adultos. Los internos pueden cursar el Ciclo Básico Común (CBC), de manera presencial o con la modalidad a distancia que propone UBA XXI. En cuanto a las carreras, las facultades que participan de UBA XXII son las de Derecho, Ciencias Sociales, Psicología, Ciencias Económicas y, a través de un programa ad hoc, por el cual se dictan cursos de computación, la Facultad de Ciencias Exactas y Naturales.

Assim, uma experiência pioneira de ações da UBA nas prisões, a fim de levar a universidade ao cárcere se desenvolveu na unidade penal federal de Devoto, na qual atualmente funciona o *Centro Universitario Devoto* (CUD) vinculado à UBA, constituindo-se

como um campus universitário com infraestrutura própria, dentro da unidade e com a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão, inseridas no *Programa de Estudios de la Universidad de Buenos Aires en establecimientos del Servicio Penitenciario Federal* (SPF)¹⁴⁰.

No que se refere à regulamentação, ocorreu a assinatura de um convênio e a publicação de uma Resolução, como citado, a fim de definir atribuições e responsabilidades nos programas de ações universitárias nas prisões, entre a UBA e o SPF da Argentina, desde 1986, além da regulamentação de normativas internas à Universidade¹⁴¹.

Institucionalmente, o Programa está vinculado à *Secretaria de Assuntos Acadêmicos da Reitoria* da UBA, contando com um diretor nomeado pelo reitor e coordenadores, que realizam a gestão das atividades por unidade acadêmica.

Em relação ao acesso ao ensino, o Programa oferece diversos cursos de graduação¹⁴², como Letras, Filosofia, Direito, Sociologia, Psicologia, Contabilidade e Administração de Empresas, além de atividades de extensão (cursos livres, atividades culturais, de formação, recreativas ou artísticas, seminários e conferências) em unidades penais, que são ministradas por docentes das unidades acadêmicas da UBA e, ainda, podem contar com a participação de alunos tutores ou estagiários.

Conforme visita (Anexo C) realizada no *Centro Universitário de Devoto*, foi possível verificar que a população privada de liberdade pode acessar as atividades ofertadas seguindo as mesmas normas e procedimentos dos demais alunos da Universidade. No espaço do CUD, que está situado dentro da estrutura da unidade prisional, mas em prédio apartado dos pavilhões onde estão as celas, podem circular livremente pelo prédio do Centro Universitário, sem a vigilância de agentes penitenciários, e se organizar em grupos de estudos e/ou realizar outras atividades acadêmicas neste espaço ao longo do período letivo.

¹⁴⁰ Criado por Resolução publicada em 1993 pela UBA. Além do CUD, a UBA dispõe de Centros Universitários em outras unidades penais de Buenos Aires, como o *Centro Federal de Detención de Mujeres Unidad 31 - Ezeiza*, *Centro Universitario Ezeiza* (CUE) situado no *Complejo Penitenciario Federal IV de Mujeres* e o *Complejo Penitenciario Federal I - Ezeiza*. Fonte: <<http://www.uba.ar/uba22/contenidos.php?id=179>>. Acesso em: 10/12/2016.

¹⁴¹ A atual normativa, publicada como Regulamento do Programa em agosto de 2013, pode ser acessada online no link: <<http://www.uba.ar/uba22/archivos/Res%207349-13.pdf>>. Acesso em: 11/11/2016.

¹⁴² Um aspecto facilitador da implementação especificamente de cursos de graduação diz respeito à inexistência, na Argentina, de exigência de processo seletivo para ingresso no ensino superior – diferentemente do caso brasileiro, pautado por exames e provas seletivas, excludentes e meritocráticas. Em tese de doutorado intitulada *As políticas de expansão e privatização do ensino superior no Brasil e na Argentina (1989-2009)*, João Flávio de Castro Moreira (2013) aborda aspectos importantes sobre a formação tardia da universidade no Brasil (século XX), a origem da educação universitária na Argentina (desde o início do século XVII em Córdoba) e as formas de ingresso livre formal nas universidades públicas argentinas, mas que incluem o chamado *Ciclo Básico Comum* (CBC) – um curso introdutório pós-secundário ou pré-universitário com duração de 1 ano, que visa uma formação básica interdisciplinar para reflexão crítica e ambientação ao espaço universitário.

Porém, trabalhos práticos, quando assim previstos nos cursos, como estágios ou prática profissional supervisionada, ficam prejudicados por não ser possível realizá-los no interior das unidades prisionais. Este aspecto, inclusive, é descrito na Resolução que regulamenta o Programa ao afirmar em seu artigo 2º. que “[...] *las carreras -tecnicaturas y de grado- y las actividades educativas que se impartan no podran contemplar la realización de trabajos prácticos, actividades preprofesionales y de prácticas profesionales supervisadas imposibles de realizar dentro de las Unidades Penitenciarias*”¹⁴³.

Sobre o pioneirismo da UBA na ação universitária na prisão, que inspirou outras instituições argentinas, vale destacar que:

Existen distintos programas universitarios de educación en contextos de encierro a lo largo y ancho del territorio nacional, con diferentes modalidades (presencial, a distancia, con tutorías), propuestas y enfoques. Las universidades con más trayectoria son la UBA, a través del Programa UBAXXII (“Universidad en la cárcel”), pionero en la materia y reconocido a nivel internacional; la Universidad Nacional de Córdoba, con el Programa Universitario en la Cárcel (PUC), que funciona desde el año 1997; y la Universidad Nacional de La Plata, en especial, la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, la de Humanidades y Ciencias de la Educación, como así también la de Periodismo y Comunicación Social. Desde hace unos años, estas y otras unidades académicas empezaron a agruparse en redes universitarias para intercambiar experiencias, discutir lineamientos de trabajo y organizar acciones en conjunto. Desde el año 2010, funciona la Mesa Interuniversitaria Nacional sobre Educación en Contextos de Encierro, en el marco de la Red Nacional de Extensión Universitaria (Rexuni), dependiente del Consejo Interuniversitario Nacional (CIN). Y, en septiembre de 2014, se conformó la Red Interuniversitaria de Derechos Humanos y Educación Carcelaria del Mercosur, con alrededor de quince universidades argentinas, además de las provenientes de Brasil y la República Oriental del Uruguay (PARCHUC, 2015, pp. 18-19).

Assim, consideramos importante evidenciar os principais dispositivos legais que marcaram a institucionalização do Programa pela UBA em seu pioneirismo. A Resolução de criação do Programa, elaborada em 1985 e publicada em 1986, constituída por 10 artigos, é assinada pelo Reitor da UBA e pelo Diretor Nacional do SPF, e afirma, em seu preâmbulo, que as pessoas presas provisórias ou condenadas, privadas de liberdade em unidades do SPF, sem nenhum tipo de discriminação, poderão iniciar e/ou completar seus estudos universitários na UBA, regulamentando que¹⁴⁴:

- Os estudos se referem a cursos de graduação que não requeiram trabalhos práticos que sejam impossíveis de realizar dentro das unidades do SPF;
- Os internos que assim desejam podem solicitar, por escrito, sua inscrição, reinscrição ou transferência a UBA, por meio de membros da Comissão UBA-SPF, com sede tanto nas

¹⁴³ Fonte: <<http://www.uba.ar/uba22/archivos/Res%207349-13.pdf>>. Acesso em: 12/04/2016.

¹⁴⁴ Tradução nossa do espanhol.

unidades vinculadas ao SPF como nas unidades acadêmicas da UBA;

- A Comissão UBA-SPF integra-se por 06 (seis) membros, sendo 03 (três) representantes da UBA presididos por seu reitor e 03 (três) do SPF, que deverão, dentre outros aspectos, receber e decidir sobre as solicitações dos internos, avaliar as questões acadêmicas e de períodos letivos dos alunos;
- A extensão de educação superior aos estabelecimentos penais é possível de acordo com as possibilidades da UBA e do SPF;
- A UBA atenderá os alunos por meio de docentes que ministrarão os cursos, conforme as distintas modalidades e metodologias, provendo material bibliográfico por meio de editoras e serviços de publicações, de acordo com disponibilidade;
- O SPF permitirá meios para que os alunos internos em suas unidades mantenham entre si encontros, com frequência mínima de dois encontros por semana, para possibilitar um maior rendimento acadêmico e ainda, implementará um sistema de monitorias constituído por alunos que tenham cursado e sido aprovados em matéria e possam ajudar pedagogicamente os alunos que estão cursando-a;
- O SPF deve evitar transferências de alunos internos enquanto estejam estudando, salvo por razões de segurança;
- O SPF deve prover salas e mesas, na medida do possível, e, anualmente, emitirá credenciais aos docentes designados pela UBA para permitir o seu ingresso na unidade para as atividades.

A regulamentação vigente do Programa, publicada em 2013, traz maiores detalhes e denota o desenvolvimento das ações em termos de gestão, citando, em sua introdução, que *“resulta necesario contar con un cuerpo normativo para el adecuado funcionamiento del Programa de Estudios de la Universidad de Buenos Aires en establecimientos del Servicio Penitenciario Federal (Programa UBA XXII)”*¹⁴⁵.

Dentre outros aspectos, o regulamento (Anexo E) define que as propostas educativas da UBA, nas unidades prisionais federais, abarcam “carreras universitarias” (técnicas e cursos de graduação) e extensão universitária (atividades culturais, artísticas, recreativas e cursos de capacitação ou formação). Essas atividades podem ser organizadas por unidades acadêmicas ou por estudantes da universidade, com a concordância dos coordenadores (da unidade acadêmica correspondente) e diretor do Programa.

Segundo o regulamento, o Programa é regido também pelas normas da UBA e

¹⁴⁵ Fonte: <<http://www.uba.ar/uba22/archivos/Res%207349-13.pdf>>. Acesso em: 12/04/2016.

convênios existentes, e as atividades podem ocorrer na forma presencial ou a distância, quando viáveis. Ele prevê, ainda, as atribuições do diretor e dos coordenadores e requisitos para as pessoas que desejam participar das atividades do Programa:

Artículo 13 - Se podrá participar en el Programa:

- a) Como estudiante de la Universidad o como ingresante condicional para el cursado de las tecnicaturas o de las carreras que se dictan en el marco del Programa. Se consideraran estudiantes de la Universidad a aquellos que han formalizado su inscripcion al Ciclo Basico Comun. Se consideraran ingresantes condicionales a los estudiantes que esten cursando el penultimo o ultimo año del nivel secundario, ultimo ciclo de la modalidad de estudios secundarios para adultos, a aquellos aspirantes que acrediten estar concluyendo sus estudios secundarios por programas especiales de terminalidad de este nivel ylo quienes no cuenten con la totalidad de la documentacion exigible de acuerdo con las normas vigentes de la Universidad. En estos casos se le otorgara una constancia del cursado ylo aprobacion de las asignaturas que tendra caracter provisorio hasta tanto cumplimente los requisitos de la inscripcion definitiva.
- b) Como participantes de actividades de extension, todas las personas privadas de su libertad ambulatoria, previa autorizacion de las autoridades universitarias competentes¹⁴⁶.

[Disposições gerais ao final]

Anualmente el Programa debera presentar a la Secretaria de Asuntos Academicos el Plan Anual de actividades a realizar y el Informe de Gestion que debera incluir el grado de cumplimiento de las actividades planificadas y el rendimiento academico de los estudiantes.

Dentre os resultados do Programa, segundo informações disponíveis em seu portal¹⁴⁷:

Por UBA XXII ya pasaron más de cuatrocientos profesores de la UBA y la cantidad de alumnos, según la directora del programa, alcanza los quinientos: "En Devoto tenemos ciento cincuenta alumnos cursando en las diferentes carreras y más de doscientos setenta en el Programa de Extensión de Ciencias Exactas para Operador de PC. Además hay más internos que participan de los Cursos de Extensión dictados por el Centro Cultural Ricardo Rojas. El Rojas ha editado incluso libros escritos por internos. En Ezeiza, entre las dos unidades tendremos una población de treinta personas, a las que se le suman también las internas que concurren a los Cursos de Extensión". El total de egresados universitarios de UBA XXII llega a sesenta y siete. Ese número registra la cantidad de internos que realizaron toda su carrera estando detenidos. "Hay gente que empezó en la cárcel pero después no sabemos qué pasó. Nos enteramos de que muchos se recibieron pero es un control que no realizamos. Los números del programa son un tema pendiente y delicado: siempre se evitó que fines estadísticos puedan confundirse con discriminación." Otro dato que permite tanto a las autoridades como al personal comprobar el respeto de los presos por el programa es su comportamiento. En veinte años de funcionamiento dentro de la cárcel, nunca los profesores o alguna otra persona dentro del CUD tuvieron un problema ocasionado por los internos. La presencia de UBA XXII dentro de las cárceles es para Marta Laferrière un compromiso de la Universidad con la sociedad: "Lo que se busca es una política de inclusión que contrarreste la existente, de absoluta marginalidad. No se parte de una mirada romántica. Las personas encarceladas tuvieron algún problema con la ley. Lo que la UBA propone es colocar la palabra en el lugar del cuerpo y de la violencia; acercar un universo simbólico propicio, para que esa persona pueda tener un panorama más amplio que aquel al

¹⁴⁶ Idem nota de rodapé 142.

¹⁴⁷ Fonte: <<http://www.uba.ar/extension/trabajos/uba.htm>>. Acesso em: 12/04/2016.

que está condenada, muchas veces casi desde que nace. La mayoría de los internos son expulsados de distintos agentes socializadores: la familia, la escuela, etc., y paradójicamente el Estado plantea como último lugar de recuperación una cárcel que se ha demostrado bastante ineficiente para lo que se propone. La Constitución le asigna a la institución la función de guardar custodia (del preso) y a la vez brindarle y producir un cambio para su reinserción, para devolver a la sociedad sujetos que no reincidan en el delito. Pero el índice de reincidentes es alto. El sistema carcelario sólo cumple con la parte del aislamiento". Con más de dos décadas de experiencia en el trabajo dentro de los penales, la directora de UBA XXII asegura que la presencia de la educación, la posibilidad de estudiar y su concreción logran una tremenda reconstrucción subjetiva: el interno es visto como alumno, se comprende que no "es" preso sino que "está" preso. "A veinte años del inicio del programa, me doy cuenta de que construir espacios donde se ejerzan los derechos, que las cárceles no sean un lugar de castigo reproductor de conductas delictivas sino que rompan esa lógica –que irrumpa una lógica diferente, desde la libertad, como la que lleva la Universidad de Buenos Aires – es también una política de Seguridad".

Daroqui (2000), pesquisadora argentina sobre o tema, no artigo *La carcel en la universidad*¹⁴⁸, apresenta argumentos que visam avaliar qualitativamente o programa UBA XXII, por meio da ideia inicial de criação de espaços de liberdade na prisão a partir da atuação da universidade intramuros. Para ela, é preciso discutir a própria instituição prisional, o modelo punitivo e o significado de uma proposta alternativa em uma instituição total, de castigo e disciplinamento. Isso porque, argumenta ela, "*no se puede desconocer que más allá del ingreso de la universidad, es la cárcel la que sostiene, redefine y establece el conjunto de relaciones sociales en su interior*" (n.p.).

Refletindo sobre o *desafio da diferenciação* colocado à universidade que se faz presente na prisão, Daroqui defende que a universidade deve reconstruir seus objetivos e práticas institucionais diante das resistências existentes no interior da prisão. Assim, ela conclui:

Las formas de resistir desde la lógica penitenciaria a este proyecto que supone la construcción de otras relaciones distintas a las carcelarias, no ha implicado en nuestro caso, impedir su consecución ni apropiarse del mismo ni desactivarlo sino delimitarlo, acotarlo, imponerle otras reglas de juego e incorporarlo en la normativa y en las prácticas a la tecnología penitenciaria. Es decir, lo que la Política Penitenciaria resiste de un proyecto como este, son justamente todos aquellos atributos que lo hacen diferenciarse de las prácticas degradantes, humillantes que constituyen el sentido de la cárcel en el sistema penal. Por eso, el discurso de la Universidad no debe proponerse como logro del Programa la no reincidencia de aquellos presos que pasaron por las aulas en la cárcel. No está dentro de los objetivos reeducar o encausar al desviado, [...] esa pertenece a aquellos que sostienen que el encierro, el castigo, la producción de sufrimiento cumplen una función terapéutica, que "normalizará" y reintegrará a seres dóciles, "suficientemente culpabilizados" a una sociedad 'víctima e inocente'. Seguramente, el ingreso de la universidad producirá efectos en cada uno de aquellos que accedieron a la misma, quizá algunos renuncien a prácticas violentas al interior de

¹⁴⁸ Disponível em: <http://www.ffyh.unc.edu.ar/archivos/la_carcel_en_la_universidad.htm>. Acesso em: 18/06/2016.

ese espacio universitario, y también puedan trasladarlo a los pabellones, quizá también abandonen conductas autolesivas porque por un tiempo y en un espacio determinado el trato y el intercambio suponen relaciones recíprocas de respeto y tolerancia. Quizá, cuando recobren la libertad puedan resignificar esta experiencia para construir su futuro y es deseable que así sea. Es cierto, todo esto puede suceder y mas, es decir, tantas respuestas como presos/as alumnos han pasado por el programa. Son inasibles los múltiples efectos que se pueden producir, pero todos y cada uno de ellos son colaterales e impredecibles. El ingreso de la universidad a la cárcel ha sido y deberá seguir siendo una alternativa para garantizar el pleno ejercicio del derecho al estudio, instalando prácticas y discursos que recuperen en el acceso al conocimiento, al debate, al intercambio y a la formación académica como verdaderas herramientas posibilitadoras para la construcción del pensamiento crítico. Pero también el ingreso de la universidad, significa y significará la irrupción del "afuera" hacia el interior de los muros de la cárcel, ese "afuera" que ya no podrá ser indiferente ni complaciente con la degradación y humillación que observa cotidianamente. Cada uno de aquellos que traspasaron y traspasan esos muros para dictar clases, para proveer libros, para dar conferencias, para formar mesas de examen, para dirigir investigaciones, han posibilitado que la cárcel también trascienda hacia el afuera. Lo han hecho en sus relatos, en sus clases en la facultad, en artículos, en medios de comunicación. Se ha producido una grieta en ese aislamiento, se han acortado las distancias y como en el caso de las "mujeres de Ezeiza" se han hecho visibles y tangibles, se escuchan las voces de las mujeres que estudian, que traen otras voces, las de sus compañeras de pabellón y se multiplican y entonces permiten conocer la cárcel más allá de las aulas del Centro de Estudios. El desafío de la diferenciación no alcanza con las prácticas de aquellos docentes y alumnos, dirigentes estudiantiles y autoridades de cada unidad académica que se propongan generar un espacio de libertad al interior de las cárceles. Se necesita y se necesitará que la universidad desde una perspectiva institucional reconozca e interprete el sentido político de la institución prisión, el andamiaje en el se sustentan las prácticas y los discursos penitenciarios, las significaciones y el sentido : de la privación de la libertad, del castigo, de la ecuación premio y castigo, de la pena, de la ideología resocializadora, reeducativa y readaptativa, de la "pedagogía" en que se sustenta el sistema punitivo-premial, el de la lógica del aislamiento, de las formas diferenciadas que asumen cada una de estas cuestiones cuando su instrumentación estratégica tiene por destino a hombres o a mujeres. La propuesta de recorrer este camino supone entonces, resignificar el sentido político del ingreso de la universidad en la cárcel - está claro - no en términos de hegemonía sino en cuanto al avance sistemático y continuo en la producción de una grieta, una ruptura al interior de los muros de la cárcel que se sostenga en el reconocimiento de los presos y presos como sujetos de derecho, con derecho a la asistencia de su salud, a trabajar, a revincularse con sus afectos y a estudiar. Se deberá analizar en términos político-institucionales sí los objetivos fundantes del programa son aún hoy sostenidos después de 13 años de iniciada la experiencia y, sí así fuera, las prácticas y los discursos deberán tener clara correspondencia con los mismos. Entonces, desde esta perspectiva, promover: la igualdad de oportunidades, la circulación del conocimiento, la producción de un intercambio en el marco de relaciones de respeto y reciprocidad y constituirse en un enlace con el afuera, brindará un marco referencia para la construcción de herramientas idóneas que permitirán diferenciar las prácticas y los discursos de la universidad de aquellas/os sostenidos desde la tecnología penitenciaria. Aún más, demandará por sobre todo lo expresado, una mirada atenta hacia todas aquellas estrategias de cooptación que tengan por objetivo no sólo limitar y obturar este programa sino, aquellas destinadas a sumarlo a la lógica del castigo, de la discriminación, de lo punitivo-premial y a las prácticas de la violencia pedagógica, en definitiva, a la lógica carcelaria (DAROQUI, 2000, n.p.).

2.4.2 UNC – Programa Universitario en la Cárcel

O *Programa Universitario en la Cárcel* (PUC), da UNC, surgiu no ano de 1997, como iniciativa da *Secretaria de Assuntos Estudiantis* da *Facultad de Filosofía y Humanidade* (FFyH), tomando como referência a experiência da UBA.

En este sentido surge, en el Centro de Estudiantes de la FFyH de UNC, el interés de dictar seminarios, cursos y/o talleres en algunas unidades penitenciarias. Al año siguiente se dictan Cursos de Nivelación de las Carreras de: Historia y Filosofía a quince (15) internos y a diez (10) estudiantes de la entonces Escuela de Psicología dependiente de FFyH. Al mismo tiempo se realizan consultas a especialistas, abogados, educadores, psicólogos y autoridades de la Universidad Nacional de Córdoba (UNC) y otras Universidades para la elaboración del Proyecto de Convenio. La propuesta se eleva al Honorable Consejo Directivo de FFyH y es aprobado por Resoluc. N. 167/98 y 726/98 del HCD y Resoluc. N. 278/99 del HCS. La Resolución N. 278/99 del HCS, autoriza a la Sra. Decana de FFyH a firmar el Convenio entre la Universidad Nacional de Córdoba y el Ministerio de Justicia del Gobierno de la Provincia de Córdoba que legitima y pone efectivamente en marcha, en Noviembre de 1999, el Programa¹⁴⁹.

O Programa é coordenado pelo *Vicedecanato* da Faculdade. Porém, assim como no caso da UBA, o trabalho conjunto entre universidade e sistema prisional colocou-se como necessidade, tendo sido criada uma comissão mista integrada por representantes da UNC e do *Serviço Penitenciário de Córdoba* (SPC).

De acordo com o seu regulamento interno, o PUC¹⁵⁰ abarca formação de graduação, extensão e pesquisa oferecidas pela Faculdade aos internos provisórios e condenados dos estabelecimentos penitenciários da Província, em cooperação com o SPC, que poderão iniciar e/ou continuar seus estudos universitários. Sobre seus objetivos, constam:

Art. 6 – Son objetivos generales del PUC:

- a. Desarrollar estrategias educativas que permitan a internos – procesados y condenados – alojados en el *Servicio Penitenciario Córdoba* (SPC) iniciar o completar estudios universitarios;
- b. Promover actividades de Extensión y de Investigación que aporten al conocimiento y a la intervención en la realidad carcelaria;
- c. Estimular la reflexión sobre el rol de las instituciones involucradas con respecto al efecto de las prácticas educativas en la socialización con sentido democrático como soporte para el ejercicio pleno de la ciudadanía

Art. 7 – El PUC se propone, además, los siguientes objetivos específicos:

- a. Desarrollar a través de la formación ofrecida la adquisición de responsabilidades y derechos inherentes a la condición de estudiante universitario;
- b. Favorecer la adquisición por parte de los alumnos de estrategias de estudio y de comunicación;

¹⁴⁹ Disponível em: <<http://www.ffyh.unc.edu.ar/programas/programa-universitario-en-la-carcel>> e <<http://www.uccor.edu.ar/imagenes/novedades/reduc/ponencias/acin.pdf>>. Acesso em: 21/06/2016.

¹⁵⁰ Fonte: <http://www.ffyh.unc.edu.ar/archivos/reglamento_interno_puc.htm>. Acesso em: 13/04/2016.

- c. Fomentar en los estudiantes-internos la capacidad de transferir su experiencia de sujetos del aprendizaje dentro y fuera del sistema carcelario, recreando el sentido democrático de la sociabilidad;
- d. Contribuir a la construcción de instrumentos que posibiliten una inserción superadora dentro de la comunidad.

Assim, ao descrever as atividades do PUC, a normativa dispõe sobre as atividades de docência (disciplinas dos cursos de graduação, tutorias individuais ou grupais, estudos autônomos, utilização dos mesmos materiais bibliográficos dos demais alunos da Faculdade); as atividades de extensão (de acordo com as regulamentações da Faculdade e da Universidade, além de possibilitar acordos com outras unidades acadêmicas) e as atividades de pesquisa (por meio do fomento de linhas de investigação relacionadas a interesses afetos ao desenvolvimento do Programa).

Assim como o programa da UBA, a UNC conta com uma comissão mista formada por representantes da universidade e do SPC que tem como responsabilidade articular ações, receber inscrições e decidir sobre o funcionamento do Programa. Porém, o regulamento do PUC prevê ainda, apoio de pessoal técnico-administrativo para as tarefas de funcionamento do mesmo e recursos de financiamento aportados pela UNC, FFyH e *Governo da Província de Córdoba* ou outras instituições que sustentem as atividades do Programa e a remuneração do pessoal técnico-administrativo.

Apesar da previsão de financiamento no regulamento, verificamos que no portal do PUC¹⁵¹, ao descrever as atividades de docência, consta a seguinte informação:

Cabe destacar que el PUC no cuenta con ningún financiamiento específico para su desarrollo, y su concreción es posible por el compromiso sólido de la Facultad y los docentes que asumen la tarea como carga anexa (ad-honorem) a sus tareas habituales. Las actividades que desarrollan son las de dictado de tutorías y toma de exámenes, sumadas a otras acciones especiales por la modalidad y régimen de cursada. Por otra parte el personal no-docente de Despacho de Alumnos y colaboradores del Area de Educación del SPC brindan un apoyo de gran valor para el desarrollo. Las actividades de docencia se desarrollan en el Establecimiento Penitenciario N. 2 (Penitenciaría de Barrio San Martín). Actualmente cursan en el PUC estudiantes alojados en 5 establecimientos penitenciarios: Penal de Barrio San Martín, Ex-CROM (Regimen de Semi libertad), Villa María, Villa Dolores y Bouwer. El PUC desarrolla actividades de extensión en diversas areas y en diferentes establecimientos penitenciarios:

- Penitenciaría de barrio San Martín;
- Taller: Práctica y Pensamiento Artístico;
- Filosofía como ejercicio de la autonomía;
- Correccional de Mujeres;
- Taller de Radioteatro;
- CETRAM II;
- Taller de títeres.

¹⁵¹ Fonte: <<http://www.ffyh.unc.edu.ar/programas/programa-universitario-en-la-carcel>>. Acesso em: 13/04/2016.

Assim, professores e estudantes de áreas como Letras, Filosofia, Psicologia, Pedagogia e Direito, desenvolvem diversas atividades em unidades prisionais da província de Córdoba, tais como oficinas de extensão, seminários, práticas artísticas e literárias, oferta de cursos de graduação, além de atividades de investigação.

Na visita ao Programa, em outubro de 2014, foi possível participar de um grupo de estudos, de oficinas de extensão, conhecer exposições e realizar visitas a uma unidade prisional em Córdoba, espaço de atuação do Programa (Anexos B e C).

Semelhante à UBA, além de normativas internas à Universidade, também foi assinado um convênio entre a UNC e o *Ministerio de Justicia del Gobierno de la Provincia de Cordoba*, a fim de instituir o Programa, em novembro de 1999, contando com um coordenador geral na Universidade (Anexo F).

Conhecer a experiência do PUC, por 1 mês de visita, possibilitou a aproximação a atividades diversas desenvolvidas pela UNC junto às unidades prisionais do entorno da Universidade, como grupos de pesquisas, oficinas de extensão, rodas de conversa com a população prisional, atividades de ensino, seminários e, ainda, conhecer as rotinas administrativas e acadêmicas que perpassam uma parceria como essa.

O engajamento de docentes e discentes demonstrou ser fator primordial na consecução das atividades e continuidade dos programas e, assim, um aspecto que pode fragilizar o Programa e sua continuidade como política da universidade. Por outro lado, a institucionalidade se faz presente na medida em que o Programa possui um *lugar* na Universidade, com regulamentação própria, vínculo e pessoal diretamente envolvido.

A seleção de alunos estagiários de diversos cursos de graduação da Universidade, por exemplo, possibilita uma via de mão dupla, pois ao mesmo tempo em que os alunos privados de liberdade tem acesso a uma gama de atividades, os alunos não privados de liberdade realizam um diálogo e interlocução direta com a prisão, que faz parte do seu processo formativo na educação superior. Essa relação possibilita, a nosso ver, reflexões permanentes sobre a própria instituição prisão, os sujeitos que nela se encontram e a necessidade da sociedade fora do cárcere conhecer e pensar sobre essa questão criticamente.

Em artigo intitulado *Las prácticas extensionistas en el Programa Universitario en la Cárcel: Intencionalidades, razones, modos de intervenir*, de Patricia Mercado (2008), professora da UNC e coordenadora do PUC na ocasião desta pesquisa, o ponto de partida para apresentar a missão extensionista do Programa é a compreensão da universidade como “*formadora en educación superior y desde su mandato de universidad pública*”, que “*puede y debe colaborar en la comprensión de problemáticas sociales, interactuando con la*

sociedad y participando en contextos situados para la construcción de conocimiento y la acción transformadora” (MERCADO, 2008, pp. 66-67).

A autora resgata aspectos históricos do Programa e apresenta alguns resultados:

Interesa pensar el programa desde su historia ya que las marcas originarias son fundantes. Fue en el año 1998 que nació de algunos estudiantes de la Facultad de Filosofía, el interés por ofrecer el cursado de carreras en la cárcel. Esto llevó a docentes y egresados a sumarse al análisis de la problemática carcelaria y a la posibilidad de generar el ingreso de la universidad a los penales. El proceso construyó la base para la inscripción institucional del Programa. Por convenio con el Ministerio de Justicia de la Provincia de Córdoba en noviembre de 1999 se estableció el marco legal de funcionamiento del PUC. Actualmente se dictan cinco carreras de la facultad, se desarrollan talleres de extensión para una población más amplia, no necesariamente universitaria y se participa en otros espacios con la modalidad de taller, en el marco del Programa de Voluntariado Universitario. Desde 2005, se lleva a cabo un proyecto de investigación radicado en el CIFYH (Centro de Investigaciones de la Facultad de Filosofía y Humanidades). La población universitaria es de alrededor de veinticinco alumnos que cursan las carreras de Bibliotecología, Ciencias de la Educación, Letras, Filosofía e Historia, y más de doscientas personas por año asisten a los talleres de extensión. El programa es desarrollado por equipos, de cátedra o de extensión, constituidos por docentes, estudiantes y egresados, quienes asumen el compromiso de concurrir a dictar tutorías a las unidades penitenciarias de Bouwer y B. San Martín. Su implementación es también posible porque los estudiantes privados de la libertad - alumnos del PUC - toman la responsabilidad en el estudio y participación de la experiencia. Desde un encuadre de trabajo compartido, nos posicionamos en una concepción de los derechos humanos y consideramos a todos los sujetos portadores de derecho a la educación (Ibid., p. 68).

Ademais, Mercado (2008) cita o sentido de comunicação, no ato de intervir por meio da extensão, com os sujeitos com quem se compartilha o contexto social da prática, situando, primeiro, o PUC como uma ponte entre universidade e sociedade; segundo, a dimensão pedagógica das práticas extensionistas na prisão; e terceiro, a construção da intervenção.

Concluindo,

[...] en la actividad de extensión se aborda una problemática o tema sobre la que se pretende pensar y actuar. En las dinámicas que se proponen en los cursos y talleres del PUC, los responsables se implican en la mediación al asumir una apuesta colectiva de aprendizaje e intervención que tienda a la transformación en las relaciones, con otros, con el conocimiento, con diferentes lenguajes o en la constitución de las subjetividades. Un hacer o una acción en situación habla, por ejemplo, de obras artísticas que se crean a partir de pensar un proyecto colectivo, de textos literarios que responden a criterios consensuados, de reflexiones filosóficas producto de interrogantes fundacionales a la realidad social. Establecidos estos rasgos, acordamos entonces que al concepto de extensión lo define su carácter intervencionista, esto es, la forma o sentido particular que adquiere está en los procesos de intervención que desata. [...] Así entendemos que las prácticas extensionistas - prácticas de intervención - pueden colaborar en la comprensión colectiva del papel ético, político y social de la formación en educación pública y apostar, desde contextos situados, para que los ciudadanos se preparen en prácticas con sentido democrático de construcción de vínculos y ejercicio pleno en la realidad social (Ibid., pp. 69-70).

2.4.3 Percepções sobre os Programas pesquisados na Argentina

Em relação às experiências argentinas pesquisadas, tanto da UBA quanto da UNC, um importante componente refere-se aos marcos regulatórios, incluindo-se as resoluções e convênios firmados, e a atuação articulada, que não só legitimam as ações das universidades, mas estabelecem as responsabilidades, direitos e obrigações, bem como a cooperação mútua entre instituições educacionais e prisionais. Resta imprescindível este trabalho cooperativo para que a ação universitária nas prisões seja pautada da forma mais autônoma possível.

Entretanto, em geral, a lógica do sistema prisional é prevalente, como observamos também em relação à oferta de educação básica no Brasil, com a predominância de regras de segurança, das relações hierarquizadas no cárcere e a tendência ao fechamento institucional.

Além disso, os Programas não estão atrelados a somente um curso, mas há uma vinculação institucional com o todo da universidade, no caso da UBA, pois inserido no escopo de uma *Secretaria da Reitoria*, ou a um departamento, que agrega diversos cursos – como no caso da UNC. Este aspecto demonstra legitimar e fortalecer a institucionalidade dos Programas e desdobra-se em uma maior visibilidade e incidência de ações das universidades, por meio de suas unidades acadêmicas, docentes e estudantes, em relação às prisões e às pessoas privadas de liberdade.

A esse respeito, no caso do Programa da UBA, não há controle da administração prisional no espaço da universidade do CUD, sendo de responsabilidade única da Universidade e dos estudantes a gestão do espaço acadêmico em Devoto. Implica-se, neste contexto, a concepção do uso do direito à educação também como responsabilidade em seu exercício, por meio de experiências educativas não hierarquizadas e do estímulo à auto-organização dos estudantes em situação de privação de liberdade¹⁵².

Os objetivos colocados pelos Programas deixam explícita a postura ativa das Universidades, no sentido de se posicionar, desenvolver estratégias educativas específicas para os contextos de privação de liberdade, com vistas à continuidade dos estudos e garantia do direito humano à educação, realizar pesquisas que apóiem conhecimentos e intervenham positivamente na realidade prisional, além de estimular a conexão entre as pessoas de dentro e fora do sistema prisional, necessária para o exercício da cidadania e da sociabilidade democrática, com vistas à superação dos estigmas, preconceitos e discriminações.

¹⁵² Inclusive, vale ressaltar que no espaço da universidade em Devoto, na ocasião da visita, alunos e presos encontravam-se envolvidos com atividades do *Sindicato Unico de Trabajadores Privados de la Libertad* (SUTPLA), ocorridas no espaço prisional, por meio de debates e ações. Sobre o Sindicato, mais informações em: <<http://sutplanacional.blogspot.com.br/> e <https://es-la.facebook.com/SUTPLA-610219679008201/>>. Acesso em: 13/04/2016.

As duas experiências citadas revelam a fundamental importância das ações de extensão universitária em unidades prisionais, envolvendo professores e estudantes que se engajam na promoção da relação universidade-sociedade, por meio de diversas áreas e temáticas como Ciências Humanas, Sociais e Linguagens. São experiências com grande potencial emancipatório, coletivo e dialógico, uma vez que estudantes, pessoas em situação de privação de liberdade (estudantes universitários ou não), professores e convidados da comunidade integram estas oficinas, não havendo pré-requisitos para a sua implementação.

Foram identificadas, por exemplo, produções gráficas e de divulgação do trabalho, como é o caso das Revistas *La Resistencia* e *Los monstruos tienen miedo*¹⁵³, elaboradas por alunos privados de liberdade em unidades prisionais situadas em Buenos Aires, a partir de oficinas de extensão, além de seminários e congressos acadêmicos realizados nas Universidades para a difusão das práticas realizadas com esses alunos.

Na consecução destes objetivos, identificamos diversas ações de ensino, extensão e pesquisa desenvolvidas. Como exemplo, citamos: oferta de cursos de graduação presenciais, em diferentes áreas do conhecimento; grupos de estudo, inclusive com autogestão por parte dos alunos em situação de privação de liberdade; realização de oficinas de extensão em diversas áreas como leitura e escrita, arte, filosofia, além de assessorias jurídicas.

Nas universidades argentinas pesquisadas, um dos principais desafios na implantação das ações nos espaços prisionais está relacionado ao financiamento, pois não há um orçamento próprio – o que se desdobra, por exemplo, em um comprometimento pessoal de determinados grupos dentro da Universidade, como professores, alunos e coordenadores de cursos, uma vez que os docentes assumem a tarefa de ensino e extensão dentro das prisões como uma carga horária anexa, não necessariamente prevista em suas tarefas acadêmicas habituais.

O discurso de acesso ao direito humano à educação verifica-se muito presente, o que é reforçado por meio da indução, realizada por meio da legislação educacional nacional ao definir a modalidade de ensino específica para a educação em prisões. Dentre as finalidades estabelecidas pela lei de educação nacional, destacamos:

ARTÍCULO 55 - La Educación en Contextos de Privación de Libertad es la modalidad del sistema educativo destinada a garantizar el derecho a la educación de todas las personas privadas de libertad, para promover su formación integral y desarrollo pleno. El ejercicio de este derecho no admite limitación ni discriminación

¹⁵³ Fontes: <<https://laresistenciadud.wordpress.com/>>; <<https://tallercolectivoedicion.wordpress.com/>>; <<http://seube.filo.uba.ar/novedades/nuevos-n%C3%BAmeros-de-las-revistas-la-resistencia-y-los-monstruos-tienen-miedo>> e <<https://www.facebook.com/TallerColectivoDeEdicion/>>. Acesso em: 13/04/2016.

alguna vinculada a la situación de encierro, y será puesto en conocimiento de todas las personas privadas de libertad, en forma fehaciente, desde el momento de su ingreso a la institución.

ARTÍCULO 56 - Son objetivos de esta modalidad: a) Garantizar el cumplimiento de la escolaridad obligatoria a todas las personas privadas de libertad dentro de las instituciones de encierro o fuera de ellas cuando las condiciones de detención lo permitieran. b) Ofrecer formación técnico profesional, en todos los niveles y modalidades, a las personas privadas de libertad. c) Favorecer el acceso y permanencia en la Educación Superior y un sistema gratuito de educación a distancia. d) Asegurar alternativas de educación no formal y apoyar las iniciativas educativas que formulen las personas privadas de libertad. e) Desarrollar propuestas destinadas a estimular la creación artística y la participación en diferentes manifestaciones culturales, así como en actividades de educación física y deportiva. f) Brindar información permanente sobre las ofertas educativas y culturales existentes. g) Contribuir a la inclusión social de las personas privadas de libertad a través del acceso al sistema educativo y a la vida cultural.

ARTÍCULO 57 - Para asegurar la educación de todas las personas privadas de libertad el Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología acordará y coordinará acciones, estrategias y mecanismos necesarios con las autoridades nacionales y provinciales y de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, con institutos de educación superior y con universidades. Corresponde al Ministerio de Justicia y Derechos Humanos y sus equivalentes provinciales y de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, así como a los organismos responsables de las instituciones en que se encuentran niños/as y adolescentes privados de libertad, adoptar las disposiciones necesarias para el cumplimiento de lo establecido en el presente capítulo.

ARTÍCULO 58 - Los sistemas educativos jurisdiccionales ofrecerán atención educativa de nivel inicial destinada a los/as niños/as de cuarenta y cinco (45) días a cuatro (4) años de edad, nacidos/as y/o criados/as en estos contextos, a través de jardines maternos o de infantes, así como otras actividades educativas y recreativas dentro y fuera de las unidades penitenciarias.

ARTÍCULO 59 - Todos/as los/as niños/as y adolescentes que se encuentren privados de libertad en instituciones de régimen cerrado según lo establecido por el artículo 19 de la Ley N. 26061, tendrán derecho al acceso, permanencia y tránsito en todos los niveles y modalidades del sistema educativo. Las formas de implementación de este derecho responderán a criterios de flexibilidad y calidad que aseguren resultados equivalentes a los de la educación común¹⁵⁴.

Ademais, o país conta com um documento base, denominado *La Educación en Contextos de Privación de la libertad en el Sistema Educativo Nacional*¹⁵⁵, anexo à Resolução do *Consejo Federal de Educación* da Argentina sobre a modalidade publicada em 2010, que aborda os antecedentes da modalidade (com um programa nacional específico articulado pelas áreas de educação e justiça), prioridades estratégicas para médio prazo e a importância e as frentes de implementação da política educativa nessa modalidade. Especificamente sobre as universidades, há dois aspectos indutores de sua atuação nos territórios das províncias (correspondente aos estados brasileiros):

19. La suscripción de convenios de cooperación educativa es una práctica complementaria a la articulación, que formaliza jurídicamente el cumplimiento de los compromisos asumidos por las partes. Los convenios firmados entre los

¹⁵⁴ Fonte: <http://www.me.gov.ar/doc_pdf/ley_de_educ_nac.pdf>. Acesso em: 27/06/2016.

¹⁵⁵ Disponible em: <http://www.me.gov.ar/consejo/resoluciones/res10/127-10_01.pdf>. Acesso em: 12/05/2016.

Ministerios de Educación y otros organismos gubernamentales nacionales, jurisdiccionales y municipales, otorgan sustentabilidad a los acuerdos intersectoriales suscriptos entre organismos estatales (Ministerios de Justicia, de Desarrollo Social, de Salud, de Trabajo, universidades, entre otros) o con entes privados (asociaciones de la sociedad civil, por ejemplo). Los convenios se complementarán a través de la firma de un protocolo específico por cada uno de los temas incorporados en el convenio. [...]

44. Para propiciar el incremento de las ofertas educativas de nivel superior y/o universitario la modalidad en el ámbito provincial articulará con las universidades y/o los institutos superiores, con su par nacional y con el área responsable de la seguridad. Para la selección de las carreras se tendrán en cuenta las demandas y preferencias de los estudiantes destinatarios (ARGENTINA, 2010, pp. 8-14).

Na publicação realizada pelo PUC *Sentidos políticos de la universidad en la cárcel: fragmentos teóricos y experiencias* (2016)¹⁵⁶, o texto *Experiencias de educación universitaria en cárceles en la República Argentina: Una cartografía* (BIXIO; MERCADO; TIMMERMAN) apresenta um panorama da trajetória das universidades argentinas no trabalho de ensino, pesquisa e extensão nas prisões, o que é identificado, em sua expansão, com o reconhecimento da função social da universidade. Os aspectos legais são considerados importantes para que a universidade possa garantir a educação a todos os que assim a desejam, mas também o empoderamento de grupos historicamente invisibilizados e o nível de decisão das autoridades e órgãos que firmam convênios e ações para programas relativos à universidade na prisão.

Nesse sentido, o contexto e as experiências argentinas revelam uma multiplicidade de sentidos atrelados à presença da universidade pública na prisão: sentidos políticos, pedagógicos e subjetivos. Em todos eles estão implicados, necessariamente, o exercício do direito humano à educação, as responsabilidades decorrentes deste e a sociabilidade de públicos com diferentes experiências, dentro ou fora das prisões, em um permanente comunicar e interagir.

Os próprios indicadores relativos ao acesso às atividades educativas pelas pessoas privadas de liberdade na Argentina revelam esse panorama mais amplo, ao identificarmos que apenas 49% não participam de algum programa educativo, segundo dados do *Sistema Nacional de Estadísticas sobre Ejecución de la Pena – SNEEP* (ARGENTINA, 2015)¹⁵⁷.

¹⁵⁶ Disponível em: <<https://ansenuza.unc.edu.ar/comunidades/bitstream/handle/11086.1/1122/puc.pdf?sequence=1>>. Acesso em 16/12/2016.

¹⁵⁷ Disponível em: <http://www.jus.gob.ar/media/3191517/informe_sneep_argentina_2015.pdf>. Acesso em: 20/06/2017.

2.4.4 UEPB – Campus Avançado

A UEPB, no município de Campina Grande, conta com o campus avançado *Dom José Maria Pires* construído no complexo prisional, denominado *Serrotão*, onde há uma penitenciária masculina e uma penitenciária feminina, inauguradas em agosto de 2013, em uma iniciativa inédita no Brasil¹⁵⁸.

A visita ao campus avançado da UEPB, em maio de 2016, contou com o apoio e acolhida da coordenação do campus, então realizada pela professora Aparecida Carneiro, conversa com alunos e contato com a história da implantação do campus, sua estrutura e funcionamento.

A pesquisa sobre o Campus Avançado teve como fontes, além da visita, um artigo publicado, pelas coordenadoras, sobre a experiência de implantação do Campus e informações noticiadas pela Universidade.

Na visita (Anexo G), em contato com a coordenadora do campus avançado, tomamos conhecimento de que este foi idealizado por uma ex-reitora da UEPB, Marlene Alves de Sousa Luna, em articulação com membros do Poder Judiciário local, e teve sua construção iniciada no ano de 2011, com o foco no desenvolvimento de atividades acadêmicas, pedagógicas e culturais.

De acordo com Oliveira (2014, p. 24), “o primeiro curso que foi ofertado para os apenados foi o de Informática Básica, logo após, foi oferecido os cursos de cabeleireira (para mulheres) e garçom (para os homens) em parceria com a *Secretaria de Administração Penitenciária* e o *Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)*”.

Dentre as normativas que marcam a instituição do campus, está a Resolução UEPB N. 053, de 14 de setembro de 2011¹⁵⁹, do *Conselho Universitário da Universidade Estadual da Paraíba (CONSUNI)* que

[...] cria o Campus Avançado do Serrotão, a ser implantado na Penitenciária de Segurança Máxima de Campina Grande, como uma extensão do Campus I, considerando “papel de fundamental importância social que a UEPB exerce na construção e na restauração da cidadania e na defesa dos direitos humanos; que o preso recluso, em virtude de sua condição temporária, necessita garantir uma real expectativa de futuro, após o cumprimento de sua pena; que se inclui dentre as responsabilidades sociais da UEPB a promoção de ações concretas, para a reinserção social do preso”.

Entretanto, a Resolução não apresenta maiores informações, afirmando apenas em seu

¹⁵⁸ O Campus conta com um portal específico de notícias e informações: <<http://proreitorias.uepb.edu.br/campusavancado/>>. Acesso em: 20/06/2017.

¹⁵⁹ Disponível em: <www.uepb.edu.br/ppgli/?wpfb_dl=419>. Acesso em: 20/06/2016

artigo 2º. que “os cursos que serão implantados no referido Campus serão definidos em Resolução do CONSEPE”.

A estrutura física do campus conta com uma escola com oito salas de aulas, fábrica de pré-moldados, bibliotecas, berçário para os filhos das apenadas, um salão multiuso, oficinas de aprendizagem, além de salas de informática, leitura e vídeo. Na visita realizada, tive a oportunidade de conhecer esse espaço, presenciar a realização de algumas atividades, como oficinas de extensão (de música, leitura¹⁶⁰ e educação física), aulas de pré-ENEM e atendimentos jurídicos (assistência realizada por alunos, sob a supervisão de professores do *Curso de Direito* da UEPB).

De acordo com a notícia que informou a inauguração do Campus avançado da UEPB, inicialmente a proposta era investir em cursos preparatórios e profissionalizantes, “incentivando os apenados a concluírem o ensino médio, para futuramente realizarem um curso superior”, pois segundo a sua coordenadora, Aparecida Carneiro, “[...] de um universo de mais de 500 apenados, apenas 13 tem o ensino médio completo, o que não viabiliza a implantação de um curso superior de imediato. A ideia é que a partir dos cursos iniciais, haja condições para que, no ano que vem, seja implantado o nível superior”¹⁶¹.

De todo modo, a estrutura e proposta do campus possibilita a realização sistemática de atividades de ensino, pesquisa e extensão, destinadas à população prisional local, masculina e feminina, e aos funcionários das unidades prisionais, como oferta de cursos de formação continuada de gestão e direitos humanos.

O funcionamento do campus baseia-se em uma Resolução da UEPB que trata de sua criação e em um Termo de convênio firmado entre a reitoria da Universidade e a *Secretaria de Administração Penitenciária* do estado da Paraíba, datado de abril de 2013. Segundo informações disponibilizadas pela UEPB,

[...] o convênio concede à Secretaria autorização e cessão de uso para construção, instalação e funcionamento do *Campus Avançado*. O convênio estabelece que a função da Secretaria será acompanhar e fiscalizar sua execução através da *Secretaria de Estado da Administração Penitenciária* (SEAP). A UEPB terá como atribuição responsabilizar-se com a elaboração dos projetos e construção das instalações

¹⁶⁰ Sobre projeto de leitura, desenvolvido com oficinas de leituras, produção de textos e realização de palestras, no âmbito do Campus avançado da UEPB, como projeto de extensão, o trabalho “Direitos humanos do apenado: a educação através da leitura como um processo transformador para a inclusão social dos reeducandos do Campus Avançado do Serrotao” (COSTA, COURA, SOUZA, 2014), que consta como publicação do Congresso Internacional de Educação e Inclusão (CINTEDI), apresente breve relato. Fonte: http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/Modalidade_4datahora_29_10_2014_21_45_44_idinscrito_2058_d885b515a3a957b3c15da9503dea0683.pdf Acesso em 25/07/2016

¹⁶¹ Fonte: <<http://www.uepb.edu.br/universidade-estadual-inaugura-no-serrotao-o-primeiro-campus-universitario-dentro-de-um-presidio-no-pais/>>. Acesso em: 18/05/2016.

físicas, além de promover licitação, acompanhar, supervisionar a execução do projeto e implantar cursos nos três níveis de escolaridade, de acordo com o público alvo. Também será responsabilidade da Instituição assumir a manutenção do *Campus Avançado*, com o corpo docente, pessoal técnico administrativo. O convênio terá vigência de dez anos, a partir de sua assinatura, podendo ser renovado por termo aditivo, em comum acordo entre as partes¹⁶².

Na visita realizada, a coordenação do campus disponibilizou relatório impresso sobre as atividades do campus, destinado ao reitor no ano de 2015, que foi fonte de dados sobre as práticas educacionais realizadas naquele momento, que elencamos as principais informações a seguir:

PRÁTICA	NATUREZA	Nº. DE PESSOAS ATENDIDAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Estágio Supervisionado de alunos do curso de Direito da UEPB – Escritório Modelo de Práticas Jurídicas	Ensino (estágio como prática de extensão)	702 presos	Agilidade no acompanhamento e encaminhamento dos trâmites processuais; aumento no número de deferimentos nas solicitações de progressão de regime; diminuição da população carcerária sem acompanhamento processual.
Estágio Supervisionado de alunos do curso de Serviço Social da UEPB	Ensino (estágio como prática de extensão)	População com quantitativo flutuante. Apenados que frequentam o <i>Programa de Saúde Prisional da Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba</i> .	Aumento do acesso à informação por parte dos apenados, sobre cidadania e sobre a Universidade; melhoria da comunicação entre a equipe interdisciplinar e o público-alvo; maior participação e diálogo das pessoas privadas de liberdade.
Cursinho preparatório Pró-ENEM (bolsistas licenciandos da UEPB são selecionados pela coordenação do campus para participar dessa prática)	Ensino e extensão	20 presos e 16 presas (população com rotatividade)	Aumento do interesse pela leitura e para a conclusão do ensino médio e ingresso no ensino superior; obtenção de certificado de conclusão do ensino médio pelas notas do ENEM.
<i>Leitura que transforma: uma experiência junto aos reeducandos do Campus Avançado do Serrotão</i>	Projeto de extensão	20 presos e 20 presas	Contribuiu para a melhora na autoestima dos reeducandos; aumento do interesse pela leitura; aumento do interesse nas ações que objetivam a melhoria do nível de formação acadêmica, a exemplo do curso preparatório para o ENEM.
<i>Sala de Espera: uma</i>		População com quantitativo flutuante.	Aumento do acesso à informação por parte dos apenados; melhoria

¹⁶² Fonte: <<http://www.uepb.edu.br/universidade-estadual-formaliza-convênio-para-funcionamento-de-campus-avancado/>>. Acesso: em 18/05/2016.

experiência em direitos humanos na <i>Penitenciária Regional de Campina Grande Raymundo Asfora</i> /PB	Ensino (estágio supervisionado)	Apenados que frequentam o <i>Programa de Saúde Prisional</i> da <i>Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba</i> .	da comunicação entre a equipe interdisciplinar e o público-alvo; maior participação e diálogo das pessoas privadas de liberdade.
<i>Cineclube Fênix</i> : o cinema como espaço de leituras no <i>Campus Avançado</i> do Serrotão	Projeto de Extensão	Visa contemplar o maior número possível de reeducandos, sendo 85 na penitenciária feminina e 500 na penitenciária masculina.	Contribuiu para a melhoria na autoestima dos reeducandos(as); aumento no interesse pelo cinema; possibilitou a democratização do conhecimento acadêmico como fator de interlocução entre o saber popular e a cultura visual.
<i>O Ensino aprendizagem da Matemática</i> no sistema prisional de Campina Grande/PB	Projeto de Extensão	20 presos	Aumento da frequência/assiduidade dos reeducandos; aumento do interesse pelo estudo da matemática; aumento e aprimoramento do conhecimento matemático.

Quadro 10: Práticas educacionais realizadas pela UEPB no *Campus Avançado*

Em artigo intitulado *A experiência do campus avançado do Serrotão da Universidade Estadual da Paraíba – Campina Grande-PB: uma proposta de inclusão social através da educação cidadã*¹⁶³, de autoria da coordenação do campus avançado, ao refletir sobre a criação do campus construído para concretizar ações de ensino, pesquisa e extensão no espaço prisional, afirma-se:

A necessidade de superação da indiferença por aqueles que compõem o quadro social e educacional da universidade. Indiferença esta que contrasta com o ato de nos incomodar em relação ao outro. É com essa compreensão que atuamos no *Complexo Prisional do Serrotão*, com o intuito de atender os objetivos propostos abaixo: a) Implementar ações educativas em nível de ensino, pesquisa e extensão junto ao *Campus Avançado* da UEPB no *Complexo Penitenciário do Serrotão* em Campina Grande-PB; b) Oferecer oportunidades de ressocialização através da promoção da saúde, do acesso à educação, da formação para o trabalho que contribuam com a redução da reincidência prisional e a construção de perspectivas de novos projetos de vida ao sair da prisão; c) Por fim, objetiva propiciar aos reeducandos a possibilidade de ter acesso através do conhecimento, de suas garantias, enquanto cidadãos e cidadãs sujeitos de direito (SOUZA; CARNEIRO; COURA, 2014, pp. 3-4).

No tocante às atividades desenvolvidas, o artigo cita desde ações de educação básica, curso preparatório para o ENEM, parcerias e atendimento jurídico gratuito, desencadeadas a partir de pesquisa realizada com o público-alvo potencial:

¹⁶³ Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/Modalidade_1datahora_08_11_2014_00_54_28_idinscrito_3616_7f523d78b5e74ad7dddf5c86f2a11378.pdf>. Acesso em: 30/06/2016.

Conforme pesquisa realizada em 2012, com a população carcerária do Serrotão, o maior número de apenados encontra-se na faixa etária entre 18 e 29 anos, seguindo uma tendência nacional. A baixa escolaridade e a ausência de formação profissional estão ligadas ao aumento da violência e criminalidade. [...] É, a partir da compreensão desta complexa realidade, deste mundo prisional, síntese de múltiplas determinações na esfera econômica, cultural e social, que se instala o *Campus Avançado do Serrotão* da Universidade Estadual da Paraíba. Nesse cenário, vem sendo ministradas em parceria com a *Secretaria de Estado da Educação da Paraíba* as aulas de *Educação de Jovens e Adultos* (EJA), nas modalidades de turma de alfabetização, fundamental I e II, como também, estão sendo estudadas as possibilidades de implantação de turmas de ensino médio, com o intuito de prepará-los para o acesso ao ensino superior. São ministradas ainda, aulas de ensino médio técnico no *Programa Pró-Jovem Prisional*, fruto da parceria do *Governo Federal*, *Secretaria de Estado da Administração Penitenciária*, *Secretaria de Estado da Educação* e *Universidade Estadual da Paraíba*, que tem como objetivo oferecer a oportunidade de conclusão do ensino fundamental, inclusão digital, qualificação profissional inicial e experiências de participação social e cidadã. Considera-se que uma das principais motivações para que os reeducandos participem do Pró-ENEM, do EJA, do Pró-Jovem e de outras atividades educativas é a possibilidade da remição de pena que é concedida aos privados de liberdade, quando frequentam atividades pedagógicas. O *Campus Avançado do Serrotão* da UEPB objetiva ainda, ofertar cursos de educação formal (cursinhos preparatórios para o ENEM) para os reeducandos; ministrar cursos e atividades complementares de Extensão e Pesquisa, que propicie ao público-alvo um maior aprendizado e fortalecimento de sua autoestima. [...] Atendimento jurídico gratuito para a população carcerária, através do suporte de professores e estagiários do curso de Direito da UEPB. É preciso construir um debate crítico e reflexivo sobre a situação prisional brasileira e campinense, pautado na premissa da necessidade de reformulação das práticas até então adotadas no sistema, e do reposicionamento do compromisso da sociedade civil (Ibid., pp. 5-8).

Nesse sentido, dentre as ações e resultados, são citados:

Levando em consideração o que propõe o *Fórum Nacional de Pró-Reitores* que sustentasse na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, de modo que através de uma educação dialógica entre essas três áreas possam integrar contextos e sujeitos no ambiente escolar, possibilitando a construção de uma educação cidadã, que destacamos as ações que sustentam essa proposta: *Pró-Jovem Prisional* que se estenderá até maio de 2015 contemplando os reeducandos num total de 24 (vinte e quatro) no masculino e 17 (dezessete) no feminino, em parceria com o SENAI e a SEAP/PB. A UEPB coordenou o processo de exames para o supletivo que foi realizado no *Campus Avançado*, contemplando 110 (cento e dez) inscritos; *Pró-Enem* da UEPB realizou cursos preparatórios para exames do Supletivo e do ENEM. Em relação à dimensão extensionista como um tripé mediado pela relação pesquisa e ensino, a extensão universitária permanece fiel a um dos seus princípios básicos que norteia uma visão crítica das atividades acadêmica e do papel social da universidade em relação à sociedade. São ações extensionistas que propõem uma ação educativa e emancipatória inspirada principalmente nas reflexões de Paulo Freire que se sustenta numa concepção de que os segmentos de baixa renda possam ser contemplados, quando as condições necessárias se apresentam como possibilidade para o processo de autonomia e de liberdade de pensamento. Neste sentido, a universidade através do *Campus Avançado do Serrotão* tem como iniciativa valorizar as potencialidades da extensão universitárias através de projetos que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida de homens e mulheres que se encontram em situação de privação de liberdade. Desde o ano de 2012 vem funcionando no Campus Avançado, Complexo Feminino, o projeto intitulado

Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida de Mulheres Encarceradas atendendo mais de 40% de toda a população feminina encarcerada. Outros projetos de extensão que vêm funcionando no Complexo Feminino são: *Saúde e Qualidade de Vida com Agentes Penitenciários*, que tem como objetivo a prática de exercícios laborais; *Tecendo os Fios da Inclusão Social Através do Artesanato: Uma Proposta de Ressocialização e Geração de Renda no Presídio Feminino do Serrotão – PB*, tendo por objetivo a ressocialização das mulheres apenadas através do trabalho artesanal, em face do princípio da dignidade da pessoa humana; *O Ensino e Aprendizagem da Matemática no Sistema Prisional de Campina Grande – PB*, que contempla 20 (vinte) reeducandos trabalhadores da construção civil, partindo de uma proposta pedagógica que tem como referência a experiência profissional e de vida de cada um dos alunos (Ibid., pp. 8-9).

Em relação às dificuldades, um dos principais problemas identificados é a dependência da UEPB junto às normas estabelecidas pela *Administração Penitenciária*. No entanto, reconhece-se a peculiaridade do Campus localizado dentro de uma unidade prisional e, portanto, merecedor de uma maior atenção acerca da segurança de professores, técnicos e alunos. Outra dificuldade apontada, que interfere diretamente no desenvolvimento dos cursos, é a *cultura de presídio*, que representa muitas vezes um entrave difícil para a execução das propostas tais como são pensadas pelos professores e estudantes.

O exercício do direito à educação, muitas vezes tratada como um benefício, faz parte do contexto educacional do Serrotão, confirmando as observações destacadas abaixo:

- a) A educação para pessoas encarceradas ainda é vista como um “privilegio” pelo sistema prisional. Essa constatação vem numa contramão no que estabelece o art.17 da LEP: “Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado”;
- b) A educação ainda é algo estranho ao sistema prisional. Muitos professores e professoras afirmam sentir a unidade prisional como um ambiente hostil ao trabalho educacional. Essa observação feita pelo relator é pertinente em relação à realidade prisional brasileira, no entanto no que diz respeito ao *Campus Avançado* esta afirmação é desmistificada;
- c) a educação se constitui, muitas vezes, em “moeda de troca” entre, de um lado, gestores e agentes prisionais e, do outro lado, encarcerados, visando a manutenção da ordem disciplinar. Essa percepção é observada nas atividades desenvolvidas no *Campus Avançado*, na qual a educação é utilizada como uma forma de punição, não sendo utilizada a violência física, mas a *violência simbólica*. (Ibid., p. 7)

A partir da visita realizada e do contato com as atividades e com a coordenação do curso, percebi que as atividades no complexo prisional integram o cotidiano da universidade, seus estudantes e professores que realizam ações nas unidades prisionais. Porém, há uma sobreposição das regras das unidades prisionais, com frequência, que requer diálogo e articulação constantes, elaboração de combinados e engajamento da coordenação do *campus avançado* – apesar de estar respaldado em normativas e representar um espaço institucional,

tanto no âmbito maior da UEPB, quanto no complexo prisional – e frente à *Secretaria de Administração Penitenciária*.

Além dessa dificuldade, a continuidade das ações, diante das diversas demandas apresentadas pela população prisional local, e a rotatividade de cursos e atividades são fatores relevantes. A atividade que verificamos de maior continuidade refere-se ao cursinho preparatório para o ENEM – uma atividade consolidada no cenário maior da UEPB junto à comunidade em geral¹⁶⁴.

Como potencialidade, as atividades de extensão estão presentes com evidência na implantação do *Campus Avançado* e, ademais, o município de Campina Grande congrega um conjunto considerável de instituições de ensino superior em seu território, dentre universidades públicas estaduais e federais, além das voltadas à educação profissional. A garantia de recursos, como uma coordenação específica, espaço no prédio da reitoria da UEPB para as atividades da coordenação do campus avançado, transporte específico para estudantes e alunos que participam de atividades no Complexo, inscrição de diferentes projetos nos editais da pró-reitoria de extensão da Universidade, com obtenção de bolsas, e articulação e diálogo entre professores e estudantes de diferentes faculdades e institutos, na realização de atividades na prisão, são aspectos que trazem institucionalidade a essa experiência.

2.4.5 USP – GDUCC

No estado de São Paulo, uma experiência implantada que identificamos e entendemos como importante no cenário desta pesquisa, diz respeito ao *Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade* (GDUCC), vinculado à *Faculdade de Direito* da USP, ainda que não apresente a institucionalidade das experiências anteriormente citadas diante do tripé da universidade.

A partir de informações obtidas no portal da *Faculdade de Direito*¹⁶⁵, artigos científicos publicados sobre o Grupo e o relato de uma das participantes¹⁶⁶, constatamos que se trata de uma atividade de cultura e extensão, vinculada à *Faculdade de Direito* da USP e desenvolvida desde o ano de 2006, que não se constitui em uma ação da universidade como

¹⁶⁴ Mais informações sobre o projeto em: <<http://www.uepb.edu.br/programa-pro-enem-chega-a-15-anos-de-atuacao-superando-marca-de-mais-de-16-mil-alunos-matriculados/>>. Acesso em: 10/05/2017.

¹⁶⁵ Fontes: <http://www.direito.usp.br/extensao/Arquivos/edital_grupo_dialog_carcere.pdf> e <http://www.direito.usp.br/extensao/index_extensao_ativ_cult_01.php>. Acesso em: 10/03/2017.

¹⁶⁶ Em julho de 2016, por indicação do Prof. Dr. Alvino Augusto de Sá, que preside o GDUCC, pudemos contatar uma das participantes do GDUCC e obter maiores informações sobre o seu funcionamento e histórico, incorporando-os aos dados já obtidos por meio da pesquisa em publicações.

um todo, pois não se encontra vinculada à *Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP (PRCEU)*, seus Programas ou Núcleos de Apoio, por exemplo.

O GDUCC é um grupo formado por professores e alunos que realiza atividades dialógicas com temáticas livres em unidades prisionais no território paulista. Organizado por alguns professores da *Faculdade de Direito*, conta com a participação voluntária de graduandos e pós-graduandos e permanece aberto à participação da comunidade.

Em termos de regulamentação, há um Termo de Convênio¹⁶⁷ celebrado em setembro de 2014, com vigência por 60 (sessenta) meses, entre a *Secretaria de Administração Penitenciária* do estado de São Paulo (SAP), por meio de sua *Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania*, e a USP, por intermédio do GDUCC e da *Faculdade de Direito*, que tem por objeto:

[...] a conjugação de esforços voltados à implementação de experiências de diálogos entre a Universidade e o cárcere, por meio de atividades que proporcionem uma relação horizontal entre acadêmicos, profissionais, comunidade e encarcerados através de encontros semanais com dinâmicas, reflexão e consciência crítica, promoção do mútuo conhecimento entre seus integrantes, reconstrução do diálogo entre diversos segmentos sociais, desenvolvimento e fortalecimento psíquico do encarcerado, formação crítica de todos os envolvidos, visando a minimização dos efeitos da prisionização e a expansão de perspectiva futura.

O *Termo*, que não envolve transferência de recursos, descreve basicamente as atribuições da SAP e do GDUCC para a execução do convênio – em que são elencadas atividades operacionais e administrativas, como autorização, pela SAP, de entrada dos integrantes do Grupo nas unidades prisionais e elaboração de listas de participantes e de relatórios, por exemplo, pelo Grupo.

Anexo ao *Termo* há um *Plano de Trabalho* que apresenta *metas a serem atingidas e etapas ou fases de execução*, que guardam relação com as atividades/atribuições citadas no *Termo*, fazendo referência ao acompanhamento das atividades pela SAP, identificação de participantes e fornecimento de transporte para o deslocamento dos integrantes até as unidades prisionais, pelo GDUCC.

Segundo informações da participante do GDUCC, as atividades do grupo tiveram o seu início com uma experiência em extensão na *Universidade Presbiteriana Mackenzie*, na

¹⁶⁷ O documento em formato digital foi disponibilizado pela coordenação do Grupo para fins de estudo e análise no escopo desta pesquisa, mas não se encontra acessível publicamente. Há apenas a publicação do extrato do *Termo de Convênio*, com dados dos partícipes e do objeto, no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, de 07 de outubro de 2014 [na *Sessão I do Poder Executivo*, 124 (189) – 9], em espaço dedicado às publicações da SAP, que pode ser acessado no portal: <<https://www.imprensaoficial.com.br>>.

área de psicologia, especificamente criminologia clínica e reintegração social através do diálogo, objeto da tese desenvolvida pelo Prof. Dr. Alvino Augusto de Sá. Posteriormente, foi implantada na *Faculdade de Direito da USP*¹⁶⁸.

De acordo com Sá (2007), historicamente há um antagonismo que pauta a relação entre as pessoas privadas de liberdade e a sociedade livre, que é reiterado com o encarceramento como resposta ao crime/ação desviante. Assim, ele defende a abertura da sociedade para o cárcere e a corresponsabilização da comunidade pelos conflitos vivenciados, como forma de reintegrar sociedade e prisão, isto é, que prisão e sociedade possam compartilhar e dividir responsabilidades pelas relações a serem restauradas.

Compreendendo que a reintegração pressupõe uma mudança significativa de enfoque do “tratamento penitenciário”, que não deve ser centrado na pessoa presa (indivíduo), mas nas relações sociais, em um trabalho em rede (SÁ, 2007, p. 163); o GDUCC tem como proposta a realização de um espaço de diálogo com temas livres entre pessoas presas, universidade e comunidade.

A trajetória, experiências e histórico do GDUCC estão registrados no livro *GDUCC – Grupo de diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade: uma experiência de integração entre a sociedade e o cárcere* (SÁ et. al, 2013), a partir de artigos escritos por pessoas que participaram do Grupo¹⁶⁹. No primeiro artigo, *GDUCC: uma estratégia de reintegração que visa a inclusão social*, Sá apresenta os antecedentes do GDUCC, a partir de sua experiência com alunos de Psicologia em dois presídios, a importância da comunidade, o diálogo entre as partes encarcerada e não encarcerada da sociedade e os objetivos do Grupo:

Uma coisa é certa: o GDUCC não visa a melhoria do cárcere e nem propriamente da vida no cárcere. O GDUCC trabalha com o reencontro de partes historicamente litigantes. O GDUCC trabalha com o diálogo dentro do contexto do litígio. Poderíamos então dizer que seu objetivo é o de proporcionar aos seus participantes uma oportunidade de amadurecimento na forma de lidar com o litígio, de dialogar

¹⁶⁸ Na obra *Criminologia Clínica e Psicologia Criminal* (2007), o Prof. Dr. Alvino Augusto de Sá apresenta questões sobre a prisionização e desenvolve conceitos sobre a reintegração social e a transdisciplinaridade, utilizados na construção da experiência do GDUCC, pautada no diálogo entre academia e cárcere.

¹⁶⁹ Segundo informações constantes no portal do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), “A obra trata do registro de que representa importante marco singular na tratativa do tema complexo sobre as relações entre o sistema prisional e os sujeitos neles encarcerados e a parte da sociedade não encarcerada, sob a ótica humanizadora de que não há qualquer diferença ontológica – essencial – entre esses indivíduos. Necessário destacar o caráter vanguardista da obra, por apresentar como objetivo maior a divulgação da rica experiência acumulada por todos aqueles que tiveram o privilégio de contribuir na sua construção, em especial o grupo de trabalho citado que, por alguns anos, experimentou dúvidas, conquistas, impactos, bases teóricas e momentos vívidos no cárcere e deseja – em respeito aos direitos humanos dos presos – esclarecer que a prisão deve impactar a sociedade da qual faz parte, ressoar fora dos muros, causar ruído e levar à reflexão mais ampla, sob suas perspectivas e consequências.” Fonte: http://www.ibccrim.org.br/biblioteca_livro/2414-GDUCC-Grupo-de-dilogo-Universidade-Crcere-Comunidade Acesso em 10/02/2017.

com a parte litigante. [...] O GDUCC tem como meta contribuir para promover a inclusão social dos internos, em sua dimensão subjetiva (SÁ, 2013, pp. 36-37).

Em termos de organização do trabalho, o grupo é constituído por participantes externos ao espaço do cárcere (universidade e comunidade) e internos (presos e profissionais) do sistema prisional, o grupo é coordenado pelo Prof. Alvino e por um conjunto de coordenadores-adjuntos (em geral, orientandos dele ou ex-integrantes).

Organizado com periodicidade semestral, por meio de chamadas publicadas¹⁷⁰ pelo próprio grupo, ele se constitui da seguinte forma: 02 a 03 turmas, com 20 pessoas presas, 20 externos à prisão e 03 coordenadores-adjuntos em cada turma. Essa rotatividade semestral de participantes e atividades é positiva para aumentar o número de pessoas interessadas pelo tema, já que todos os seus participantes são voluntários, não havendo bolsas ou qualquer outra forma de ajuda de custo.

A dinâmica de trabalho do GDUCC é composta de dois *blocos*: 1) teórico, com encontros formativos obrigatórios, leitura de textos e reflexão sobre temas ligados ao direito penal, criminologia e sistema prisional, por exemplo; 2) prático, com visitas ao cárcere e atividades fundamentadas no diálogo entre pessoas presas, comunidade e universidade. Os encontros no cárcere ocorrem uma vez por semana, no período da tarde, sendo antecedidos por encontros formativos teóricos sobre o tema da prisão, criminologia e diálogo, por exemplo¹⁷¹.

Tratam-se, portanto, de atividades de extensão, sistematizadas em encontros teóricos e práticos, com periodicidade semestral, em que estudantes podem se inscrever voluntariamente, assim como pessoas da comunidade que se interessem em participar, com o objetivo de se aprofundar na questão do sistema prisional e realizar grupos de diálogo com a população prisional, de tema livre.

No mesmo sentido, Tozi (2016) afirma que

[...] o objetivo do GDUCC é “apenas” abrir uma janela na muralha das prisões e promover o diálogo simétrico e autêntico entre esses indivíduos durante as duas horas de encontro semanais. Diz-se diálogo simétrico por objetivar a construção de uma relação horizontal; e autêntico, pois os indivíduos devem ser verdadeiros com suas histórias e opiniões, despindo-se de máscaras sociais. [...] O *Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade* (GDUCC) é uma atividade de cultura e

¹⁷⁰ A forma de divulgação atual para a comunidade é basicamente virtual (Redes Sociais/Facebook). Porém, já contou com cartazes impressos na *Faculdade de Direito* – fator que acabava por restringir as participações, pois visualizado apenas por quem circulava pela instituição.

¹⁷¹ Um exemplo de organização pode ser encontrado em arquivo publicado no portal da *Faculdade de Direito* da USP sobre o Grupo: <http://www.direito.usp.br/extensao/Arquivos/edital_grupo_dialog_carcere.pdf>. Acesso em: 09/03/2017.

extensão oferecida pela *Faculdade de Direito* da USP, que se propõe a aproximar a comunidade – acadêmica e não acadêmica – dos indivíduos em situação de privação de liberdade, a fim de estabelecer um diálogo simétrico e autêntico. Trata-se de um exemplo de intervenção social no cárcere, em que a Academia cumpriu seu papel de facilitadora e de liderança (pp. 51-54).

Uma das formas de atuação da universidade na prisão, assim, se dá por meio de contato direto, diálogo e encontros entre população prisional e comunidade extramuros, no mesmo caminho apontado por Sá (2007):

A grande meta, o grande compromisso da Academia em relação à questão penitenciária, seria exercer uma forte liderança frente à sociedade no sentido de buscar reatar as relações com aquela população de excluídos, procurando inclusive reparar os danos por eles sofridos e assim restaurar os valores, as capacidades, enfim, a cidadania, que neles ainda existem (p. 181).

No tocante aos possíveis resultados esperados e identificados, em relação aos alunos voluntários da *Faculdade de Direito* que participam das atividades do GDUCC, há uma atribuição de créditos a partir do 2º. ano. Para os participantes externos à instituição, é fornecido um certificado de participação, incluindo-se as pessoas presas. Em relação aos participantes privados de liberdade, há uma avaliação aplicada periodicamente que visa analisar as atividades ofertadas às pessoas presas. Segundo relato dado pela *Penitenciária Adriano Marrey* (Guarulhos/SP), o GDUCC “sempre fica entre os primeiros colocados como preferência dos presos”.

Dentre as principais dificuldades, conforme nosso contato com uma das coordenadoras-adjuntas, o grupo atua sem recursos financeiros específicos, nem mesmo pleiteando os editais de extensão da USP ou a representatividade institucional no âmbito da Universidade. Assim, percebemos que o seu desenvolvimento ancora-se, sobretudo, na atuação de alguns docentes e estudantes de direito em articulação com a SAP. Além disso, a participação da comunidade ainda tem se mostrado um desafio, uma vez que o grupo é composto, em sua expressiva maioria, por estudantes do curso de Direito.

A esse respeito, no artigo *GDUCC, seis anos: avaliando a caminhada e construindo o futuro*, Bretan (2013) apresenta uma avaliação dos resultados da atuação do grupo, quanti e qualitativamente, o que inclui a lista da produção científica do GDUCC nos anos de 2006 a 2012. A autora, que foi cofundadora do GDUCC, afirma que há um manifesto interesse na realização de trabalhos similares em outros locais e apresenta uma avaliação de resultados. Para ela, a flexibilidade como característica sempre presente do grupo é importante pela natureza do trabalho, a fim de evitar rupturas ou paralisação nas atividades.

Dentre os *números aproximados* apresentados, Bretan afirma que a falta de *monitoramento sistemático* (Ibid., p. 80) gera lacunas nas informações sobre o número de participantes e reuniões ocorridas.

Desde 2006, mais de 515 pessoas já participaram das atividades regulares do GDUCC. Aproximadamente 50% dessas pessoas estavam presas. Mais de 180 encontros já foram realizados dentro e fora da prisão, incluindo as atividades preparatórias de leitura e discussão de textos entre os alunos e coordenadores; destes, mais de 129 foram realizados dentro do cárcere (aproximadamente 71%), incluindo-se aqui as visitas gerais preparatórias, que ocorrem antes do início dos encontros de diálogo. [...] Até 2012, o GDUCC sempre atuou em Penitenciárias masculinas, de modo que todos os participantes presos eram homens – com exceção de uma Psicóloga que participou em alguns semestres, de forma irregular. Em 2012, durante o primeiro semestre, o GDUCC atuou também em uma Penitenciária feminina. Dos aproximadamente 129 encontros realizados, pouco mais de 15% foram organizados pelos participantes presos. Este dado chama a atenção porque a horizontalidade e simetria da participação, apesar de valorizadas pelo grupo [...], ainda não refletem uma efetiva distribuição da organização dos encontros entre presos e alunos.[...] Em 2006, o GDUCC atuou em uma Penitenciária, com a participação de aproximadamente 27 pessoas presas; em 2010, atuava em duas Penitenciárias, com a participação de mais de 50 pessoas presas em dois semestres de atuação; em 2012, a expansão do grupo para três Penitenciárias envolveu mais de 60 pessoas presas nas atividades do grupo. [...] Apesar da constante expansão do grupo desde 2006, estes números tendem a estabilizar-se em torno de 50 pessoas presas/ano, já que não é possível ao grupo, pelo fato de ser coordenado de forma voluntária, expandir demasiadamente suas atividades em um número maior de Penitenciárias, já que isso dependeria de uma série de fatores (logística, tempo, treinamento, financiamento etc.) (Ibid., pp. 81-82).

Diante dessa avaliação, a autora identificou pontos que precisam ser melhorados, como a falta de supervisores regulares e a necessidade de melhorias nas dinâmicas de grupo, com maior controle do tempo, fechamento final, por exemplo, para que não haja uma rigidez na programação das atividades de diálogo com as pessoas presas, bem como a necessidade de transporte para os participantes e preocupação com uma coesão metodológica. Um fator limitante na estrutura do grupo, de acordo com Bretan, diz respeito ao trabalho realizado somente por voluntários, que fatalmente deixam de participar por um tempo, gerando rotatividade e dificuldades no desenvolvimento dos trabalhos.

Braga (2012), em sua tese de doutorado, em capítulo sobre o GDUCC, descreve a proposta do Grupo, apresenta suas experiências de quando atuou como coordenadora-adjunta, as motivações dos participantes do projeto, os impactos do GDUCC e a percepção como um grupo em permanente construção. Explicita, ainda, o que denominou *jogo de cena* (p. 319), apresentando o conjunto de atores que podem estar envolvidos (acadêmicos, presos, diretor do estabelecimento penal, agente de segurança penitenciária e juiz da execução penal) na execução.

Dentre os aspectos abordados como impactantes, ainda que sejam de difícil apuração, as falas dos presos acerca do trabalho do Grupo, pautado em um “diálogo compreensivo e dialético” (Ibid., p. 352) evidenciam os seguintes temas: “contato com a sociedade e outras temáticas; acolhimento; esperança; relações humanas; mudar a percepção do acadêmico em relação ao preso e à prisão” (Ibid., p. 311).

No mesmo sentido, em trabalho apresentado no *I Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão*, na USP, Tozi (2015) afirma que:

A construção desta “janela” na muralha da prisão, ainda que por apenas duas horas semanais, pode gerar inúmeros outros frutos para além de seu objetivo primário – o amadurecimento dos participantes no diálogo. A inter-relação pessoal realizada de maneira sincera transforma as pessoas, ao passo que preconceitos são quebrados, semelhanças são observadas e a empatia é criada. Uma vez se tratando de indivíduos em situação de privação de liberdade a criação dos laços, o estabelecimento do mínimo de confiança, e a alteridade para que a sinceridade supere as amarras de preconceito/vergonha, pode significar uma atividade desafiadora, mas proporciona uma experiência de intensa significação. Apesar de não ser possível contabilizar os ganhos desta atividade, considera-se possível identificar o desencarceramento das ideias fechadas e do não contato com esta realidade, pelos indivíduos externos ao cárcere; e o desencarceramento do indivíduo em situação de privação de liberdade no sentido de se autoafirmar como pertencente à sociedade excludente, como um igual ainda que preservando inúmeras diferenças. Estas reflexões seguem no sentido de identificar o GDUCC como uma experiência de reintegração social (pp. 9-10).

De acordo com o que foi possível averiguar, e em linhas gerais, a experiência do GDUCC refere-se à implantação de ações de extensão, pautada no diálogo horizontal e participativo, dentro e fora da prisão, entre acadêmicos, professores, comunidade e população prisional. A atividade tem um caráter dialogal, de aproximação entre academia e cárcere, de iniciativa de pessoas ligadas à *Faculdade de Direito* da USP, o que acaba limitando o seu alcance em termos quantitativos – também por ser organizada apenas por voluntários sem nenhum financiamento, e sua institucionalidade como uma ação da Universidade. Tem demonstrado se constituir, a nosso ver, como um espaço de reflexão crítica e formação sobre as questões do sistema prisional e da utilização do diálogo como meio, sobretudo para os alunos do curso de direito.

3. CAMINHOS A SEREM PERCORRIDOS: ENCONTROS POSSÍVEIS ENTRE A UNIVERSIDADE PÚBLICA E AS PRISÕES

“Educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais” (FREIRE, 1979, p. 25).

A *Lei de Execução Penal* (1984) e a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (1996), ao lado das normativas emanadas pelo CNE (2010), regulamentam a oferta de educação nas prisões do Brasil e trazem possibilidades de atuação por parte da universidade, em colaboração com os órgãos que ofertam a educação básica, visando o seu aprimoramento e a formação dos profissionais, por meio de convênios e/ou parcerias.

Desenvolvendo reflexões sobre o Projeto Político-Pedagógico para a Educação em Prisões, Silva e Moreira (2011) afirmam que

[...] como a mais nova fronteira da educação, o projeto político-pedagógico das prisões possibilita a salutar complementaridade entre a legislação educacional e a penal (LDB e *Lei de Execução Penal*), favorece a articulação entre políticas setoriais (educação, trabalho, saúde, segurança pública e serviço social), potencializa a sinergia entre duas ciências (pedagogia e direito penitenciário) e mobiliza distintos campos profissionais (professores e agentes penitenciários) em torno de objetivos comuns (pp. 91-92).

Em outra reflexão, desta feita sobre a relação entre Ciência, Trabalho e Educação no sistema prisional, Silva, Moreira e Oliveira (2016) recorrem ao conceito de *instituição total*, de Goffman (1986, p. 18), para demonstrar que

[...] dentro dessa instituição total existem áreas de conhecimentos e atuam profissionais que se ocupam do mesmo objeto de estudo, referenciados em uma mesma norma jurídica para a consecução dos objetivos de uma mesma política criminal e penitenciária. [...] A presença e atuação dos profissionais do Direito, Psiquiatria, Psicologia, Serviço Social, Ciências Sociais e Pedagogia no sistema penitenciário deve-se à determinação da *Lei de Execução Penal* (LEP), Lei Federal N. 7210/1984 e cumprem a função de “orientar a individualização do cumprimento da pena, separando os condenados mais perigosos dos eventuais e estabelecendo as diretrizes para o tratamento mais adequado de cada um” (BRASIL, 1984, p. 1). [...] A presença de profissionais oriundos de outras áreas também se dá em decorrência das obrigações legais que o Estado reserva para si em relação ao sentenciado (pp. 10-11).

A recuperação destas reflexões desenvolvidas no âmbito do GEPÊPrivação¹⁷² se faz necessária, porque nos levam à compreensão, a partir de uma sucessão de pesquisas, leituras e debates, de que esta conjunção de conhecimentos e de profissionais de diversas áreas de atuação em um mesmo campo de trabalho possibilita configurar o que Thomas Kuhn (1998) denomina como *comunidade científica*:

¹⁷² No âmbito da construção dessa investigação, a participação junto a este grupo de pesquisa, sob a coordenação e orientação do Prof. Dr. Roberto da Silva, na USP, deu-se como um espaço de reflexão, elaboração conjunta de artigos, momentos de debate compartilhado e discussão de propostas de atuação, incluindo-se, a meu ver, um processo de autoavaliação sobre a atuação do próprio grupo no âmbito da USP e a comunidade que a cerca, incluindo-se as unidades prisionais e centros de atendimento socioeducativo. Como artigos publicados, no processo do doutorado, citamos: 1) Ciências, Trabalho e Educação no Sistema Penitenciário Brasileiro. **Cad. CEDES** [online]. 2016, vol.36, n. 98, pp.9-24 (SILVA; MOREIRA; OLIVEIRA); 2) Educação nas Prisões e Universidade Pública: Reflexões Sobre o Papel da Extensão Universitária. **Rev. Cult. e Ext.** USP, São Paulo, n. 15, pp.85-95, mai./2016 (SILVA; OLIVEIRA); 3) O Projeto Político Pedagógico para a Educação em Prisões no Brasil: o olhar do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação em Regimes de Privação da Liberdade (GEPEPrivação) da Universidade de São Paulo – USP, Brasil (ANDRADE; OLIVEIRA; MOREIRA; SILVA), 2016; 4) Universidade pública na prisão: desafios para além da pesquisa acadêmica. **ARACÊ – Direitos Humanos em Revista**, ano 4, n. 5, Fevereiro/2017 (OLIVEIRA); 5) Pesquisa aponta que promover educação em prisões deve ser uma responsabilidade da universidade pública. **Agência Universitária de Notícias da USP**. ISSN 2359-5191. Publicado em 03/07/2017. O Grupo tem registro de que executou trabalho mediante convênio com o *Ministério Público* do estado de São Paulo para a análise de relatórios de inspeção em unidades de internação da *Fundação CASA*, estando o relatório publicado em SILVA; SOUZA NETO; PINI. **Ciência da Delinquência**: o olhar da USP sobre o ato infracional, o infrator, as medidas socioeducativas e suas práticas. São Paulo: Expressão & Arte, 2014, v. 1, 304 p. Ainda, inscreveu-se, no primeiro semestre de 2017, para concorrer ao *Edital Projeto BRA/14/011 - Fortalecimento da Gestão Prisional no Brasil - CONVOCAÇÃO* n. 01/2017 para a realização da pesquisa *Cartas do Cárcere* junto à *Ouvidoria Nacional dos Serviços Penais* (ONSP), que contou com a inscrição de 28 IES. O Grupo ficou colocado em 22º lugar. Fonte: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/noticias-depen/depen-divulga-resultado-de-selecao-para-a-pesquisa-cartas-do-carcere>>. Acesso em: 05/07/2017. O GEPÊPrivação ministrou, ainda, os seguintes cursos de extensão relacionados ao tema:

1. Docência em regimes de privação da liberdade (oferta no 2º. semestre de 2017). Aperfeiçoamento, Curso de curta duração em parceria com a *Diretoria de Ensino Centro Oeste* da rede estadual de ensino de São Paulo.
2. Curso Preparatório ao ENEM 2016 para mulheres presas, 2016. Extensão, Curso de curta duração ministrado.
3. Educação prisional: desafios e perspectivas, 2016. Extensão, Curso de curta duração ministrado.
4. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar II/2013, 2013. Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado.
5. Teoria e Prática do Estatuto da Criança e do Adolescente: ênfase nas medidas socioeducativas, 2013. Extensão, Curso de curta duração ministrado.
6. Iniciação Científica como estratégia de formação profissional para adolescentes da *Fundação CASA* – 2011 - 2012.

Além disso, O GEPÊPRIVAÇÃO executou as seguintes assessorias e consultorias:

1. Iniciativas de fomento à leitura e formação de leitores nas prisões do Brasil e de países da América Latina. Organização dos Estados Ibero-americanos, 2014.
2. Plano Estadual de Educação em Estabelecimentos Penais do Estado de Mato Grosso, 2010.
3. Plano Estadual de Educação em Estabelecimentos Penais do Estado de Santa Catarina, 2010.
4. Plano Estadual de Educação em Estabelecimentos Penais do Mato Grosso do Sul, 2010.
5. Diagnóstico da Educação em presídios na América Latina. Descrição: Levantamento realizado, no âmbito do Programa *Eurosocial*, sobre a situação da educação de presos na América Latina. Situação: Concluído Natureza: Projeto de extensão 2006-2007.

Uma comunidade científica é formada pelos praticantes de uma especialidade científica. Estes foram submetidos a uma iniciação profissional e a uma educação similares, numa extensão sem paralelo na maioria das outras disciplinas. Neste processo, absorveram a mesma literatura técnica e retiraram dela muitas das mesmas lições [...] mesmo quando seus membros não a empregam da mesma maneira (p. 220).

Sobretudo, se considerarmos que todos os profissionais que atuam no sistema prisional fazem parte do Estado, diretamente como servidores públicos ou indiretamente como contratados, vislumbramos que a articulação desta *comunidade científica* pode ser uma atribuição da universidade pública, que também integra o Estado e possui funções próprias para tal.

Ainda que desgastado – e discutível, pelo uso abusivo do prefixo “re” –, a socialização, a integração social e a educação da pessoa em situação de privação de liberdade são o objetivo de todas as ciências presentes no ambiente prisional e o eixo articulador dos trabalhos de seus profissionais. Vale destacar que se trata de conceitos utilizados em uma perspectiva crítica, como bem problematizou Baratta (1990), de “serviços e oportunidades laborais e sociais que são proporcionados durante e depois da detenção, por parte das instituições e comunidades” (tradução nossa, p. 4), considerando que os muros da prisão representam uma violenta barreira que separa a sociedade de uma parte de seus próprios problemas e conflitos, de modo que a reintegração social (do condenado) deve significar, antes, a transformação da sociedade no sentido de que ela reassuma a sua responsabilidade.

Sintetizando os objetivos do trabalho das diversas ciências e de seus profissionais identifica-se, então, o paradigma kuhniano que norteia o trabalho dentro da instituição total. Paradigmas, no entender de Thomas Kuhn, são “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (1998, p. 13).

Com essas definições preliminares, podemos conceber que dentro da instituição total denominada prisão atua uma constelação de profissionais, oriundos de diversas áreas de conhecimento, mas que devem estar orientados por um mesmo paradigma. Ainda, os mesmos constructos se aplicam à universidade, dentro da qual atuam diversas *comunidades científicas*, cujos integrantes se orientam por paradigmas que são predominantes em seus respectivos grupos.

Aqui se mostra oportuno recuperar a teorização de Milton Santos a respeito de território:

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima (SANTOS, 1996, p. 51).

A materialidade concreta que se vislumbra nesta tese é, de um lado, a existência de vida – invisível sim, mas vida – que se desenrola em condições humanamente degradantes nas prisões, que estão no entorno das universidades públicas brasileiras e, de outro, o conhecimento científico e a competência técnica de instituições que, como entes estatais, podem e devem auxiliar o Estado não apenas na gestão e pesquisa acadêmica sobre a questão prisional, mas também na resolução de seus problemas e atendimento às pessoas que se encontram nas prisões.

Recorremos ainda à reflexão de Milton Santos para sustentar que nem a universidade nem a prisão fazem parte do que ele denomina meio natural. Afirma ele que

A história das chamadas relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, dado a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente instrumentalizado por essa mesma sociedade. Em cada fração da superfície da terra o caminho que vai de uma situação a outra se dá de maneira particular, e a parte do natural e do artificial também varia, assim como mudam as modalidades do seu arranjo (Idem, 2006, p. 156).

Entre duas instituições artificialmente fincadas no território, não há dúvidas de que a universidade pública se constitui em um eixo mobilizador com uma gama de recursos, potencialidades, conhecimentos, habilidades e competências, além de dinamizar a produção, como o próprio Milton Santos exemplificou, na obra *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (2006), como citamos no capítulo 1, com o *Radar meteorológico* da UNESP de Bauru/SP, gerando receitas, qualificação profissional e desenvolvimento científico e tecnológico, pois uma nova “dinâmica de diferenciação se instala no território [...] distinguem-se zonas servidas pelos meios de conhecimento e áreas desprovidas dessa vantagem” (SANTOS, 2006, p. 163).

Neste sentido, a universidade também se nutre das categorias elencadas como território, região, espaço e tempo, com suporte nos paradigmas do método da cartografia para análise do momento presente e relações em um território determinado.

Diante dessas considerações, e a partir do que foi discutido nos capítulos anteriores, uma contribuição que se buscou na presente pesquisa foi identificar os possíveis caminhos a serem percorridos em relação à universidade pública nas prisões no Brasil. Entende-se que é

premente questionar a prisão como única resposta aos conflitos e fenômenos criminais, mas é também urgente pensar a instituição no presente, considerando as pessoas que nela permanecem, seus direitos e a potencialidade da educação neste contexto.

Tendo como suporte o levantamento das pesquisas produzidas acerca da temática, a legislação vigente e as experiências de campo, discutiremos três principais pontos que, entendemos, fazem parte dos caminhos a serem percorridos.

Primeiro, os sentidos da presença da universidade pública na prisão, como ente do Estado e indutor de políticas, incluindo-se as de universalização da educação básica.

Segundo, os possíveis mecanismos indutores dessa presença, com a identificação da potencialidade e da necessidade da extensão universitária como eixo que pode atuar fortemente na articulação da universidade pública com a sociedade, seus territórios, demandas, anseios e problemas, fomentando, inclusive, práticas de ensino e pesquisa.

Como terceiro ponto, vislumbramos um mapa de possibilidades que se ensaiou em relação ao estado de São Paulo. Nele, inspirados pelas possibilidades colocadas pela cartografia, buscamos identificar os pontos de convergência territorial entre universidades públicas e estabelecimentos penais, por município e região, numa expressão gráfica no mapa do estado¹⁷³, entendendo, a partir das experiências implantadas, que as possibilidades de atuação da universidade se colocam em seu entorno, na comunidade onde as relações podem ocorrer.

3.1 Levantamento inicial de informações das universidades públicas no território paulista

Como subsídio para a construção desse capítulo e dos pontos que buscamos discutir na sequência, elaboramos um questionário (Anexo A) direcionado às universidades públicas presentes no estado de São Paulo, com o objetivo de levantar informações sobre eventuais práticas de ensino, pesquisa e extensão realizadas no âmbito da educação nas prisões, desde a publicação, em 2010, das *Diretrizes Nacionais para oferta de educação em prisões*. Assim, a ideia foi elaborada no contexto do trabalho de confirmação ou não da hipótese da pesquisa, no

¹⁷³ Ainda que tenhamos buscado construir um mapa com pontos de encontro entre universidades públicas estaduais e federais e unidade prisionais, destacamos que não pretendemos configurar um mapa que esgote o tema, se não demonstrar possibilidades e novos questionamentos, concordando com Correa (2009, p. 36) ao afirmar que “O que se pretende não é a configuração de um mapa, na sua totalidade homeostática, nem o desvelamento de uma verdade antes oculta. Nossa ferramenta de pesquisa incita a busca de percursos possíveis, principalmente aqueles investidos de bom sentido ou de um sentido verdadeiro, de tal maneira que escapemos da captura de caminhos anteriormente dados”.

sentido de identificar possíveis ações de universidades públicas nas prisões situadas no território paulista.

Das instituições destinatárias (UFABC, UFSCar, UNESP, UNICAMP, UNIFESP, UNIVESP e USP), que enviamos o questionário virtualmente por meio de contato institucional por *e-mail* no primeiro semestre de 2016, foram recebidas 04 (quatro) respostas (USP, UNESP, UFSCAR e UNIFESP), no próprio questionário virtual, e 01 (uma) resposta, por e-mail, informando “que ainda não oferece este tipo de atividade” (UNIVESP). Não recebemos retorno da UFABC e da UNICAMP.

Os questionários foram enviados, concomitantemente, ao contato institucional geral de cada Universidade, bem como a líderes de grupos de pesquisa identificados nos levantamentos dessa tese, quando foi o caso. A maioria das respostas foi elaborada por professores doutores que atuam nesses grupos de pesquisa e que mantem uma interface direta ou indireta, em sua atuação, com a temática da educação em prisões.

Assim, há que se fazer uma ressalva: as respostas desse questionário não representam a totalidade dos campi, departamentos e faculdades que integram cada uma das universidades citadas, pois presentes em diferentes regiões do território do estado de São Paulo. Por outro lado, diante do engajamento no tema dos respondentes, as respostas agregaram elementos qualitativos à construção do mapa de possibilidades que se buscou elaborar, confirmando a necessidade de se construir caminhos para o encontro entre as universidades públicas e a prisão nesse território.

A resposta recebida por representante da *Faculdade de Direito* da USP evidenciou a atividade de extensão do GDUCC, mas não apresentou nenhum relato de atividade de ensino nas prisões ou de grupo de pesquisa. Na questão sobre a avaliação acerca da responsabilidade da universidade pública em relação à formação dos profissionais que atuam em prisões, reconheceu que “deveria ser mais atuante”, pois as iniciativas são isoladas, afirmando que “a USP faz muito pouco”. Citou que, entre os anos de 1998 e 2002, ocorreu um curso para diretores de unidades prisionais na *Faculdade de Direito*, mas que o mesmo não teve continuidade e apresentou questionamentos como “Por que não há algo articulado a partir da universidade?”; “Por que a USP não faz cursos de extensão em direito, ou outras áreas de interesse dos presos, em grandes penitenciárias paulistas?”; “Por que não oferecer vagas a pessoas encarceradas, no contexto de um amplo projeto educacional para encarcerados?”, concluindo que as dificuldades enfrentadas pela própria universidade não contribuíram para dar andamento a essa ideia.

Dentre os fatores dificultadores para o desenvolvimento de ações da universidade na área da educação em prisões, a resposta foi de que existe o interesse por parte de alunos, porém, pautado na curiosidade e que esta “deveria ser transformada em interesse permanente”; mas a principal dificuldade apontada foi “a falta de verba e a burocracia” que impossibilitam estas ações, já que as agências de fomento “são refratárias às propostas da área de humanidades em geral”.

Ainda em relação à USP realizamos contato com o *Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas* (NUPPs) da USP¹⁷⁴, em junho de 2016, levando em consideração que agrega relevantes investigações e publicações em linha de pesquisa sobre as políticas públicas de educação superior. Entretanto, um representante do Núcleo nos respondeu afirmando que “o tema é interessante e oportuno, mas não posso responder o questionário porque se trata de assunto sobre o qual jamais realizei qualquer pesquisa, nem sequer acompanhei o desenvolvimento do tema”.

Já o representante do *Departamento de Educação* da UNIFESP afirmou não participar de grupo de pesquisa sobre educação em prisões, de atividades de ensino ou extensão. Avaliou que, dentre as responsabilidades da universidade pública com o tema, a abordagem da temática na formação do pedagogo é necessária e relatou a existência de uma unidade curricular denominada *Práticas Pedagógicas Programadas: educação em prisões* em seu âmbito de atuação, a qual considera “bastante importante”, bem como o desenvolvimento da extensão na educação em prisões. Informou, ainda, a publicação de dois trabalhos acadêmicos sobre o tema, nos anos de 2013 e 2014, e a orientação de duas iniciações científicas e uma dissertação de mestrado acerca da docência nas prisões. Dentre as dificuldades para as atividades nas prisões, apontou o “acesso ao espaço prisional” como obstáculo para a sua realização.

A resposta do representante da UFSCAR, também da área da Educação, apresentou maior participação da instituição no que diz respeito ao tema nos eixos da pesquisa e extensão, mas sem a oferta de ensino superior nas prisões. Relatou a existência do *Núcleo de Investigação e Práticas em Educação nos espaços de privação de liberdade* (EduCárceres) desde 2008 (registrado no CNPq em 2016); a participação em 06 (seis) atividades de extensão, de 2011 a 2016, que envolveram ciclos de estudos sobre as *Diretrizes Nacionais*; ciclos de intercâmbio sobre práticas docentes e formação de professores e gestores; a orientação e coorientação de pesquisas de doutorado e mestrado em educação, bem como de

¹⁷⁴ Mais informações em: <<http://nupps.usp.br/index.php>>.

trabalhos de conclusão de curso de graduação em pedagogia, totalizando 19 produções desde o ano de 2011.

No tocante à responsabilidade da universidade pública sobre o tema, afirmou que “trata-se de responsabilidade como as demais em relação à formação de profissionais que atuam no campo da Educação ou em outros. Responsabilidade estabelecida no *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)*”. Especificamente em relação à extensão, declarou que “as atividades de extensão são demandas de todas as universidades públicas com base no tripé: ensino, pesquisa e extensão. [...] Pelo caráter extensionista da instituição se mede o seu compromisso social”. Corroborou a afirmação do representante da USP, ao reconhecer que as agências de fomento não aceitam bem as propostas de ensino, pesquisa e extensão junto ao sistema prisional. E, em relação às dificuldades de se desenvolver ações nas prisões, disse que “as prisões e demais espaços de restrição e privação de liberdade não se deixam conhecer no campo da pesquisa e se abrem timidamente para atividades de extensão e de ensino” – aproximando-se do posicionamento do representante da UNIFESP sobre esse aspecto.

Por fim, na resposta do representante da UNESP, vinculada à área do Direito, foi citada a existência do *Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprisionamentos e Liberdades (NEPAL)*, cadastrado no CNPq desde 2012, e do projeto de extensão *Cárcere, Expressão e Liberdade (CEL)*¹⁷⁵, realizado em unidade de segurança pública (*Cadeia Pública Feminina de Franca*), que tem por objetivo promover a troca de experiências entre estudantes e mulheres presas, além de desenvolver atividades de estudos e formação, nas quais são realizadas

¹⁷⁵ Sobre o projeto CEL, a publicação intitulada *Projeto de intervenção na Cadeia Pública Feminina de Franca/SP pelo Grupo Cárcere, Expressão e Liberdade – CEL* (2015), vinculada ao 8º. Congresso de Extensão Universitária da UNESP, descreve os objetivos e atuação junto às mulheres privadas de liberdade na cadeia pública de Franca, dispondo de “metodologia interdisciplinar” (p. 3). Dentre os resultados apresentados na publicação, “a presença do grupo CEL no espaço prisional resulta em maior incremento do acesso à justiça e aos direitos básicos das presas. As oficinas são um ótimo instrumento para compartilhar o conhecimento de dentro para fora, do mundo do cárcere para a sociedade, e de fora para dentro, da sociedade para o mundo do cárcere. [...] A intervenção da universidade na cadeia impacta todos os envolvidos e, consequentemente, modifica a relação entre esses dois espaços institucionais. A universidade também é impactada nesse processo. A presença de alunos e pesquisadores na prisão contribui para que o conhecimento produzido na academia dialogue com a realidade social e para que a prática da extensão afete e seja afetada pelas atividades de pesquisa e de ensino. [...] O maior resultado da ação do CEL é a concretude de um espaço livre de diálogo e construção” (pp. 3-4). Fonte: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/142410/ISSN2176-9761-2015-01-05-salina.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 05/06/2017. Em outra publicação *Discursos do cárcere: o papel do rap na expressão das subjetividades das mulheres encarceradas na cadeia pública de Franca – SP* (BRAGA; OTONI; RIBEIRO; GENTILE; PASCHOAL, 2016), apresentada no 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, há o relato de uma experiência do grupo, avaliando-o qualitativamente, em que são apresentadas composições das mulheres presas, destacando-se a finalidade deste trabalho: despertar “a academia para o debate sobre o sistema prisional e aproximar a materialidade da realidade prisional da Universidade” (p. 2). Disponível em: <https://www.eventsystem.com.br/admin/arquivos/7cbeu/submissoes/anais/129fa1be4223d77b79696c377841587a.pdf>. Acesso em: 16/05/2017. Ademais, a página mantida no Facebook: *Grupo Cárcere, Expressão e Liberdade*, publica informações sobre as atividades do grupo. Disponível em: <https://www.facebook.com/grupocarcereexpressaoeliberdade/>. Acesso em: 20/05/2017.

“dinâmicas de grupo na prisão, [...] revitalização da biblioteca, debates sobre temas jurídicos e sociais, e a criação conjunta de um blog¹⁷⁶”.

Em relação às produções científicas, foram contabilizadas 07 (sete) publicações nos últimos quatro anos. Sobre a existência de oferta de ensino superior nas prisões pela Universidade, a representante indicou desconhecer a realização de atividades de ensino em estabelecimentos penais, mas não excluiu a possibilidade de outras unidades da UNESP realizarem tal ação. Questionada acerca da responsabilidade da universidade em relação ao desenvolvimento de atividades extensionistas de educação nas prisões, sua resposta foi enfática: “É enorme. Principalmente tratando-se do curso de Direito (lugar de onde falo) e de outros cursos que irão formar profissionais para trabalhar no sistema de justiça criminal (serviço social, psicologia, pedagogia, medicina etc.). Na medida em que a experiência na prisão possibilita o contato com a realidade criminal a partir de uma perspectiva dialogal e crítica – própria da atividade de extensão. O relacionamento entre as pessoas presas e universitárias impacta a formação e a consciência social de todos os envolvidos, e pode possibilitar a construção conjunta de outro projeto de universidade e de sociedade”.

Em todas as respostas recebidas, houve negativa quanto à questão sobre o desenvolvimento de material didático para a educação em prisões, seja físico, digital ou virtual. Além disso, as respostas indicaram que os alunos de graduação e pós-graduação demonstram interesse na área, mas as dificuldades são latentes na implementação de ações que dizem respeito ao contexto prisional.

3.2 Sentidos da universidade pública na prisão

A presença da universidade pública na prisão representa, a nosso ver, um compromisso com a sociedade e um posicionamento político no enfrentamento à questão do encarceramento na sociedade, sobretudo no contexto da seletividade penal na América Latina, ao se fazer presente nesse espaço e disponível às demandas educacionais da população prisional, desenvolvendo ações de oferta de ensino, extensão e realização de pesquisa, mas não se limitando a esta.

Ao fazer um mapeamento latino-americano da educação em prisões, Rangel (2012) identifica a reduzida participação das universidades no tema. Citando experiências em

¹⁷⁶ Cf. Blog *Desejo de uma liberdade: vivos somos traídos, presos somos esquecidos e mortos deixamos saudade*. Com publicações sobre os encontros realizados na cadeia pública, desde novembro de 2014. Disponível em: <<https://desejodeumaliberdade.wordpress.com>>. Acesso em 12/06/2016.

universidades da Argentina, México¹⁷⁷, Venezuela e Costa Rica que desempenham diferentes papéis em atividades educativas e culturais nas prisões, o autor afirma que “a contribuição das universidades nas atividades de educação na prisão tem grande potencial, não somente para oferecer cursos de sua oferta curricular, mas para contribuir no desenvolvimento de projetos no interior das unidades prisionais” (pp. 80-81, tradução nossa).

Há exemplos, na região, de ações de educação a distância e destacam-se as atividades de extensão universitária e cultural, haja vista que a universidade pública na América Latina tem tradicionalmente um papel social, apesar das pressões econômicas presentes, segundo o autor, de modo que o trabalho com educação em prisões está de acordo com essa missão.

Inspirando-se nas experiências existentes, a presença da universidade pública na prisão revela-se carregada de sentidos: político-pedagógicos e de enfrentamento à questão do encarceramento da juventude no país, por induzir políticas públicas de acesso a direitos, promover novas relações, comunicações, potencializando diálogos, habilidades e competências, bem como a circulação de informações e conhecimentos, em reciprocidade. No

¹⁷⁷ *Programa de Educación Superior para Centros de Readaptación Social del Distrito Federal (PESCER)*, criado em 2005 e vinculado à *Universidad Autónoma de la Ciudad de México (UACM)*, que oferece cursos de graduação de direito, administração e criação literária. “*La Universidad Autónoma de la Ciudad de México, UACM, como un proyecto innovador pretende contribuir a la Reforma Educativa necesaria en nuestro país, proponiendo un modelo transformador de enseñanza aprendizaje que favorezca el desarrollo de un pensamiento crítico, sustentado en conocimientos científicos y con un sentido humanista en sus estudiantes y docentes. Bajo este planteamiento educativo, se crea el Programa de Educación Superior para Centros de Readaptación Social del Distrito Federal, PESCER, siendo un esfuerzo conjunto entre nuestra Casa de Estudios y la Secretaría de Gobierno del Distrito Federal, quienes a través de un convenio de colaboración interinstitucional firmado el día 13 de diciembre de 2004, acordaron ejecutar programas de educación superior, investigación, difusión de la cultura y extensión universitaria en los centros escolares del Sistema Penitenciario del Distrito Federal. En abril de 2015, cumple diez años el PESCER. En este tiempo refrendamos nuestro deber para contribuir a fortalecer la política de educación superior democrática: Es parte de los compromisos de nuestra Universidad el “dar más apoyo a quienes más lo necesitan”; así como hacer valer el derecho a la educación; El PESCER tiene presencia en siete centros penitenciarios capitalinos; cinco varoniles y dos femeniles: Centro Femenil de Reinserción Social de Santa Martha Acatitla, Penitenciaría del Distrito Federal, Centro Femenil de Reinserción Social de Tepepan, Centro Varonil de Reinserción Social, Reclusorio Preventivo Varonil Oriente, Reclusorio Preventivo Varonil Sur y Reclusorio Preventivo Varonil Norte; La UACM ofrece a través del PESCER las carreras del Colegio de Humanidades y Ciencias Sociales: Derecho, Ciencia Política y Creación Literaria; Busca enriquecer la vida del interno y mejorar su estilo de vida, introduciendo nuevas temáticas educativas y culturales en el proceso de socialización y reinserción; La presencia del PESCER incide en la reducción de los índices de violencia en los centros penitenciarios varoniles y femeniles de la ciudad de México; Las clases presenciales en cárceles registran una probabilidad de hasta el 90 por ciento de que el estudiante concluya sus estudios de licenciatura siendo interno; y un 50 por ciento, si sale libre”.* Fonte: <<https://www.facebook.com/Programa-de-Educaci%C3%B3n-Superior-en-Centros-de-Readaptaci%C3%B3n-Social-UACM-111119959230801/>>. Mais informações em: <http://www.crefal.edu.mx/decisio/images/pdf/decisio_14/decisio14_saber3.pdf> e <http://desarrollo.uacm.edu.mx/sitios/pescer/convenios_pescer.html>. Acesso em: 13/06/ 2017. Um trabalho que analisa a atuação deste Programa é *Una alternativa de educación superior en contextos de encierro en México. El caso del Programa de Educación Superior para Centros de Readaptación Social del DF(PESCER)* (MEJÍA, 2013). Disponível em: <<http://200.23.113.51/pdf/29298.pdf>>. Acesso em 13/06/2017.

limite, pode contribuir para relativizar os efeitos negativos da privação de liberdade como punição.

Essa presença articula-se com as funções preventivas da pena de prisão e da execução penal e ao paradigma que deve orientar o trabalho das diferentes áreas de atuação no contexto da privação de liberdade, que concebe a prisão também como espaço e tempo educativo. No âmbito da educação em prisões, “permite a promoção de experiências educativas” seja por meio da “transversalidade do sistema prisional, nas práticas sociais e nas ações educativas que ali ocorrem” (ONOFRE, 2016, p. 44).

Analisando as potencialidades da educação em prisões, Marc De Mayer (2013) afirma que

A especificidade da educação em espaços prisionais será sem dúvida ajudar o detento a identificar e hierarquizar as aprendizagens para lhes dar um sentido: para que elas possam lhe oferecer possibilidades de escolha com conhecimento de causa; para que a faculdade de escolher reencontre seu caminho de ação, a saber o eu-aprisionado, mas, aprisionado por um certo tempo apenas (p. 39).

As possibilidades de escolha, seja dentro ou fora do espaço de privação de liberdade, envolvem ter acesso a um conjunto de saberes e informações, serviços e oportunidades, que a universidade pública também pode promover e contribuir no espaço prisional, em articulação com outras práticas educativas, escolares (como a educação básica) ou não escolares, que podem fornecer subsídios para a construção de perspectivas presentes e futuras, no caso das pessoas presas, e também de processos de formação continuada, no caso dos profissionais envolvidos.

A presença da educação nas prisões, além da garantia de um direito humano, assegurado e proclamado internacional e nacionalmente, promove a valorização da busca de aprimoramento humano e social, como atividade positiva ao longo do tempo de privação de liberdade, que pode, ainda, fomentar e comunicar o acesso a outros direitos.

Diante disso, recorreremos a algumas reflexões sobre o fazer universitário, seu papel e intervenção, numa perspectiva mais abrangente, que podem contribuir na construção dos sentidos sobre a universidade pública na prisão.

Belloni (1992), ao refletir sobre a função da universidade de “gerar saber”, para além da definição apontada na Constituição, afirma que “não há um conceito único e universalmente válido de universidade, nem suas funções são as mesmas em tempo e espaços diferentes” (p. 71) e que há uma variedade de formas de interação com a sociedade. Para a autora, a universidade, como instituição, tem se ajustado à realidade contextual ao longo do

tempo, ou seja, ainda que preserve seu papel básico, voltada para a educação superior, ocupa um lugar específico na sociedade à qual pertence, assim como outras instituições, como a família e a igreja.

Nesse sentido, a função de gerar saber deve estar comprometida com a igualdade e a justiça, isto é,

[...] que seja ao mesmo tempo voltado para o avanço da fronteira da ciência, da arte, da cultura, e voltado também para o encaminhamento da solução dos problemas atuais e prementes. [...] De um lado, o compromisso é com a humanidade como um todo, sem restrição temporal ou espacial; de outro, o compromisso é com questões imediatas, com situações específicas (Ibid., p. 74).

Ao refletir sobre as relações entre universidade e sociedade, Neves (1992) aponta as tensões historicamente presentes:

As análises históricas permitem ver que estas relações do ensino superior e sociedade são sempre tensas, na medida em que se espera o desempenho de funções sociais diferenciadas, mas amplamente referidas umas às outras. Esta tensão produz um impacto permanente sobre a matéria da função realizadora, o formato institucional e sobre o modo organizacional adequado a sua satisfação [...] Nos países avançados a universidade moderna desempenha basicamente quatro funções: ela é centro de formação, educação e pesquisa; ela passou a ser órgão executor da política científica estatal; ela serve à formação profissional; ela é uma instituição social, tanto em si mesma, quanto no âmbito da sociedade na qual está inserida. [...] A quarta função que a universidade assumiu – servir como instituição social – é mais um campo aberto de conflitos no contexto da sociedade. Pois, se de um lado espera-se da universidade ações com objetivo de transformação da sociedade, por outro, ela é vista como parte do *establishment*, como representante do poder, pontos vitais de confronto e conflito (pp. 80-81).

Quando falamos em universidade pública, ente do Estado, essas funções se colocam de modo mais enfático ainda, pois “é chamada a ser o palco de discussões. [...] Deve ser o lugar onde se desenvolva um processo crítico-teórico, de enfrentamento de ideias, de opiniões e de posturas; e também um espaço capaz de gestar propostas concretas, visando o desenvolvimento efetivo da sociedade” (FÁVERO, 1992, p. 121).

Ao pensarmos no papel da universidade pública e seu necessário comprometimento social, lembramo-nos da trajetória e atuação de Florestan Fernandes, como estudante, docente e na própria USP, que considerou os limites das reformas universitárias no Brasil no contexto da América Latina, diante dos aspectos históricos do país e da relação entre o desenvolvimento social e a participação da universidade (FERNANDES, 2004). Ele reflete, ainda, sobre o papel do intelectual (professor, estudante) inserido na universidade, que deve

atuar na busca de soluções para produzir conhecimento e, politicamente, no desenvolvimento social.

Saviani (1996) ao abordar a importância desse intelectual no Brasil e citar seus escritos sobre a universidade e defesa da educação pública, no cenário da reforma universitária entre 1964 e 1969, afirma:

Após uma análise aguda, lúcida e pertinente dos problemas da reforma, o texto se encerra com o tópico "O que fazer?" deixando claro que todo o rigor da análise é posto a serviço da luta pela "criação de uma universidade capaz de operar através de si mesma, de preencher todas as funções que deve satisfazer sob a civilização urbano-industrial, de ser uma fonte de consciência histórica crítica e de pensamento inventivo (na ciência ou demais formas de saber), de converter-se em um dos eixos da revolução democrática" (FERNANDES, 1975, pp. 241-242 apud SAVIANI, 1996, p.81).

Nessa mesma perspectiva, Marilena Chauí congrega discussões importantes sobre a universidade na sociedade brasileira na obra *Escritos sobre a universidade* (2001), tais como “a necessidade de defendê-la como um direito democrático” (p. 9), suas vocações e questões postas a ela. Concordamos com a autora, que defende que é preciso tomar a universidade do ponto de vista de sua autonomia e de sua expressão social e política, cuidando para não correr em busca da ideia de modernização que, no Brasil, significa submeter a sociedade em geral e as universidades públicas, em particular, a modelos, critérios e interesses que servem ao capital e não aos direitos dos cidadãos.

Em termos pedagógicos, a autora problematiza a prática de violência cotidiana por professores e pesquisadores, diante de uma “incapacidade democrática”,

[...] cada vez mais assustadora porque reforçada pela instituição universitária, interiorizada por nós. Basta tomarmos duas situações (entre inúmeras outras) para que isso se torne perceptível: a relação pedagógica, transformada em posse vitalícia do saber, e as pesquisas comprometidas com a “História do vencedor” (CHAUÍ, 2001, p. 71).

Na primeira situação, ao abordar a assimétrica relação entre os alunos e os professores, Chauí afirma que há uma ocultação nessa relação, seja realizando “diálogo” e “participação em classe”, fingindo não haver uma diferença real entre professores e alunos, seja admitindo a diferença, “mas não para encará-la como assimetria e sim como desigualdade justificadora” do exercício da autoridade por parte dos professores (Ibid., 71).

Diante disso, a autora defende que é preciso admitir a assimetria como diferença a ser trabalhada, considerando que o diálogo dos estudantes é com o conhecimento. O papel do professor é mediar esse diálogo, é simbólico, na perspectiva da democracia universitária.

Se o diálogo dos estudantes for com o saber e com a cultura corporificada nas obras e, portanto, com a práxis cultural, a relação pedagógica revelará que o lugar do saber se encontra sempre vazio e que, por esse motivo, todos podem em igualdade aspirar a ele, porque não pertence a ninguém. O trabalho pedagógico seria, então, trabalho no sentido pleno do conceito: movimento para suprimir o aluno como aluno, a fim de que em seu lugar surja aquele que é igual ao professor, isto é, um outro professor. Por isso o diálogo não é ponto de partida, mas de chegada, quando a assimetria foi superada e a igualdade foi instalada graças à própria assimetria (Ibid., pp. 71-72).

Na segunda situação, Chauí reflete sobre o campo da pesquisa que, segundo ela, tem se comprometido fortemente com o saber das classes dominantes. Ela afirma que

[...] a sociedade brasileira, tanto em sua estrutura, quanto em sua história, tanto na política, quanto nas ideias, é descrita, narrada, interpretada e periodizada segundo cortes e visões próprios da classe dominante. Esse aspecto se torna verdadeiramente dramático naqueles casos em que o “objeto de pesquisa” é a classe dominada (Ibid., p. 72).

Concordamos com a autora, também nesse ponto, ao explicitar que as pesquisas tem contribuído para tratar da história e de conceitos dos grupos aliados do acesso à universidade como objetos, “numa cultura que os diminui sistematicamente”, retirando-lhes a condição de sujeito.

Comparsas involuntários dos dominantes, os “objetos” de pesquisa não tem hora e vez no recinto da universidade. Se não pensarmos nesses compromissos que determinam a própria produção universitária, nossas discussões sobre a democratização se convertem num voto piedoso e sem porvir (Ibid., p. 72).

Ao refletirmos sobre o lugar da população prisional, frequentemente como *objetos de pesquisa*, com frequência muito maior que em relação à extensão e ao ensino, tomamos essas afirmações de Chauí como o suporte que nos leva a pensar nos sentidos da universidade na prisão.

Um conceito útil seria o de *vasos comunicantes* como “toda forma, meio ou ocasião de contato entre o dentro e o fora da prisão”, sejam cartas, visitas, trabalhos voluntários, saídas temporárias, contribuindo para essa reflexão por colocar o encontro entre mundos distintos, estabelecendo conexões “no cotidiano jogo de abrir e fechar portões, observando o que por

eles passam ou não, [...] focos privilegiados de vigilância penitenciária, bem como de investimentos governamentais” (GODOI, 2015, p. 73).

A presença da universidade na prisão defendida por este estudo não se situa em um lugar de manutenção da prisão ou sua viabilização, mas de problematização do papel da universidade para além da realização de pesquisas sobre as prisões, de ocupação, de deslocamento e conexão com esta realidade de outra forma, que não se resume somente à busca por informações ou produção de pesquisas acadêmicas que pouco contribuem para a mudança (fim) dessa realidade. Em última instância, que a universidade possa problematizar também o seu lugar de produtora de conhecimento e de acesso ao saber científico que se quer a todos.

Por isso, a autonomia universitária tem um papel central nesse debate, pois deve significar maior flexibilidade para o desenvolvimento de ações integradas com as questões sociais, bem como liberdade política para a instituição propor, gestar e gerenciar seus próprios destinos.

Scarfó (2011) assinala as variáveis presentes na oferta de educação, dentre as quais a adaptabilidade ao contexto prisional, com a flexibilidade necessária para a garantia do acesso e permanência na educação. Defende seu fortalecimento e ampliação, identificando a existência de ações de extensão, por parte das universidades argentinas, mas não de crescimento da oferta de cursos de graduação que manifeste que a prisão é um espaço concreto de sua agenda de atuação.

Daroqui (2000) destaca que se trata de um trabalho de adaptação e resistência nas prisões, dada a contradição dos objetivos educativos de construção de um espaço de liberdade na prisão, com base nos princípios de participação democrática, respeito ao dissenso, igualdade de oportunidades e liberdade de expressão, e os objetivos da política penitenciária.

Nesse sentido, agregamos uma reflexão de Bell Hooks (2013, p. 273):

A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura de mente e do coração que nos permite encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade.

A partir da realidade prisional, há um sentido de resistência das instituições e atores que nela interagem, na perspectiva da garantia de direitos como resistência, como denomina Braga (2010; 2012) “na prisão e contra ela: recusa e resistência”, sobre o posicionamento do intelectual crítico em relação à prisão, a partir das atitudes de recusa da prisão e resistência na

ocupação desse lugar para questioná-lo como instituição que segue fortemente presente, travando batalhas nas relações de poder em torno da prisão.

Consideramos, assim, que os sentidos políticos que caracterizam as ações da universidade pública na prisão tem relação com travar diálogos como ponto de chegada, como afirma Chauí, ao estabelecer comunicações diretas com as pessoas privadas de liberdade e os funcionários que atuam nas prisões, potencializando o seu acesso a direitos (especificamente, o direito à educação) e resistindo à lógica segregatória – tanto da universidade como comunidade científica fechada e privilegiada, quanto da prisão como instituição total de punição e isolamento de parcela da população, que não raro é alijada do acesso a direitos.

A abertura do diálogo entre a comunidade e a prisão pode flexibilizar o fechamento característico da instituição prisional, possibilitando assim a redução do impacto da prisão sobre a vida do condenado e de todos que de alguma forma se relacionam com ele. Portanto, uma diminuição qualitativa do encarceramento (BRAGA, 2012, p. 91).

Enquanto universidade, também podemos observar um fechamento na medida em que participam dela pessoas *selecionadas* – via exames e processos seletivos, que segregam boa parte da população brasileira do espaço universitário –, e suas pesquisas e produtos acadêmicos circulam, sobretudo, entre seus pares. Assim, não devemos ficar à mercê de espontaneísmos e voluntarismos de ações, mas é preciso intencionalidade político-pedagógica e de ação voltada a grupos historicamente alijados do direito à educação.

Sobre a aproximação de segmentos historicamente antagônicos, Braga (2012) afirma que pode levar a

[...] uma identificação de seus atores; não no sentido de criar laços pessoais entre eles, mas de se permitir que um se reconheça na humanidade do outro. [...] Pode levar à reavaliação das necessidades sociais e psíquicas da punição e da prisão, possibilitando assim uma diminuição qualitativa do encarceramento (p. 91).

Assim, a realização de estágios, oficinas temáticas de extensão, cursos e atividades de assistência nas mais diversas áreas, formação continuada de profissionais e gestores promovem a comunicação do *fora* com o *dentro*.

A mobilização de recursos e possibilidades de atuação pela universidade pública na prisão poderia propiciar espaços formativos para os próprios alunos dos seus cursos de graduação e pós-graduação, para os profissionais que atuam nas prisões, além da ampliação do debate sobre o próprio encarceramento no Brasil. Scarfó (2002) assinala, ainda, a potencialidade do desenvolvimento de *Educação em Direitos Humanos* como reflexo da

garantia do direito à educação das pessoas presas, fortalecendo a participação e o pertencimento na sociedade.

Portanto, consideramos que a presença da universidade pública na prisão revela-se carregada de um sentido eminentemente político, por potencializar diálogos, autonomias, habilidades e competências, além da circulação de informações e conhecimentos, e, ainda, dar outros matizes ao conceito de comunidade científica, encerrado nas universidades.

3.3 Possíveis mecanismos indutores

Na conclusão de sua tese de doutoramento intitulada *Educação Prisional: gênese, desafios e nuances do nascimento de uma política pública de Educação*, Moreira (2016), destaca que

O conhecimento novo produzido no bojo desta pesquisa consiste em ter reunido evidências de que a denominada vontade política foi determinante para que um governo mobilizasse as estruturas da administração pública, usando as prerrogativas que lhe confere a lei, para compelir outros agentes políticos e instituições a transformarem em ações concretas os belos discursos que enfeitam nossa legislação social (p. 91).

O autor refere-se especificamente ao processo de discussão e de regulamentação da Educação em prisões com ênfase para o uso sistemático do poder indutor por parte do governo federal, como se depreende destes excertos:

Percebe-se claramente que o governo federal optou por mobilizar suas agências e estruturas internas para definição dos marcos jurídicos e legais em que seria organizada a Educação em prisões no Brasil. Primeiramente chama a atenção o fato de que desde as tratativas iniciais houve uma relação sinérgica entre os *Ministérios da Justiça* (MJ) e da *Educação* (MEC), pelo simples fato de que ao primeiro está subordinada a política criminal e penitenciária e ao segundo, a política educacional. Um protocolo de intenções assinado em 2005 consolidou a cooperação interministerial que provocou o alinhamento entre órgãos das duas pastas e teve reflexos nas resoluções e diretrizes doravante aprovadas, bem como nos estados da federação (p. 54).

Moreira (2016) identificou as estruturas governamentais que foram mobilizadas para dar consecução à determinação política do Estado brasileiro de, definitivamente, incluir a população prisional na política pública de Educação:

Da estrutura do *Ministério da Justiça* (MJ) tiveram funções protagônicas o *Departamento Penitenciário Nacional* (DEPEN/MJ), o *Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária* (CNPCP), o *Conselho Nacional de Secretários de Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária* (CONSEJ) e a *Coordenação Geral de Reintegração Social e Ensino*, da *Diretoria de Políticas*

Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional. Da estrutura do Ministério da Educação (MEC) foram importantes as ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), o Conselho Nacional de Educação (CNE), as Instituições Federais de Ensino Superior e as Universidades Federais, com o papel coadjuvante dos Conselhos Estaduais de Educação a quem compete a aprovação final do plano dos respectivos estados. Paralelamente a estas instâncias governamentais teve a atuação do Conselho Nacional de Justiça naquilo que é da sua competência de fiscalização e monitoramento das ações do poder judiciário em todo o país (p. 54).

Tomando como referência o processo de discussão, elaboração e publicação das *Diretrizes Nacionais de educação em prisões* (2010), que marcou a responsabilidade das Secretarias de Educação dos Estados em relação à oferta de educação básica nos estabelecimentos penais estaduais, identificamos aspectos que induziram, ou ao menos influenciaram, esse processo. Como exemplo, a realização de Seminários Nacionais temáticos, a execução de projetos anteriores (como o *Educando para a Liberdade*), o envolvimento e a mobilização de organizações da sociedade civil e órgãos públicos como *Ministérios da Educação e da Justiça, Defensoria Pública, Judiciário e Ministério Público* dos Estados.

Consideramos que a publicação das Diretrizes, por parte do CNE, ao final desse processo, induziu a uma maior visibilidade do tema, qualificação das ações de educação básica nas prisões, desdobramentos no que diz respeito à remição de pena por estudos e leitura e à maior regulamentação e organização por parte dos Estados.

Vencida a fase da regulamentação e da inscrição do direito do preso à Educação no ordenamento jurídico brasileiro, faz-se necessário identificar os mecanismos, instrumentos e meios que a própria regulamentação gerou para a efetivação desta política.

Antes mesmo da publicação das *Diretrizes Nacionais de educação em prisões* pelo CNE, a Resolução N. 3/2009 do CNPCP, que dispôs sobre as *Diretrizes para a oferta de educação nos estabelecimentos penais*, afirmava a possibilidade de parcerias com universidades:

Art. 4º. - A gestão da educação no contexto prisional deve permitir parcerias com outras áreas de governo, universidades e organizações da sociedade civil, com vistas à formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas de estímulo à educação nas prisões.

Ademais, em seu anexo, que aborda pautas discutidas no *Seminário Nacional pela Educação em Prisões*, realizado em Brasília em julho de 2006, são descritas propostas de três

eixos: 1) gestão, articulação e mobilização; 2) formação e valorização dos profissionais envolvidos na oferta; 3) aspectos pedagógicos.

No primeiro eixo, em relação à educação superior, cita que:

O governo federal, por intermédio dos ministérios da Educação e da Justiça, figure como o responsável pelo fomento e indução de políticas públicas de Estado no domínio da educação nas prisões, estabelecendo as parcerias necessárias junto aos estados e municípios. A oferta de educação no sistema penitenciário seja fruto de uma articulação entre o órgão responsável pela administração penitenciária e a *Secretaria de Educação* que atue junto ao sistema local, cabendo a ambas a responsabilidade pela gestão e pela coordenação desta oferta, sob a inspiração de *Diretrizes Nacionais*. A articulação implique disponibilização de material pedagógico da modalidade de EJA para as escolas que atuam no sistema penitenciário, como insumo para a elaboração de projetos pedagógicos adequados ao público em questão. O trabalho articulado encontre as devidas oportunidades de financiamento junto às pastas estaduais e aos órgãos ministeriais, especialmente com a inclusão dos alunos matriculados no *Censo Escolar*. A gestão se mantenha aberta a parcerias com outras áreas de governo, universidades e organizações da sociedade civil, sob a orientação de *Diretrizes Nacionais* (CNPCP, 2009, n.p.).

No segundo eixo:

[...] As instituições de ensino superior e os centros de pesquisa sejam considerados parceiros potenciais no processo de formação e na organização e disponibilização de acervos bibliográficos. [...] A formação dos servidores penitenciários contemple na sua proposta pedagógica a dimensão educativa do trabalho desses profissionais na relação com o preso. [...] Os atores estaduais estimulem a criação de espaços de debate, formação, reflexão e discussão como fóruns e redes que reflitam sobre o papel da educação nas prisões. [...] Os cursos superiores de graduação em Pedagogia e as demais licenciaturas incluam nos seus currículos a formação para a EJA e, nela, a educação prisional (Ibid., n.p.).

Analisando as *Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais* do CNE (2010), é possível identificar inúmeras frentes de atuação que podem e devem ser exploradas pelas universidades públicas no âmbito de suas competências, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão universitária, conforme indicado abaixo.

Art. 4º., inciso II – Promover, em articulação com o órgão responsável pelo sistema prisional nos Estados e no Distrito Federal, programas e projetos de fomento à pesquisa, de produção de documentos e publicações e a organização de campanhas sobre o valor da educação em espaços de privação de liberdade;

Art. 5º. – Os Estados, o Distrito Federal e a União, levando em consideração as especificidades da educação em espaços de privação de liberdade, deverão incentivar a promoção de novas estratégias pedagógicas, produção de materiais didáticos e a implementação de novas metodologias e tecnologias educacionais, assim como de programas educativos na modalidade *Educação a Distância* (EAD), a serem empregados no âmbito das escolas do sistema prisional.

Art. 6º. – A gestão da educação no contexto prisional deverá promover parcerias

com diferentes esferas e áreas de governo, bem como com universidades, instituições de Educação Profissional e organizações da sociedade civil, com vistas à formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas de *Educação de Jovens e Adultos* em situação de privação de liberdade.

Parágrafo Único. As parcerias a que se refere o *caput* deste artigo dar-se-ão em perspectiva complementar à política educacional implementada pelos órgãos responsáveis pela educação da União, dos Estados e do Distrito Federal.

[...] Art. 10 – As atividades laborais e artístico-culturais deverão ser reconhecidas e valorizadas como elementos formativos integrados à oferta de educação, podendo ser contempladas no projeto político-pedagógico como atividades curriculares, desde que devidamente fundamentadas.

Art. 11– Educadores, gestores e técnicos que atuam nos estabelecimentos penais deverão ter acesso a programas de formação inicial e continuada que levem em consideração as especificidades da política de execução penal.

§ 2º. A pessoa privada de liberdade ou internada, desde que possua perfil adequado e receba preparação especial, poderá atuar em apoio ao profissional da educação, auxiliando-o no processo educativo e não em sua substituição.

Art. 12 – O planejamento das ações de educação em espaços prisionais poderá contemplar, além das atividades de educação formal, propostas de educação não-formal, bem como de educação para o trabalho, inclusive na modalidade de *Educação a Distância*, conforme previsto em Resoluções deste Conselho sobre a EJA.

§ 2º. Devem ser garantidas condições de acesso e permanência na Educação Superior (graduação e pós-graduação), a partir da participação em exames de estudantes que demandam esse nível de ensino, respeitadas as normas vigentes e as características e possibilidades dos regimes de cumprimento de pena previstas pela Lei N. 7210/84.

A análise do *Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional*, instituído pelo Decreto N. 7626, de 24 de novembro de 2011, reafirma as oportunidades criadas pelas *Diretrizes* supracitadas e as fomenta, como depreendemos de seu texto normativo:

Art. 2º. – O PEESP contemplará a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, a educação profissional e tecnológica, e a educação superior.

Art. 3º. – São diretrizes do PEESP:

I – promoção da reintegração social da pessoa em privação de liberdade por meio da educação;

II – integração dos órgãos responsáveis pelo ensino público com os órgãos responsáveis pela execução penal.

Art. 4º. – São objetivos do PEESP:

I – executar ações conjuntas e troca de informações entre órgãos federais, estaduais e do Distrito Federal com atribuições nas áreas de educação e de execução penal;

II – incentivar a elaboração de planos estaduais de educação para o sistema prisional, abrangendo metas e estratégias de formação educacional da população carcerária e dos profissionais envolvidos em sua implementação;

III – contribuir para a universalização da alfabetização e para a ampliação da oferta da educação no sistema prisional;

IV – fortalecer a integração da educação profissional e tecnológica com a educação de jovens e adultos no sistema prisional;

V – promover a formação e capacitação dos profissionais envolvidos na implementação do ensino nos estabelecimentos penais e

VI – viabilizar as condições para a continuidade dos estudos dos egressos do sistema prisional.

[...] Art. 6º. – Compete ao *Ministério da Educação*, na execução do PEESP:

I – equipar e aparelhar os espaços destinados às atividades educacionais nos

estabelecimentos penais;

II – promover a distribuição de livros didáticos e a composição de acervos de bibliotecas nos estabelecimentos penais;

III – fomentar a oferta de programas de alfabetização e de educação de jovens e adultos nos estabelecimentos penais e

IV – promover a capacitação de professores e profissionais da educação que atuam na educação em estabelecimentos penais.

[...] Art. 9º. – O plano de ação a que se refere o § 2º. do art. 8º. deverá conter:

I – diagnóstico das demandas de educação no âmbito dos estabelecimentos penais;

II – estratégias e metas para sua implementação e

III – atribuições e responsabilidades de cada órgão do ente federativo que o integrar, especialmente quanto à adequação dos espaços destinados às atividades educacionais nos estabelecimentos penais, à formação e à contratação de professores e de outros profissionais da educação, à produção de material didático e à integração da educação de jovens e adultos à educação profissional e tecnológica.

Art. 10 – Para a execução do PEESP poderão ser firmados convênios, acordos de cooperação, ajustes ou instrumentos congêneres, com órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com consórcios públicos ou com entidades privadas.

Em relação aos recursos disponíveis para as ações e a escolha, dentro da autonomia universitária, em se ocupar de atividades com pessoas privadas de liberdade, sobretudo de ensino e extensão, logo nos deparamos com possíveis fatores limitantes, no caso das atividades de oferta de ensino superior a pessoas presas e de extensão, tais como: o processo seletivo de ingresso no ensino superior (graduação e pós-graduação) e a menor expressividade ou valorização da extensão, frente aos eixos de ensino e pesquisa.

Assim, em relação à educação superior – que ainda não é uma realidade presente de maneira institucionalizada nas prisões brasileiras –, identificamos possíveis mecanismos indutores de ações de educação superior pública nas prisões que, de maneira articulada ou não, podem influenciar pautas políticas, incitar o debate e, assim, problematizar a responsabilidade das universidades públicas discutida na tese.

Dentre os possíveis mecanismos indutores, localizamos três grupos que podem funcionar em prol das ações das universidades públicas nas prisões brasileiras, com ênfase nos eixos ensino e extensão, que entendemos como mais vulneráveis frente à pesquisa sobre prisões:

1. Sociedade civil: controle social, promoção de debates e interação com o tema como pauta político-pedagógica necessária ao exercício do direito à educação¹⁷⁸;
2. Convênios, cooperação técnica e parcerias: entre universidades, órgãos de fomento, redes de extensão, inscrição em editais, sistema prisional (administração penitenciária estadual e federal), secretarias de educação e órgãos da execução penal. A exemplo do

¹⁷⁸ A esse respeito, cf. Mariângela Graciano (2010) que, em sua tese de doutorado intitulada *A educação nas prisões: um estudo sobre a participação da sociedade civil*, investigou a partilha da responsabilidade entre Estado e sociedade civil na consecução de práticas educativas nas prisões.

que já ocorre por meio do GDUCC/USP e nas Universidades argentinas, campos de estudo desta pesquisa, como experiências já implantadas – cursos e oficinas de extensão (requisitos mais flexíveis do que o acesso à graduação, por exemplo) – que podem, por sua vez, induzir outros acessos, como a educação básica e superior;

3. Metas, Exames e Programas Nacionais: ENEM PPL/ENCCEJA; *Plano Nacional de Educação* (PNE) e *Sistema Nacional de Educação*/Regime de colaboração entre os entes; Programas Federais, como ENADE, ProUni, REUNI, SINAES, SISU, UAB; Cursos pré-ENEM etc.

O PNE (Lei N. 13005/2014), vigente entre 2014 e 2024, apresenta em suas metas 8, 9 e 10 os desafios relativos à elevação de escolaridade de jovens e adultos, notadamente por meio da modalidade EJA – um campo de atuação na Educação Básica que poderia contar, também no fortalecimento da EJA ofertada no sistema prisional, com o apoio das universidades públicas, seja por meio de pesquisas e ações de extensão, incluindo-se, por exemplo, cursos preparatórios para a realização de exames de certificação, aprimoramento da leitura e escrita e inclusão digital, seja em colaboração na formação continuada dos profissionais, fundamentado nas próprias *Diretrizes Nacionais* do CNE e nas funções precípua da universidade que estão definidas pela LDB.

No que se refere à articulação da universidade com a educação básica, Nodari (1992) afirma que este trabalho “exige o entendimento comum no que diz respeito às políticas de educação” (p. 157), a respeito das intencionalidades concernentes à organização e “compatibilização das ações em que se empenhem coletivamente os educadores, nas e através das instituições, organismos e movimentos sociais” (p. 158).

Assim, é preciso que a universidade esteja atenta aos acontecimentos que envolvem os diferentes grupos, interpretando-os e contribuindo na construção do saber, de modo a superar as dificuldades enfrentadas pela própria sociedade em que se insere. É possível assim, pensar em termos de intervenção social:

- a) pelo compromisso com os movimentos sociais, organizações e instituições, tendo em vista as transformações sociais prioritárias pretendidas;
- b) pela metodologia que permite aos interessados assumirem responsabilidades de condução, autogestão e continuidade;
- c) para a formação do cidadão, de educadores e de quadros aptos que venham proporcionar suporte teórico e apoio técnico às ações programadas (Ibid, p. 157).

Especificamente sobre educação superior, a meta 12 do PNE apresenta o desafio de: “Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33%

da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público” (BRASIL, 2014, n.p.).

As vinte e uma estratégias colocadas, pelo PNE, para o alcance dessa meta, abarcam fatores que vão desde a estrutura física e recursos humanos no ensino superior, formação de professores para educação básica, financiamento estudantil até a implementação de ações afirmativas e atendimento às populações do campo, comunidades quilombolas e indígenas.

De acordo com o *Observatório do PNE*¹⁷⁹, na contextualização e acompanhamento dessa meta, expandir o acesso ao ensino superior é um desafio para o aumento da escolaridade média de toda a população, que deve envolver a adoção de medidas como o aumento do número de vagas, interiorização das instituições e mecanismos de inclusão de populações marginalizadas.

Dentre os indicadores da meta, segundo informações disponibilizadas no portal do *Observatório*, com dados do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE) e da *Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios* (PNAD), no ano de 2015, o percentual de matrículas da população de 18 a 24 anos na Educação Superior estava em 18,1%, sendo a meta para 2024 o total de 33% dessa população¹⁸⁰.

O *Plano Nacional de Educação*, em vigor desde 2014, estabelece em sua meta 12 que seja elevado para 33% a taxa líquida de matrículas na Educação Superior, até 2024. Esse indicador, referente à meta 12, mostra que a taxa líquida de matrícula na Educação alcançou a marca de 18,1% em 2015, dado da última *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD/IBGE). Ou seja, 18,1% da população brasileira de 18 a 24 anos estão matriculados na Educação Superior (incluindo Pós-Graduação).

O indicador revela que desde 2004 houve um crescimento continuado na taxa líquida de matrículas. No entanto, nos últimos seis anos, de 2009 para 2015, o indicador avançou apenas 3,3 pontos percentuais, o que pode ser considerado um ritmo insuficiente para o cumprimento da meta em 2024.

A taxa líquida de matrícula na Educação Superior é maior, em toda a série histórica, entre a população do sexo feminino. São 20,9% em 2015, contra 15,4% no indicador da população do sexo masculino. Desde 2009, a diferença entre esses dois grupos tem se mantido entre 4 e 6 pontos percentuais.

As diferenças são mais expressivas nas outras desagregações disponíveis no OPNE. A diferença entre as taxas líquidas de matrícula na Educação Superior das populações urbana (19,9%) e rural (6,5%) é de 13,4 pontos percentuais em 2015. Já a diferença entre o quartil mais rico (41,5%) e o quartil mais pobre da população (6,9%) chegou a 34,6 pontos percentuais em 2015. Ainda, a taxa líquida de matrícula na Educação Superior da população branca é quase o dobro das taxas das populações parda e preta.

Em 2015, o Distrito Federal alcançou a meta nacional estipulada para 2024 (33%). Outras duas unidades federativas que tiveram bom desempenho no indicador da meta 12 são Santa Catarina (23,2%) e Espírito Santo (22,3%).

¹⁷⁹ Fonte: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/12-ensino-superior>>. Acesso em: 29/03/2017.

¹⁸⁰ Fonte: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/12-ensino-superior>>. Acesso em: 29/03/2017.

Se considerarmos o universo de matrículas no ensino superior, veremos que em relação à população de 18 a 24 anos, no ano de 2015, chegou a 34,6% a porcentagem de matrículas. A meta, para 2024, é que 50% sejam matrículas em relação a essa população, o que demonstra a busca pelo preenchimento de vagas pela população jovem, nessa faixa etária, logo após o término do ensino médio, na correlação idade-série e considerando, ainda, dentre outras razões, a ampliação de campi e vagas, seja na rede pública ou privada.

A meta 12 do *Plano Nacional de Educação* (PNE) estipula que a taxa bruta de matrículas na Educação Superior seja elevada até 2024 para, no mínimo, 50% do grupo populacional de 18 a 24 anos de idade. A partir dos dados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (Pnad/IBGE), o movimento *Todos Pela Educação* elaborou o presente indicador para monitorar o cumprimento da meta, possibilitando a comparação do contingente de matrículas com a população em idade considerada apropriada para realizar a formação de nível superior.

Os dados revelam que a partir de 2004 houve um crescimento continuado na taxa bruta de matrículas na Educação Superior. De 2009 a 2015 houve um aumento de 6,5 pontos percentuais, atingindo 34,6% de matrículas na Educação Superior, o que pode ser considerado um ritmo insuficiente para o cumprimento da meta em 2024.

Ao desagregar os dados por sexo, verifica-se que a taxa bruta do sexo feminino (40,3%) é superior à do sexo masculino (29,2%). A desagregação por localidade de residência mostra um desequilíbrio entre a localidade urbana e a rural. Em 2015, a localidade urbana tinha taxa bruta de matrículas na Educação Superior de 38,2%, enquanto que a localidade rural tinha taxa bruta de apenas 11,9%.

Ademais, o indicador mostra que quanto maior a renda *per capita* da família, maior a taxa bruta de matrículas na Educação Superior. Os 25% mais ricos da população de 18 a 24 anos apresentaram taxa bruta de 85,2%, porcentagem que excede a meta de 2024 com boa margem. Por outro lado, os outros quartis de renda ainda estão longe do cumprimento da meta: os 25% mais pobres apresentaram taxa bruta de apenas 12,3%, número ainda muito distante da média nacional (34,6%) e do cumprimento da meta de 50%.

A desagregação por raça/cor também revela uma ampla desigualdade. A taxa bruta entre os brancos ficou em 46% em 2015, enquanto que os pretos e pardos apresentaram taxas próximas à metade dessa porcentagem, com respectivamente 28,7% e 25,7%.

As unidades federativas que mais se destacaram na meta 12 do PNE em 2015 atingiram ou estavam muito próximas do cumprimento da meta. Os melhores desempenhos foram apresentados pelo Distrito Federal (66,2%) e por Roraima (52,92) que já cumpriram a meta, seguidos por Santa Catarina (43,4%) e Rio Grande do Sul (42,15) ambos próximos de atingir 50% de matrículas na Educação Superior.

O PNE estabelece, ainda na meta 12, que pelo menos 40% da expansão de matrículas na Educação Superior até 2024 ocorra na rede pública. A partir do *Censo da Educação Superior* 2014 divulgado pelo *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira* (INEP/MEC), o indicador disponibilizado pelo *Observatório* mostra a série histórica da porcentagem de novas matrículas na rede pública em relação ao total de novas matrículas

de toda a Educação Superior.

O indicador revela que de 2012 a 2014 houve uma queda acentuada na participação da rede pública na expansão de matrículas. Durante esses três anos, a queda foi de 36,1 pontos percentuais, passando de 41,6% a 5,5% em 2014. O cenário revela que é necessário um esforço relativamente maior na rede pública para a ampliação de matrículas na Educação Superior.

As Unidades Federativas que se destacaram no indicador em 2014 estão localizadas na região Nordeste: o Piauí foi o estado com o maior aumento relativo da rede pública (68,1%), seguido pelo Rio Grande do Norte (48%) e Sergipe (40,5%).

No estado de São Paulo, o alcançado nessa meta, em 2014, foi de 6,8%, que é superior à média nacional, mas muito aquém do que está colocado como desafio de expansão de matrículas na rede pública de ensino superior.

Tem destaque, nessa discussão, as estratégias de número 12.5, 12.7, 12.8 e 12.9, na composição do conjunto de possíveis mecanismos indutores de ações das universidades públicas nas prisões, que poderiam contribuir no alcance, sobretudo, da meta relativa às matrículas novas na rede pública.

- Estratégia 12.5: Fomento à diversidade

Ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de Educação Superior e beneficiários do *Fundo de Financiamento Estudantil* – FIES, de que trata a Lei N. 10260, de 12 de julho de 2001, na Educação Superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na Educação Superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes, indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

Contexto: Políticas de inclusão de estudantes no Ensino Superior visam combater o déficit de oportunidades que, historicamente, alguns grupos sociais enfrentam no país. Além de beneficiar o ambiente escolar através do aumento da diversidade nas faculdades e universidades, promovendo a cultura de tolerância, tais políticas podem ajudar a quebrar o ciclo de pobreza existente em muitas famílias.

- Estratégia 12.7: Créditos curriculares para extensão universitária

Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para as áreas de grande pertinência social.

Contexto: Em geral, as diretrizes curriculares nacionais para cursos de graduação, expedidas pelo *Conselho Nacional de Educação*, preveem créditos em atividades complementares, dentre as quais projetos de extensão. Há também disposições sobre a carga horária mínima dos cursos de graduação. Não há, porém, levantamento sistemático sobre a proporção de aproveitamento de créditos em atividade de extensão, nos diversos cursos das instituições de educação superior. Por outro lado,

cabe mencionar a existência de um programa nacional, no âmbito do *Ministério da Educação*, em articulação com vários outros ministérios e secretarias, que estimula essas atividades. Trata-se do *Programa de Extensão Universitária – Proext*, criado em 2003, que tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas, com ênfase na inclusão social¹⁸¹.

Especificamente sobre esta estratégia, é oportuno citar a recente reflexão publicada por Gadotti (2017), ao mencionar que a universidade atual está muito centrada no ensino e na pesquisa:

A Extensão Universitária pode ser um ponto de partida desse repensar do projeto político-pedagógico da universidade. A oportunidade, neste momento de crise, está sendo a discussão da curricularização da extensão em cumprimento da estratégia 7 da meta 12 do PNE. A Extensão realiza, por excelência, o sentido da universidade, já que tem uma função integradora e articuladora da vida universitária como um todo. Como afirma Boaventura Souza Santos (2004, pp. 53-54), “a área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de facto, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no currículo e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação activa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural”. Os desafios atuais, no cumprimento do PNE, situam-se no campo da superação de uma visão academicista da universidade, para que ela consiga sair de seus muros, integrando, interdisciplinarmente, os saberes das comunidades. [...] A curricularização da extensão faz parte, de um lado, da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na universidade, e, de outro, da necessária conexão da universidade com a sociedade, realçando o papel social da universidade, bem como a relevância social do ensino e da pesquisa (pp. 3-4).

- Estratégia 12.8: Estágio

Ampliar a oferta de estágio como parte da formação na Educação superior.

Contexto: Segundo a *Associação Brasileira de Estágios*, em 2008 havia 715 mil vagas para estágios. Em 2013, esse número era de 740 mil. Houve expansão, mas modesta (3,5%) em relação à de número de alunos de graduação, que foi superior a 20%.

Essa estratégia favorece a nossa reflexão em relação à realização de estágios, por estudantes das diversas áreas na graduação, em estabelecimentos penais, como Artes Visuais, Artes Cênicas, Assistência Social, Administração Pública, Direito, Educação Física,

¹⁸¹ Levantamento realizado pelo consultor Ricardo Martins, em 2015, sob a encomenda do OPNE. O texto apresentado é um retrato da situação da estratégia até 2015, suas perspectivas de desenvolvimento e pequenas observações sobre indicadores e status de implementação. Considerando que todos os programas federais mencionados já existiam antes mesmo da aprovação do *Plano Nacional de Educação* (PNE), e que a grande maioria não possui avaliação dos resultados, não é possível afirmar que esses programas de fato atendem e cumprem a estratégia com a qual se relacionam.

Enfermagem, Letras, Licenciaturas em geral, Medicina, Música, Odontologia, Pedagogia e Psicologia, por exemplo.

Diante do fato de que os estabelecimentos penais devem contar, em seu corpo de profissionais, com funcionários habilitados nas áreas de Assistência Social, Educação, Jurídica e Saúde, como prevê a LEP em relação às *assistências* à população privada de liberdade, a realização de estágios, de forma sistemática, nesses espaços, pode ser ampliada, pois se trata de possível atuação profissional futura por parte dos graduandos, além de um componente e experiência relevantes na formação superior.

Parcerias e convênios são instrumentos legais que possibilitam a realização desses estágios, compondo, portanto, ações das universidades públicas nos espaços prisionais, bem como ampliando o rol da oferta de estágio aos alunos como parte da formação superior.

- Estratégia 12.9: Ações afirmativas

Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na Educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

Contexto: Políticas afirmativas para o ingresso de estudantes no Ensino Superior visam combater o déficit de oportunidades que, historicamente, alguns grupos sociais enfrentam no país. Além de beneficiar o ambiente escolar através do aumento da diversidade nas faculdades e universidades, o que promove a consciência de tolerância, tais políticas podem ajudar a quebrar o ciclo de pobreza existente em muitas famílias.

Indicador: alunos que ingressaram por reserva de vagas de âmbito social, étnicorracial e econômico.

Considerando o perfil da população prisional brasileira, majoritariamente composta por jovens negros, em percentual superior à população brasileira em geral, a adoção de políticas afirmativas para o ingresso no ensino superior seria um importante mecanismo indutor que poderia contemplar essa população, notadamente jovem, e contribuir para o alcance da meta.

Eunice Ribeiro Durham, em publicação sobre a universidade e o ensino, afirma que a ampliação da pesquisa no país não gerou, necessariamente, uma democratização do ensino, com a ampliação de acesso pela população. Entretanto, funções outras foram incorporadas pela educação superior, que impactaram a sua autonomia na aplicação dos recursos públicos relacionados:

As grandes universidades incluem, hoje, entre suas atividades, além do ensino de graduação e da pesquisa: oferta de cursos de treinamento, aperfeiçoamento e reciclagem para adultos com curso superior concluído ou incompleto; formação avançada em nível de pós-graduação; cooperação com o setor produtivo para o

desenvolvimento tecnológico; serviços os mais diversos de assessoria a órgãos públicos e privados; colaboração na melhoria da qualidade do ensino básico em sua relação com o desenvolvimento de uma cidadania responsável e as necessidades do mercado de trabalho; prestação de serviços de saúde, especialmente através dos hospitais universitários; ação no campo cultural, inclusive mantendo museus, orquestras, rádios, televisão, jornais e revistas (DURHAM, 2002, p. 5).

Diante das finalidades e atribuições da educação superior, consideramos que há uma necessária relação de reciprocidade das universidades com a comunidade, e que podem ser desencadeadas ações pautadas na autonomia didático-científica, que trazem a liberdade de proposição e atuação por parte das universidades também nos espaços das prisões.

A *Relatoria Nacional para o Direito à Educação: educação nas prisões brasileiras* constatou o interesse da população prisional entrevistada em cursar ensino superior, além de cursos preparatórios para os vestibulares e cursos superiores a distância. Dentre as recomendações complementares da Relatoria (CARREIRA, 2009, pp. 92-93), vale destacar:

12) aprimoramento do Infopen e realização de pesquisas nacionais: é necessário que o Infopen capte de forma mais precisa a trajetória educacional dos encarcerados(as) dentro e fora da unidade e outras informações relevantes para a qualificação do atendimento educacional no sistema prisional. Também são fundamentais a realização de uma pesquisa nacional sobre a situação da educação nas prisões (em todos os estados brasileiros) e a organização de um banco de estudos que reúna trabalhos que analisem os diferentes aspectos da educação no universo prisional desenvolvidos pelos próprios educadores e educadoras do sistema prisional e por pesquisadores das Universidades e de organizações da sociedade civil. É necessário estudar a possibilidade de criação de uma linha de pesquisa sobre educação nas prisões por parte das agências nacionais de fomento à pesquisa.

[...]

18) ampliação do acesso ao Ensino Superior: o acesso ao ensino superior no sistema prisional é mínimo. Vários estudantes com Ensino Médio ou que chegaram à conclusão desta etapa no sistema prisional tem prestado o *Exame Nacional do Ensino Médio* (ENEM) visando acessar as bolsas do PROUNI. O *Conselho Nacional de Política Penitenciária*, o *Conselho Nacional de Justiça* e o *Conselho Nacional de Educação* devem estabelecer normatização com critérios explícitos e condições definidas para o acesso das pessoas encarceradas às Universidades em nível de graduação e pós-graduação. Deve-se também ter uma política de incentivo aos agentes penitenciários para que acessem esse nível de ensino.

No entanto, em relação aos critérios e condições citados pelos órgãos federais para acesso das pessoas presas às universidades, não há uma normatização específica, se não aquelas citadas neste trabalho, que vão desde o direito humano à educação até as possibilidades de atuação elencadas nas *Diretrizes Nacionais* em vigência.

3.3.1 A potencialidade da extensão universitária

“É interessante notar que o famoso estudo de Norbert Elias, intitulado *Os Estabelecidos e os Outsiders*, foi baseado em três anos de pesquisa de campo, realizada numa pequena comunidade inglesa, no final dos anos 50. Nessa época, Elias trabalhava na *Universidade de Leicester* e atuava num programa de educação de adultos. Talvez seja possível aplicar os conceitos básicos elaborados por Elias – estabelecidos e *outsiders* – para analisar e entender as relações de poder no povoado de *Winston Parva*, às relações de poder implícitas entre os segmentos da universidade e comunidade e, dentro da instituição ‘universidade’, entre as clássicas atividades de pesquisa e ensino e as desenvolvidas com ou sobre os *outsiders* ou excluídos. Seria muito pretensioso conceituar a extensão como a ‘consciência social’ da universidade, que indica de alguma forma o grau de interação entre uma universidade e a comunidade em que está inserida?” (IRELAND, 2002, p. 69).

Se existe, na história da universidade brasileira, uma área que se preocupou em manter vínculos com a sociedade é, certamente, a extensão, mesmo tendo enfrentado enormes resistências face ao elitismo que marca a educação brasileira (SOUZA, 2000). Por isso, e diante do que já discutimos até aqui, entendemos que o eixo extensão apresenta grande potencialidade na realidade brasileira para promover ações por parte da universidade pública na prisão. Um breve histórico desse eixo, resgatamos a seguir, no intuito de explicitar melhor essa potencialidade.

De acordo com Melo Neto (2002), os primórdios da extensão universitária aparecem com as unidades populares da Europa, que tinham como objetivo disseminar os conhecimentos técnicos. Nesse contexto, uma das críticas diz respeito à pretensão dos intelectuais em levar conhecimentos ao povo, de modo unilateral. As experiências americanas, por sua vez, trouxeram uma visão diferenciada em relação à europeia, por meio de cooperativas e prestação de serviços.

Para Maria das Dores Pimentel Nogueira (2005), a extensão universitária surgiu na Inglaterra, no século XIX, como *educação continuada (Lifelong Education)*, destinada à população adulta que não tinha acesso à universidade.

O conceito de extensão universitária tem origem, segundo Ardão (1945), nas *Universidades de Oxford e Cambridge*, no final do século XIX. Em âmbito latino-americano, Bernheim (1978) indica que a extensão surge com o *Manifesto de Córdoba*, na Argentina, em 1918¹⁸², escrito por estudantes que reivindicavam a abertura e a relação da universidade com os problemas sociais, decorrentes do colonialismo, e a sociedade em geral.

¹⁸² Sobre o *Manifesto de Córdoba*, mais informações disponíveis em: <<http://www.unc.edu.ar/sobre-la>>

Na América Latina, o surgimento da extensão universitária esteve atrelado aos movimentos sociais e propostas de extensão “que possibilitassem a divulgação da cultura a ser conhecida pelas ‘classes populares’” (MELO NETO, 2002, p. 15). Essa ideia também esteve presente no movimento estudantil no Brasil, a partir de 1938, quando da criação da *União Nacional dos Estudantes* (UNE) e a relação travada com a extensão.

A *Primeira Conferência Latino-americana de Extensão Universitária*, ocorrida em 1957 no Chile, de acordo com Bernheim (1978; 2001), propunha que a extensão universitária deveria ter como missão “projetar da forma mais ampla possível os conhecimentos, estudos e pesquisas da Universidade, para possibilitar a todos participar da cultura universitária e contribuir para o desenvolvimento social” (BERNHEIM, 2001, p. 39).

Até a *Segunda Conferência Latino-americana de Extensão Universitária*, em 1972, no México, quando as críticas quanto ao caráter excessivamente paternalista da concepção acima foram discutidas publicamente, esta foi a posição adotada pela maioria das universidades latino-americanas. A partir de sua segunda edição, ainda de acordo com Bernheim, convencionou-se que a extensão universitária deveria ser

[...] um diálogo entre duas partes de igual importância: a Universidade e a comunidade, como um canal de dupla mão, no qual a Universidade leva à sociedade os resultados de suas ações e recebe dela, em uma relação horizontal, suas inquietações e expressões culturais, com todas as implicações que uma relação assim concebida pressupõe (Ibid.).

Apesar do substancial avanço que significou esta nova concepção, poucas mudanças foram percebidas nas universidades, sobretudo pela carência de órgãos promotores e facilitadores de atividades culturais¹⁸³.

No Brasil, o Decreto do *Estatuto das Universidades Brasileiras*, de 1931¹⁸⁴, relacionava a extensão à difusão de cursos, pesquisas e conhecimentos. Foi só no início da década de 1960 que a extensão, como a conhecemos hoje, indissociável do ensino e da pesquisa, tomou corpo, quando surgiram ações de compromisso com as classes populares, principalmente voltadas à conscientização sobre direitos.

A universidade brasileira nasceu tardiamente, na primeira metade do século XX, e foi só a partir dos anos 1950 e 1960 que despertou para o seu compromisso social, muito por

unc/historia/reforma/manifiesto>. Acesso em: 24/01/2016.

¹⁸³ Idem nota de rodapé 112.

¹⁸⁴ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 05/03/2016.

influência dos movimentos sociais, sobretudo o estudantil, que realizava fóruns, campanhas, clubes de estudo dentre outras ações.

No Brasil, anteriormente ao movimento estudantil organizado pela UNE, houve experiências de vinculação da extensão com as universidades populares, na tentativa de tornar o conhecimento científico e literário acessível a todos. Com essa perspectiva, no início do século, surge a *Universidade Popular da Paraíba* e a *Universidade Popular de São Paulo*, a experiência de extensão, a partir da organização universitária, inicia-se pela promoção de “cursos de extensão” (MELO NETO, 2002, p. 15).

Destaque-se, nesse período, o trabalho de Paulo Freire, criando o *Serviço de Extensão Cultural*, na *Universidade do Recife*, bem como o *Movimento de Cultura Popular* (MCP), o *Movimento de Educação de Base* (MEB) e o *Centro Popular de Cultura* (CPC) da UNE. Vale lembrar que Freire (1979) entende a extensão como “ação cultural”, coparticipação entre os sujeitos e não como mera transferência ou “invasão cultural”. Por cultura ele entende o que fazemos, como práxis, como ação transformadora do meio natural em cultural, ou seja, trabalho em todas as suas formas (material, social, manual, intelectual etc.).

O MEC, através da *Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior*, em 1985, expressa, em seu relatório final sobre a política de educação superior, que a extensão universitária assume formas muito diversificadas, evidenciando a necessidade de uma melhor definição de sua natureza e significado.

A Comissão recomenda uma série de ações que visam abrir a universidade a partir da extensão, promover a função social do ensino superior e, ainda, que haja controle social sobre os recursos alocados nas universidades, como “rever as concepções de cidade universitária como campus fechado, abrindo canais que facilitem a comunicação com a sociedade circundante” e realizar atividades de extensão que assegurem “a difusão dos conhecimentos obtidos, a continuidade dos serviços oferecidos à população, a contínua ação recíproca entre a extensão, por um lado, e, por outro, o ensino e a pesquisa” (BRASIL, MEC, 1985, p. 31).

Na *Constituição Federal* de 1988, a extensão universitária é tratada no artigo 207, que a institui juntamente com o ensino e a pesquisa, no tripé de sustentação da universidade brasileira. Na regulamentação deste artigo, a LDB reafirma, em seu artigo 43, inciso VI, a finalidade da universidade de “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”.

Em virtude da autonomia universitária, há liberdade para que as universidades possam orientar a extensão universitária de acordo com a correlação de forças presentes em seus

colegiados superiores, vocações ou interesses locais e/ou regionais. Compõe-se, assim, um conjunto de dispositivos legais, que podem ser considerados como indutores gerais de iniciativas e políticas extensionistas, sobretudo em se tratando da universidade pública – que, como ente estatal, carrega responsabilidades públicas diante da sociedade.

As principais posições sobre cultura e extensão no Brasil, assim como suas reivindicações e estratégias para fortalecimento da extensão universitária, estão consignadas na *Política Nacional de Extensão* e no *Plano Nacional de Extensão Universitária* (PNEU) divulgados pela *Rede Nacional de Extensão* (RENEX), “o qual define como diretrizes para a extensão a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, a interdisciplinaridade e a relação bidirecional com a sociedade”, e cuja realização se dá por meio de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, dentre outros produtos acadêmicos¹⁸⁵.

A extensão pode ser encarada, assim, como uma postura cidadã que a universidade assume diante da sociedade em que se insere, como instituição produtora e socializadora de conhecimentos. Desse modo, as linhas gerais do *Plano Nacional* evidenciam o poder indutor que tem o Estado na condução de políticas e também da prerrogativa de se constituir, ao mesmo tempo, como instituidor e mantenedor das universidades públicas, de forma direta no caso das federais, e de forma indireta, por meio do poder concessivo e regulamentador do MEC, no caso das estaduais, municipais e particulares.

Segundo Melo Neto (2002), do ponto de vista ontológico de seus fundamentos, a extensão pode ser entendida como *práticas*, como interação da universidade com a comunidade em que se situa, que assume diferentes formas, como estágios, assistência, atendimentos, iniciativas culturais, atividades artísticas, estudo e pesquisa da realidade local, estímulo à criação literária dentre outras.

O autor faz referência à extensão como um processo educativo, que se concretiza como uma *via de mão dupla* entre a universidade e a comunidade. Na prática, pode ocorrer de modo eventual (uma ação ou serviço pontual) ou permanente (conjunto de atividades que adquirem formas sistematizadas e de maior duração de execução). Em ambos os casos, não se quer uma concepção autoritária do fazer acadêmico, ou seja, que a universidade, como um aparelho de hegemonia, *leve* o conhecimento, mas que possa interagir.

Em uma via de mão dupla, há um momento de tensão nesse passar um ente em uma mão, por outro ente, na outra mão. Que tal imaginar que esse momento de tensão seja o momento da extensão universitária? Mas este não pode ser tão rápido e não

¹⁸⁵ Fonte: <http://www.renex.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=3>. Acesso em: 02/02/2016.

apenas um momento. Sua permanência se apresenta como necessária (MELO NETO, 2002, p. 26).

A esse respeito, em artigo recente intitulado *Extensão Universitária: para que?*¹⁸⁶, Moacir Gadotti faz um resgate do tema no Brasil, seu conceito, bem como aspectos da política nacional de extensão – a primeira em 1975, que incluiu, no rol de atividades de extensão, cursos, serviços, difusão cultural, comunicação de resultados de pesquisas, projetos de ação comunitária com participação docente e discente. “Nos anos seguintes, com a criação do FORPROEX, a Extensão Universitária passou a valorizar o reconhecimento do saber popular e a troca de saberes universidade-sociedade” (GADOTTI, 2017, p. 3).

Segundo ele,

[...] na prática, duas vertentes de Extensão Universitária tem se confrontado: uma mais assistencialista e outra não assistencialista, ou, como também se costuma dizer, uma prática extensionista e outra não extensionista. A primeira entende a Extensão Universitária como a transmissão vertical do conhecimento, um serviço assistencial, desconhecendo a cultura e o saber popular. Basicamente essa concepção sustenta que “aqueles que tem, estendem àqueles que não tem. Essa visão assistencialista traz, pois, uma direção unilateral, ou seja, é uma espécie de rua de mão única: só vai da universidade para a sociedade. A mão inversa não é considerada. É interpretada como não existente. [...] A segunda vertente entende a extensão como comunicação de saberes. É uma visão não assistencialista, não extensionista de Extensão Universitária. A proposta de Paulo Freire de substituição do conceito de extensão pelo de comunicação vai nesta linha. Ela se fundamenta numa teoria do conhecimento, respondendo à pergunta: como se aprende, como se produz conhecimento. Uma teoria do conhecimento fundamentada numa antropologia que considera todo ser humano como um ser inacabado, incompleto e inconcluso, que não sabe tudo, mas, também, que não ignora tudo. [...] “Mão dupla”, significa troca de saberes acadêmico e popular que tem por consequência não só a democratização do conhecimento acadêmico, mas, igualmente, uma produção científica, tecnológica e cultural enraizada na realidade (Ibid., p. 2).

¹⁸⁶ Nesse artigo, Gadotti afirma as referências que considera importantes para pensar a universidade e a extensão universitária no Brasil: “Lembro apenas algumas delas para introduzir o tema. Lembro de Anísio Teixeira, defendendo que “a educação não é um privilégio” (TEIXEIRA, 1957). Lembro de Álvaro Vieira Pinto, colocando a “questão da universidade” (VIEIRA PINTO, 1962). Os livros de Darcy Ribeiro (1969; 1986), *A universidade necessária* e *Universidade, para quê* e de Florestan Fernandes (1975), *Universidade: reforma ou revolução*, Marilena Chauí (2001), *Escritos sobre a universidade*, são os clássicos que devemos retomar e discutir pensando num projeto popular para a universidade brasileira. Incluiria ainda, nesta lista incompleta: Paulo Freire (1959), *Educação e atualidade brasileira*, Maurício Tragtenberg, 1974, *Burocracia e Ideologia*, Maria de Lurdes Fávero (1977), *Universidade brasileira em busca de sua identidade*, Rubem Alves (1980), *Conversas com quem gosta de ensinar*, e Milton Santos (2000), *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. A adoção de políticas de ações afirmativas nas Universidades Brasileiras, na última década, teve um enorme impacto social. Mais do que o Mercado, a referência da universidade popular e da educação deve ser a cidadania. O Mercado tem sido muito pouco inclusivo. Ele pratica mais a seleção, a hierarquização, quando não o preconceito, a discriminação e a exclusão. No Brasil ele está ainda mais atrasado do que em outros países mais desenvolvidos, que já estabeleceram metas de inclusão também para as empresas. Felizmente, graças à essas políticas, o perfil do universitário brasileiro está mudando mais rapidamente do que o perfil das empresas e do sistema público. Daí a importância da universidade continuar e aprofundar sua política de inclusão com qualidade social. Este é um debate fundamental para todas as universidades brasileiras. (GADOTTI, 2017, p. 11).

Na vivência acadêmica, é perceptível que a extensão universitária tem permanecido como eixo que pode ser considerado o de menor expressão ou, em outras palavras, o mais frágil do tripé de sustentação da universidade, seja pelo espaço acadêmico-institucional reduzido em termos de programas e projetos financiados pelo poder público, seja pela crescente valorização do ensino e, ainda mais, da pesquisa e da publicação acadêmica.

Entende-se, assim, como premente ampliar os espaços de reflexão e proposição, junto ao corpo docente, discente e comunidade acadêmica, e em articulação com o ensino e a pesquisa, no sentido de fortalecer a extensão, considerando a visão nacionalista da proposta brasileira que atribui à universidade a função de dotar o país das necessárias competências culturais, intelectuais e científicas como alavanca para o desenvolvimento, adotando a mesma concepção de extensão universitária, que aprimora a versão latino-americana acima referenciada e expressa no *I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão*, qual seja:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *práxis* de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (REDE NACIONAL DE EXTENSÃO, 2001, n.p.).

O próprio *Plano Nacional de Extensão Universitária* toma para si algumas diretrizes historicamente deflagradas por governos de caráter nacionalista, como se depreende dos pontos abaixo transcritos:

- a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras;
- a garantia de recursos financeiros destinados à execução de políticas públicas correlatas, viabilizando a continuidade dos referidos programas;
- o reconhecimento, pelo poder público, de que a extensão universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de universidade cidadã;
- a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no país.

Nesse sentido, abrem-se possibilidades de exercício do papel extensionista da universidade pública, diante da conjuntura política favorável à prioridade do acesso à universidade, à democratização do debate e à construção coletiva de mudanças, em que se inclui a questão das prisões e da educação em prisões no Brasil.

A partir do histórico e dos fundamentos da extensão universitária no Brasil, salienta-se o necessário reconhecimento de que a extensão universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de universidade cidadã, capaz de interferir na solução dos problemas sociais, na citada *via de mão dupla*.

A ideia de extensão universitária abarca ações da universidade junto à comunidade circundante, bem como a expansão da universidade para outra comunidade, como é o caso dos campi avançados, segundo Fragoso Filho (1984). Desse modo, temos uma gama de possibilidades de ação, por meio de estágios, oficinas, eventos, assistências e programas que podem ser realizados no espaço prisional, trazendo também novas reflexões e conhecimentos para o meio acadêmico.

A extensão, assim como outras práticas universitárias, pode apresentar contradições e limites. Entretanto, pautando-se na concepção de extensão como comunicação, diálogo e troca de saberes, acreditamos que sua potencialidade em relação aos espaços das prisões coloca-se como evidente, diante da maior autonomia na proposição e desenvolvimento de ações, que possibilita a ampliação de participações e interface comunitária.

Ademais, entende-se que a extensão pode contribuir para o aprimoramento da educação básica nas prisões, como preconiza a legislação brasileira e como citamos anteriormente, em relação às metas de elevação de escolaridade por meio da EJA no sistema prisional, para além de formar educadores e pesquisadores na área, promovendo também práticas de extensão.

Sobre o tema da EJA em interface com a extensão universitária, Timothy Ireland aponta que nos planos internacional e nacional há “ampla evidência de contribuição da universidade no fortalecimento da EJA”. Porém, há uma tendência, entre os estudiosos, de dar enfoque à dimensão escolar da EJA, “enquanto a extensão se preocupa com os desdobramentos da EJA em termos de cultura geral” (IRELAND, 2002, p. 76).

Portanto, é na extensão universitária, como diálogo e comunicação (FREIRE, 1979), que apareceu de forma mais evidente o apelo quanto ao cumprimento da função social e política da universidade. Falando sobre os desafios atuais da universidade brasileira, Boff (1998, p. 65) afirma que:

Tal como o Estado, as Universidades possuem uma enorme dívida social para com o povo brasileiro, especialmente pobre e marginalizado. Chegou o momento de começarmos a pagar esta dívida. Mais do que nunca, as Universidades não podem ser reduzidas a macroaparelhos de reprodução da sociedade discricionária e a fábricas formadoras de quadros para o funcionamento do sistema imperante. Parece-me que a nova centralidade é a construção da sociedade civil. Ela constituirá a base para um projeto de democracia social e popular e de uma cidadania quotidiana plantada e abrangente. Isso implica: i) a criação de uma aliança entre a inteligência acadêmica com a miséria popular; ii) desta aliança reforça-se o que ainda não acabou de nascer no Brasil, o povo brasileiro; iii) este processo de gênese de um povo permite um novo tipo de cidadania; iv) por fim, cabe à Universidade reforçar e garantir o horizonte utópico de toda a sociedade.

O trabalho no contexto prisional, com pessoas em situação de privação de liberdade, dentre outros públicos minorizados e estigmatizados socialmente, são capazes de dar outros matizes ao conceito tradicional de comunidade científica e aprimorar a função social e política da Universidade, por meio do seu papel extensionista.

Se esta comunidade, minimamente dotada de consciência histórica, de classe e social, na medida em que galga os postos da hierarquia acadêmica que a habilita e a legitima a incluir nas pautas acadêmicas os temas que mais afligem os extratos sociais de onde se origina, a Universidade Pública pode reorientar a ciência que pratica para questões que, se não possuem a nobreza dos temas acadêmicos tradicionais, tem o poder de deslocar conhecimentos, recursos financeiros e humanos e tecnologia para a realidade imediata que as pessoas vivem.

Retomamos a discussão do *Manifiesto Liminar de la Reforma Universitaria de Córdoba, Argentina (21 de junio de 1918)*, sobre o anacronismo do regime universitário, “fundado sobre una especie del derecho divino: el derecho divino del profesorado universitario. Se crea a sí mismo. En él nace y en él muere. Mantiene un alejamiento olímpico”. Como romper esse isolamento? Quais comprometimentos fazem parte do fazer universitário?

Nesse sentido, coloca-se a valorização e o fortalecimento dos sentidos da autonomia universitária e do papel da universidade:

Recuperar y resignificar la Reforma del 18, supone, creo yo, reconstruir los sentidos de una universidad que se mira a sí misma como un espacio desde donde es posible contribuir a la construcción de un futuro de justicia e igualdad; desde donde es necesario actualizar la herencia de las luchas heroicas por la libertad, pero, también, donde se trabaja cotidianamente para deconstruir una herencia colonial, repleta de brutales formas de discriminación, subalternización y explotación; desde donde se construye la utopía y se desestabiliza el desencanto; desde donde se llama a las cosas por su nombre para, así, darlas vuelta y capturarlas por la raíz. Actualizar el legado de la Reforma supone reconocer que es necesario revolucionar nuestras universidades para contribuir al proceso de revolucionar nuestras sociedades. Desestabilizar las bases jerárquicas, antidemocráticas y patrimonialistas de nuestras universidades se transforma así en una radical contribución a desestabilizar las bases jerárquicas, antidemocráticas y patrimonialistas de nuestras sociedades. Ésta quizás

sea una de las más dignas herencias que recibimos de la Reforma Universitaria de 1918 y de los movimientos reformistas que la inspiraron (GENTILI, 2008, p. 43-44).

As reflexões conceituais sobre a extensão, bem como as experiências já implantadas, pesquisadas, nos levam a considerar a extensão como um eixo que, por suas características, flexibilidade prática e finalidades políticas, coloca-se como o principal potencializador de ações de educação nas prisões na atualidade. A extensão possibilita atividades diversas, no exercício da autonomia universitária, que não requerem uma pré-condição ou processo seletivo para envolvimento da comunidade ou do público-alvo – como é o caso do acesso ao ensino superior, no Brasil, e à pesquisa acadêmica.

Para tanto, no campo de disputa permanente no âmbito acadêmico, entre projetos de ensino e pesquisa, defendemos que a extensão seja incorporada enquanto proposta e prática, como *linha de frente* da atuação universitária na educação em prisões, que tenha caráter interdisciplinar e seja incluída como “parte indissociável do ensino e da pesquisa nas práticas pedagógicas de todos os currículos” (GADOTTI, 2017, p. 9)¹⁸⁷.

A reflexão sobre um contexto, localizado temporal e espacialmente – como é o caso da educação nas prisões no estado de São Paulo, que apresentaremos a seguir –, permite problematizar as potencialidades do trabalho extensionista pela universidade pública, a fim de dotá-lo de novos sentidos, campos de trabalho e trocas, vislumbrando que possa assumir compromissos públicos diante de problemáticas sociais significativas, como o caso da educação nas prisões, que vai além da compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos, prestação de serviços e difusão cultural, mas que age em diálogo e coparticipação.

A responsabilidade da universidade pública no posicionamento frente à questão do encarceramento em massa no Brasil, promovendo debates, pesquisas e ações, não só de produção e pesquisa acadêmica, mas também de ações de extensão universitária, parte da compreensão da universidade como locus privilegiado de produção e difusão de saberes e práticas no meio social, que tem como responsabilidade propor e implementar ações educativas e produzir novos conhecimentos.

¹⁸⁷ Sobre as perspectivas da curricularização da extensão universitária e os desafios de manter “um pé dentro” e “um pé fora” da universidade, citamos novamente o artigo de Moacir Gadotti (2017), que apresenta propostas e referências concretas para o tema diante da conjuntura nacional atual. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf>. Acesso em: 10/05/2017. Neste mesmo sentido, cf. JORDÃO; WANDERLEY, 2014. **Adoção de Cidadãos Presos e Formação de Professores para a Prisão: Ações de Fraternidade Política e Direitos**, aproximando a extensão universitária da ASCES e da UFPE no agreste pernambucano. Este artigo faz referência à ação de formação de professores para o sistema prisional e acesso à justiça pela população prisional, contribuindo para a perspectiva da extensão como potencialidade de atuação da universidade pública na prisão.

3.4 Ensaando possibilidades: universidades públicas e unidades prisionais no mapa do Estado de São Paulo

A oferta de educação nas prisões paulistas tem sido objeto de diferentes pesquisas, temas e linhas de investigação, como as dissertações de mestrado *Educação de adultos presos: possibilidades e contradições da inserção da educação escolar nos programas de reabilitação do sistema penal no Estado de São Paulo* (PORTUGUES, 2001) e *A política de educação de jovens e adultos em regimes de privação da liberdade no estado de São Paulo* (MOREIRA, 2008), e a tese de doutorado *Entre a cela e a sala de aula: um estudo sobre experiências educacionais de educadores presos no sistema prisional paulista* (CARVALHO, 2014), que apresentaram importantes contribuições para uma análise crítica sobre o tema no território paulista, sob diferentes enfoques.

Ademais, a *Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação: Educação nas prisões brasileiras* (CARREIRA, 2009), bem como as publicações *Educação nas prisões: estratégias para implementação em São Paulo – Levantamento de informações sobre o perfil de escolaridade da população prisional* e *O direito à educação nas prisões no Estado de São Paulo: dados sobre a oferta educacional e a remição da pena pelo estudo*, ambas coordenadas pela Organização Ação Educativa (GRACIANO, 2013; 2014), que trazem dados sobre o perfil da população prisional em relação ao ensino (incluindo-se o superior) e análises sobre o cumprimento ou não das *Diretrizes Nacionais* (2010), mas não discutem o papel que poderiam desempenhar as universidades públicas nessa oferta de educação nas prisões.

Assim, desenvolvemos a proposta de fazer um ensaio de possibilidades, que evoque essa discussão e demonstre o encontro territorial entre universidades públicas e unidades prisionais no Estado, diante de demanda potencial não só de acesso ao ensino superior (como no caso de candidatos aos exames nacionais, como o ENEM, e que já possuem ensino médio completo), mas também pensando nas atividades de extensão – que não apresentam esse pré-requisito de escolaridade.

No escopo dessa pesquisa, a ideia desse *ensaio* surgiu da necessidade de vislumbrar possibilidades de atuação das universidades públicas nas prisões. Assim, dada a extensão do território do Estado e a quantidade significativa de unidades prisionais e população prisional, frente ao total no Brasil, buscou-se fazer um cruzamento de informações e análises, a partir do território e mapas de localização – formas cartográficas de análise¹⁸⁸.

¹⁸⁸ Nessa pesquisa não conseguimos desenvolver reflexões sobre as possibilidades de utilização da cartografia social (ASCELRAD, 2008, 2013), que tem referenciado pesquisas qualitativas e de ciências humanas e sociais, bem como na defesa de direitos (principalmente territoriais) de grupos vulneráveis, cuja proposta acreditamos que poderia contribuir nesse ensaio de possibilidades. Limitamos-nos, por razões de prazo e necessidade de

A ideia de território, como abordamos no capítulo 1, com maior ênfase no desenvolvimento de políticas de educação, permeia esse ensaio de possibilidades. Maria Adélia Aparecida de Souza, ao responder à pergunta “o que é território hoje?”, no texto *Território, soberania e mundo novo* (1999), pondera que a questão da territorialidade é deixada de lado nas discussões sobre políticas públicas no Brasil e afirma que

O território tem um papel ativo na história, o que nos permite vê-la sempre em processo de construção e reconstrução. É neste sentido que SANTOS (1996) fala de retorno do território, exatamente em um momento em que até já se falou de morte da história. *O Território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado*. A grande contradição a esta visão está na rigidez do território com relação às pessoas e sua fluidez com relação às mercadorias e à informação (p. 5).

A mesma autora, na apresentação do texto *O retorno do território* (2005), retoma conceitos de território e de lugar, elaborados por Milton Santos, que, segundo ela, parte da “compreensão do mundo como sendo um conjunto de possibilidades e, sugerindo que o espaço geográfico seja assumido como uma categoria de análise social, sinônimo de território usado, território abrigo de todos os homens de todas as instituições e de todas as organizações” (Idem, 2005, p. 252), considerando o território como unidade de trabalho e articulação.

Milton Santos vai elaborar insistentemente sobre esta categoria de análise social, propondo ainda que o território usado seja compreendido como uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local. O território usado é uma categoria integradora por excelência. [...] O território usado vem, na perspectiva miltoniana exatamente evidenciar esta impossibilidade teórica, técnica e política da intersectorialidade. A resposta está exatamente em assumir o território como a única possibilidade de lida com a unidade. Para ele o espaço geográfico é uma totalidade dinâmica, produto das múltiplas totalizações a que está submetido o processo da história, a cada instante. Para Milton Santos o território usado se constitui em uma categoria essencial para a elaboração sobre o futuro. O uso do território se dá pela dinâmica dos lugares. O lugar é proposto por ele como sendo o espaço do acontecer solidário. Estas solidariedades definem usos e geram valores de múltiplas naturezas: culturais, antropológicos, econômicos, sociais, financeiros, para citar alguns. Mas as solidariedades pressupõem coexistências, logo pressupõem o espaço geográfico. [...] O lugar é o papável, que recebe os impactos do mundo. O lugar é controlado remotamente pelo mundo. No lugar, portanto, reside a única possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo, dada a possibilidade real e efetiva da

priorização, à construção de um mapa apenas com os pontos de encontro identificados, pensando na ideia de atuação da universidade em seu entorno. Sobre os usos sociais da cartografia, há exemplos e informações em: <<http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/>>; <<http://novacartografiasocial.com/>>; <<http://www.labocart.ufc.br/index.php/linhas-de-pesquisa/71-cartografia-social.html>>; <<http://www.reimaginerpe.org/17-2/garzon-moore>>; <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n38/n38a04.pdf>>; <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/2156/pdf_298>; <<http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=2190>>.

comunicação, logo da troca de informação, logo da construção política. Trata-se, portanto, de pensar sobre uma nova ordem mundial que relaciona o global e o local. A ordem global serve-se de uma população esparsa de objetos regidos por essa lei única que os constitui em sistema, característica essencial do período técnico científico e informacional, produtor de verticalidades. Já a ordem local diz respeito a uma população contígua de objetos, reunidos pelo território e, como território, regidos pela interação, pela contiguidade, que Milton vai também denominar de horizontalidades (Ibid., p. 253).

Tomando essa discussão como referência, partimos para a identificação de universidades públicas, seus campi, núcleos e centros de pesquisa, presentes no território do estado de São Paulo, e da distribuição espacial das unidades prisionais, fez-se possível produzir um mapa de possibilidades de encontros entre prisão e universidade. Problematisa-se, com isso, a responsabilidade da universidade pública como instituição propositora e implementadora de políticas públicas de educação para todos, incluindo-se as pessoas em situação de privação de liberdade em dado território.

Primeiramente, tomando como base para a discussão alguns indicadores sobre o Estado, verificamos que nele se concentra o maior número de matrículas em educação superior no país, prioritariamente na rede privada. De acordo com dados do INEP/MEC¹⁸⁹, do *Censo da Educação Superior* de 2013, o estado de São Paulo contabilizou 590 instituições de ensino superior, sendo 147 localizadas na capital e 443 no interior. Destas, 90 IES são públicas, dentre Universidades, Centros Universitários, Faculdades, IFES e CETEs. As universidades públicas no Estado totalizam 08, sendo 05 no interior e 03 na capital.

De acordo com informações constantes no *Mapa do Ensino Superior no estado de São Paulo* (SEMESP, 2014), o estado de São Paulo concentra mais de 1,5 milhão de alunos matriculados em cursos presenciais das redes privada e pública do ensino superior, o que é um quantitativo muito expressivo frente ao crescimento identificado de matrículas no país.

O número de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil esteve em constante ascensão nos últimos 12 anos, com um crescimento total de 104,7%, sendo 110,4% nas IES privadas e 72,7% nas públicas. Em 2012, o setor da educação de nível superior contava com 2.416 instituições: 2.112 IES privadas e 304 públicas e cresceu cerca de 2,2% em relação ao ano anterior. [...] O estado de São Paulo concentrou mais de 1,5 milhão de alunos matriculados (26,7% do total) em cursos presenciais das redes privada e pública do ensino superior (Ibid., p. 6).

Dados mais recentes, publicados no *Mapa do Ensino Superior no Brasil 2016*, mostram que

¹⁸⁹ Fonte: <<http://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>>. Acesso em: 10/05/2017.

[...] o estado de São Paulo tem uma população estimada em 44 milhões de habitantes e é formado por 15 Regiões Administrativas (totalizando 645 municípios), sendo o primeiro estado brasileiro em número de alunos matriculados em cursos presenciais. Concentra em suas 596 instituições de ensino superior 26,5% das matrículas em cursos presenciais que tiveram um crescimento de 4,2%, totalizando 1,72 milhão de alunos matriculados em 2014 contra 1,65 milhão de alunos matriculados no ano anterior – sendo 3,7% de aumento nas IES públicas (261 mil contra 271 mil) e 4,3% nas privadas (1,39 milhão contra 1,45 milhão). As Regiões Administrativas que reúnem a maior porcentagem de matrículas – 74,3% – em cursos presenciais são: Metropolitana de São Paulo (941 mil), Campinas (252 mil) e Sorocaba (88 mil). Apenas a RMSP apresenta 54,6% do total de matrículas do estado. [...] O ensino superior privado no estado de São Paulo obteve nos seis últimos anos um crescimento de 19,3% em relação ao número de matrículas em cursos presenciais. Já o setor público apresentou um aumento de 48%. Entre 2013 a 2014, o aumento chegou a 4,2% no número total de matrículas em cursos presenciais (1,72 milhão contra 1,65 milhão), somadas as IES públicas (270,9 mil contra 261,3 mil, ou 3,7%) e privadas (1,45 milhão contra 1,39 milhão, ou 4,3%). Em 2014, havia 1,45 milhão de alunos matriculados nas IES da rede privada (84,3%) e 270,9 mil alunos na pública (15,7%), totalizando 1,72 milhão de matrículas (SEMESP 2016, pp. 34-35).

Ademais, importante citar a expressiva realização de pesquisas científicas – cerca de 50% da produção no cenário nacional –, segundo o *Mapa da Ciência de São Paulo: competências científicas e tecnológicas do estado de São Paulo*, publicado pela *Academia de Ciências do Estado de São Paulo* (ACIESP, 2016), mas considerado um conhecimento produzido, dentre outros aspectos, com pouco impacto na educação básica, como divulgado pela FAPESP¹⁹⁰.

Quanto aos indicadores da população prisional, verificamos uma fragilidade nos dados do INFOPEN em relação a São Paulo, que não tem, com a periodicidade do levantamento apresentado, dados da população referida no Estado, constando, muitas vezes, “NI” (não informado) pela SAP, no território que apresenta a maior população carcerária do país, com um total de 35% dos presos de todo o Brasil.

Os dados constantes no *Plano Estadual de Educação nas Prisões do Estado de São Paulo – exercício 2015-2016*, elaborado pela SEE e SAP, cuja base de dados se refere ao mês de novembro de 2014, para envio ao MEC e ao DEPEN, e divulgado para consulta pública em agosto de 2015¹⁹¹, informaram a existência das 160 unidades prisionais à época da elaboração

¹⁹⁰ Fonte: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2017/03/17/um-mapa-de-competencias-cientificas/>>. Acesso em: 22/05/2017. Sobre o tema, vale mencionar que, ainda que o ensino superior privado seja majoritário no Estado, o *Censo* aponta que as instituições que mais incentivam pesquisas e projetos de extensão são as públicas.

¹⁹¹ Nesse processo, participei como servidora pública da SEE, na fase final de envio do *Plano* aos órgãos federais, já elaborado anteriormente, quando passei a atuar em equipe articuladora de ações pedagógicas de EJA no sistema prisional. Com solicitações internas às instâncias superiores ao meu âmbito de atuação, foi possível disponibilizar o plano elaborado para consulta pública. Fonte: <<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/aberta-consulta-publica-para-a-construcao-do-plano-estadual-de-educacao-nas-prisoas>>. Acesso em: 30/10/2016.

do *Plano* e a oferta de educação escolar (educação básica) em 135 unidades, com 615 salas de aula em funcionamento e 1045 professores da rede estadual com aulas atribuídas.

Nesse contexto, a oferta da educação básica, no período de elaboração do *Plano*, cobria 7% da população prisional no Estado, o que incluía 12.637 matriculados na rede estadual de ensino, enquanto a oferta de ensino superior cobria 0,2%, apresentando o número absoluto de 47 pessoas em situação de privação de liberdade envolvidas com o ensino superior.

Em relação à demanda, o *Plano* indicou o perfil de escolaridade da população prisional paulista, no qual a maior parte (47%) apresenta o Ensino Fundamental incompleto, 3% estão analfabetos, 12% possuem Ensino Médio completo e 1,2% tem o Superior incompleto, como pode ser observado na tabela a seguir, com números totais do perfil de escolaridade e seus percentuais.

UNIDADES PRISIONAIS PAULISTAS		
Perfil de Escolaridade	Números Absolutos	Porcentagem
Analfabeto	7.134	3%
Fundamental Incompleto	100.571	47%
Fundamental Completo	35.945	17%
Médio Incompleto	36.956	17%
Médio Completo	25.250	12%
Superior Incompleto	2.559	1,2%
Superior Completo	1.048	0,5%
Acima do Superior	27	0,01%
Não Informado	6.384	3%
População Carcerária Total	215.874	

Tabela 1: Perfil de Escolaridade da População Carcerária do estado de São Paulo¹⁹²

O *Plano* cita experiências de acesso ao ensino superior nas unidades prisionais paulistas, descrevendo-as por Coordenadoria da SAP:

Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região do Vale do Paraíba e Litoral – COREVALI
 [...] As unidades prisionais anualmente aderem à aplicação dos exames nacionais, ENCCEJA e ENEM, o *Exame Nacional de Certificação de Competências da Educação de Jovens e Adultos* e o *Exame Nacional do Ensino Médio*, respectivamente, possibilitando aos presos a conclusão e certificação do ensino.

¹⁹² Fonte: SEE; SAP. **Plano Estadual de Educação nas Prisões do Estado de São Paulo – exercício 2015-2016**. 2014.

Destaca-se ainda, a continuidade dos estudos no ensino superior, àqueles sentenciados que cumprem pena em regime semiaberto viabilizado com recursos próprios ou beneficiados por programas de governo.

Centro de Progressão Penitenciária de Mongaguá:

- 01 reeducando cursando Direito na modalidade presencial;

Penitenciária II de Tremembé – Ala de Progressão:

- 01 reeducando cursando Arquitetura e Urbanismo,
- 02 reeducandos cursando Ciências Contábeis,
- 03 reeducandos cursando Enfermagem,
- 01 reeducando cursando Engenharia Civil,
- 01 reeducando cursando Fisioterapia,
- 01 reeducando cursando Letras,
- 01 reeducando cursando Marketing.

Todos na modalidade presencial.

[...] *Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Noroeste:*

Nas unidades prisionais subordinadas a esta Coordenadoria também ocorre o Ensino Superior, onde em novembro/2014 existiam 12 (doze) presos cursando nas seguintes modalidades:

- Pessoas estudando Modalidade Ensino Superior a Distância – EaD: 03 (três).

Penitenciária I de Serra Azul: 01 (um) preso cursando Pedagogia;

Penitenciária de Marília: 02 (dois) presos cursando Tecnologia em Gestão Ambiental.

- Pessoas estudando na Modalidade Ensino Superior Presencial: 08 (oito).

CPP I de Bauru: 01 (um) preso cursando Engenharia de Produção;

CPP II de Bauru: 01 (um) preso cursando Direito e 01 (um) cursando Engenharia de Produção;

CPP III: 01 (um) preso cursando Pedagogia, 01 (um) preso cursando Gestão de Recursos Humanos, 02 (dois) presos cursando Direito e 01 (um) preso cursando Engenharia Elétrica.

- Pessoas estudando na Modalidade Ensino Superior Semipresencial: 01 (um)

CPP III de Bauru: 01 (um) preso cursando Administração de Empresas.

(SEE, SAP, 2014, pp. 23-38).

A descrição que consta no *Plano*, no entanto, não informa quais seriam as IES que estariam ofertando os cursos de graduação. No caso da última Coordenadoria citada, foi veiculada notícia sobre a conclusão de Curso Superior de Pedagogia, ofertado e certificado pela instituição *Claretiano*, por um preso na *Penitenciária I de Serra Azul*¹⁹³.

No que diz respeito às universidades públicas presentes no estado de São Paulo, estaduais e federais, o estudo do *cruzamento* de localização entre as unidades prisionais do Estado, mantidas pela SAP, e a presença das universidades públicas no território paulista, foi realizado no intuito de vislumbrar possíveis atuações em educação nas prisões, abrangendo o ensino, a pesquisa e a extensão, por proximidade e contexto, seguindo o mapa de unidades prisionais divulgado pela SAP.

¹⁹³ Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/09/08/detento-e-o-primeiro-de-sp-a-obter-ensino-superior-dentro-da-cadeia.htm>>; <<http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2015/09/aos-55-anos-marceneiro-e-o-1-presos-concluir-graduacao-em-sao-paulo.html>> e <http://claretianobt.com.br/noticias/YmpEzw7TztZUfVwVFV/claretiano-forma-primeiro-detento-do-estado-de-sp-em-curso-superior>. Acesso em: 24/08/2016.

Ilustração 3: Distribuição das Unidades Prisionais (SAP) no estado de São Paulo (166 unidades, sendo 146 masculinas e 20 femininas. Há *Hospitais de Custódia* que abarcam homens e mulheres)¹⁹⁴.

No mapa da SAP, podemos identificar as regionais que dividem a gestão das unidades prisionais no Estado: a) Capital e Grande São Paulo; b) Vale do Paraíba e Litoral; c) Região Central; d) Região Noroeste; e) Região Oeste, bem como a presença das universidades identificadas por diferentes cores.

A princípio, em relação às universidades públicas presentes no território paulista, identificamos as IES, listadas abaixo, seguidas dos mapas das unidades da UNESP e da USP¹⁹⁵:

1. *Universidade Estadual de São Paulo* (UNESP) – presente em 24 cidades no Estado, sendo 22 no interior, 01 na capital e 01 em São Vicente¹⁹⁶. Possui 34 unidades;
2. *Universidade de São Paulo* (USP) – 07 campi universitários localizados em: São Paulo, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto, São Carlos, Bauru e Lorena, que

¹⁹⁴ Fonte: <<http://www.sap.sp.gov.br/uni-prisionais/pen.html>>. Acesso em: 30/01/2017. Observação: Este dado se encontra em processo de alteração/aumento, diante da inauguração de novas unidades prisionais pelo Estado. Em julho de 2017, por exemplo, já havia 168 unidades prisionais em funcionamento, segundo a mesma fonte do mapa da SAP.

¹⁹⁵ Neste estudo, limitamos o campo de análise apenas às universidades públicas, não incluindo os *Institutos Federais* e FATECs, considerando sua característica como instituição e o seu maior potencial de atuação em razão do tripé constituinte que as caracteriza com maior evidência.

¹⁹⁶ Fonte: <www.unesp.br/guia-de-profissoes/> e <<http://www.unesp.br/portal#!/apresentacao/perfil/>>. Acesso em 04/02/2017.

integram faculdades, institutos e escolas, além de 16 Centros de Pesquisa pelo Estado¹⁹⁷;

3. *Universidade Estadual de Campinas* (UNICAMP) – 24 unidades de ensino e pesquisa, divididas em 10 institutos e 14 faculdades, localizados em Campinas (Barão Geraldo), Piracicaba, Limeira, Paulínia¹⁹⁸. Também possui dois colégios técnicos (em Limeira e Campinas);
4. *Universidade Federal de São Carlos* (UFSCAR) – presente em São Carlos, Araras e Sorocaba¹⁹⁹;
5. *Universidade Federal de São Paulo* (UNIFESP) – 05 campi localizados na Baixada Santista, Diadema, Guarulhos, Osasco, São José dos Campos e São Paulo²⁰⁰;
6. *Universidade Federal do ABC* (UFABC) – 2 campi localizados em Santo André e São Bernardo²⁰¹.

Além das universidades supracitadas, há também a *Universidade Virtual do Estado de São Paulo* (UNIVESP), criada em 2012²⁰², e considerada, pelo governo do estado de São Paulo, a quarta universidade estadual paulista, com oferta de cursos gratuitos de graduação, pós-graduação e extensão oferecidos por meio das *Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação* (TIC), a distância e semipresenciais.

A UNIVESP afirma usar a tecnologia a serviço da cidadania, sob o lema *o conhecimento como bem público*, disponibilizando no portal do *You Tube* todo o conteúdo produzido pela *Univesp TV* para ser utilizado como material de apoio aos estudos. São aulas, cursos livres e programas com temas variados. Além disso, a instituição oferece em seu *site* recursos educacionais abertos (jogos, mapas e infográficos interativos) para estimular o interesse, promover o engajamento e facilitar a aprendizagem.

A seguir, apresentamos a distribuição das unidades da UNESP (ilustração 4) e da USP (ilustração 5) citadas no território do Estado a partir de mapas obtidos nos portais eletrônicos e, posteriormente (ilustração 6), um mapa elaborado para este estudo com a junção das informações das universidades e das unidades prisionais do Estado, utilizando-se de dados públicos do ano de 2016.

¹⁹⁷ Fonte: <<http://www5.usp.br/institucional/a-usp/campi/>>. Acesso em 04/02/2017.

¹⁹⁸ Fonte: <www.unicamp.br/unicamp/content/outros-campi-0> e <<https://www.unicamp.br/unicamp/faculdades-e-institutos>>. Acesso em 04/02/2017.

¹⁹⁹ Fonte: <www2.ufscar.br/aufscar/mapa.php>. Acesso em 04/02/2017.

²⁰⁰ Fonte: <www.unifesp.br>. Acesso em 04/02/2017.

²⁰¹ Fonte: <www.ufabc.edu.br>, link: Sobre a UFABC/Campus. Acesso em 04/02/2017.

²⁰² Fonte: <www.univesp.br>; <<http://www5.usp.br/ensino/educacao-a-distancia/>> e <<http://www.desenvolvimento.sp.gov.br/univesp>>. Acesso em 04/02/2017.

Ilustração 4: Distribuição das Unidades da UNESP no estado de São Paulo²⁰³

Ilustração 5: Distribuição das Unidades da USP no estado de São Paulo²⁰⁴

²⁰³ Fonte: <<http://www.unesp.br/portal#!/unidades>>. Acesso em: 10/02/2016.

²⁰⁴ Fonte: <<http://www.usp.br/mapas/saopaulo.html>>. Acesso em: 10/02/2016.

Ilustração 6: Distribuição das Universidades e Unidades Prisionais do estado de São Paulo

A *priori*, os mapas demonstram a proximidade em relação à região central, assim como se verifica a presença da USP. A UNESP, por sua vez, está distribuída em todo o estado de São Paulo, aspecto que facilitaria a promoção de ações de ensino, pesquisa e extensão, dada a potencialidade evidenciada pela proximidade e contexto.

É possível verificar, de acordo com o último mapa, produzido no processo da pesquisa, em 2016, que em todas as regiões há presença das universidades, com maior concentração na região central e no Vale do Paraíba e Litoral, conforme o mapa (ilustração 6), produzido a partir das informações constantes nos mapas das universidades públicas citadas e seus campi, e no mapa da SAP, com a localização das unidades prisionais do Estado.

Importa-nos dizer que a produção de mapeamentos, como o que se propõe, na busca de possibilidades de elaboração de políticas públicas e atendimento às demandas de um público em um território, vem ocorrendo em diversos campos de atuação no Brasil, notadamente os que implicam no reconhecimento de novos territórios – como terras indígenas e quilombolas, e no ordenamento territorial – como os *Planos Diretores* (ASCELRAD, 2008)²⁰⁵.

A fim de melhor desenvolver a análise dos dados no mapa produzido, elencamos a lista de universidades públicas presentes no território do Estado, identificando a informação sobre a presença ou não de unidade prisional no município de localização de cada campus.

UNIVERSIDADE	CAMPUS/MUNICÍPIO	UNIDADE PRISIONAL NO MUNICÍPIO?	OUTRO
UFABC	Santo André	Sim	
	São Bernardo do Campo	Sim	
UFSCAR	Araras	Não	
	Lagoa do Sino/Buri	Não	
	São Carlos	Não	
	Sorocaba	Sim	
UNESP	Araçatuba	Sim	
	Araraquara	Sim	
	Assis	Sim	
	Bauru	Sim	
	Botucatu	Não	
	Dracena	Sim	

²⁰⁵ Nesse sentido, a publicação *Cartografias sociais e território* (Acselrad, 2008) apresenta diferentes reflexões sobre o tema da cartografia e da formulação de novos instrumentos de políticas públicas para o ordenamento territorial, dentre outros aspectos.

UNESP (cont.)	Franca	Sim	
	Guaratinguetá	Não	
	Ilha Solteira	Não	
	Itapeva	Não	
	Jaboticabal	Não	
	Litoral/São Vicente	Sim	
	Marília	Sim	
	Ourinhos	Sim	
	Presidente Prudente	Sim	
	Registro	Não	
	Rio Claro	Sim	
	Rosana	Não	
	São João da Boa Vista	Não	
	São José do Rio Preto	Sim	
	São José dos Campos	Sim	
UNICAMP	São Paulo	Sim	
	Sorocaba	Sim	
	Tupã	Não	
	Campinas	Sim	
UNIFESP	Limeira	Sim	
	Piracicaba	Sim	
	Baixada Santista/Santos	Não	
	Diadema	Sim	
	Guarulhos	Sim	
	Osasco	Sim	
	São José dos Campos	Sim	
USP	São Paulo (e Zona Leste em construção)	Sim	São Sebastião – Centro de Biologia Marinha (CEBIMar)
	Bauru	Sim	
	Lorena	Não	
	Piracicaba	Sim	
	Pirassununga	Não	
	Ribeirão Preto	Sim	
	São Carlos	Não	
	São Paulo (Butantã, USP Leste, Largo São Francisco e Saúde/Clínicas)	Sim	

Tabela 2: Relação entre Universidades e Unidades Prisionais no mesmo Município

Na sequência, a tabela informa, por município, o dado compilado das universidades e unidades prisionais no mesmo território.

	MUNICÍPIO	UNIDADE PRISIONAL	UNIVERSIDADE/ CAMPUS
01	ARAÇATUBA	CR + ARSA	UNESP
02	ARARAQUARA	CR + ARSA CR Feminino + ARSA Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira" + APP + ADP	UNESP
03	ASSIS	Penit. + ADP	UNESP
04	BAURU	CPP I "Dr. Alberto Brocchieri" CPP II "Dr. Eduardo de Oliveira Vianna" CPP III "Prof. Noé Azevedo" CDP "ASP Francisco Carlos Caneschi"	USP UNESP
05	CAMPINAS	CDP CPP "Prof. Ataliba Nogueira" Penit. Feminina	UNICAMP
06	DIADEMA	CDP	UNIFESP
07	DRACENA	Penit. "ASP Adriano Aparecido de Pieri"	UNESP
08	FRANCA	CDP	UNESP
09	GUARULHOS	CDP I "ASP Giovanni Martins Rodrigues" CDP II Penit. I "José Parada Neto" + ARSA Penit. II "Desembargador Adriano Marrey"	UNIFESP
10	LIMEIRA	CR + ARSA	UNICAMP/FCA/FT
11	MARÍLIA	CR Penit. + ARSA	UNESP
12	OSASCO	CDP I "Ederson Vieira de Jesus" CDP II "ASP Vanda Rita Brito do Rego"	UNIFESP
13	OURINHOS	CR + ARSA	UNESP
14	PIRACICABA	CDP "Nelson Furlan" + APP CR Feminino "Carlos Sidnes de Souza Cantarelli" Penitenciária	UNICAMP/FOP
15	PRESIDENTE PRUDENTE	CR + ARSA Penit. "Wellington Rodrigo Segura" + ARSA	UNESP
16	RIO CLARO	CR Feminino + ARSA	UNESP
17	RIBEIRÃO PRETO	CDP Penit.+ APP Penitenciária feminina	USP

18	SANTO ANDRÉ	CDP	UFABC
19	SÃO BERNARDO DO CAMPO	CDP "Dr. Calixto Antonio"	UFABC
20	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	CDP CR Feminino + ARSA CPP "Dr. Javert de Andrade"	UNESP
21	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	CDP CR Feminino + ARSA	UNESP UNIFESP
22	SÃO PAULO	CDP I "ASP Vicente Luzan da Silva" de Pinheiros CDP II "ASP Willians Nogueira Benjamin" de Pinheiros CDP III de Pinheiros CDP IV de Pinheiros CDP Vila Independência CDP I de Chácara Belém + APP CDP II "ASP Paulo Gilberto de Araújo" de Chácara Belém + APP Penitenciária Feminina da Capital Penit. "ASP Joaquim Fonseca Lopes" de Parelheiros Penit. Feminina de Sant'Ana Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário (M e F) CPP Feminino "Dra. Marina Marigo Cardoso de Oliveira" do Butantan CPP Feminino de São Miguel Paulista CDP "Luis Cesar Lacerda"	UNESP UNIFESP USP
23	SÃO VICENTE	Penit. I "Dr. Geraldo de Andrade Vieira" + ADP Penit. II	UNESP
24	SOROCABA	CDP Penit. I "Dr. Danilo Pinheiro" + ARSA Penit. II "Dr. Antônio de Souza Neto" + ARSA	UFSCAR UNESP

Tabela 3: Detalhamento das Unidades Prisionais e Universidades por Município

Considerando, ainda, as regiões metropolitanas do Estado, instituídas por lei, e possíveis atuações em meso e macrorregiões, elencamos na tabela seguinte, as regiões e os municípios com a presença concomitante de unidade prisional e universidade, não abrangidos na análise anterior de correlação exata por município.

REGIÕES METROPOLITANAS	MUNICÍPIOS COM UNIDADE PRISIONAL	UNIVERSIDADES
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (RMSP) 39 Municípios	Franco da Rocha (CPP, CDP feminino, HCTP I e II, Penit. I, II e III)	UNESP UNIFESP USP
	Mogi das Cruzes (CDP)	
	Suzano (CDP)	
	Mauá (CDP)	
REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS (RMC) 20 Municípios	Itapecerica da Serra (CDP "ASP Nilton Celestino" + APP)	UNICAMP
	Hortolândia (CPP, Penit. I, CDP, Penit. II "Odete Leite de Campos Critter"; Penit. III)	
	Sumaré (CR + ARSA)	
	Americana (CDP "AEVP Renato Gonçalves Rodrigues")	
REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA (RMS) 27 Municípios	Capela do Aleto (Penit., CDP)	UFSCAR UNESP
	Iperó (Penit. "Odon Ramos Maranhão" + APP + ADP)	
	Itapetininga (CR Feminino, Penit. I "Jairo de Almeida Bueno" + APP, Penit. II "ASP Maria Filomena de Sousa Dias" + APP)	
	Mairinque (Penitenciária)	
	Porto Feliz (CPP)	
	Votorantim (Penit. Feminina + APP)	
REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO (RMRP) 34 Municípios	Mococa (CR)	USP
	Pontal (CDP)	
	Jardinópolis (CPP)	
	Serra Azul (CDP, Penit. I, Penit. II)	
REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA (RMBS) 09 Municípios	Mongaguá (CPP "Dr. Rubens Aleixo Sendin")	UNESP UNIFESP
	Praia Grande (CDP)	
	São Vicente (CDP "Luis Cesar Lacerda"; Penit. I "Dr. Geraldo de Andrade Vieira" + ADP; Penit. II)	
	Caraguatatuba (CDP "Dr. José Eduardo Mariz de Oliveira")	
REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE (RMVALE) 39 Municípios	Potim (Penit. I "AEVP Jair Guimarães de Lima"; Penit. II)	EEAR, ITA, UNESP, UNIFESP, UNITAU NIVAP e USP
	Taubaté (CDP "Dr. Félix Nobre de Campos", HCTP)	
	Tremembé (CPP "Dr. Edgard Magalhães Noronha"; Penit. Feminina I "Santa Maria Eufrásia Pelletier" + APP; Penit. Feminina II + APP; Penit. I "Dr. Tarcizo Leonce Pinheiro Cintra" + APP; Penit. II "Dr. José Augusto César Salgado" + APP)	

Tabela 4: Regiões Metropolitanas com Unidades Prisionais e Universidades

O levantamento realizado, como possibilidade de ordenamento de ações das universidades públicas nos referidos territórios, municipais e regionais, possibilitou identificar que todas as Universidades públicas no Estado tem alguma convergência em relação à unidade prisional em seu município de sítio e/ou região, alcançando diretamente 62 unidades prisionais presentes no Estado (do total de 168 à época da pesquisa), o que representa aproximadamente 37,3% da totalidade do sistema prisional.

Verificando as possibilidades nas regiões do Estado, outras 45 unidades prisionais poderiam ser alvo de ações por parte das universidades públicas presentes no Estado, que, somadas às unidades identificadas exatamente no mesmo município, corresponderia a 64,45% das unidades prisionais do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“La Universidad debe ser flexible, pintarse de negro, de mulato, de obrero, de campesino, o quedarse sin puertas, y el pueblo la romperá y él pintará la Universidad con los colores que le parezca” (Ernesto Che Guevara)²⁰⁶.

A vivência do processo da pesquisa do doutorado, composto por muitos momentos, atividades e atravessamentos, possibilitou percorrer uma trajetória de estudos e debates em interface com diferentes atores, no âmbito pessoal e profissional-acadêmico. Muito foi aprendido, mas entendemos que não há um ponto final, senão novas perguntas, inquietudes e questões que poderão continuar sendo trabalhadas e desdobradas em novas pesquisas e reflexões.

Tomamos como referência os ensinamentos de Paulo Freire sobre o fato de estarmos sempre aprendendo, como ser histórico inserido “num permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber” (1981, p. 47), ao compreender a realidade e procurar soluções para seus desafios. Aprendemos uns com os outros, dialogando, “na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”, pois mediatizados pelo mundo (Idem, 1987).

A tese é, portanto, resultado momentâneo desse movimento – e produto necessário no processo (também burocrático) do doutorado – situado em um contexto maior de buscas, construção de um pensamento crítico e aprimoramento acadêmico sobre o tema e a política de educação em prisões, que não se encerra, pois permanente ao longo da vida, e que se faz em diversificados espaços (acadêmicos e não acadêmicos), em contato e diálogo com outros estudantes, professores, pesquisadores, colegas de trabalho, pessoas privadas de liberdade e egressas, organizações sociais, órgãos públicos e privados.

Assim, elaborar as considerações finais de um trabalho de pesquisa, como uma tese de doutorado, coloca questões como a transitoriedade dessa produção, como afirmou Max Weber em *A ciência como vocação*, em um encontro com estudantes:

Na ciência, cada qual sabe que aquilo que produziu ficará antiquado dentro de dez, vinte ou cinquenta anos. Tal é o destino, o sentido do trabalho científico e ao qual este, diferentemente de todos os outros elementos da cultura, também eles sujeitos à mesma lei, está submetido e votado: toda a “realização” científica significa novas “questões” e quer ser ultrapassada, envelhecer. Quem pretende dedicar-se à ciência tem de contar com isto. Sem dúvida, há trabalhos científicos que podem conservar a sua importância de modo duradouro como “instrumentos de fruição”, por causa da sua qualidade artística ou como meios de formação para o trabalho. Seja como for,

²⁰⁶ Discurso ao receber o título de Doutor Honoris Causa da *Universidad Central de Las Villas* em 28/12/1959. Fonte: <<https://www.marxists.org/espanol/guevara/59-honor.htm>>. Acesso em: 17/11/2016.

importa repetir que ser cientificamente ultrapassado não é só o destino de todos nós, mas também toda a nossa finalidade. Não podemos trabalhar sem esperar que outros não de ir mais longe do que nós. Este progresso, em princípio, não tem fim. Chegamos assim ao problema do sentido da ciência. De fato, não é evidente que algo submetido a semelhante lei tenha em si mesmo sentido e seja em si compreensível. Por que cultivar algo que, na realidade, não tem nem jamais pode ter fim? (WEBER, 2005, p. 12).

Retomando o objetivo da investigação, que consistiu em pesquisar a responsabilidade da universidade pública em relação à implementação da educação nas prisões brasileiras como parte da política pública de Educação, consideramos que este foi alcançado. A tese é defensável especialmente por parte daqueles que admitem a hipótese de ser a universidade pública instrumento de consecução dos objetivos do próprio Estado, especialmente por meio de seu tripé constituinte – ensino, pesquisa e extensão – respeitada a sua autonomia universitária.

Para verificação da hipótese inicial buscamos embasamento na legislação em vigor, tanto para as áreas da Educação e da Execução Penal, quanto da organização da universidade pública; buscamos apoio teórico na bibliografia especializada; identificamos informações sobre pesquisas na área; localizamos grupos sediados nas universidades públicas situadas no território paulista e visitamos algumas experiências já implantadas – e bem sucedidas – de atuação de universidades públicas nas prisões.

A educação em prisões brasileiras, a partir da publicação das *Diretrizes Nacionais para oferta de educação a jovens e adultos em situação de privação de liberdade* (2010), consolidou a garantia do direito à educação básica a esse público, já declarada anteriormente pela CF/88, LEP/84 e LDB/96. Assim, hoje não mais se discute o direito à educação, mas a forma de oferecê-la e mantê-la, com qualidade, amplitude, de modo público, gratuito e laico.

A escassez de experiências no estado de São Paulo, a incipiência do financiamento, bem como a inexistência de qualquer planejamento de médio ou longo prazo para efetivação das disposições legais nacionais e internacionais para que haja uma efetiva e sistêmica articulação entre os órgãos da execução penal, da Educação e das universidades, se tornou imperativo que esta tese, além de seu caráter de pesquisa exploratória, se tornasse também propositiva, no sentido freiriano de *anunciar* utopias para o que antes era meramente *denunciado*.

Na qualidade de servidora pública no período de realização dessa pesquisa, integrante do *Núcleo de Inclusão Educacional* (NINC) vinculada à *Coordenadoria de Gestão da Educação Básica* (CGEB), da *Secretaria da Educação do Estado de São Paulo*, que tem a

responsabilidade, dentre outras, de articular questões pedagógicas da oferta da Educação escolar em Centros da *Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA)* e unidades prisionais do Sistema Prisional paulista, tem sido preocupação constante a cobertura educacional no estado de São Paulo, dada a sua dimensão territorial e a localização geográfica das 168 unidades prisionais e a regionalização das 145 unidades da Fundação CASA, diante das contradições e desafios presentes na arena das políticas públicas.

O emprego de noções básicas de planejamento de políticas públicas (territorialização), aliado a conceitos de território, especialmente de Milton Santos, apontou para a possibilidade de que esta pesquisa formulasse uma primeira hipótese de organização da Educação em Prisões no território paulista no sentido de viabilizar a responsabilidade institucional das universidades públicas sediadas no estado de São Paulo.

A título de exemplo, e em concomitância com as ações já desenvolvidas no âmbito do GEPÊPrivação²⁰⁷, exercitamos uma triangulação considerando a *Universidade de São Paulo*, a *Coordenadoria da Região Metropolitana (COREMETRO)* da *Secretaria da Administração Penitenciária (SAP)* e a *Diretoria Regional de Ensino Centro Oeste* da rede estadual de ensino, no que consideramos o território de abrangência da USP, na Zona Oeste da cidade de São Paulo e que inclui os municípios circunvizinhos como Osasco, Carapicuíba, Itapecerica da Serra, que possuem unidades prisionais.

De acordo com dados da SAP, as unidades prisionais presentes nessa região (Centro de Progressão Penitenciária do Butantã, Centros de Detenção Provisória de Pinheiros, de Osasco e de Itapecerica da Serra) somam, aproximadamente, 9.600 pessoas privadas de liberdade²⁰⁸.

Realidades semelhantes se apresentam em outras regiões do estado de São Paulo, tarefa que é remetida a outra fase e requer novas pesquisas e levantamentos, mas que também podem se referenciar na ideia do mapeamento no território e pontos de convergência entre universidades e unidades prisionais em dada região.

Por ora, à guisa de considerações finais, esta tese se limita a apontar formas possíveis por meio das quais a universidade pública brasileira pode dar efetiva contribuição à questão prisional, sem que isso importe em mais recursos financeiros, mais infraestrutura, ampliação de suas atribuições ou desvirtuamento das finalidades para as quais foi concebida. Como pode

²⁰⁷ Idem nota de rodapé 172.

²⁰⁸ De acordo com dados publicados, em portal *online*, no mapa de unidades prisionais da SAP. Fonte: <<http://www.sap.sp.gov.br/uni-prisionais/pen.html>> Acesso em: 22/06/2017.

a universidade pública exercer a sua responsabilidade no ensino, na pesquisa e na extensão por meio de parcerias institucionais?

Dentre as possibilidades e os caminhos a serem percorridos pela universidade brasileira em relação à educação em prisões, concordamos com Rangel (2012, p. 113, tradução nossa) ao propor que se promova a “participação de universidades no desenvolvimento de atividades educativas, de pesquisa e elaboração de material pedagógico”, que incluem atividades de educação escolar e não escolar, como extensão e cursos diversos, e convênios firmados com as instituições de gestão penitenciária – que, inclusive, verificamos em todas as experiências pesquisadas na implementação de ações de educação nas prisões.

De outra parte, concordamos com Braga (2012), ao recorrer às reflexões e experiências de Jesús Valderde Molina e Iñaki Rivera Beiras sobre a aproximação da universidade à prisão, para afirmar as dificuldades de intervenção no espaço da prisão e os riscos da relação entre academia e cárcere, além da complexa relação com a administração penitenciária.

Molina (1997, p. 168) adverte para alguns riscos da aproximação cárcere-universidade: *intelectualização* do problema, como autodefesa do acadêmico frente a uma realidade profundamente violenta; inexperience dos alunos participantes do projeto; e orientação do grupo da universidade em termos de intervenção na dinâmica prisional, muito distinta da desejada pela instituição penitenciária. [...] Segundo Beiras, a universidade pode entrar na prisão com os seguintes objetivos: capacitar a população reclusa, promovendo uma diversificação do acesso à cultura e dos bens culturais oferecidos aos presos; construir espaços livres no interior da prisão, onde possam ser reproduzidas a dinâmica universitária sem a vigilância dos funcionários penitenciários; e possibilitar a saída de presos para assistirem aulas na Universidade (Ibid., pp. 114-117).

Molina (1997, p. 162) propõe uma paradoxal “colaboração crítica” com a instituição prisional, colaborando no desenvolvimento de projetos comuns de intervenção, mas críticos quanto às suas imposições. [...] Para se manter tanto tempo atuante no espaço da prisão, preservando alguma autonomia, sem ser absorvido ou expurgado pela instituição prisional, é preciso saber jogar. E entrar no jogo não significa necessariamente submissão. [...] Para Molina (1997, p. 189) o maior êxito das intervenções no cárcere, é o encontro pessoal e personalizador entre presos e alunos participantes, frente à despersonalização comum à vida na prisão (Ibid., pp. 235-353).

Sobre as necessárias ações em longo prazo (desencarceramento e alternativas à prisão) e a curto prazo (garantia de direitos e sobrevivência das pessoas presas), a autora retoma aspectos das ideias de Molina sobre as intervenções consideradas pertinentes, dentre os quais citamos:

- As estratégias de intervenção no ambiente prisional devem ser pensadas com o fim de modificar as estruturas penitenciárias;

- Não contribuir com a crença de que algumas melhorias humanitárias poderiam resolver os problemas da prisão. Afinal, qualquer prisão, ainda que melhor, será ruim;
- A prisão deve incidir sobre as consequências do aprisionamento, não sobre a “conduta desadaptada” (Ibid., pp. 113-114).

Em entrevista concedida à UNC²⁰⁹, publicada em seu portal em 2012, Beiras explicita a importância do papel da universidade nas prisões, com a qual concordamos:

[...] la universidad sí tiene que jugar un papel importantísimo en la cárcel desde muchos puntos de vista. La universidad pública tiene que ser un lugar de formación, investigación y análisis crítico. Son las tres tareas de la universidad pública, de un determinado modelo de universidad. Desde esa triple visión, tiene que participar con la realidad de todos los actores, no solo con los presos que conforman la vida carcelaria. La universidad forma abogados, jueces, fiscales, y debe jugar un papel importante con los operadores penitenciarios, con los propios penitenciarios, que no reciben muchas veces la formación adecuada. Y sin duda también en la cárcel la universidad tiene que desempeñar un papel importante con los presos, y no un papel a distancia. **Si los presos no pueden ir a la universidad como otros alumnos, la universidad debe ir a la cárcel,** pero poder tener un sitio no contaminado por la lógica disciplinaria de la cárcel. Debe ser un lugar que reproduzca absolutamente el aula universitaria, es decir, un sitio en el cual puedan acudir hombres y mujeres, no separados, igual que en un aula común. Un espacio físico en el cual no haya guardias, como no los hay en la universidad, donde se pueda tener acceso a todo tipo de materiales, como Internet -algo a lo que los presos no pueden acceder-, material bibliográfico, archivos, biblioteca para que éstos puedan desarrollar sus investigaciones y un espacio libre para la producción también de análisis crítico de esta situación. Yo sé que esto es sumamente difícil, genera todo tipo de resistencia.

Nos casos visitados encontramos a presença institucional da universidade dentro do cárcere, tanto a UBA XXIII e a UNC, na Argentina, quanto a UEPB em Campina Grande. No primeiro caso, uma presença ostensiva que já perdura há mais de 30 anos, tempo suficiente para ter se instalado a disciplina acadêmica no lugar da disciplina penitenciária e fomentado a cultura educativa em espaços prisionais.

No âmbito dos estudos, das pesquisas e da formulação teórica, por exemplo, a academia já contribui auxiliando na reflexão sobre a seletividade penal e se o aprisionamento em massa é mesmo a única resposta da sociedade e do Estado ao fenômeno da criminalidade e da delinquência juvenil no Brasil, seja por meio do estudo de experiências nacionais, seja por meio de pesquisas e estudos comparados com as realidades de outros países (GARLAND, 2001; 2008; ZAFFARONI, 2001; WACQUANT, 2007, 2011, 2015; ADORNO, 1991, 1991a; BATISTA, 2007; SINHORETTO; SILVESTRE; MELO, 2013; SINHORETTO, 2014).

²⁰⁹ Fonte: <<http://www.ffyh.unc.edu.ar/alfilo/la-universidad-tiene-que-jugar-un-papel-importantisimo-en-la-carcel/>>. Acesso em: 22/05/2017.

Diante disso, uma das preocupações que fez parte desse trabalho foi, justamente, como falar sobre a responsabilidade da universidade pública atuar na prisão, e se comprometer com a política de educação em prisões, sem que isso signifique uma reafirmação ou legitimação da existência da prisão ou, ainda, das ideologias de “re”socialização e reeducação, ligadas à ideia de tratamento penal.

Por isso, conhecer práticas de universidades públicas, sobretudo no caso das argentinas, foi inspirador para a nossa pesquisa e abriu um campo de reflexões sobre o tema, possibilitando encontrar caminhos que possam ser trilhados também no caso das universidades públicas no Brasil.

A incorporação desse aprendizado reorientou a pesquisa exploratória inicial para uma pesquisa-ação, com vistas ao desenho de uma proposta que articule universidade e prisão no território, com ênfase no estado de São Paulo – que abriga a maior população prisional do país, dada minha inserção profissional e acadêmica nos últimos anos, no âmbito da política de educação em prisões nesse estado, enquanto possibilidade de ampliação de ações de oferta educacional nesse território.

Para além disso, a potencialidade de pesquisa e atuação das universidades públicas presentes no Estado, em que se coloca a USP e o GEPÊPrivação, nos levou a ensaiar as possibilidades nesse lugar.

Os marcos normativos de educação nas prisões impõem uma necessária articulação e integração de diferentes órgãos públicos, áreas temáticas e âmbitos de atuação, políticas, sistema de justiça penal, sociedade civil e universidades, envolvendo, por exemplo, discussão sobre relações étnicorraciais, políticas para a juventude, ressignificação da atuação do Sistema policial e de Justiça Penal e acesso e permanência às políticas educacionais. No caso da educação superior ainda não há, no Brasil, uma regulamentação sobre seu papel no sistema prisional ou uma política nacional (como é o caso da Argentina), o que abre um campo de possibilidades, algo ainda a ser construído e que pode induzir políticas por parte das universidades públicas.

A Educação superior, pautada no ensino, pesquisa e extensão não tem ofertado, de modo sistematizado ensino ou extensão ao público em situação de privação de liberdade, se não ações isoladas ou casos pontuais de pleito por parte dos presos. A responsabilidade da Universidade, portanto, coloca-se como urgente discussão – *reflexa-ação*, nesse contexto, tanto as instituições públicas, quanto privadas, destacando-se, no entanto, o papel social e o compromisso público das instituições públicas.

Considera-se premente a necessidade de se ampliar a discussão, indo além da

Educação escolar na Educação Básica, até a Educação superior, sendo imprescindível refletir e agir em relação à responsabilidade da universidade, a partir dos elementos indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, que podem contribuir na elaboração, implementação e indução de políticas públicas, com foco no aprimoramento e universalização da Educação Básica.

Como achado da pesquisa, entendemos que há um caminho a ser percorrido pelas universidades públicas brasileiras no sentido de atuar junto à população prisional, por meio de parcerias e ações institucionais, como mostram as experiências pesquisadas. Um conjunto de ações pode ser incluído nesse contexto: articulação entre práticas educacionais escolares e não escolares, formação inicial e continuada dos profissionais (técnicos, agentes e gestores) envolvidos na tarefa, desenvolvimento de práticas extensionistas com pessoas presas e profissionais (cursos, por exemplo), participação ativa na elaboração de políticas públicas e construção de agendas públicas de debate.

Dentre os desafios da universidade pública na prisão, identificamos um potencial de extensão universitária em relação às prisões, diante das experiências já existentes. A entrada da universidade na prisão é um dos caminhos para que, dentre outros aspectos, os acontecimentos e discursos da prisão transcendam seus muros e os conhecimentos da universidade os adentrem. A experiência de pesquisadores, professores e estudantes na prisão causa impacto direto ou indireto nas pesquisas, publicações, projetos, aulas, congressos, imprensa, no espaço prisional e na sociedade de um modo geral.

O eixo extensão foi identificado, a partir das experiências que pesquisamos, como o mais utilizado no desenvolvimento de ações de educação em prisões por parte das universidades, sobretudo porque não requer pré-condições e processos de seleção, e foi explorado no contexto da autonomia universitária.

Além da extensão, em sintonia com o perfil de escolarização da população prisional brasileira, os eixos Ensino e Pesquisa também oferecem potencialidades com vistas à superação dos graves problemas que dificultam o exercício do direito à educação por parte de pessoas privadas da liberdade e a efetiva implementação de políticas públicas educacionais nas prisões.

Esta presença da universidade, para além da pesquisa e de publicações acadêmicas, constitui-se como um dever e responsabilidade institucional, que pode induzir políticas públicas, promover novas relações no cotidiano do cárcere e potencializar diálogos, habilidades e competências, principalmente a partir da circulação de novos atores, informações e conhecimentos.

Inspirando-se nas experiências apresentadas, os resultados sugerem que se trata de presença carregada de um sentido político, que pode promover novas relações *dentro e fora* dos muros, estimular o pensamento crítico e a produção do conhecimento, além de relativizar os efeitos negativos da privação de liberdade como punição e ampliar a comunidade científica, considerando sua potencialidade na promoção e oferta de ações diversificadas.

Assim, como resultado concreto da pesquisa entendemos que há um grande potencial na territorialização da Educação em Prisões, como o ensaio de possibilidades que buscamos construir a partir de um mapa, na perspectiva de ordenamento das políticas em determinado território, tendo a universidade pública como um possível polo de atendimento das respectivas unidades prisionais e como articuladora de ações, reflexões e propostas.

REFERÊNCIAS

ACIN, Alicia; MERCADO, Patricia. La educación en el contexto carcelario: una respuesta a las múltiples pobreza, violencias y procesos de dehumanización. **Revista Pensamiento Penal**, 2012. Disponível em: <<http://www.pensamientopenal.com.ar/doctrina/33815-educacion-contexto-carcelario-respuesta-multiples-pobrezas-violencias-y-procesos>>. Acesso em: 10/10/2014.

ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

ADORNO, Sérgio. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerários de uma Pesquisa. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 3, n. 1-2, pp. 7-40, dez. /1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320701991000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14/04/2017. Acesso em: 10/10/2014.

_____. Sistema penitenciário no Brasil: problemas e desafios. **Revista USP**, São Paulo, mar. abr. mai./1991a. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/revusp/article/viewFile/25549/27294>>. Acesso em: 21/10/2016.

ARDÃO, Arturo. **Filosofía pre-universitaria en el Uruguay**. De la Colonia a la fundación de la Universidad. 1787-1842. Montevideo: Biblioteca de Marcha/FCU, 1945.

ARGENTINA. Consejo Federal de Educación. **La Educación en Contextos de Privación de la Libertad en el Sistema Educativo Nacional**. Documento Base, Diciembre de 2010. Disponível em: <http://www.me.gov.ar/consejo/resoluciones/res10/127-10_01.pdf>. Acesso em: 12/08/2016.

_____. **Ley de educación nacional**, Ley N. 26.206, de 2006. Disponível em: <portal.educacion.gov.ar/consejo/files/2009/12/ley_de_educ_nac1.pdf>. Acesso em: 24/06/2015.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à Sociologia do Direito Penal. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

_____. **Por un concepto crítico de "reintegración social" del condenado**. Ponencia presentada en el seminario "Criminología crítica y sistema penal", organizado por Comisión Andina Juristas y la Comisión Episcopal de Acción Social, en Lima, del 17 al 21 de Septiembre de 1990. Disponível em: <http://www.inau.gub.uy/biblioteca/Resocializacion.pdf>. Acesso em 12/02/2015.

BATISTA, V. M. **Difíceis ganhos fáceis**: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. 2a. ed. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2007.

BEIRAS, Iñaki Rivera. **Entrevista concedida ao portal da Universidad Nacional de Córdoba**. 2012. Disponível em: <<http://www.ffyh.unc.edu.ar/alfilo/la-universidad-tiene-que-jugar-un-papel-importantisimo-en-la-carcel/>>. Acesso em: 22/05/2017.

BELLONI, Isaura. Função da universidade: notas para reflexão. In: BRANDÃO, Zaia; WARDE, Mirian Jorde; IANNI, Octávio; e outros. **Universidade e Educação**. Campinas, SP: Papirus, Cedes; São Paulo: Ande, Anped, 1992.

BEMVENUTI, Vera Lucia Schneider. Extensão universitária: momentos históricos de sua institucionalização. **Revista Eletrônica de Extensão Vivências da URI**, nº 2, p. 8-17, 2006. Disponível em: <<http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero%20002/artigos/area>>.

_comunicacao/area_comunicacao_01.htm>. Acesso em: 10/10/2015.

BERNHEIM, Carlo Tunnerman. **El Nuevo concepto de Extensión Universitaria y Difusión Cultural**. México: UNAM, 1978.

_____. **Historia de la Universidad en América Latina: de la Época Colonial a la Reforma de Córdoba**. Hardcover: Editorial Universitária Centroamericana, 2001.

BIXIO, Beatriz; MERCADO, Patricia; TIMMERMANN, Francisco. Experiencias de educación universitária en cárceles en la República Argentina. Una cartografía. In: **Sentidos políticos de la universidad en la cárcel**. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2016. Disponível em:

<<https://ansenuza.unc.edu.ar/comunidades/bitstream/handle/11086.1/1122/puc.pdf?sequence=1>>. Acesso em 16/12/2016.

_____; BARRETO. Red interuniversitaria de derechos humanos (DDHH) y Educación carcelaria del Mercosur. **I Jornadas del Mercosur de Educación universitaria en cárceles desde el enfoque de derechos**. 2015. Disponível em: <<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/integracionyconocimiento/article/view/12566>>. Acesso em: 20/03/2017.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

_____. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOFF, Leonardo. A função da universidade na construção da soberania nacional e da cidadania. **Revista Cultural Vozes**, n. 2, março-abril 1998, pp. 49-68.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Na prisão e contra ela: recusa e resistência. **Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária**, v. 22, pp. 259-270, 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/15511125/Na_pris%C3%A3o_e_contra_ela_recusa_e_resist%C3%A2ncia>. Acesso em: 14/09/2015.

_____. **Reintegração social: discursos e práticas na prisão – um estudo comparado**. 2012. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-07062013-140255/pt-br.php>>. Acesso em: 11/02/2016.

_____. Universidade e prisão: inspirações teóricas e experiências referências. **Revista Jurídica da Presidência**, v. 16, n. 109, Jun./Set. 2014, p. 345-371. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/15/5>. Acesso em: 16/08/2016.

_____; OTONI, Ana Maria Nasciutti; RIBEIRO, Isadora Thomaz; GENTILE, José Arthur Fernandes; PASCHOAL, Sarah Ribeiro. **Discursos do cárcere: o papel do rap na expressão das subjetividades das mulheres encarceradas na Cadeia Pública de Franca – SP**. Anais do VII Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2016. Disponível em: <<https://www.eventsystem.com.br/admin/arquivos/7cbeu/submissoes/anais/129fa1be4223d77b79696c377841587a.pdf>>. Acesso em: 16/05/2017.

BRANDÃO, Carlos. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm>. Acesso em: 15/12/2014.

_____. **Lei N. 7210, de 11 de julho de 1984.** Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm>. Acesso em: 13/01/2016.

_____. **Lei N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 21/2/2016.

_____. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Resolução N. 03, de 11 de Março de 2009.** Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10028-resolucao-3-2009-secadi&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 13/01/2016.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução N. 2, de 19 de Maio de 2010.** Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 13/01/2015.

_____. **Lei N. 12.433, de 29 de junho de 2011.** Altera a Lei N. 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112433.htm>. Acesso em: 13/01/2016.

_____. **Lei N. 12.852, de 6 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm>. Acesso em 27/03/2017.

_____. **Lei N. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em 15/12/2014.

_____. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres – Junho de 2014.** Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>>. Acesso em: 13/01/2016.

_____. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN – Dezembro de 2014.** Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez14.pdf>. Acesso em: 13/01/2016.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN – Junho de 2014.** Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 13/01/2016.

_____. Presidência da República. Secretaria Geral. **Mapa do encarceramento:** os jovens do Brasil. Secretaria Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/encarceramento_WEB.pdf>. Acesso em: 05/10/2015.

_____.; INEP; MEC. **Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2014.** Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2014/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2014.pdf>. Acesso em: 05/6/2017.

CARREIRA, Denise. **Relatório Nacional para o Direito Humano à Educação: Educação nas Prisões Brasileiras.** São Paulo: Plataforma DhESCA Brasil, 2009. Disponível em: <www.cmv-educare.com/wp-content/uploads/2013/07/FINAL-relatorioeducacaonasprisoenov2009.pdf>. Acesso em: 15/12/2014.

CARVALHO, Odair França de. **Entre a cela e a sala de aula: um estudo sobre experiências educacionais de educadores presos no sistema prisional paulista.** 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Educação. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13675>>. Acesso em: 13/03/2017.

CASTAGNO, Mariel; MALEK, Sara; RENZONE, Carla; CORREA, Ana. **Significaciones de la (re)inserción social de sujetos privados de la libertad, desde la teoría de las Representaciones Sociales.** Disponível em: <www.pensamientopenal.com.ar/system/files/2015/08/doctrina41769.pdf>. Acesso em: 24/08/2015.

CHAGAS, Valnir. **A luta pela universidade no Brasil.** Rio de Janeiro: MEC, UFRS, Comissão de Planejamento/Serviço de Divulgação, 1967.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade.** 2001. Disponível em: <<https://uspcaf.files.wordpress.com/2011/11/escrito-sobre-a-universidade.pdf>>. Acesso em: 13/05/2016.

_____. A universidade pública sob nova perspectiva. In: **Revista Brasileira de Educação.** 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 21/05/2017.

CLADE. **Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educación.** Disponível em: <<http://v2.campanaderechoeducacion.org/>>. Acesso em: 15/07/2016.

COLARES, M. L. I. S; GONÇALVES, T. O; COLARES, A. A.; LEÃO, J. P. P. O professor-pesquisador-reflexivo: debate acerca da formação de sua prática. **Revista Olhar de Professor,** Ponta Grossa, 14(1), pp. 151-165, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/3490/2508>>. Acesso em: 15/04/2017.

CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS. Pacto de San José da Costa Rica: Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. **Protocolo de San Salvador.** El Salvador, 1998. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/oea/protsalv.htm>>. Acesso em: 19/05/2017.

CORREA, Ana (coord.). **Barreras visibles e invisibles en el acceso a derechos.** Una mirada desde los discursos y las prácticas en cárceles de Córdoba (capital). Disponível em: <<http://www.unc.edu.ar/extension/vinculacion/observatorio-ddhh/informe-mirar-tras-los-muros/capitulo-ii/barreras-visibles-e-invisibles-en-el-acceso-a-derechos>>. Acesso em: 20/10/2015.

_____. Derechos Humanos y subjetividad: narrativas de internos/as del Servicio Penitenciario em Córdoba capital. In: **Acciones e Investigaciones Sociales,** 30 (diciembre 2011), pp. 29-42. Disponível em: <<http://www.pensamientopenal.com.ar/system/files/2015/07/doctrina41557.pdf>>. Acesso em: 27/10/2015.

_____.; BARRETO, Inés León. Acceso al Derecho a la Educación en cárcel. **Revista Pensamiento Penal**, 2015. Disponível em: <<http://www.pensamientopenal.com.ar/doctrina/41602-acceso-al-derecho-educacion-carcel>>. Acesso em: 10/10/2015.

COSTA, Emanuelle Sampaio da; COURA, Abraão Bruno Moraes; SOUZA, Maria Lindaci Gomes de. Direitos Humanos do Apenado: A Educação através da Leitura como um Processo Transformador para a Inclusão Social dos Reeducandos do Campus Avançado do Serrotão. In: **CINTEDI**, UEPB. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/Modalidade_4datahora_29_10_2014_21_45_44_idinscrito_2058_d885b515a3a957b3c15da9503dea0683.pdf>. Acesso em: 12/08/2016.

CRAIDY, Carmem Maria (org.). **Educação em prisões: direito e desafio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008.

_____. Avanços e Desafios da LDB. **Revista PUC Minas**, Minas Gerais, n. 14, 2º. Sem/2016. Disponível em: <<http://www.revista.pucminas.br/materia/avancos-e-desafios-da-ldb/>>. Acesso em: 14/02/2017.

_____. Direito à Educação: Direito à Igualdade, Direito à diferença. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245-262, julho/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14405.pdf>>. Acesso em: 03/02/2015.

DAROQUI, Alcira V. La cárcel en la universidad. En: NARI, Marcela; FABRE, Andrea (comps.). **Voces de mujeres encarceladas**. Catálogos: Buenos Aires, 2000.

_____. Trabajo y educación son una especie de ficción dentro de la cárcel. Entrevista. **Clarín**. 2008. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/suplementos/zona/2008/02/24/z-03615.htm>>. Acesso em: 25/10/2015.

_____. Violencia carcelaria y universidad. In: IZAGUIRRE, Inés. **Violencia Social y Derechos Humanos**. Edit. Eudeba, Buenos Aires. Disponível em: <http://webiigg.sociales.uba.ar/conflictosocial/libros/violencia/05_DAROQUI,%20Violencia%20carcelaria%20y%20universidad.pdf>. Acesso em: 25/10/2015.

DAVIS, Angela. Y. **Are prisons obsolete?** New York: Seven Stories Press, 2003.

DEMO, Pedro. Elementos metodológicos da pesquisa participante. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. **Pesquisa Participante: mito e realidade**. Brasília: UnB/INEP, 1982. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001993.pdf>>. Acesso em 15-10-2015.

DE MAEYER, Marc. **O desafio da educação nas prisões**. [Entrevista]. Disponível em: http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/ej40_desafioprisional.pdf. Acesso em 12/10/2015.

_____. A educação na prisão não é uma mera atividade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, pp. 33-49, 2013.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial - Out. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a18.pdf>>. Acesso em: 11/02/2015.

_____.; GRACIANO, Mariângela. **A educação de jovens e adultos no Brasil**: Informe apresentado à Oficina Regional da UNESCO para América Latina e Caribe: a educação de jovens e adultos no Brasil. São Paulo: Ação Educativa, 2003. Disponível em: <<https://alfabetizarvirtualtextos.files.wordpress.com/2011/08/a-educac3a7c3a3o-de-jovens-e-adultos-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 09/03/2015.

_____.; HADDAD, Sergio. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, mai/jun/ago, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07>>. Acesso em: 23/02/2015.

_____. Transformações nas políticas de educação de jovens e adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. In: **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, pp. 197-217, maio-ago. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v35n96/1678-7110-ccedes-35-96-00197.pdf>>. Acesso em: 15/06/2017.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A universidade e o ensino**. Documento de Trabalho 1/02. NUPES - Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0201.pdf>> Acesso em: 14/07/2016.

_____. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. Documento de Trabalho 3/03. NUPES - Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>> Acesso em: 20/03/2016.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Universidade e estágio curricular: subsídios para discussão. In: ALVES, N. (org.). **Formação de professores: pensar e fazer**. São Paulo: Cortez, 1992.

FAVERO, O.; FERREIRA, W.; IRELAND, T.; BARREIROS, D. **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184683por.pdf>>. Acesso em: 28/01/2015.

FERNANDES, Florestan. Universidade e desenvolvimento. In: IANNI, Octavio (org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRAGOSO FILHO, Carlos. **Universidade e sociedade**. Campina Grande: Edições Grafset, 1984.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados, Cortez: 1989.

_____. Desafios da educação de adultos ante a nova reestruturação tecnológica. In: **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-lo melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

_____. **Extensão ou comunicação?** 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS NETO, José Alves de. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. In: **Revista Ensino Superior**, Unicamp, Ano II, N. 03, Jun./2011. Disponível em: <http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/ed03_junho2011/pdf/10.pdf>. Acesso em: 10/11/2015.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária:** para quê? Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3oUniversit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf>. Acesso em: 27/05/2017.

_____. **História das Ideias Pedagógicas.** São Paulo: Editora Ática, 2004.

GARLAND, David. **Mass imprisonment:** social causes and consequences. London: SAGE, 2001.

_____. **A cultura do controle:** crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GENTILI, Pablo. Uma verguenza menos, uma libertad más: la Reforma Universitaria en clave de futuro. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo; ABOITES, Hugo. **La reforma universitaria:** desafíos y perspectivas noventa años después. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101109062939/sader.pdf>>. Acesso em 10/11/2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social.** 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GODOI, Rafael. Para uma reflexão sobre os efeitos sociais do encarceramento. In: **Revista Brasileira de Segurança Pública.** São Paulo, Ano 5, Edição 8, Fev/Mar. 2011. Disponível em: <[http://www.susepe.rs.gov.br/upload/20121206161416artigo_efeitos_sociais_do_encarceramento\[1\].pdf](http://www.susepe.rs.gov.br/upload/20121206161416artigo_efeitos_sociais_do_encarceramento[1].pdf)>. Acesso em: 13/06/2017.

_____. **Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos.** 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-05082015-161338/pt-br.php>> Acesso em: 20/03/2016.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 1986.

GRACIANO, Mariângela. **A educação como direito humano:** a escola na prisão. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. **A educação nas prisões:** um estudo sobre a participação da sociedade civil. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-28012011-140835/pt-br.php>> Acesso em 15/08/2015.

_____. (coord.). **Educação nas prisões: estratégias para implementação em São Paulo**. São Paulo: Ação Educativa, 2013.

_____. O direito à educação nas prisões no Estado de São Paulo: dados sobre a oferta educacional e a remição da pena pelo estudo. In: **Em Questão** 10, 2014. Disponível em: <http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2014/10/boletim_8pgs_GRAFICA2.pdf>. Acesso em: 20/02/2017.

_____; SCHILLING, Flavia. A educação na prisão: hesitações, limites e possibilidades. In: **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.13, n.25, p.111-132, 2008. Disponível em: <<http://www.cmv-educare.com/wp-content/uploads/2012/07/Graciano-e-Schilling-2008.pdf>> Acesso em 10/02/2014.

GRASSI, Marcia Romana de O. **A Educação superior como instrumento de reinserção social do preso na sociedade**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Brasília. Brasília: DF.

HADDAD, Sergio. **O direito à educação no Brasil**. Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação. São Paulo: DHESC Brasil, 2004. Disponível em: <<http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/sergiohaddad.pdf>> Acesso em 11/04/2016.

HALL, Budd L. El conocimiento como mercancía y la investigación participante. In: **Perspectivas** - Revista Trimestral de Educación, UNESCO, Vol. IX, n. 4, 1979.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas públicas (sociais); In: **Cadernos Cedes** [online], vol.21, n.55, novembro/2001, pp.30-41. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>> Acesso em 10/10/2014.

INEP. **Censo Escolar 2016: notas estatísticas**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2017/apresentacao_censo_escolar_da_educacao_basica_%202016.pdf>. Acesso em: 13/05/2017.

_____. **ENEM PPL**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/enem-ppl>>. Acesso em: 20/03/2017.

IRELAND, Thimoty Denis. Educação de jovens e adultos e extensão universitária: primos pobres? Aproximações para um estudo sobre a educação de jovens e adultos na universidade. In: Melo Neto, José Francisco de. **Extensão universitária: diálogos populares**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2002.

_____. Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios. In: **Revista Em Aberto**, v. 24, n. 86, pp. 19-39, INEP, 2011. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2313/2276>>. Acesso em: 16/07/2015.

JANTKE, Regina Vasquez Del Rio; CARO, Sueli Maria Pessagno. A extensão e o exercício da cidadania. In: SÍVERES, Luiz (org.). **Extensão universitária como um princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber Livro, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002320/232083por.pdf>>. Acesso em: 29/04/2017.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. **Educação para Jovens e Adultos em Situação de Restrição e Privação de Liberdade:** questões, avanços e perspectivas. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

_____. (org.). **Privação de Liberdade:** desafios para a política de Direitos Humanos. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

KANNO, Massato. **Estudo sobre modelos de Ensino a Distância para Apenados.** 2013. Monografia (Bacharel em Ciência da Computação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Graduação em Ciência da Computação.

KOROL, Claudia. **Pedagogía de la resistencia y de las emancipaciones.** In: Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado – Sujetizando el objeto de estudio, o de la subversión epistemológica como emancipación. CECENÁ, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2006. pp. 199-221 Disponível em: <[bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece/Claudia Korol.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece/Claudia%20Korol.pdf)>. Acesso em 12/08/2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1985.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria. **Depoimentos e Discursos:** uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília: Liber livro Editora, 2005.

LEITE, Fabiana de Lima. **Postulados, princípios e diretrizes para a política de alternativas penais.** Brasília: Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional; CNJ; PNUD, 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/04/c291046c303e359f32873a74b836efcd.pdf>>. Acesso em: 02/06/2017.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da Educação Pública.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

_____. **Pedagogia Social e Política.** Atualidades pedagógicas. Volume 77. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. In: **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 94, pp. 47-69, jan. - abr./2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>>. Acesso em 04/02/2016.

MATZA, David. **Delincuencia y Deriva:** como y por qué algunos jóvenes llegan a quebrantar la ley. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

MAXIMO, Antonio Carlos. **A pesquisa participante como prática educativa.** Brasília: Liber Livro Editora, 2006.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MEJÍA, Karen Lizbeth Álvarez. **Una alternativa de educación superior en contextos de encierro en México.** El caso del Programa de Educación Superior para Centros de Readaptación Social del DF (PESCER). 2013. Tese (Sociologia da Educação) – Universidad Pedagógica Nacional, México. Disponível em: <<http://200.23.113.51/pdf/29298.pdf>>. Acesso em 13/06/2017.

MELO NETO, José Francisco de. Extensão universitária: bases ontológicas. In: MELO NETO, José Francisco de (org.). **Extensão universitária: diálogos populares**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2002.

MELO, Felipe Athayde Lins de. **As prisões de São Paulo: dinâmicas, fluxos e as implicações nas trajetórias dos egressos prisionais, uma perspectiva a partir do monitor preso de educação**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo. Disponível em: <http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5819>. Acesso em: 20/10/2015.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e Fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX)**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006.

MERCADO, Patricia. Las prácticas extensionistas en el Programa Universitario en la Cárcel. Intencionalidades, razones, modos de intervenir. In: **Revista Estudios de Extensión en Humanidades**, Vol. 1, Núm. 1 (1). Octubre, 2008. Disponível em: <<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/EEH/article/view/7904/8770>> Acesso em 14/11/2014.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOREIRA, Fábio Aparecido. **A política de Educação de Jovens e Adultos em Regimes de Privação de Liberdade no Estado de São Paulo**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16062008-103043/pt-br.php>> Acesso em 03/08/2014.

_____. **Educação Prisional: gênese, desafios e nuances do nascimento de uma política pública de Educação**. 2016. Tese (Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ditos e Escritos IV**. Michel Foucault. Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

NASCIMENTO, Paulo A. Meyer M; VERHINE, Robert Evan. Considerações sobre o investimento público em educação superior no Brasil. In: **Revista Radar, Tecnologia, Produção e Comércio Exterior**. IPEA, n. 49, fev/2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/170324_radar_49_artigo01.pdf>. Acesso em: 10/05/2017.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Funções sociais do ensino superior hoje. In: BRANDÃO, Zaia; WARDE, Mirian Jorge; IANNI; Octávio et al. **Universidade e Educação**. Campinas, SP: Papirus, Cedes; São Paulo: Ande, Anped, 1992.

NODARI, José Maria. A articulação da universidade com a escola básica: a experiência da UNIJUÍ. In: BRANDÃO, Zaia; WARDE, Mirian Jorge; IANNI; Octávio et al. **Universidade e Educação**. Campinas, SP: Papirus, Cedes; São Paulo: Ande, Anped, 1992.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **Plataforma de advocacy pelo Plano Nacional de Educação**. 2013. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/>> Acesso em 29/03/2017.

OBSERVATORIO LATINOAMERICANO DE PRISIONES. **A la sombra de la sociedade: situación penitenciaria en Latinoamérica**. Observatorio Venezolano de Prisiones. Caracas, Venezuela: Publicaciones Monfort, 2007.

OIT. Recomendação sobre o Desenvolvimento dos Recursos Humanos: **Educação, Formação e Aprendizagem permanente**. Genebra, 01/06/2004. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/sobre-o-desenvolvimento-dos-recursos-humanos-educa%C3%A7%C3%A3o-forma%C3%A7%C3%A3o-e-aprendizagem-permanente>>. Acesso em: 21/03/2017.

OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de. **Para além das celas de aulas: a educação escolar no contexto prisional à luz das representações dos presos da Penitenciária de Uberlândia/MG**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

_____.; SILVA, Roberto da. Educação nas prisões e universidade: reflexões sobre o papel da extensão universitária. In: **Revista Cultura e Extensão da USP**, São Paulo, n. 15, p. 85-95, mai. 2016. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/rce/article/view/117051/114649>> Acesso em 23/02/2017.

_____.; MOREIRA, Fábio Aparecido. Ciências, Trabalho e Educação no sistema penitenciário brasileiro. In: **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 9-24, jan.-abr., 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v36n98/1678-7110-ccedes-36-98-00009.pdf>> Acesso em 20/01/2017.

OLIVEIRA, Jorge Leite de. **Texto acadêmico**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação escolar na prisão. **Para além das grades: a essência da escola e a possibilidade de resgate da identidade do homem aprisionado**. 2002. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

_____. (org.). **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

_____. LOURENÇO, Arlindo da Silva. (org.) **O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas**. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

_____.; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A Educação na Prisão como política pública: entre desafios e tarefas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, pp. 51-69, jan./mar., 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n1/05.pdf>>. Acesso em: 20/10/2015.

_____. **Educação Escolar na Prisão: o olhar de alunos e professores**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

_____. A prisão: instituição educativa? In: **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 98, pp. 43-59, jan.-abr., 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v36n98/1678-7110-ccedes-36-98-00043.pdf>>. Acesso em: 13/04/2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Regras Mínimas para o tratamento dos reclusos**. ONU, 1955. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-na-Administra%C3%A7%C3%A3o-da-Justi%C3%A7a.-Prote%C3%A7%C3%A3o-dos-Prisioneiros-e-Detidos.-Prote%C3%A7%C3%A3o-contr-a-Tortura-Maus-tratos-e-Desaparecimento/regras-minimas-para-o-tratamento-dos-reclusos.html>>. Acesso em: 05/02/2016.

PARCHUC, Juan Pablo. La Universidad en la cárcel: teoría, debates, acciones. In: **Revista Redes de Extensión**, 1, 2015, p. 18-36. Disponível em: <<http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/redes/article/viewFile/1463/1403>> Acesso em: 02/05/2016.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício de poder**: crítica ao senso comum em educação. São Paulo: Cortez, 2010.

PENNA, Marieta Gouveia de Oliveira. **O ofício do professor**: ambiguidades do exercício da docência por monitores-presos. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

PORTUGUES, Manoel Rodrigues. **Educação de adultos presos**: possibilidades e contradições da inserção da educação escolar nos programas de reabilitação do sistema penal no Estado de São Paulo. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-12022015-141319/pt-br.php>> Acesso em 20/09/2014.

RANGEL, Hugo (coord.). **Mapa regional latinoamericano sobre educación en prisiones**. Centre international d'études pédagogiques (CIEP), 2009. Disponível em: <<http://www.cmv-educare.com/wp-content/uploads/2012/06/Hugo-Rangel.pdf>>. Acesso em: 15/07/2016.

_____. Estratégias sociais e educação prisional na Europa: visão de conjunto e reflexões. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a07v1234.pdf>>. Acesso em: 20/10/2015.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. **Autonomia Universitária**: as universidades públicas e a Constituição Federal de 1998. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. **Educação Superior, Direito e Estado**: na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2000.

REDE NACIONAL DE EXTENSÃO. **Plano Nacional de Extensão Universitária** (PNEU). Coleção Extensão Universitária: RENEX, 2001. Disponível em: <http://www.renex.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=20> Acesso em: 06/02/2016.

RUSCHE, Jesus Robson (Org.). **Educação de adultos presos**: uma proposta metodológica. São Paulo: Funap, 1995.

SÁ, Alvino Augusto de. **Criminologia Clínica e Psicologia Criminal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

_____. et al. **GDUCC – Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade**: uma experiência de integração entre a sociedade e o cárcere. Brasília: Brasil. Ministério da Justiça, 2013.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo; ABOITES, Hugo. **La reforma universitaria**: desafíos y perspectivas noventa años después. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101109062939/sader.pdf>>. Acesso em 10/11/2015.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A nova missão da Universidade: a inclusão social. In: **Educação Superior**: reforma, mudança e internacionalização. Anais. Brasília: UNESCO Brasil, SESU, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **A natureza do espaço** – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O retorno do território. En: OSAL - **Observatório Social de América Latina**. Año 6, n. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SÃO PAULO. **Lei Complementar N. 315, de 17 de fevereiro de 1983**. Dispõe sobre a concessão de adicional de periculosidade aos funcionários e servidores da Administração Centralizada do Estado. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/legislacao/norma.do?id=36007>>. Acesso em: 14/12/2015.

_____. **Lei Complementar N. 1.093, de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2009/lei.complementar-1093-16.07.2009.html>>. Acesso em: 27/10/2015.

_____. **Decreto N. 57.141, de 18 de julho de 2011**. Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto-57141-18.07.2011.html>>. Acesso em: 15/12/2014.

_____. **Decreto N. 57.238, de 17 de agosto de 2011**. Institui o Programa de Educação nas Prisões – PEP. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto-57238-17.08.2011.html>>. Acesso em: 20/01/2015.

_____. **Resolução Conjunta SE-SAP N. 1, de 16 de janeiro de 2013**. Dispõe sobre a oferta da Educação Básica, na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA, a jovens e adultos que se encontrem em situação de privação de liberdade, nos estabelecimentos penais do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/RESCONJSE_SAP01_13.HTM?Time=27/10/2015%2014:54:37>. Acesso em: 27/10/2015.

_____. **Resolução Conjunta SE-SAP N. 2, de 30 de dezembro de 2016**. Dispõe sobre a oferta da educação básica a jovens e adultos que se encontram em situação de privação de liberdade no Sistema Prisional do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20CONJUNTA%20SE%20-SAP-2,%20DE%2030-12-2016.HTM?Time=09/09/2017%2022:30:35>> Acesso em 20/03/2017.

SAVIANI, Dermeval. Florestan Fernandes e a educação. In: **Revista de Estudos Avançados**, v. 10, n. 26, São Paulo, Jan/Abr., 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100013>. Acesso em: 14/05/2016.

_____. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SCARFÓ, Francisco José. El derecho a la educación en las cárceles como garantía de la educación en derechos humanos. In: **Revista IIDH** (Instituto Interamericano de Derechos Humanos), vol. 36, 2002. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r06835-11.pdf>>. Acesso em: 30/05/2016.

_____. A Educação Pública em prisões na América Latina: garantia de uma igualdade substantiva. In: **Educação em prisões na América Latina**: direito, liberdade e cidadania. Brasília: UNESCO, OEI, AECID, 2009, pp.107-137.

_____; AUED, Victoria. El derecho a la educación en las cárceles: abordaje situacional. Aportes para la reflexión sobre la educación como derecho humano en contextos de la cárcel. **Revista Eletrônica de Educação**, Vol. 7, N. 1, 2013, Universidade Federal de São Carlos, Brasil. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/656>>. Acesso em: 10/10/2015.

_____; ZAPATA, Natalia. **Obstáculos en la realización del derecho a la educación en cárceles. Una aproximación sobre la realidad Argentina**. 2013. En Cátedra UNESCO de investigación aplicada para la educación en la cárcel, Montreal (Canadá). Disponível em: <<http://www.cmv-educare.com/centre-de-documentation/ecrits-membres-comite-scientifique/des-obstacles-a-la-realisation-du-droit-a-leducation-dans-les-prisons-une-approche-sur-la-realite-argentine/#notes>>. Acesso em: 27/10/2015.

_____. **Debates sobre la formación, selección y el rol del educador/a de adultos en las escuelas públicas en cárceles**. 2014. Disponível em: <<http://www.gesec.com.ar/wp-content/uploads/2010/02/Debate-sobre-la-formaci%C3%B3n-docente-scarfo.pdf>>. Acesso em: 20/10/2015.

SCHWARTZMAN, Simon. O Centro Paula Souza e a educação profissional no Brasil. In: NEGRI, Barjas. TORRES, Haroldo da Gama. CASTRO, Maria Helena Guimarães de. **Educação Básica no Estado de São Paulo: avanços e desafios**. São Paulo: FDE, 2014.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SHAKUR, Assata. **Frases e Citações**. Disponível em: <<https://assatashakurpor.wordpress.com/frases-e-citacoes/>>. Acesso em: 27/01/2017.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, Roberto da. **A eficácia sociopedagógica da pena de privação de liberdade**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

_____; MOREIRA, Fabio Aparecido. Objetivos educacionais e objetivos da reabilitação penal: o diálogo possível. In: **Revista Sociologia Jurídica**, número 03, Julho-Dezembro de 2006.

_____. O projeto político-pedagógico para a educação em prisões. In: **Revista Em Aberto**, INEP, Brasília, v. 24, n. 86, pp. 89-103, nov. 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485895/Educa%C3%A7%C3%A3o+em+pris%C3%B5es/8b4d6cb0-12db-4ad8-87fc-47e7c52a6153?version=1.3>>. Acesso em: 15/08/ 2015.

SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; MELO, Felipe Athayde Linde de. O encarceramento em massa em São Paulo. In: **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v. 25, n. 1, pp. 84, 2013.

_____. (coord). **Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante**. UFSCar, Abril de 2014. Disponível em: <http://www.ufscar.br/gevac/wp-content/uploads/Sum%C3%A1rio-Executivo_FINAL_01.04.2014.pdf> Acesso em 26/04/2015.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A História da Extensão Universitária**. Campinas, SP: Alínea, 2000.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão de literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez. 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em 07/08/2015.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Território, soberania e mundo novo**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1999.

_____. Apresentação Milton Santos, um revolucionário. In: SANTOS, Milton. **O retorno do território**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>> Acesso em 02/05/2017.

SOUZA, Maria Lindaci Gomes de; CARNEIRO, Maria Aparecida Barbosa; COURA, Abraão Bruno Moraes. **A experiência do Campus Avançado do Serrotão da Universidade Estadual de Paraíba – Campina Grande-PB**: uma proposta de inclusão social através da educação cidadã. CINTEDI, 2014. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/Modalidade_1datahora_08_11_2014_00_54_28_idinscrito_3616_7f523d78b5e74ad7dddf5c86f2a11378.pdf>. Acesso em: 30/06/2016.

STAKE, Robert E. **Pesquisa Qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

SZYMANSKI, Heloisa. (org.) **A entrevista na pesquisa em educação**: a prática reflexiva. Brasília: Liber livro Editora, 2004.

TAVARES, Hermano; CHAMBOULEYRON, Ivan. O desafio do ensino superior no século XXI. In: CHAMBOULEYRON, Ivan (org.) **Fórum de Reflexão Universitária – Unicamp**: mais vagas com qualidade – O desafio do ensino público no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

TOZI, Thalita Sanção. Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade (Gducc): Algumas Reflexões sobre seu Funcionamento e seus Limites. In: **I Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão**. Faculdade de Direito, USP. Outubro de 2015. Disponível em: <<http://www.seminarioprisoes.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozMzoiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUIFVSVZPIjtzOjI6Ijc3Ijt9IjtzOjE6ImgiO3M6MzI6IjEzMGU2MWJhYWZjNGUxMzMzZGNIMzBjMzU5ZDVkYWQ0Ijt9>>. Acesso em: 12/08/2016.

UNESCO. **Basic Education in Prisons**. 1995. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001116/111660eo.pdf>. Acesso em: 22/03/2016.

_____. **Educación en Prisiones en Latinoamérica**: derechos, libertad y ciudadanía. – Brasília: UNESCO, 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001626/162643s.pdf>>. Acesso em: 15/07/2016.

_____. **Educação em prisões na América Latina**: direito, liberdade e cidadania. Brasília: UNESCO, OEI, AECID, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001626/162643POR.pdf>>. Acesso em: 15-12-2014.

_____. **Cátedra UNESCO de investigação aplicada para a Educação em contexto prisional**. Junho de 2012. Disponível em: <<http://www.cmv-educare.com>>. Acesso em: 25-08-2015.

VENTORIM, Silvana A **Formação do professor pesquisador na produção científica dos encontros de Didática e Prática de Ensino: 1994-2000**. 2005. 346 p. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos** [A onda punitiva]. 3a. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. Bourdieu, Foucault e o Estado Penal na era neoliberal. In: **Revista Transgressões**. Ciências criminais em debate. Natal, vol. 3, n. 1, maio/2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/viewFile/7188/5313>>. Acesso em 30/04/2017.

WEBER, Max. A ciência como vocação. In: **Três tipos de poder e outros escritos**. Tribuna da História: Lisboa, 2005. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/weber_a_ciencia_como_vocacao.pdf>. Acesso em: 14/07/2017.

YAMAMOTO, Aline et al. **Educação em prisões**. São Paulo: Alfasol, Cereja, 2010.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Rio de Janeiro: Editora Revan, Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

_____. **O inimigo no Direito Penal**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

_____. **A palavra dos mortos: conferências de Criminologia cautelar**. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. **La cuestión criminal**. Buenos Aires: Planeta, 2013.

ANEXOS

A. QUESTIONÁRIO ENCAMINHADO ÀS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO TERRITÓRIO PAULISTA

QUESTIONÁRIO - PESQUISA DE DOUTORADO: EDUCAÇÃO NAS PRISÕES E UNIVERSIDADE PÚBLICA

Prezada/ Prezado,

O presente questionário integra minha pesquisa de doutorado, em andamento, intitulada **EDUCAÇÃO NAS PRISÕES: A RESPONSABILIDADE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA**, desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP), que tem como objetivo investigar a responsabilidade da Universidade Pública, como ente estatal, em relação à política pública de educação nas prisões. Tem como marcos legais a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente e a publicação das Diretrizes Nacionais para a oferta de educação a jovens e adultos em situação de privação de liberdade em estabelecimentos penais (Resolução CNE/CEB 2/2010). Para tanto, são elencadas questões relativas à atuação da Universidade Pública na temática, pautada em seus objetivos institucionais e em seu tripé constituinte e indissociável: ensino, pesquisa e extensão. O campo de pesquisa refere-se ao Estado de São Paulo.

Gostaria de convidá-lo(a) a contribuir, considerando sua atuação com a temática, seja de modo direto ou indireto.

A participação na pesquisa é voluntária, com finalidade exclusivamente acadêmica. Os resultados da pesquisa final serão compartilhados, em devolutiva direta, aos participantes. Em caso de aceite, agradeço, antecipadamente, as contribuições e coloco-me à disposição para eventuais dúvidas e esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio dos contatos abaixo indicados. Por enfim, incluo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para sua ciência.

Atenciosamente,

Carolina Bessa Ferreira de Oliveira (Contatos: carolbessa@usp.br / cbessafo@gmail.com / Telefone: 11 - 949131610)

Doutoranda em Educação - FE-USP

Orientador: Prof. Dr. Roberto da Silva (Contato: kalil@usp.br)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada(o) como voluntária(o) a participar desta pesquisa. Todas as informações requisitadas serão utilizadas unicamente para fins de pesquisa, em nível de Doutorado. Ao participar deste estudo, estará permitindo a utilização dos dados aqui fornecidos na presente pesquisa, que atesta pelo cumprimento dos preceitos éticos em pesquisas envolvendo seres humanos. Você tem liberdade de se recusar a participar e, ainda, de se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa.

1. Objetivos do estudo: investigar a responsabilidade da Universidade em relação à política pública de educação nas prisões, a partir de seu tripé constituinte e indissociável “ensino, pesquisa e extensão” e tendo como marco a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente e as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação a jovens e adultos em situação de privação de liberdade em estabelecimentos penais.
2. Procedimento: questionário de entrevistas (impresso ou eletrônico).
3. Despesas e compensação financeira: não existem.
4. Riscos: nenhum.

5. Benefícios: ao participar, você estará contribuindo para o mapeamento das ações de ensino, pesquisa e extensão sobre educação em prisões, propostas e/ou realizadas por universidades brasileiras. Este panorama será importante para a consecução dos objetivos do estudo, bem como para futuras propostas em relação ao tema.

6. Confidencialidade: os resultados deste estudo poderão ser publicados em periódicos ou apresentados em eventos acadêmicos e científicos. Se for de sua preferência, suas respostas serão tratadas confidencialmente, sem que a sua identidade seja revelada, ou seja, sua identidade será preservada pelo tratamento anônimo dos dados. A opção de confidencialidade é a primeira questão deste formulário.

Ao inserir suas respostas neste formulário eletrônico, você declara que compreende como e sobre o que este estudo está sendo feito e que conhece seus direitos como sujeito da pesquisa. Declara, ainda, que voluntariamente consente em participar deste estudo e em ceder seus dados para a pesquisa descrita acima.

Instruções: Escreva suas respostas em português. Sempre que possível, preencha os espaços fornecidos com informações adicionais. O símbolo * indica que a pergunta assim marcada deve ser obrigatoriamente respondida para que o formulário seja adequadamente enviado com o registro de suas respostas. Caso a pergunta não se aplique ao seu caso, escreva "N/A".

Muito obrigada!

*Obrigatório

CONFIDENCIALIDADE *

Escolha abaixo a opção SIM, caso queira que sua identidade seja preservada como anônima e suas respostas tratadas confidencialmente. Escolha a opção NÃO, caso autorize a utilização dos dados e informações aqui fornecidos com a devida atribuição de créditos.

☐ SIM

☐ NÃO

1- Vínculo institucional: Universidade em que atua. *

1.1- Por favor, inclua abaixo dados sobre sua formação e cargo(s) ocupado(s) na Universidade. *

2- Você coordena ou participa de algum Grupo de Pesquisas e/ou Estudos relacionado à temática de Educação em prisões? Se sim, qual o nome do Grupo e desde quando existe? É registrado no CNPq? *

Favor considerar o período dos últimos 6 anos.

3- Você coordena ou participa de atividades de ENSINO em estabelecimentos penais? *

Descreva, em sua resposta, se pertinente, as atividades já realizadas, em curso ou propostas. Favor considerar o período dos últimos 6 anos.

4- Você coordena ou participa de atividades de PESQUISA em estabelecimentos penais? *

Descreva, em sua resposta, se pertinente, as pesquisas já realizadas, em curso ou propostas. Favor considerar o período dos últimos 6 anos.

5- Você coordena ou participa de atividades de EXTENSÃO em estabelecimentos penais? *

Descreva, em sua resposta, se pertinente, as atividades já realizadas, em curso ou propostas. Favor considerar o período dos últimos 6 anos.

6- Você orienta ou já orientou trabalhos de conclusão de curso sobre Educação em prisões? *

Considere trabalhos de conclusão de cursos de graduação, Iniciação Científica, Especialização, Mestrado ou Doutorado. Favor considerar o período dos últimos 6 anos.

7- Em sua avaliação, qual a responsabilidade da Universidade Pública em relação à formação dos profissionais que atuam na Educação em prisões? *

8- Em relação à oferta de Ensino Superior nas prisões, há alguma experiência realizada ou proposta por sua Universidade, diretamente ou em parceria? *

9- Em sua avaliação, qual a responsabilidade da Universidade Pública em relação ao desenvolvimento de atividades de extensão de Educação nas prisões? *

10- A Universidade ou Grupo de Pesquisa em que atua participou ou propôs discussões ou ações sobre o Plano Estadual de Educação ou sobre o Plano Estadual de Educação em Prisões? *

Favor considerar o período dos últimos 6 anos.

11- Nos últimos 6 (seis) anos você publicou sobre o tema Educação nas prisões? Por favor, em caso positivo, especifique. *

Considerar aqui as mais diversas formas de publicação - artigos, livros, capítulos, pareceres, etc.

12- De acordo com sua experiência, as agências de fomento à pesquisa (Fapesp, Capes e CNPq) aceitam bem propostas de ensino, de pesquisa e de extensão junto ao sistema prisional? *

13- Você tem utilizado regularmente editais públicos das agências de fomento para apresentar propostas de trabalho na Educação em Prisões? *

14- Você tem utilizado regularmente editais públicos das agências de fomento para apresentar propostas de trabalho na Educação em Prisões? *

15- Você ou seu grupo de pesquisa já desenvolveram ou desenvolvem material didático para a Educação em Prisões, seja material físico, digital ou virtual? *

16- De acordo com sua experiência, alunos de graduação e de pós-graduação demonstram interesse por atividades de ensino, pesquisa e extensão sobre Educação em prisões? *

17- De acordo com sua experiência, quais são as dificuldades para realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão nas prisões? *

18- Segue espaço destinado a eventuais comentários adicionais que deseje tecer.

Obrigada!

B. MOBILIDADE INTERNACIONAL – ATIVIDADES REALIZADAS

Mediante la presente certificamos que Carolina Bessa Ferreira de Oliveira, RG MG 11.763.453, participó de las actividades del Programa Universitario en la Cárcel de la Facultad de Filosofía y Humanidades de la Universidad Nacional de Córdoba en el periodo del 13 de octubre de 2014 al 13 de noviembre de 2014, conforme a la Movilidad de Postgraduación, nivel Doctorado, aprobada por AUGM. Se detallan las actividades en las cuales la estudiante de doctorado participó, conforme al cronograma de acciones académicas aprobado por la Universidad de San Pablo – USP, Brasil- y la Universidad Nacional de Córdoba – UNC, Argentina.

Fecha	Actividad
14/10/2014	Reunión de presentación – Vicedecanato da Facultad de Filosofía y Humanidades de la UNC.
14/10/2014	Mesa-debate “Salud Mental en Contextos de encierro” – Facultad de Filosofía y Humanidades – Oyente/Asistente
16/10/2014	Reunión del proyecto de investigación “Producción de sentidos y subjetividad en el espacio carcelar” Directora Ana Correa – Facultad de Filosofía y Humanidades.
17/10/2014	Seminario-taller “Sentidos políticos de la universidad en la cárcel. Fragmentos teóricos y experiencias”. Profesora Patricia Mercado e Ines Leon Barreto. Tema de las clases: “Los sujetos y las prácticas educativas en contextos situados, impactos en la subjetividad. Concepto de Educabilidad. Concepciones sobre aprendizaje, inscriptas en el debate sobre igualdad/desigualdad de oportunidades, diferencias/derecho a la diferencia, identidades/fronteras identitarias, cultura letrada/cultura popular”.
17/10/2014	Curso de Posgrado: “De la imaginación sociológica a la criminología cultural” – 1º Encuentro (total: 6 encuentros) – ADIUC (Gremio de los Docentes e Investigadores de la Universidad Nacional de Córdoba). Profesor: Enrique Font.

Facultad de Filosofía
y Humanidades | UNC

Universidad
Nacional
de Córdoba

18/10/2014	Curso de Posgrado “De la imaginación sociológica a la criminología cultural” – 2º Encuentro (total: 6 encuentros) – ADIUC (Gremio de los Docentes e Investigadores de la Universidad Nacional de Córdoba). Profesor: Enrique Font.
20/10/2014	Participación en el aula en el curso de grado de la carrera de Trabajo Social (Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Universidad Nacional de Córdoba). Tema: Control Social y Delito. Profesora Inés León Barreto.
23/10/2014	IV Foro de los Nadies. Taller “Paradigmas del uso problemático de sustancias”, Facultad de Psicología, Universidad Nacional de Córdoba.
23/10/2014	1ª Jornada sobre Violencia social: Bullying, Violencia escolar y Violencia familiar. Fundación Progreso y Libertad, Córdoba.
24/10/2014	Seminario-taller “Sentidos políticos de la universidad en la cárcel. Fragmentos teóricos y experiencias”. Profesora Patricia Mercado. Tema de la clase: “Enfoques socioculturales: la relación entre conocimiento y pensamiento. Derecho al pensamiento crítico, derecho al aprendizaje. La intervención y la implicancia como razón política”.
24/10/2014	Curso de Posgrado “De la imaginación sociológica a la criminología cultural” – 3º Encuentro (total: 6 encuentros) – ADIUC (Gremio de los Docentes e Investigadores de la Universidad Nacional de Córdoba). Profesora: Eugenia Cozzi.
25/10/2014	Curso de Posgrado “De la imaginación sociológica a la criminología cultural” – 4º Encuentro (total: 6 encuentros) – ADIUC (Gremio de los Docentes e Investigadores de la Universidad Nacional de Córdoba). Profesora: Eugenia Cozzi.
28/10/2014	Entrevista con Alicia Beatriz Acín – Doctora en Educación en contextos de encierro, profesora de la Facultad de Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de Córdoba. Integra el equipo de trabajo de la Dirección General de Educación de Jóvenes y Adultos del Ministerio de Educación de la provincia de Córdoba.
29/10/2014	Diálogo con Eduardo Remedi – “Un lugar incómodo: algunas reflexiones en torno a la intervención educativa”. Facultad de Filosofía y Humanidades – Posgrado en Ciencias de la Educación. Oyente.
29/10/2014	Café científico: “La Universidad en la cárcel: pensar la educación como un derecho”. Programa Universitario en la cárcel - Doctora Beatriz Bixio y Francisco Timmerman.
30/10/2014	Entrevista con Laura Acosta – Coordinadora de Educación

Facultad de Filosofía
y Humanidades | UNC

Universidad
Nacional
de Córdoba

	en Contextos de Encierro de la Dirección General de Educación de Jóvenes y Adultos del Ministerio de Educación de la provincia de Córdoba.
30/10/2014	Reunión de trabajo con el Programa Universitario en la cárcel y entrevista con sus responsables. Vicedecanato de la Facultad de Filosofía y Humanidades. Beatriz Bixio (Vicedecana) y Patricia Mercado (Coordinadora del PUC).
31/10/2014	Visita al establecimiento penal San Martín en la ciudad de Córdoba. Participación en un taller de literatura.
31/10/2014	Curso de Posgrado "De la imaginación sociológica a la criminología cultural" – 5º Encuentro (total: 6 encuentros) – ADIUC (Gremio de los Docentes e Investigadores de la Universidad Nacional de Córdoba). Profesor: Francisco Broglia.
01/11/2014	Curso Posgrado "De la imaginación sociológica a la criminología cultural" – 6º Encuentro (total: 6 encuentros) – ADIUC (Gremio de los Docentes e Investigadores de la Universidad Nacional de Córdoba). Profesor: Francisco Broglia y Valeria Plaza.
03/11/2014	Reunión de trabajo Programa Universitario en la cárcel y entrevista con responsables. Vicedecanato de la Facultad de Filosofía y Humanidades. Beatriz Bixio (Vicedecana) y Patricia Mercado (Coordinadora del PUC).
03/11/2014	Entrevista con Ana Maria Correa, profesora de la Facultad de Psicología, ex-vicedecana e ex-coordinadora del Programa Universitario en la Cárcel.
04 a 07/11/2014	Seminario de Posgrado "Educación Comparada: el debate actual desde la perspectiva de la investigación" – Doctorado en Ciencias de la Educación.. Profesores: Drª Flavia Werle (UNISINOS) e Dr. Luiz Enrique Aguilar (UNICAMP)
07/11/2014	Entrevista con Erika Whitney – estudiante de Filosofía en la Universidad Nacional de Córdoba, participante como alumna ayudante del Programa Universitario en la cárcel y del Proyecto Rodando el margen.
08/11/2014	Participación en el encuentro del Curso de Postítulo del Ministerio de Educación Nacional para profesores de Enseñanza Básica de la provincia – "Postítulo especialización docente de nivel superior en contextos de encierro".
10/11/2014	Reunión y entrevista con el Dr. Juan Pablo Parchuc de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires. Profesor del Centro Universitario del establecimiento penal Devoto, Buenos Aires.
11/11/2014	Visita al establecimiento penal Devoto, en la ciudad de Buenos Aires. Centro Universitario de Devoto de la

Facultad de Filosofía
y Humanidades | UNC

Universidad
Nacional
de Córdoba

	Universidad de Buenos Aires. Lucas Adur y Nicolás Bermúdez.
12/11/2014	Visita a la Radio La Ranchada, en la ciudad de Córdoba – Programa “La vida y la Libertad”.
13/11/2014	Conferencia-debate “La educación en la cárcel: una mirada desde Brasil” en la Universidad Nacional de Córdoba. Conferencista. Participa también el profesor Dr. Roberto da Silva, por video-conferencia.

SILVIA S. MORÓN
CATEDRÁTICA DE POSGRADO
FILOSOFÍA Y HUMANIDADES

Dra. BEATRIZ BIXIO
VICEDECANA
FACULTAD DE FILOSOFÍA Y HUMANIDADES

C. RELATO DE CAMPO – CÓRDOBA

Em 31/10/2014, 10h. às 12h. – Visita ao Estabelecimento Penal *San Martin*, em Córdoba, Argentina, sob gestão provincial. Conteí com o acompanhamento da profª Patricia Mercado, coordenadora do PUC/UNC.

No início da mobilidade na Argentina tive negado o pedido para realização desta visita. No entanto, com a mediação da profª drª Beatriz Bixio, vice decana da FFyH/UNC, após solicitarmos a negativa por escrito da unidade para apresentação à UNC e à USP, foi possível negociar minha visita, acompanhada da coordenadora do PUC, Patricia Mercado, a fim de conhecer as atividades educativas desenvolvidas na unidade. Aproveitou-se a oportunidade de uma oficina de literatura do PUC, prevista para o dia 31/10, para a visita.

A unidade funciona em um prédio com infraestrutura precária, abriga o público masculino, cerca de 900 presos, e fica localizada em um bairro distante do centro da cidade. Para chegar, tomei um ônibus na praça central de Córdoba, às 9h., tendo chegado em cerca de 30 minutos, ponto final da linha de ônibus.

Ao chegar na porta da unidade verifiquei que está localizada em um bairro popular, com diversas pessoas transitando. Na entrada da unidade há um jardim, com espaço destinado a crianças e avistei que havia alguns presos trabalhando nele, vestindo uniforme amarelo.

Aguardei a profª Patrícia e a profª Silvia Catoni (da área de Letras), tendo encontrado também o educador que realizaria a oficina de literatura na entrada da unidade, e entramos juntos. Francisco Timmerman, funcionário do PUC que acompanha as oficinas, já estava dentro da unidade com os alunos.

Para entrar, deixei meu passaporte com os funcionários, assim como bolsa e objetos pessoais, entrando com um caderno e uma caneta para anotações. Passamos pelo detector de metais e por três portões, acompanhados por agentes de segurança.

O educador que realizaria a oficina foi me contando, nesse percurso, que é escritor e a atividade da oficina consistia em compartilhar algumas ideias sobre literatura e escrita, bem como falar sobre o Festival Internacional de Literatura de Córdoba (FILIC), que já ocorre há 4 anos na cidade e, na unidade de San Martin, desde 2013.

Fomos conduzidos pelos agentes até o corredor em que se encontravam as salas de aula utilizadas pela Educação Básica e Superior. Há uma escola dentro da unidade, chamada Escola José Hernandez, para Educação Básica, denominada de “primária” e “secundária”, que conta com uma biblioteca e se localiza no mesmo corredor da sala de aula destinada à

Universidade. No corredor, havia professores, coordenadores e alunos transitando livremente. Foi possível conhecer brevemente a coordenadora Laura, da secundária.

A sala onde foi realizada a oficina é destinada somente para uso da universidade, onde são desenvolvidas atividades de segunda a sexta-feira com exceção de quinta-feira – dia destinado às visitas de familiares na unidade. A sala contava com carteiras escolares, diversos livros e materiais impressos, 6 computadores e 2 ventiladores.

A oficina teve início com a fala da prof^a Silvia Catoni, que apresentou a atividade do dia, relacionando com os cursos da FFyH, saberes e práticas acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, e também me apresentou como pesquisadora visitante. Prof^a Patrícia mencionou que os alunos poderiam aproveitar a oportunidade para conversar em língua portuguesa comigo, uma vez que tem tido aulas dessa língua na unidade.

Em seguida, passou a palavra ao educador e escritor Javier e Adrián Sabino, escritor de Córdoba, que também havia sido convidado e já estava no interior da unidade. O ideal seria que os participantes pudessem ter lido os livros antes, mas não foi possível. Havia cerca de 15 presos participando da atividade, aparentemente com idade média de 30 anos, e outros 2 estavam utilizando computadores na sala. Nenhum utilizava uniforme e não havia a presença de agentes de segurança nos corredores e nem nas salas destinadas à educação. Todos os participantes eram alunos matriculados em cursos da FFyH/UNC, principalmente de História.

A oficina ocorreu em formato de roda de conversa, com diálogo e perguntas livres, abordando o tema proposto pelo escritor Sabino, que iniciou contando sobre a prisão de seu pai. Compartilhou os temas das obras que já escreveu e falou sobre o seu processo de escrita. Primeiro, uma novela sobre a história real de presos políticos e comuns convivendo em uma mesma unidade nos anos 60 e 70. Depois, uma outra novela ficcional, que também explora o tema da história e da política. Abordou as vozes dos personagens, as decisões que deve tomar na escrita de um texto literário e algumas questões sobre a prisão e a política.

Por volta das 10h40, após a fala inicial dos escritores, os alunos passaram a participar ativamente da roda de conversa, sobretudo comentando os períodos de ditadura militar na Argentina, a relação entre presos comuns e presos políticos. O primeiro a comentar, mencionou que está preso há cerca de 20 anos, e está prestes a se formar em Filosofia pela UNC, e tem discutido muitas questões políticas por meio das atividades do PUC.

O segundo aluno fez referência às questões de opressão do sistema social a que estão submetidas as pessoas presas e afirmou que “nesse momento estamos falando em democracia. Mas porque temos todo esse abandono do Estado?” O aluno teceu uma relação entre o que o escritor falou sobre a ditadura e presos políticos com a atualidade e questionou: “como você,

escritor, formado em Comunicação Social, vê isso?”. Para o escritor, que respondeu em seguida, o que importa é o que a voz mostra na novela. Não significa ser mentira ou verdade, porque muitos aspectos que “fantasiamos” podem dizer verdades sobre cada um de nós.

O terceiro preso que comentou questionou ao escritor: “o que você espera do leitor? Que informação ou mensagem quer passar?”. O escritor respondeu que quer “pôr em xeque” o que achamos certo ou errado, quer relativizar, questionar certezas naturalizadas pelo escritor e pelo leitor. Em uma das novelas, por exemplo, conta a história de um personagem real, Armando, um homem de Córdoba que viveu na rua e esteve preso. No entanto, apesar de já conhecer a história antes da novela, primeiro precisou definir a forma que escreveria (novela) e depois inserir aspectos da história real.

No decorrer da oficina, a partir das falas dos alunos presos, em geral, pude perceber aspectos relacionados à criminalidade, questões individuais e coletivas, além de falas críticas no tocante à ditadura militar e aos presos políticos, à democracia e à história argentina. No total, dos 15 presentes, participaram com comentários cerca de 6 alunos.

O escritor seguiu falando sobre a produção literária, dizendo que contar histórias, ou a própria vida, é uma construção, quando se seleciona o que vai contar. Há uma verdade que é de ordem ficcional, como parte filosófica da condição humana. Indicou aos alunos o filme “Bem-vindo a Nova York” a esse respeito.

Um aluno, quarto a comentar, questionou se seria possível suspendermos nossos juízos morais para compreender histórias, ou seja, verdades relativas. Na novela e na vida é muito comum criamos mentiras.

Um quinto aluno comentou que a história, o espaço de tempo do livro, o contexto histórico, os indivíduos presentes no sistema social e político, mostram como se vive uma pessoa pobre.

O escritor complementou que está muito em voga escrever crônicas com técnica da literatura ficcional, em que se cruzam histórias e pessoas. Nessa tendência tem-se como temas recorrentes os efeitos da delinquência, com uma avaliação menos literária e mais focada no tema. Para ele, deve-se desconfiar, ter cuidado para “não ser leitor turista” e não tornar uma história algo pitoresco, pois uma história reflete um tempo.

Por volta das 11h20, alguns alunos demonstram cansaço, dispersão, inquietação na atividade, olhavam o relógio. O escritor passou os livros para que os alunos pudessem olhar: de Adrian Savino, “*Soja en las banquetas*” (2012); “*Crónicas de un rocho*” (2013). O autor mencionou que o trabalho de pesquisa sobre um tema é uma parte muito importante ao escrever uma obra literária, além da parte teórica.

Em relação à linguagem, a prof^a Patricia Mercado perguntou sobre as variações em relação aos diferentes públicos, porque também trabalha com adolescentes. O autor comentou que o personagem Armando, do livro “*Crônicas*”, tem distintas vidas, em diversos lugares e, com isso, variadas linguagens que também se mesclam na história.

Às 11h40, Patricia anunciou que precisaríamos sair, pois nosso horário de permanência seria até as 12h., e ainda iríamos conhecer o espaço da educação primária. Me apresento novamente aos alunos, conto o porquê da minha visita como pesquisadora de doutorado. Faço um breve comentário relacionado a história de Armando, do autor, à história do prof. Roberto da USP – meu orientador, presente também em seu livro “Os filhos do Governo”. Por fim, agradeço a oportunidade de participar nesse espaço que se demonstra de livre diálogo, ainda que dentro de uma unidade prisional.

Saímos da sala e, em frente, estava a sala de aula da Educação Básica e a biblioteca. Laura e Valéria, coordenadoras pedagógicas atreladas ao serviço penitenciário, conversam conosco brevemente. Pergunto como é a adesão dos alunos, desde quando há escolarização, e se há remição de pena. Elas contam que do total de 900 presos na unidade, há cerca de 600 matriculados em atividades escolares. A prisão data de 1940, e a escola de 1983-86, iniciando suas atividades a partir da redemocratização do país. Relataram que não há remição de pena por estudos, mas a escolarização é considerada pelo Judiciário na progressão da pena/regime. Para estudar, não é feita nenhuma seleção dentro da unidade prisional, nem aspectos de conduta são considerados, bastando o interesse do aluno.

O princípio da escola é de que não precisam tomar conhecimento sobre o delito cometido, mas garantir o direito universal à educação. Há aulas da Educação Básica de segunda a sexta-feira, pela manhã e tarde. Quando os presos chegam à unidade, já vem com documentos escolares em sua ‘pasta’ (prontuário) para registro. Há também diversas atividades de educação não escolar, como oficinas, utilizadas também como estratégia para ampliar a adesão dos presos e mobilizar a demanda por educação escolar. Ocorrem, ainda, aulas de educação física.

Em termos de infraestrutura, a passagem do corredor da escola/salas de aula é o centro da unidade prisional. Nele passam muitas pessoas todo o tempo. Esse corredor fica fechado das 14 às 16h, dentro da organização de atividades da unidade.

Registros Iconográficos – Unidade Penal San Martín – Fonte: Arquivo pessoal

Após visitar a unidade prisional em Córdoba, tive a oportunidade de conversar com a professora Ana Correa, da Faculdade de Psicologia da UNC, por indicação da coordenação do PUC, por ser uma das fundadoras das primeiras atividades que originaram o Programa. Os principais pontos, do que ela relatou, seguem:

Iniciei minha conversa com Ana Correa perguntando sobre o início do Programa na UNC, e ela seguiu falando sobre as dificuldades e os êxitos alcançados, desde sua gestão, a primeira no PUC, até hoje.

O Programa iniciou com um convênio em 1999 entre UNC e o “*Servicio Penitenciario*” da Província, mas as atividades iniciaram no ano de 1997 com atividades de extensão e com estudantes da Universidade. O Programa sempre esteve situado no âmbito da FFyH). Segundo ela, era necessário conhecer a realidade prisional para depois criar algo, porque não tinham experiência anterior. Iniciou-se, assim, com a escola de psicologia (não era faculdade ainda). Aproveitou uma oportunidade dentro do marco teórico do positivismo e de pensar que o crime seria psicopatologia, para verificar o que o Serviço Penitenciário exigia e solicitava a presença do psicólogo para atender essa demanda.

Ana teve acesso à prisão por esse motivo. Dentro do marco do convênio, o Serviço Penitenciário exigiu ter um psicólogo e Ana aproveitou essa demanda para iniciar uma atividade. No escopo do convênio foi atribuído um psicólogo institucional, mudando o eixo do trabalho (do olhar terapêutico para a análise institucional). O Serviço Penitenciário não contestou isso.

Há um detalhe irônico, segundo ela. Faziam jornadas, trocas, seminários na psicologia. No caso da UBA, o programa criado em 1983, foi quase um lapso, um erro ter o trabalho da universidade, no contexto da redemocratização, pois a partir da abertura democrática, fim da ditadura militar, queriam abrir a prisão, pois não havia mais nada para esconder. Porém, pensaram, de dentro das prisões, que seria algo temporário – e a universidade ficou.

Segundo Ana Correa, em Córdoba também havia um momento de transição quando a universidade iniciou nas prisões, quando a unidade prisional de “*Bower*” estava sendo construída. Não havia nenhuma atividade educacional nas prisões ofertada pelo Serviço Penitenciário, mas somente algumas atividades laborais.

O convênio teve início com uma comissão mista, com um trabalho interinstitucional, a fim de realizar acordos, haja vista os interesses muito diferentes e concepções. Para a prisão, a universidade é um ator aliado, estratégico para melhorar a visibilidade, de modo positivo, do Serviço Penitenciário, motivo pelo qual este abre espaço para a universidade.

Assim, a comissão iniciou seu funcionamento em outubro de 1999 e permaneceu até

cerca de dois anos atrás. Segundo ela, foi uma gestão penitenciária em que respeitavam a universidade e os professores, apesar das enormes diferenças existentes. A comissão mista se constituiu por pessoal técnico do serviço penitenciário e alguém que se ocupava do cotidiano para ajudar na logística de segurança para entrada e saída de pessoas, por exemplo. Da parte da universidade, era possível conhecer quem era e quem não era aliado no campo educacional.

Na comissão, todos entravam em acordo sobre todos os temas: do cotidiano que iam construir, entendendo que a rotina é a lógica prisional que decide o que se institui e o que não se institui. Por exemplo, não se podia tomar mate nas salas (uma cultura muito presente na Argentina em todos os espaços). Aos poucos, alguns obstáculos foram sendo superados, acordos firmados e alternativas construídas.

Conseguiram romper, como um primeiro aspecto, a proibição do mate – o que significa compartilhar. Segundo Ana, essas proibições acontecem porque a gestão penitenciária está absolutamente convencida de que a população prisional é composta por pessoas perigosas. Também por isso, no início das atividades, a sala de aula ficava localizada fora dos pavilhões. Em 2005 o espaço da educação foi incendiado, e tudo recomeçou.

A princípio, nessa reconstrução, foi necessário rever os acordos interinstitucionais, combinados cotidianos, definição dos materiais necessários, documentos para matrícula, como nomear estudantes-presos, dentre outros aspectos. O primeiro convênio, inclusive, não permitia que os presos que estivessem estudando fossem transferidos de unidade. Uma série de acordos eram feitos e depois descumpridos, exigindo permanente articulação. Com isso, havia muita demanda de trabalho interno, pois não havia apoio de outras faculdades, somente filosofia e direito (inicia entre 1999-2000).

Alguns alunos eram levados, com guardas e algemas, da unidade prisional para a faculdade a fim de estudar (presos em regime semiaberto). A comissão se ocupava de firmar os acordos com a gestão penitenciária. Basicamente, nesse período, o trabalho ficou focado na unidade de “*San Martín*” e com o público de mulheres de “*Bower*”. Nesse último caso, eram desenvolvidas algumas atividades, pois não havia estudantes universitárias – por falta de demanda, uma vez que não havia muitas mulheres com ensino médio completo e nem interesse manifesto. Assim, realizavam ações de educação não escolar, como oficinas de teatro.

Era impactante a presença feminina em “*Bower*” (anteriormente a unidade abrigada homens e depois adolescentes privados de liberdade – simbolismo dos públicos diferentes atendidos, em diferentes momentos, no mesmo espaço). Ana destacou a forma como as

mulheres haviam rearranjado esse habitat: com limpeza, decoração, buscando ressignificar um espaço degradado, que antes era destinado a homens presos.

Ana relata que, antes de atuar com o tema, coordenava um trabalho em vilas/favelas, com trabalho voltado a adolescentes, em que participavam alunos de psicologia. Por meio de ações de contação de histórias, abordava temas sobre as famílias, dentre outros, que funcionavam como um mecanismo de multiplicação na comunidade – o que foi, segundo ela, uma experiência importante antes do PUC.

A gestão de Ana Correa, com citado anteriormente, foi a primeira no PUC. Representou a construção inicial, em Córdoba, da importância da presença universitária no espaço prisional – um passo importante para a elaboração de sentidos. A esse respeito, Ana comentou que foram fundamentais a articulação e os acordos institucionais para a universidade permanecer dentro da prisão. Para ela, há uma função política central dos professores e da universidade, na consolidação da educação como direito e não como tratamento ou promessa de trabalho necessariamente.

Nesse processo, contou com o apoio administrativo do pessoal da FFyH. Não havia nenhuma bonificação, em termos remuneratórios, para os professores universitários envolvidos, apenas subsídio de transporte, além de bolsas para alunos-ajudantes (monitores).

Em relação aos alunos, realizavam a oferta do curso introdutório, denominado de “nivelación” (regra para acesso ao ensino superior público argentino), além de prova de equivalência possível, pelo sistema de ensino, aos estudantes com 25 anos ou mais que não tenha terminado o ensino secundário. Do mesmo modo, realizaram discussões sobre regras e combinados coletivos com a universidade.

Segundo Ana relatou, o posicionamento dos estudantes ficou explícito em uma oficina realizada pela universidade sobre a lei e os direitos, que foi centrada na questão da educação e os alunos foram fazendo suas conexões. Algumas muito particulares, mas muito valiosas para expressar o que o acesso ao estudo lhe possibilitava, como ter palavra própria no espaço da prisão. O acesso às letras e aos livros passou a lhes fascinar, segundo contou Ana Correa, e ter a “*libreta*” universitária (*carteirinha* de estudante) foi considerado algo muito importante, “algo mágico”, como a construção de uma nova identidade construída por aqueles alunos privados de liberdade.

As oficinas, mediadas com a palavra, permitiam essas vozes e construções individuais. Porém, com um acidente (incêndio citado anteriormente no espaço escolar na unidade), a partir de um motim na unidade masculina (San Martín), alguns alunos foram novamente condenados criminalmente. Nesse processo, foram utilizadas cartas para comunicação com

aqueles que não poderiam mais frequentar as aulas, a fim de manter contato com a universidade. Depois disso, ocorreu uma reentrada da UNC por meio de pesquisas e continuaram trabalhando com as mulheres na unidade de “*Bower*”. O “Serviço Penitenciário” nunca interferiu, segundo Ana, nas atividades de investigação e educação da universidade. Em todo esse tempo, Ana comentou que o PUC não contava com recursos financeiros próprios, senão as bolsas dos alunos e o subsídio de transporte.

D. RELATO DE CAMPO – BUENOS AIRES

Em 11/11/2015, 14h30 às 18h. – Centro Universitário de Devoto – Penitenciária Federal em Buenos Aires (CUD/UBA XXII). Fui acompanhada pelo prof. Nicolas Bermudez, da Faculdade de Letras da UBA.

O contato para a visita na UBA, especificamente para conhecer Devoto, foi realizado pelas professoras da UNC, Beatriz Bixio e Patricia Mercado, que articularam por e-mail e contato telefônico com professores da UBA.

Organizei a viagem de Córdoba a Buenos Aires, de ônibus, para o período de três dias, com estadia no centro da capital argentina, de modo que pudesse encontrar uma forma de chegar à Penitenciária Federal de Devoto por meio de transporte coletivo. Cheguei à cidade um dia antes do dia que realizaria a visita à unidade prisional, quando fui à Faculdade de Filosofia e Letras da UBA para conversar com o Coordenador das ações de extensão e ensino, Prof. Dr. Juan Pablo Parchuc (conversa registrada em relato que se encontra ao final deste), e combinar os últimos detalhes da visita. A autorização para a minha entrada como pesquisadora na unidade já havia sido obtida, por contato de e-mail, após a mediação das professoras da UNC, como citei.

Procurei a linha e o ponto de ônibus, tendo solicitado auxílio ao professor Juan Pablo. Saí com cerca de duas horas de antecedência do horário combinado e a viagem demorou cerca de 40 minutos. Desci cerca de quatro quadras distante da Penitenciária e fui caminhando. Ainda tive tempo para almoçar, no bairro, antes da visita. Tratava-se de um bairro residencial, mas muito afastado do centro da capital, limítrofe com outro município.

Chegando em frente à unidade prisional percebi que era dia de visita de familiares e havia, sobretudo, mulheres em uma fila na porta da unidade e um agitado comércio de alimentos, roupas e diversos produtos, nas redondezas, como também é costumeiro de se

identificar no Brasil.

Me aproximei da entrada, onde havia muita gente, e perguntei ao agente penitenciário se já havia chegado algum professor da UBA, e ele indicou que não. Aguardei e alguns minutos depois chegou o professor Nicolas Bermudez, da UBA, que desenvolve oficinas de escrita acadêmica (apoio a artigos, resenhas e trabalhos de conclusão de curso). O nosso combinado para a minha entrada como pesquisadora seria, então, participar dessa oficina no espaço do CUD como convidada.

Conversamos rapidamente sobre como funciona a unidade prisional, antes de entrar, e a dinâmica da atividade. Na verdade, a oficina acabou não ocorrendo e eu pude ficar livre para conversar com os alunos e conhecer o espaço. O prof. Nicolas me informou que a unidade é masculina e tem cerca de 1600 presos, sendo que aproximadamente 280 estudam no CUD. O Centro Universitário funciona com o modelo de auto-gestão, de segunda a sexta-feira das 9 às 18h. Para os presos que estudam há um incentivo, por lei, em termos de progressão de pena, sendo que o incentivo ocorre por conclusão de ciclo/anos de ensino.

Entramos na unidade, sem muitos problemas, passando pelo detector de metais e deixando os objetos pessoais com o pessoal da segurança. Entrei com um caderno e uma caneta, para anotações. Ao passar pela revista, saímos para um corredor que já rumava para o prédio do CUD – um prédio próprio (da universidade) e independente (fora dos pavilhões), em que os agentes de segurança não podem entrar, nos acompanhando apenas até a entrada.

Fomos recepcionados por um aluno do CUD, colombiano, que estava atuando como coordenador de Letras no CUD. Como o Centro Universitário funciona no modelo de auto-gestão, os alunos presos são responsáveis por todos os afazeres administrativos e de organização do local, tais como coordenação, secretarias dos cursos, agremiação, limpeza, biblioteca e laboratórios.

O aluno-coordenador foi me apresentando todos os espaços do Centro, como laboratórios, sala de aula, biblioteca, restaurante universitário e espaço do Sindicato Único dos Trabalhadores Privados de Liberdade (SUTPLA) – que também funciona no Centro, por falta de espaço na unidade, e é autônomo em relação a esta, cujo trabalho é voltado à regularização da documentação dos presos e inserção no mercado de trabalho. Fui apresentada, também, ao aluno-coordenador de Ciências da Administração, que nos acompanhou na visita. Observei que nenhum aluno estava de uniforme ou identificação da unidade prisional.

Os alunos foram relatando como ocorre a auto-gestão no Centro, que permanecem todo o dia nesse espaço, onde podem transitar livremente, sem a presença de agentes de

segurança, estudar, ler e dialogar. Como atividades de extensão, eles desenvolvem ações por meio do SUTPLA, de cooperativas, além de música e artes. Comentaram que mantém uma publicação semestralmente de uma revista acadêmica produzida pelos alunos, a partir das oficinas de extensão da UBA de edição e escrita, com desenhos, artigos, crônicas, textos e poesias. Tem seu site para publicação (www.laresistencia.wordpress.com) e também conta com o formato impresso, com recursos da UBA, para circulação no CUD e na UBA.

Após conhecer o espaço, nos juntamos a um grupo de alunos organizados em um grupo de estudos na biblioteca, estudando Nietzsche, e nos reunimos em uma sala de aula para conversarmos – eu, prof. Nicolas e dois alunos-coordenadores. Aos poucos, outros dois se juntaram. Os presos tomavam mate de modo coletivo e conversavam sobre o autor.

A sala tinha vários escritos e desenhos nas paredes, elaborados pelos alunos, remetendo à revolução e a diversos autores clássicos das ciências sociais, como Weber e Marx. Em frente à sala havia um pátio de convivência e um jardim – também organizado pelos alunos.

Me apresentei e perguntei aos presentes o que representava para eles o acesso à universidade e o CUD. O aluno-coordenador da Letras afirmou que não estudava “na rua”, está longe do seu país, e se preocupava com armas. Ele afirmou que estudar é, hoje, “uma ferramenta no espaço de docilização”. Nesse momento, o aluno citou Foucault, “Vigiar e Punir”, e sua teoria sobre a “docilização dos corpos” e “dessubjetivação pela prisão”. No entanto, disse que tem consciência de que Devoto é uma exceção, nesse sentido, na Argentina.

Perguntei, em seguida, quais cursos estavam sendo oferecidos e quais os critérios para acesso. Responderam que há “carreiras” de Letras, Sociologia, Direito, Ciências da Administração, Contador Público e Psicologia. Todos os candidatos devem cursar o “Ciclo Básico Comum” de 1 ano para o ingresso no Ensino Superior público argentino. Mas para participar das diversas oficinas, como edição, escrita, literatura e computação, não há seleção, de modo que qualquer preso interessado pode participar.

Os cursos que precisariam de laboratórios e equipamentos específicos não são autorizados. No entanto, contaram que alguns alunos tem conseguido autorização judicial para saídas com o objetivo de desenvolver a prática profissional de alguns cursos, como docência.

Dentre os critérios para estudar no CUD, citaram: ter documentos pessoais e a conduta – que não é um critério exposto, mas tácito. Disseram que muitos colegas presos “não querem estudar. Mas é porque estão colonizados, como disse Goffman, pela instituição total”. Em seguida, fizeram alguns comentários negativos em relação aos presos que não estudam, exaltando aqueles que estudam, demonstrando orgulho em relação à vida anterior ligada À

prática de alguns delitos e criminalidade. Concluíram, esse tema, dizendo que “CUD é peleia intelectual”, indicando que é espaço de luta e resistência.

Perguntei se haveria algo a ser melhorado no CUD. Um aluno respondeu que o que falta, nesse momento, são cursos de nível superior de Artes, pois consideram que a arte é uma “ferramenta de expressão e liberdade”. Além disso, oficinas de extensão que contemplem atividades com organizações sociais que abordem o “campo social simbólico”. Indicaram, ainda, que cursos com duração menor são mais atrativos e incentivam mais presos a participarem.

Os alunos contaram que estavam organizando um grupo de estudos/assessoria educativa com o intuito de incentivar os presos a estudarem, a concluírem o “secundário” e ingressarem na universidade. Para eles, a presença do CUD na Penitenciária “cambia a subjetividade para a crítica”.

O aluno-coordenador de Letras no CUD contou um pouco de sua história de vida, que já esteve próximo à morte por ter sofrido dois tiros na boca, e que, agora, pretende ser professor. Estudou o “primário e secundário” (Educação Básica) na unidade e agora também Superior e seu sonho é dar aulas. Porém, sua família não acredita que ele está estudando, tem suspeita, porque já descumpriu muitas promessas. Ele não quer que a família o visite. Contou, ainda, que foi pai aos 17 anos – “assim são os pobres, adiantam os feitos. Não é que ser pai seja algo metódico, como os burgueses acreditam. Mas, sim, acontece na vida”.

Perguntei, ainda, sobre os professores, como percebem a relação e a formação deles para as atividades no CUD. Os alunos disseram que percebem que muitos professores da UBA vão dar aulas no CUD, mas não querem, porque os alunos são “diferentes”, trazem “outro olhar ideológico”. Percebem, ainda, que é chocante para os professores, em geral, aquela realidade da prisão, a primeira vez que vão dar aulas ou alguma atividade. Consideram que esse contato deve impactar na universidade “lá fora”, “é dialético”. Há, inclusive, salas no CUD com apenas 1 aluno cursando graduação, e os presos tem suas leituras próprias.

O prof. Nicolas comentou, sobre o tema, que os professores da UBA, ou os “ajudantes de cátedra”, não recebem formação específica inicial para lecionarem no CUD.

Os presos continuaram comentando sobre a relação dos professores e que consideram que, por vezes, “se sentem colonizados academicamente”, e que isso tem a ver com Paulo Freire e com os princípios da IAP – “Investigación Acción-Participante”, pois são participantes diretos desse processo de auto-gestão do CUD.

Seguiram dizendo que “tomar consciência também é angustiante, por saber como funciona a sociedade; mas se você não se muda, não pode querer que o outro mude, nem o

Estado. É muito hipócrita só criticar o Estado, se não cobramos e não agimos. Não queremos chegar ao niilismo de Nietzsche” – disse um dos alunos do CUD.

Em relação à organização dos estudantes, perguntei se há um diretório ou centro acadêmico que os representem. Os alunos contaram que o Centro de Estudantes do CUD iniciou entre 1993 e 1994, como um grupo político, cerca de 10 anos após o CUD/UBA XXII ser implantado na Penitenciária. Recebeu o nome de GUD – “Grupo Universitário de Devoto”. A partir de 2014, a organização/agremiação dos universitários passou a ser totalmente horizontal e contou com a ajuda da FUBA – Federação Universitária de Buenos Aires, da UBA.

Fazendo considerações finais, perguntei quais os limites do CUD e as expectativas dos alunos. Destacaram que falta muito uma Faculdade de Artes no CUD, pois essa área poderia contribuir com a “catarse” e com fomento às qualidades positivas, por meio da expressão artística e livre, “para tirar tudo de ruim que há”. Nicolas comentou que é possível pensar uma articulação entre a UBA XXII e a Universidade Nacional de Arte, envolvendo a Secretaria Acadêmica da Reitoria da UBA. No mesmo momento, os alunos sugeriram uma “Comissão de Trabalho” para tratar do tema.

Pontuaram, ainda, que faltam classes “mistas” com alunos da UBA “de fora” da Penitenciária. No mesmo sentido, sentem falta de participar da UBA “de fora”, de terem autorização para atividades acadêmicas externas.

Ademais, afirmaram que uma sugestão/expectativa seria que a UBA não precisasse do convênio com o Serviço Penitenciário Federal, “porque eles o manejam”, ou seja, manipulam. Seria melhor ter apenas o convênio entre a Educação e o Ministério da Justiça. Os alunos consideram que o Serviço Penitenciário pode “militarizar”, “querer ter poder” no CUD, pois hoje agentes não entram no espaço acadêmico e isso não é tão tranquilo. Porém, os alunos lutam pela manutenção da autonomia universitária e tem consciência de que “perderam somente o direito de locomoção e não os demais”.

Seguiram comentando que a “estigmatização é muito forte”. Nesse momento, buscaram em outra sala duas reportagens em um jornal (Clarín, veiculada em um domingo) abordando temas sobre auxílios a presos, grêmios e sindicatos, e afirmando os “altos” gastos do Estado com os presos. Porém, os alunos afirmaram que não são verdades, que isso aumenta a estigmatização e que fizeram “uma leitura política” a respeito, mesmo no meio de um processo no país de mudança do Código de Processo Penal. Suspeitam que é “estratégia da presidência para se proteger do enriquecimento ilícito que está sendo acusado, por sindicatos e CTA – *“Central de Trabajadores de Argentina”*. No mesmo sentido, citaram que

muitos presos que trabalham internamente na Penitenciária não recebem salário, há uma “corrupção interna”. Para estudar no CUD, por exemplo, consideram que os agentes não querem que estudem pela consciência que traz o Ensino Superior, e não pelo “trabalho que dá nos trazer” para o CUD, dentro da unidade.

Perguntei, ainda, sobre os presos “políticos”, já que a Penitenciária de Devoto também abriga condenados por crimes “*de lesa humanidad*”. Os alunos afirmaram que não aceitam a presença deles no CUD e também a UBA não autoriza que estudem na universidade (segundo eles, uma Resolução específica normatizou). Porém, alguns presos políticos conseguiram atendimento escolar por universidades privadas (minoria na Argentina).

Por fim, os alunos me passaram o contato de e-mail, dizendo que tem algumas formas de conseguir acesso à internet e contaram que em 14 de novembro de 2014 realizariam um evento interno de fechamento do ano no CUD, pelos alunos, pois tem uma grande preocupação em manter-se organizados “se autoformando” e para garantir a continuidade do CUD na Penitenciária. Mencionaram que há um vídeo da internet sobre o CUD chamado “*No ser dios y cuidarlos*”, que registra a experiência do espaço pela UBA.

Saímos cerca de 18hs da unidade, com a sensação de que ainda havia muito o que conversar, pois os alunos demonstraram uma grande abertura ao diálogo e interesse em contribuir.

Registros Iconográficos – Penitenciária Federal, Buenos Aires - arquivo pessoal:

Antes da visita à unidade de Devoto, pude conversar com o professor dr. Juan Pablo Parchuc, um dos coordenadores de ações no Centro Universitário de Devoto (CUD) pela Faculdade de Filosofia da UBA. Os principais pontos, do que ele relatou, seguem:

Iniciei a conversa com o professor Juan Pablo Parchuc perguntando sobre as origens do Programa UBA XXII, suas ações implantadas e unidades envolvidas. Segundo ele, um outro programa teve início em 1985, “UBA XXI”, voltado à educação a distância para as pessoas que estão terminando o secundário e querem adiantar carreiras, com o “Ciclo Básico Comum”. Em 1985, com a redemocratização do país, se faz o “UBA XXII”, mas que não tem relação com UBA XXI.

Assim, o Programa iniciou com um convênio entre a Universidade de Buenos Aires (UBA) e o Serviço Penitenciário Federal (SPF), oferecendo o Ciclo Básico Comum (CBC) e o curso de Direito, basicamente. Depois, ocorreu a oferta de Sociologia e outras áreas e faculdades foram se somando, por adesão.

A presença da UBA na prisão acabou dependendo, segundo Juan, da reitoria e da secretaria acadêmica da UBA, pela estrutura da universidade, que implica no papel do reitor e dos professores das unidades acadêmicas. Cada faculdade tem seu conselho diretivo e suas autoridades, como decanos e secretários, que decidem sobre sua atuação.

No Programa UBA XXII há coordenadores em cada faculdade envolvida na oferta de ensino – como Filosofia e Letras, Direito, Ciências Sociais e Trabalho Social, que iniciaram trabalhos em diferentes momentos, além de cursos de extensão – como Psicologia, Ciências econômicas e Ciências da computação.

Juan Pablo informou que atua como coordenador da *Facultad de Filosofía y Letras* desde 2007, tendo iniciado sua docência na UBA em 2005. Em 2007, a Faculdade aderiu ao Programa UBA XXII oficialmente.

Sobre a adesão das faculdades, disse que cada conselho diretivo propõe ao Conselho Superior da reitoria da UBA sobre aderir ao Programa. Com o aceite, indicam um coordenador para o Programa, da Faculdade, que articula as ações com os coordenadores de carreira e de extensão.

Segundo ele, a articulação no CUD, pela Faculdade, iniciou em 2005 com algumas propostas de oficinas de extensão de direito, questões ligadas a discriminações e organizações sociais, fundadas no eixo da extensão universitária. Em 2007, foi institucionalizada a adesão da Faculdade de Letras, propondo programa de trabalho no CUD e na unidade de “Ezeiza” (Complexo Penitenciário Federal 4 – mulheres; e 1 – homens). Iniciaram com a área de Letras

e extensão nesses dois espaços prisionais, relacionando as atividades à Secretaria de extensão universitária. Segundo ele, até o momento, as oficinas de extensão são a maior parte das atividades ofertadas.

Há uma série de unidades, incluindo as que atendem adolescentes privados de liberdade, onde há Ciclo Básico Comum, que contribui na elevação de escolaridade para ingresso nos Centros Universitários. A atuação da UBA se dá em unidades federais, porque o convênio firmado pela UBA, em 1985, foi com o Serviço Penitenciário Federal – responsável pelas unidades prisionais federais, e nunca houve interesse em outros convênios.

Na Penitenciária de Devoto, segundo ele, há cerca de 1800 pessoas presas, entre provisórios e condenados. Os dados gerais divulgados informam que, em unidades federais, há cerca de 50% condenados, segundo Juan. Sobre o acesso à universidade, ele informou que não há distinção sobre os delitos ou condições pessoais, de modo que qualquer pessoa pode acessar a universidade na prisão. Com exceção de condenados por crimes de “*lesa humanidad*”, praticados principalmente no período ditatorial-militar, que não podem acessar a universidade – o que está regulamentado em Resolução da UBA, por meio da qual o Conselho Superior da instituição proibiu este acesso. Não há contestação, pois, dentre outras questões, essa população presa consegue estudar por outros meios (como universidades privadas).

Segundo ele, há cerca de 1000 estudantes participando das atividades oferecidas pela UBA nas prisões da região. E, outros, que fazem atividades além dos cursos de graduação, que qualquer pessoa pode acessar – como oficinas de extensão, atividades de leituras e escrita.

Especificamente na unidade de Devoto, há de 300 a 400 estudantes matriculados na UBA. É um dado difícil de precisar, por questões de rotatividade, segundo ele. Ainda, há diversas oficinas de computação, escrita, leitura, no secundário e em formação profissional.

Na Faculdade de Filosofia e Letras, que coordena, está em outras unidades, como a “*Unidade 31*” (em que há cursos de espanhol para estrangeiras presas), e em “*Ezeiza*”. Estão iniciando atividades de “pré-egresso”, com pessoas presas próximas à liberação.

Segundo Juan Pablo, o maior trabalho é na unidade do CUD. Realizam, inclusive, o Programa de *Extensión en Cárcel* (PEC)²¹⁰, pela Faculdade de Filosofia e Letras, em que

²¹⁰ Segundo informações do site do Programa: “*Antecedentes: Desde hace más de diez años, distintos equipos, cátedras y programas de la Facultad de Filosofía y Letras (FFyL) realizan actividades en cárceles o asociadas a la problemática del encierro, en penales federales, provinciales y centros de régimen cerrado para niños/as y adolescentes en conflicto con la ley penal (antes llamados “institutos de menores”). A su vez, en el año 2005, un grupo de docentes e investigadores/as empezaron a participar del Programa UBAXXII (“Universidad en la cárcel”) de la Universidad de Buenos Aires y, dos años después, se propuso institucionalizar esta participación, a través de la organización de actividades de extensión y el dictado de la carrera de Letras, en los centros*”

realizam propostas de atividades complementares à UBA XXII, pautados no tripé ensino, pesquisa e extensão. A esse respeito, Juan Pablo informou que há duas principais frentes de atuação em sua coordenação:

*universitarios de los penales de Devoto y la localidad de Ezeiza; a la que se sumó recientemente la carrera de Filosofía. En el año 2011, la SEUBE propuso empezar a reunir los equipos y proyectos existentes en la facultad, con el fin de recuperar y compartir experiencias desarrolladas en lugares de encierro, discutir lineamientos y acordar criterios de acción para coordinar y fortalecer las intervenciones existentes. En ese marco, se creó el Programa de Extensión en Cárceles (PEC), según la Resolución (CD) Nro. 2912/11; integrado por un equipo interdisciplinario de docentes, investigadores/as, graduados/as, estudiantes, profesionales y activistas vinculados con el tema. **Objetivos:** El objetivo general del programa es promover, elaborar y coordinar prácticas y acciones de formación, enseñanza, investigación y extensión en contextos de encierro, orientadas a ampliar los derechos y promover la inclusión social de las personas privadas de su libertad ambulatoria y liberadas. **Sus objetivos específicos son:** a) aportar a la producción de conocimiento y las intervenciones sobre la realidad carcelaria; b) promover actividades universitarias en contextos de encierro o vinculadas con las problemáticas que atraviesan las personas en conflicto con la ley penal; c) coordinar el desarrollo de prácticas educativas, espacios de formación, discusión y acción en penales y centros de régimen cerrado; d) promover la articulación de áreas, programas y equipos interesados en el tema; e) elaborar proyectos de extensión e investigación y proponer prácticas e instancias de formación docente para el trabajo en esos ámbitos, con población detenida, con salidas transitorias o liberada; f) participar e intervenir en el diseño y desarrollo de proyectos legislativos y políticas públicas dirigidas a esa población; g) generar vínculos institucionales con áreas y programas estatales, organismos públicos y organizaciones de la sociedad civil. **Actividades:** El PEC organiza charlas, cursos y talleres de formación profesional, artística, cultural y política, en centros universitarios y espacios educativos dentro de institutos de régimen cerrado y penales federales y provinciales, en temas relacionados con la defensa de los derechos humanos, la persistencia de la tortura y la violencia institucional; los derechos a la educación, la salud y el trabajo intramuros; el acceso a la justicia y la discriminación dentro y fuera de la cárcel; las posibilidades abiertas por el cooperativismo y el desarrollo de proyectos en el marco de la economía social; la inclusión de las personas liberadas a través del abordaje integral de sus problemáticas; la discapacidad y las políticas de accesibilidad en instituciones públicas y medios de comunicación; español como lengua segunda o extranjera para migrantes no hispanohablantes encarcelados; los derechos y las políticas referidas a los géneros y la diversidad sexual; la escritura en cárceles (creativa, jurídica, académica); la edición, los medios y la comunicación en el encierro; la filosofía política y la historia de la luchas sociales, entre otros. Además colabora con las carreras dictadas en el marco del Programa UBAXXII, realiza tareas de orientación y acompañamiento pedagógico y propone proyectos para la atención de problemáticas relacionadas con el ingreso, la permanencia y terminalidad de los estudios de las personas privadas de libertad ambulatoria y liberadas en la escuela media y la Universidad, como la Asesoría Educativa creada en el Centro Universitario Devoto (CUD). Propone actividades de formación docente y coordina prácticas curriculares y de investigación, créditos y pasantías profesionales en contextos de encierro, a través de la articulación con secretarías, departamentos y cátedras. Es un ámbito para el desarrollo de proyectos de Voluntariado Universitario y UBANEX. Publica materiales de estudio, revistas y libros producidos intramuros, como las revistas *La Resistencia* y *Los Monstruos Tienen Miedo* (ver aquí). Participa de redes y proyectos con otras universidades nacionales y articula su trabajo con centros educativos en contextos de encierro, agrupaciones, sindicatos, organizaciones sociales y de derechos humanos. **Proyectos en marcha:** En la actualidad, la coordinación del PEC está trabajando en mejorar la integración de actividades de docencia, investigación y extensión, a través de la articulación entre equipos, la vinculación con actividades curriculares y de formación docente y el desarrollo de proyectos de investigación individuales y colectivos. En especial, se encuentra trabajando en la preparación de espacios de participación y formación de estudiantes, según lo dispuesto por las Prácticas Sociales Educativas (Res (CS) Nro. 520/2010), actividades de formación docente en educación en contextos de encierro y proyectos de investigación-acción intramuros. Estas actividades responden a dos ejes o líneas de trabajo articuladas, que organizan las intervenciones del programa en este momento: a) el estudio de las trayectorias educativas y la producción de actividades y dispositivos de orientación y acompañamiento, para el ingreso, permanencia y continuidad en el sistema de educación media y universitaria intra y extramuros; b) el desarrollo de proyectos socioeducativos de formación profesional, artística, cultural y política, para el fortalecimiento de las estrategias y modos de organización en la defensa de los derechos humanos y la promoción de la inclusión social de las personas privadas de libertad y liberadas. Asimismo se está trabajando en una mayor vinculación con programas y redes universitarias, instituciones y organismos del Estado y la sociedad civil, para ampliar la visibilidad y alcances de estas propuestas.” Fonte: <http://seube.filo.uba.ar/programa-de-extensi%C3%B3n-en-c%C3%A1rceles> Acesso em 10/05/2016.*

- 1- **Orientação e acompanhamento:** cursos, oficinas e atividades que devem facilitar ou atender problemáticas educativas – para universitários ou não universitários. Motivar alunos do secundário ao ingresso na universidade. Em Devoto, alguns alunos estão formando uma assessoria educativa, para difundir informação sobre o acesso à educação na unidade prisional e orientar os presos sobre oferta, benefícios, como acessar, ensino universitário e formação profissional. A assessoria, que está sendo construída, conta com apoio da Faculdade de Ciências da Educação, incluindo-se oficinas de escrita acadêmica;
- 2- **Oficinas e cursos de formação profissional, artísticos e culturais:** diversas e variadas atividades estão incluídas aqui. Porém, há orientações formativas e igual acompanhamento. Ocorrem oficinas de edição de revista, que abordam aspectos sobre produção de conteúdos, edição, expressão artística e cultural, escrita criativa e literatura. Nessa frente, está a edição da revista “*La Resistencia*” (<https://laresistenciadud.wordpress.com/> e <http://issuu.com/laresistenciadud>) produzida pelos alunos presos de Devoto, que editam, escrevem e desenham. Na unidade de “*Ezeiza*” – masculino há também a produção da revista “*Los monstruos tienen miedo*” (http://issuu.com/losmonstruostienenmiedo/docs/lmtm_1) realizada por quadrimestre, que é resultado da oficina de edição (considerando um semestre acadêmico, realizam duas revistas por ano, de cada uma delas). Com isso, promovem a circulação das revistas impressas na Faculdade, além de virtualmente pela internet (nas páginas citadas e no portal: <http://novedades.filo.uba.ar/novedades/distinci%C3%B3n-revistas-realizadas-por-personas-privadas-de-libertad>), visando ampliar o debate e a discussão sobre o acesso à educação das pessoas presas.

Sobre o financiamento das atividades, Juan Pablo informou que no caso da extensão contam com distintas fontes de financiamento – convocatórias de projetos de extensão (de outros órgãos e Ministérios ou da própria UBA) – além das ações da Secretaria de extensão da própria Faculdade de Filosofia e Letras (<http://seube.filo.uba.ar/>).

Os professores que atuam nas atividades, em geral, são graduados, recém-formados e também incorporam graduados de outras áreas da UBA. Quando às oficinas, os próprios alunos da UBA podem ministrar como oficinairos, bolsistas ou participam para obter algum crédito de investigação ou extensão.

Além do Programa UBA XXII, baseado no convênio com o SPF, há outras intervenções no espaço prisional pela Universidade. Sem dúvida, esse Programa é o principal,

mas há, por exemplo, estudantes de graduação de Letras que realizam oficinas literárias em institutos de atendimento a adolescentes privados de liberdade. Nesse caso, não há convênio, mas atividades voluntárias. Nesses espaços, “*Centros de régimen cerrado*”, promovem práticas docentes para quem está terminando a graduação, para também construir vínculo com práticas educativas em espaços não escolares.

Juan citou, ainda, que há articulação com outras unidades prisionais, de províncias, por exemplo, para buscar soluções, que as vezes resultam em normas e políticas públicas, além de cursos, oficinas conjuntas e impulsionam novas iniciativas por parte da universidade.

Ele informou que há, na Argentina, uma “*Meta Nacional por la Igualdad*” – que inclui meta de organizações e sociedade – uma frente de atuação política para lutar pelos direitos das pessoas privadas de liberdade. Assim, o Programa também se fortalece e se orienta não só para garantir o direito à educação universitária, secundária ou formação profissional, mas é também fortemente orientada a fortalecer a luta pela igualdade, inclusão social e garantia de outros direitos (com parcerias, por exemplo, com cooperativas, formação profissional fora das prisões) e propiciar mais oportunidades no momento de saída da prisão.

Sobre o Convênio da UBA com o Serviço Penitenciário Federal, Juan Pablo retomou dizendo que está antigo e foi atualizado em 2010. Ouve um conflito institucional muito forte em Devoto, que chegou a esse novo momento em 2010. Para ele, os convênios são marcos de uma ação, mas a Universidade é que define as políticas institucionais, em pesquisa, ensino e extensão, ao lado das Faculdades.

Sobre as atribuições, o convênio coloca que UBA deve orientar as regras sobre educação e o Serviço Penitenciário não interfere nas ações (em conteúdos, metodologias, formatos das atividades). Apenas devem ser avisados com antecedência, autorizar o ingresso, a partir dos nomes dos professores e convidados para entrar na prisão, mas não se discute o que fazer em termos de educação – que é papel da universidade.

Os agentes penitenciários não ingressam no espaço do CUD na unidade – que inclui restaurante universitário, biblioteca, salas de aula, salas administrativas e de informática. Esta foi uma das primeiras solicitações requeridas pelo Programa, segundo Juan, para manter a liberdade de atuação da universidade. Os agentes devem pedir permissão para entrar no CUD, ainda que esteja dentro do espaço geral da unidade prisional e, com isso, conseguiram compreender que é um espaço da UBA. Segundo o professor, em algumas unidades ocorrem problemas com isso, por falta de aceitação dos agentes, mas em outras está mais institucionalizado o espaço universitário, como sendo da Faculdade, dos alunos e professores.

Segundo Juan, os problemas são diversos e ocorrem alguns debates, mas nunca houve problemas de violência entre estudantes e/ou professores. Em geral, há uma questão cultural que as “brigas” e desafetos dos pavilhões ou internas à unidade não podem ser levadas para o espaço da universidade na prisão. Ele afirmou que os alunos cuidam muito disso, em seus códigos internos e convivência no CUD.

Sobre a organização dos alunos presos, Juan Pablo informou que eles estão autorizados a se organizar em agremiações estudantis – seja centralizado, ou por faculdade/curso. Em cada unidade prisional há uma configuração, conforme escolhem os estudantes. Há um grupo geral e depois se organizam em cada curso de graduação e em cada unidade. Em Devoto, no CUD, há um comitê central de organização de estudantes, com estrutura horizontal, com coordenadores de todos os cursos.

A partir do trabalho desses coordenadores (alunos internos), a UBA organiza a programação das oficinas, para o quadrimestre, bem como as disciplinas e demais atividades de ensino e extensão. Fazem as inscrições e apresentam ao SPF, para que a unidade prisional possa autorizar o trânsito interno dos presos às atividades no prédio do CUD. Segundo Juan, a unidade não faz distinções ou seleção de presos – o que por vezes gera muita rotatividade de público nas atividades.

Em relação aos professores, ele informou que os que atuam com os presos no CUD, em aulas e oficinas, tem o mesmo papel desempenhado na UBA. Cada faculdade/unidade acadêmica disponibiliza seu corpo docente ou abre espaço para interessados externos atuarem como docentes/alunos. Não há bonificação salarial ou recurso específico. Cada unidade acadêmica pode, ou não, destinar parte de seus docentes/horários para o Programa, incluindo-se em sua carga horária habitual de trabalho.

Citando o próprio exemplo como professor, que também leciona no CUD, Juan Pablo contou que em um semestre de 2015 lecionaria uma matéria sobre teoria literária em Devoto e não iria acumular com a Faculdade fora da unidade prisional. Com essa dinâmica, foi possível realizar um revezamento entre atividades de ensino, extensão e investigação também.

No que se refere à periodicidade das atividades, o professor informou que em Devoto (e também “Ezeiza”) há aulas de segunda a sexta-feira, tanto de cursos de graduação, como CBC. São aulas presenciais, com realização de provas, como nos cursos da UBA em geral. No caso do CUD não há tutorias, pois buscam realizar o mais próximo possível do que é a Universidade em seu cotidiano. As vezes não é possível, pela carga horária ou falta espaço físico. Todas as atividades realizadas, de ensino e extensão, são certificadas pelo Programa.

Sobre a formação inicial ou continuada de professores, perguntei se há alguma ação específica. Juan informou que não há nada oficial, mas é atribuição dos coordenadores das Faculdades preparar e orientar aqueles que não tem experiência prévia em contextos de privação de liberdade, em relação às características do espaço e como lidar com as questões próprias da prisão. Realizam, assim, reuniões de trabalho coletivas para tratar do tema.

Segundo ele, em seu âmbito de atuação, tem refletido sobre uma formação para os docentes da Faculdade para qualquer pessoa que queira atuar como docente no Programa. Lembrou que em temas de política nacional há uma especialização específica, para todos os níveis da educação em “*contextos de encierro*” (que se constituiu em uma modalidade de ensino). No entanto, como as universidades são autônomas acabam elaborando seus critérios e formações próprias.

Perguntei, ainda, sobre acesso à internet e materiais por parte dos alunos presos. Juan Pablo informou que não há internet, mas há computadores para acesso *offline* ao material e estudos autônomos. Segundo ele, já solicitaram há algum tempo, mas ainda não obtiveram autorização do Serviço Penitenciário para uma rede, nem mesmo interna ao CUD. No entanto, ele comentou que, por outros meios não disponibilizados pela universidade, há alunos que tem acesso à internet. Sobre os materiais didáticos e de leituras, a Faculdade oferece o necessário aos alunos e sua secretaria possui publicações e disponibiliza os materiais e módulos de modo gratuito para todos.

Refletindo sobre os resultados do Programa, perguntei sobre avaliação interna ou de resultados, ao que o professor respondeu que não há. Porém, realizam reuniões periódicas, com avaliações informais, em que participam as coordenações acadêmicas. Ainda não possuem um sistema institucional de avaliação do Programa ou estatísticas próprias. Segundo Juan, não é possível afirmar quantos estudantes já passaram pelas atividades do Programa. Segundo ele, faltam recursos, mesmo sendo uma ação iniciada pela UBA em 1985. No momento atual, a condução da reitoria não compartilha da importância do Programa, o que impossibilita maiores recursos.

De todo modo, sempre que pleiteiam algum projeto novo, como no caso da extensão, apresentam os antecedentes do Programa. E, ainda, ao final de cada ano, a Secretaria de Extensão apresenta um informe geral, interno à UBA, sobre o que fizeram e o que planejam realizar.

Sobre as dificuldades, o professor citou que tem alguns obstáculos no caso dos estágios e práticas profissionais, requeridas por algumas disciplinas e cursos de graduação. Ainda não é possível realizar estágios externos à unidade prisional. No caso da psicologia e

do direito ocorrem orientações de professores. Porém, no convênio essa questão está explícita, impedindo as práticas. Uma possibilidade é quando há saídas temporárias e podem realizar uma atividade de prática profissional.

Em relação à continuidade dos estudos, a regra é que o estudante saindo da unidade prisional possa continuar seus estudos normalmente na universidade, fazendo as adequações necessárias no currículo de disciplinas. A dificuldade é quando o aluno muda de cidade e não há universidade presente.

Finalizando, o professor Juan Pablo comentou que a incorporação da Faculdade de Filosofia e Letras é considerada nova, diante do histórico do Programa, e as oficinas de extensão tem sido uma atividade muito proveitosa. Lembrou que essa dinâmica e percepções dizem respeito à atuação dele naquela Faculdade, em que está alocado, e que cada unidade acadêmica participante tem uma lógica e articulação de atividades e estudantes no contexto do Programa, ainda que todas estejam fundamentadas no tripé ensino, pesquisa e extensão.

E. DOCUMENTOS OFICIAIS, PARCERIAS E CONVÊNIOS – UBA

CONVENIO ENTRE LA UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES Y EL SERVICIO PENITENCIARIO FEDERAL

Expte E. 920/85

En la Ciudad de Buenos Aires a los 17 del mes de diciembre del año mil novecientos ochenta y cinco, reunidos por una parte, el Señor Rector Normalizador de la Universidad de Buenos Aires, Doctor Francisco José DELICH, en adelante U.B.A y, por la otra parte al Señor Director Nacional del Servicio Penitenciario Federal, Doctor Carlos Ángel DARAY, en adelante S.P.F, acuerdan en celebrar el presente convenio conforme a las cláusulas que se detallan a continuación:- - - - -

Artículo 1º- Los internos (procesados y condenados) alojados en unidades del S.P.F, sin ningún tipo de discriminación podrán iniciar y/o continuarlos estudios universitarios objeto del presente si reúnen y mantienen las condiciones explicitadas.- - - - -

Artículo 2º- Los estudios se referirán a carreras que no requieran trabajos prácticos que sean imposibles de realizar dentro de las Unidades del S.P.F.- - - - -

Artículo 3º- Los internos que así lo deseen podrán hacer llegar por escrito su solicitud de inscripción, re-inscripción o transferencia a la U.B.A por intermedio de algunos de los miembros de la Comisión U.B.A - S.P.F, que tendrá sede tanto en las Unidades dependientes del S.P.F, como en las Unidades Académicas de la U.B.A.-

Artículo 4º- La Comisión U.B.A - S.P.F estará integrada por seis miembros, tres representantes de la U.B.A, presididos por su Señor Rector y otros tres por el S.P.F, presididos por el Señor Director Nacional.- - - - -

Artículo 5º- Serán atribuciones de la Comisión U.B.A - S.P.F, recibir las solicitudes de los internos, evaluar los méritos de los postulantes de acuerdo con los criterios de calificación académica comunes a la inscripción, reevaluar al término de cada período lectivo a los internos, a fin de mantenerlos en la condición de alumnos de acuerdo con su rendimiento académico, no menor a dos materias aprobadas por año (salvo caso de fuerza mayor a ser consideradas por la Comisión U.B.A - S.P.F).- - - - -

Artículo 6º- La U.B.A por medio de sus Unidades Académicas asistirá a los alumnos en los establecimientos del S.P.F, dentro del área correspondiente a la Sección Educación del INSTITUTO DE DETENCION DE LA CAPITAL FEDERAL (U.2), todo ello sin perjuicio que en el futuro se extienda la enseñanza universitaria a otros establecimientos, de acuerdo con las posibilidades de la U.B.A y el S.P.F.- - - - -

Artículo 7º- La U.B.A atenderá a los alumnos por medio de sus docentes quienes administraran sus cursos conforme a distintas modalidades y metodologías, con frecuencia por lo menos quincenal. Asimismo, en la medida de lo posible, la U.B.A por medio de sus Editoriales y/o Servicios de

Publicaciones, proveerá a los alumnos de material bibliográfico sin cargo, a los fines de cubrir los programas de las distintas materias impartidas.- -

Artículo 8°- El S.P.F. permitirá y arbitrará los medios para que los alumnos internos en sus Unidades, mantengan entre sí encuentros, con una frecuencia no menor a dos semanales, a los fines de estudio conjunto para posibilitar un mayor rendimiento académico. Asimismo, implementará un sistema de monitorías que consistirá en que aquellos alumnos que hayan cursado y aprobado una materia brinden ayuda pedagógica a los alumnos que la estén cursando.- - - - -

Artículo 9°- El S.P.F., salvo razones de tratamiento y/o seguridad, evitara traslados de los internos mientras duren sus estudios.- - - - -

Artículo 10°- Anualmente, el S.P.F. extenderá credenciales a los docentes designados por la U.B.A para permitir su ingreso en la Unidad y dar clases y egresar en las mismas condiciones y trato que el Personal Superior (Escalafón Profesional - Subescalafón Docente).- - - - -

Artículo 11°- El S.P.F., en la medida de lo posible, proveerá de aulas, pupitres, pizarrones y útiles necesarios para el normal desempeño de los cursos.- - - - -

Se firman dos ejemplares de un mismo tenor y a un solo efecto, en el lugar y fecha señalados más arriba.

**CONVENIO COMPLEMENTARIO AL CONVENIO ENTRE LA
UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES Y EL SERVICIO PENITENCIARIO
FEDERAL.**

Entre el MINISTERIO DE JUSTICIA, SEGURIDAD Y DERECHOS HUMANOS DE LA NACIÓN, representado en este acto por su titular, Dr. Julio Cesar ALAK, con domicilio en la calle Sarmiento N 329 de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, en adelante "EL MINISTERIO", por una parte, y por la otra la UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, representado por el Rector, Dr. Rubén HALLU, con domicilio en la calle Viamonte Nº 430 de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, en adelante "LA UNIVERSIDAD", convienen en el marco del Convenio suscripto entre la Universidad de Buenos Aires y el Servicio Penitenciario Federal, celebrar el presente Convenio complementario sujeto al tenor de las siguientes cláusulas y declaraciones:

PRIMERA: MARCO DE REFERENCIA. En virtud del Convenio oportunamente celebrado entre la DIRECCION NACIONAL DEL SERVICIO PENITENCIARIO FEDERAL y la UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, en fecha 17 de diciembre de 1985, con el propósito de permitir a los internos/as (procesados/as -condenados/as), iniciar o completar sus estudios universitarios, se hace necesario reglar su actividad, debido a su incesante desarrollo motivado por los resultados obtenidos. En ese orden se ha de coordinar la labor académica que se desarrolla en dicho ámbito, por lo que corresponde efectuar algunas especificaciones al régimen vigente.

SEGUNDA: HORARIO. Las partes acuerdan que el horario normal y habitual del funcionamiento del Centro Universitario Devoto será de lunes a viernes de 09,00 a 18,00 horas, salvo voluntad concurrente

Handwritten signature and a circular stamp, likely an official seal or signature of a representative.

entre el "EL MINISTERIO" y "LA UNIVERSIDAD para ampliar el mismo. Las actividades del Programa UBA XXII se realizarán, únicamente, dentro de ese rango horario.

TERCERA: DESTINO DEL CENTRO UNIVERSITARIO DEVOTO. Las partes acuerdan que el espacio físico será destinado exclusivamente para las actividades desarrolladas por la Universidad de Buenos Aires. Ese espacio físico sólo podrá utilizarse dentro de los horarios de actividades del Programa UBA XXII.

CUARTA: PERMANENCIA. "El MINISTERIO" a través del Servicio Penitenciario Federal, garantizará la asistencia de los alumnos en los horarios de clase establecidos. A su vez, la permanencia en el Complejo Penitenciario Federal de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires de los internos que participen de las actividades del Centro Universitario Devoto (CUD) estará condicionada a las siguientes circunstancias: que no medie orden judicial o petición del interno en sentido contrario; que el interno apruebe, como mínimo, dos materias de la carrera por año lectivo; que el interno no registre sanciones graves durante el último semestre; que el interno no haya participado en un hecho de agresión física a otros internos o al personal. Si ocurriese alguna de estas circunstancias el SPF deberá comunicarlo de forma fehaciente a las autoridades del Programa UBA XXII. En los casos de internos que no estén alojados en donde se dictan los cursos de las carreras por ellos elegidas, se garantizará el traslado de los internos a otra Unidad donde puedan continuar, aunque sea por medio de otra modalidad, cursando el Ciclo Básico Común (CBC) o la carrera universitaria en la que estuvieren inscriptos.

QUINTA: ALOJAMIENTO DE INTERNOS ESTUDIANTES. "El MINISTERIO" a través del Servicio Penitenciario Federal, asignará a los

70

estudiantes el sector de alojamiento que considere adecuado, previendo la posibilidad de conformar grupos homogéneos que permitan el desarrollo de un espacio de estudio. A su vez facilitará las posibilidades de que puedan estudiar en sus espacios de alojamiento.

SEXTA: TRASLADO CON MOTIVO DE EXAMENES. "EL MINISTERIO" a través del Servicio Penitenciario Federal, garantizará a los internos alojados en otras unidades y que estén cursando carreras de la UBA dictadas en el Centro Universitario Devoto, previa su inscripción a los llamados de examen respectivos, su traslado, a los fines de rendir sus materias en condición de alumnos libres.

SEPTIMA: EXTENSION UNIVERSITARIA. Las partes acuerdan que en la sede del Centro Universitario Devoto se desarrollarán las actividades dependientes del Programa UBA XXII.

OCTAVA: ACTIVIDAD EXTRACURRICULAR. Las actividades que en ese marco se desarrollen en el Centro Universitario Devoto, en el Centro Universitario Ezeiza y en las demás unidades donde se desarrollen actividades de la Universidad de Buenos Aires serán propuestas por "LA UNIVERSIDAD" y autorizadas por "EL MINISTERIO" a través del Servicio Penitenciario Federal, salvo fundadas razones en sentido contrario.

NOVENA: FACULTADES EN MATERIA DE SEGURIDAD. "LAS PARTES" acuerdan que "LA UNIVERSIDAD" deberá instruir al personal docente de sus obligaciones en la materia. El personal del Servicio Penitenciario Federal deberá cumplir especialmente con las reglas de respeto y buen trato a todas las personas que acudan al Centro.

DECIMA: Todo aquello no previsto en este convenio será regulado por la normativa vigente y podrá ser objeto de un nuevo acuerdo entre las partes, o addenda al presente conforme el caso.

En prueba de conformidad se firman 3 (tres) ejemplares de un mismo tenor y a un solo efecto en la Ciudad de Buenos Aires, a los 18 días del mes de Noviembre de 2.010.-

RUBEN E. HALLU
Rector

Dr. JULIO ALAK
Ministro de Justicia, Seguridad
y Derechos Humanos

M.JyS. y D.H. Nº 3483

Registrado el día 13 de diciembre de 2010.

Universidad de Buenos Aires

EXP-UBA 23.338/2013

Buenos Aires, 28 AGO. 2013

VISTO la Resolución (CS) N° 63/86 mediante la cual se aprobó el convenio entre esta Universidad y el Servicio Penitenciario Federal, y

CONSIDERANDO

Que a través de la Resolución (CS) N° 4950/93 se creó el Programa de Estudios de la Universidad de Buenos Aires en establecimientos del Servicio Penitenciario Federal (UBA XXII).

Que resulta necesario contar con un cuerpo normativo para el adecuado funcionamiento del Programa de Estudios de la Universidad de Buenos Aires en establecimientos del Servicio Penitenciario Federal (Programa UBA XXII).

Lo aconsejado por la Comisión de Enseñanza.

Por ello, y en uso de sus atribuciones

**EL CONSEJO SUPERIOR DE LA UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES
RESUELVE:**

ARTÍCULO 1º.- Aprobar el Reglamento del Programa de Estudios de la Universidad de Buenos Aires en establecimientos del Servicio Penitenciario Federal (Programa UBA XXII) que como Anexo forma parte de la presente Resolución.

ARTÍCULO 2º.- Derogar toda norma que se oponga a la presente.

ARTÍCULO 3º.- Regístrese, comuníquese y notifíquese a todas las Unidades Académicas, al Ciclo Básico Común, a las Secretarías del Rectorado y Consejo Superior, a la Dirección General de Títulos y Planes a la Coordinación del Programa UBA XXII. Cumplido, archívese.

RESOLUCIÓN N° 7349

DIRECCION GESTION CONSEJO SUPERIOR	FA

RUBEN EDUARDO HALLU
RECTOR

CARLOS ESTEBAN MAS VELEZ
SECRETARIO GENERAL

Universidad de Buenos Aires

EXP-UBA: 23.338/2013

- 1 -

ANEXO

PROGRAMA DE ESTUDIOS DE LA UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES EN ESTABLECIMIENTOS DEL SERVICIO PENITENCIARIO FEDERAL (UBA XXII)

I. DE LA FINALIDAD DEL PROGRAMA

ARTÍCULO 1º.- El Programa de Estudios de la Universidad de Buenos Aires en establecimientos del Servicio Penitenciario Federal (UBA XXII) tiene como finalidad planificar, coordinar, organizar, supervisar y evaluar las acciones correspondientes a las propuestas educativas de la Universidad de Buenos Aires en este ámbito destinadas a personas privadas de la libertad ambulatoria.

ARTÍCULO 2º.- Las carreras -tecnicaturas y de grado- y las actividades educativas que se impartan no podrán contemplar la realización de trabajos prácticos, actividades preprofesionales y de prácticas profesionales supervisadas imposibles de realizar dentro de las Unidades Penitenciarias.

II. DE LAS ACTIVIDADES ACADÉMICAS DEL PROGRAMA

ARTÍCULO 3º.- Las propuestas educativas podrán ser:

- a) Carreras universitarias: tecnicaturas y carreras de grado que se dictan en la Universidad de Buenos Aires, según lo determine cada Unidad Académica.
- b) De Extensión Universitaria: actividades culturales, recreativas, artísticas y cursos de capacitación o formación. Podrán participar de las mismas todas aquellas personas privadas de su libertad ambulatoria, previa autorización de las autoridades universitarias competentes. Estas actividades pueden ser organizadas por Unidades Académicas o por estudiantes de la universidad externos al programa con el acuerdo de los Coordinadores y el Director del Programa según corresponda.

ARTÍCULO 4º.- Las actividades se dictarán en forma presencial y se podrá adoptar la modalidad de educación a distancia, cuando estén previstas en las ofertas de las respectivas Unidades Académicas y resulte viable su implementación en las Unidades Penitenciarias. Las mismas deberán ajustarse a lo establecido en la Resolución (CS) N° 4239/08.

ARTÍCULO 5º.- El Programa se regirá por las normas vigentes en la Universidad, la presente reglamentación y los convenios suscriptos por esta casa de estudios y aprobados por el Consejo Superior.

CARLOS ESTEBAN MAS VELEZ
Secretario General

Universidad de Buenos Aires

EXP-UBA: 23.338/2013

- 2 -

ARTÍCULO 6º.- Se realizará una propuesta anual de las actividades de acuerdo con las posibilidades de recursos humanos y financieros de la Universidad y sus respectivas Unidades Académicas. Cada cuatrimestre se presentarán las actividades académicas –asignaturas y actividades de extensión- previstas por cada Unidad Académica.

III. DE LA DEPENDENCIA INSTITUCIONAL Y ORGANIZACIÓN DEL PROGRAMA

ARTÍCULO 7º.- Es competencia y responsabilidad de la Secretaría de Asuntos Académicos del Rectorado de la Universidad, la organización, coordinación y supervisión del funcionamiento del Programa UBA XXII, sin perjuicio de las propias e inherentes de las Unidades Académicas.

ARTICULO 8º.- El Programa UBA XXII estará dirigido por un Director, designado por el Rector de la Universidad.

ARTÍCULO 9º.- Son funciones del Director del Programa UBA XXII:

- a) Representar a la Universidad ante el Servicio Penitenciario Federal en todo lo concerniente al Programa.
- b) Entender en todo lo relativo a la planificación, organización y supervisión de las actividades curriculares y extracurriculares, sin perjuicio de las competencias propias e inherentes de las Unidades Académicas.
- c) Intervenir en la regulación de la organización académica.
- d) Convocar y presidir las reuniones de Coordinadores de las Unidades Académicas.
- e) Entender en todo lo relativo a la organización, sistematización y resguardo de la información del Programa.
- f) Elevar a la Secretaría de Asuntos Académicos la propuesta anual de actividades que se desarrollará en cada período lectivo.
- g) Propiciar las tareas de investigación universitaria a través de proyectos interdepartamentales, interfacultades e interinstitucionales.
- h) Coordinar con las Unidades Académicas intervinientes todos los asuntos académicos y administrativos que hacen al funcionamiento del Programa.

CARLOS ESTEBAN MAS VELEZ
Rector de la Universidad

Universidad de Buenos Aires

EXP-UBA: 23.338/2013

- 3 -

- i) Promover las relaciones institucionales con otras universidades y organismos públicos y privados del país o del extranjero.
- j) Entender en el diseño, planeamiento y ejecución de los convenios de desarrollo y producción de bienes y servicios que puedan realizarse en el Programa.
- k) Autorizar el ingreso y permanencia de los alumnos universitarios en el Programa ante el Servicio Penitenciario Federal de acuerdo con las reglamentaciones vigentes en la Universidad de Buenos Aires.
- l) Intervenir en el diligenciamiento de los expedientes y actuaciones.
- m) Difundir los actos y acciones realizados por el Programa en el ámbito de la Universidad y en los medios masivos de comunicación.

ARTÍCULO 10.- Cada Unidad Académica que ofrezca alguna actividad académica en contextos de privación de la libertad deberá designar un Coordinador.

ARTÍCULO 11.- Son funciones del Coordinador de la Unidad Académica:

- a) Implementar las acciones académicas y administrativas de la Dirección del Programa y las referidas a la respectiva Unidad Académica.
- b) Diligenciar en el ámbito de su Unidad Académica, todos los trámites administrativos que se relacionen con la actividad de docentes y estudiantes del Programa.
- c) Planificar, organizar, implementar y evaluar, conjuntamente con la Dirección del Programa, las acciones de enseñanza de las carreras que dicte la respectiva Unidad Académica y las actividades de extensión.
- d) Comunicar y coordinar con la Dirección del Programa la ejecución de las acciones previstas.
- e) Organizar y comunicar el respectivo plan cuatrimestral del dictado de las diferentes asignaturas y/u otras actividades que se desarrollen en el marco del Programa.
- f) Autorizar el ingreso a las unidades penitenciarias de profesores y docentes auxiliares para la realización de las actividades académicas de las carreras y cursos que se desarrollen en el marco del Programa.

CARLOS ESTEBAN MAS VELEZ
Secretaría General

Universidad de Buenos Aires

EXP-UBA: 23.338/2013

- 4 -

IV. DE LA INSCRIPCIÓN DE LOS PARTICIPANTES DEL PROGRAMA

ARTÍCULO 12.- Los aspirantes a cursar la/s carrera/s incorporada/s al Programa deberán cumplir con los requisitos establecidos en las normas vigentes en esta Universidad.

ARTÍCULO 13.- Se podrá participar en el Programa:

- a) Como estudiante de la Universidad o como ingresante condicional para el cursado de las tecnicaturas o de las carreras que se dictan en el marco del Programa. Se considerarán estudiantes de la Universidad a aquellos que han formalizado su inscripción al Ciclo Básico Común. Se considerarán ingresantes condicionales a los estudiantes que estén cursando el penúltimo o último año del nivel secundario, último ciclo de la modalidad de estudios secundarios para adultos, a aquellos aspirantes que acrediten estar concluyendo sus estudios secundarios por programas especiales de terminalidad de este nivel y/o quienes no cuenten con la totalidad de la documentación exigible de acuerdo con las normas vigentes de la Universidad. En estos casos se le otorgará una constancia del cursado y/o aprobación de las asignaturas que tendrá carácter provisorio hasta tanto cumplimente los requisitos de la inscripción definitiva.
- b) Como participantes de actividades de extensión, todas las personas privadas de su libertad ambulatoria, previa autorización de las autoridades universitarias competentes.

ARTÍCULO 14.- Las solicitudes de inscripción serán tramitadas por el Coordinador del Ciclo Básico Común y/o los Coordinadores de la Unidad Académica según corresponda.

ARTÍCULO 15.- La inscripción definitiva al Programa como estudiante se formalizará con la confección del legajo correspondiente el que deberá contener la documentación pertinente de acuerdo con los requisitos de admisión. La no presentación de la documentación implica la baja automática del Programa que será comunicada al interesado y a la Unidad Académica cuando corresponda.

ARTÍCULO 16.- Los ingresantes condicionales tendrán derecho a cursar y ser evaluados en las respectivas asignaturas de las carreras que se dictan y se confeccionarán registros provisorios de las inscripciones y evaluaciones realizadas hasta tanto completen los requisitos de admisión definitiva y se confeccione el legajo al que se hace referencia en el artículo anterior.

CARLOS ESTEBAN MAS VELEZ
Secretario General

Universidad de Buenos Aires

EXP-UBA: 23.338/2013

- 5 -

ARTÍCULO 17.- Si un ingresante condicional formalizase la inscripción a la Universidad de Buenos Aires, cumpliendo todos los requisitos que la reglamentación fije a tal efecto, las asignaturas aprobadas en el marco del Programa serán reconocidas en forma automática, siempre que, entre la fecha de aprobación y la fecha de inscripción como estudiante regular de la Universidad, no medie un lapso mayor de TREINTA Y SEIS (36) meses. Vencido dicho plazo perderá la condición de ingresante condicional y la validez de las actividades académicas aprobadas.

ARTÍCULO 18.- Para cada actividad de extensión se confeccionará una nómina de los participantes.

ARTÍCULO 19.- Los aspirantes extranjeros deberán cumplimentar los requisitos establecidos en la Resolución (CS) N° 3836/11.

ARTÍCULO 20.- No serán admitidos como estudiantes o ingresantes condicionales al Programa quienes estén comprendidos en el régimen establecido por la Resolución (CS) N° 5079/12.

ARTÍCULO 21.- Los estudiantes o ingresantes condicionales del Programa sólo podrán cursar las asignaturas correspondientes al Ciclo Básico Común que estén contempladas en el plan de estudios de la/s carrera/s en que se inscriban.

V. DE LOS MECANISMOS DE EVALUACIÓN Y ACREDITACIÓN

ARTÍCULO 22.- Todas las evaluaciones obligatorias -parciales y/o finales- de las asignaturas curriculares serán efectuadas de acuerdo con el régimen establecido en cada Unidad Académica y lo establecido por el convenio aprobado por Resolución (CS) N° 3411/11 y la Resolución (CS) N° 4239/08.

VI. DISPOSICIONES GENERALES

ARTÍCULO 23.- Anualmente el Programa deberá presentar a la Secretaría de Asuntos Académicos el Plan Anual de actividades a realizar y el Informe de Gestión que deberá incluir el grado de cumplimiento de las actividades planificadas y el rendimiento académico de los estudiantes.

CARLOS ESTEBAN MAS VELEZ
Secretaría General

Universidad de Buenos Aires

EXPEDIENTE N° 15263/2012 Y OTROS

Buenos Aires, 1 AGO. 2012

Visto los expedientes N° 15263/2012 y 21719/2012, y;

CONSIDERANDO

Que las Facultades de Ciencias Sociales y de Filosofía y Letras por Resoluciones (CD) N° 3161/12 y 3571/12, respectivamente, solicitan al Consejo Superior la creación de una Comisión con el fin de pronunciarse sobre la admisión de procesados y condenados por crímenes de lesa humanidad en la Universidad de Buenos Aires.

Que la Comisión de Interpretación y Reglamento de este Consejo Superior decidió constituir una comisión asesora compuesta por Eugenio Raúl ZAFFARONI, Raúl Gustavo FERREYRA, Adriana PUIGGROS, A José E. SCHULMAN, Osvaldo VARELA y Alfredo SARMIENTO y por Juan Pablo PARCHUK y Graciela MORGADE como suplentes.

Que la citada comisión asesora emitió, por unanimidad, un dictamen con fecha 29 de junio de 2012.

Que ese dictamen dice que: "nuestras Universidades Nacionales son producto de una larga historia, jalonada por acontecimientos positivos y negativos, que desembocó en su autonomía constitucional, lo que les ha permitido reafirmar en la República la tradición que desde los orígenes mismos de la institución universitaria la concibe como una comunidad de estudiantes y docentes, estamentos que hoy se amplían a egresados y no docentes".

Que "el propósito de esta comunidad no puede ser otro que permitir la libre discusión de ideas y la más amplia confrontación de concepciones del mundo, único ambiente en que puede desarrollarse el saber".

Que "la autonomía universitaria no tiene otro objetivo que garantizar este marco, sin discriminación alguna y dentro de la legalidad que marca la Constitución Nacional, el derecho internacional y las leyes de la República"

Que "en este sentido, la Universidad de Buenos Aires no puede negar la condición de miembro de su comunidad a cualquier persona que cumpla con los requisitos formales y respete sus normas. Por ello ha abierto sus claustros a todas las personas privadas de la libertad que cumplan y acepten estas condiciones, sin reparar en el delito imputado o cometido, pues considera que todo habitante de la Nación tiene el inalienable derecho

475

Universidad de Buenos Aires

EXPEDIENTE Nº 15263/2012 Y OTROS

476

constitucional a educarse, perfeccionar su conocimiento y superar las condiciones en que las circunstancias o su propia conducta anterior lo hayan colocado”.

Que “el respeto a las normas que rigen esta comunidad universitaria no se agota en el cumplimiento formal de sus pautas, sino que exige de quien aspira a incorporarse a ella que su conducta no sea destructiva o lesiva a la existencia misma de la comunidad”.

Que “una comunidad que abre sus puertas a todos con la generosidad que impone la Constitución Nacional, no pregunta por el hecho que se imputa o que ha cometido la persona que solicita su incorporación, sino que mira sólo su conducta actual y su perspectiva futura, partiendo de la base de que toda situación es reversible en el tiempo y que toda falla humana es rectificable. En el caso –y conforme a esos principios- tampoco la UBA debe reparar en la naturaleza de los hechos imputados o cometidos”.

Que “la particularidad del caso –que no puede pasarse por alto- es que quienes aspiran a incorporarse a su comunidad universitaria, en la actualidad y desde siempre, defienden públicamente la tesis de una pretendida inexistencia, legitimidad o justificación de esos delitos de los que fueran víctimas los propios miembros de su comunidad universitaria, es decir, *una tesis negacionista de los delitos que han victimizado masivamente a miembros de la comunidad universitaria a la que pretenden incorporarse*”.

Que “no pretende la UBA cuestionar las tácticas defensivas de estas personas en sus respectivos procesos penales, ámbito en el que se les debe garantizar la más amplia libertad de argumentación, pero ese mismo discurso, llevado al seno de la UBA, se vuelve disolvente del espíritu comunitario que debe animarla conforme a la tradición universitaria mundial de todos los tiempos”.

Que “ninguna Universidad del mundo aceptaría como parte de su comunidad a personas que victimizaron a sus integrantes de la manera más cruel que haya conocido nuestra historia y que, de antemano, se sepan sostenedores de un discurso negacionista que habría de postular en su propio seno la pretendida legitimidad de esos delitos masivos. Más aún, no lo haría ninguna comunidad –de la naturaleza que fuese-, porque estaría destruyendo el propio sentimiento de comunidad y con ello se estaría negando una condición que hace a su esencia y, por ende, aniquilándose a sí misma”.

Que “la generosidad constitucional es amplísima, pero reconoce como límite la no afectación de la existencia misma de las instituciones y la incolumidad de su naturaleza, pues es elemental función de

Universidad de Buenos Aires

EXPEDIENTE Nº 15263/2012 Y OTROS

477

todo texto constitucional crear instituciones y normar las condiciones para su permanencia y continuidad. Por ende, la garantía de autonomía universitaria - en consonancia con el principio de igualdad-, no puede desnaturalizarse para servir de instrumento legal que destruya a la propia Universidad".

Que "la UBA debe respetar escrupulosamente la regla de no preguntar a nadie que toque sus puertas qué ha hecho y mucho menos aún quién es, pero al mismo tiempo debe preservarse de las conductas actuales y futuras que la lesionen como institución, perturbando gravemente la necesaria convivencia comunitaria de sus miembros".

Que "en este sentido, la UBA debe aceptar incluso a quienes han victimizado cruelmente a integrantes de todos los estamentos de su comunidad, pero no puede permitir que éstos se incorporen a ella portando un discurso negacionista que pretenda legitimar esos delitos, porque inevitablemente esta conducta presente y actual -no pasada- sería fuente de interminables conflictos y desavenencias internas y acabaría lesionando o destruyendo la condiciones indispensables para la convivencia comunitaria, que es la esencia de su institucionalidad."

Que concluye diciendo que "Por todo lo expuesto, quienes suscriben recomiendan no admitir a condenados y/o procesados por delitos de lesa humanidad como estudiantes de la Universidad de Buenos Aires".

Que la Constitución Nacional en su artículo 75 inciso 19 consagra la autonomía y autarquía de las universidades nacionales

Que el Estatuto Universitario en el artículo 98 inciso e) señala que el Consejo Superior establecerá las condiciones de admisibilidad.

Que el artículo 29 inciso j) de la Ley 24.521 establece que las instituciones universitarias tendrán autonomía académica e institucional, que comprende la atribución de establecer el régimen de admisión, permanencia y promoción de los estudiantes, así como el régimen de equivalencias.

Por ello, en uso de las atribuciones consagradas en el Estatuto Universitario.

EL CONSEJO SUPERIOR DE LA UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES
RESUELVE:

ARTICULO 1º.- No admitir a condenados y/o procesados por delitos de lesa humanidad como estudiantes de la Universidad de Buenos Aires.

Universidad de Buenos Aires

EXPEDIENTE Nº 15263/2012 Y OTROS

ARTÍCULO 2º.- De forma.

478

MONICA PINTO	JORGE LUIS ALIAGA	MARÍA BEATRIZ GUGLIELMOTTI	ALBERTO E. BARBIERI
RODOLFO ANGEL GOLLUSCIO	CESAR AEBORNOZ	GONZALO ALVAREZ	FELIX SCHUSTER
ALEJANDRO CALISSANO	JORGE PASART	DIEGO QUESADA ALLUE	PABLO VENSENTINI
MARIA DE LOS ANGELES ROMANO	ARTURO POZZI		LUIS PEDREIRA

VISTO

La preocupación expresada por autoridades, docentes, graduados/as, estudiantes y no docentes de la comunidad académica de nuestra Facultad ante el intento de represores involucrados en la ejecución del genocidio de la última dictadura cívico-militar de introducirse a la educación pública universitaria en contextos de encierro a través del Programa UBAXXII, según fuera debatido en dos reuniones anteriores de este Consejo Directivo, a partir de una nota presentada por la Liga Argentina por los Derechos del Hombre.

Y CONSIDERANDO

Que la Universidad de Buenos Aires, así como otras universidades nacionales, han estado intervenidas entre 1974 y 1983, y que sus docentes, graduados/as, estudiantes y no docentes sufrieron de forma sistemática persecución, secuestros, torturas, asesinatos y desapariciones, como parte del plan de exterminio y disciplinamiento perpetrado contra el pueblo argentino durante esos años. Que sólo en la Facultad de Filosofía y Letras se cuentan 423 casos de asesinatos y desapariciones, teniendo en cuenta las carreras de Sociología y Psicología, que funcionaban por entonces en esta Casa de Estudios.

Que los juicios llevados adelante con la política de Memoria, Verdad y Justicia ha permitido terminar con la impunidad, procesar y condenar a una gran cantidad de represores vinculados a los más aberrantes delitos cometidos en el marco del genocidio de la última de la dictadura cívico-militar, quienes amparados en el terrorismo de Estado, sumaron su responsabilidad individual en el secuestro, la tortura, el asesinato, la desaparición y la apropiación de bebés y niños/as apresados/as junto a sus familias o nacidos/as en cautiverio. Que en sede judicial se ha demostrado la responsabilidad de estos represores en la planificación del genocidio. Que en sus declaraciones han sostenido y justificado sus actos, afirmando que los repetirían si fuera necesario. Que se han negado a entregar la información con la que cuentan sobre los asesinatos, desapariciones y apropiaciones, conducta que extiende las consecuencias de sus crímenes hasta el presente y los hace sujetos de un delito continuo.

Que tras años de lucha del movimiento de derechos humanos, se está logrando el juicio y castigo a los culpables, imponiendo penas en cárcel común. Que, pese a ello, los procesados y condenados por estos crímenes gozan aún de privilegios producto del reconocimiento jerárquico o la “solidaridad” de sus pares y la protección de parte de la corporación judicial, las Fuerzas Armadas y el Servicio Penitenciario Federal, que implican condiciones diferenciales de alojamiento y traslado, como ha sido no sólo registrado en notas de investigación periodísticas, sino también comprobado por docentes y estudiantes del Programa UBAXXII.

Que represores detenidos en el Complejo Penitenciario Federal II de Marcos Paz han irrumpido en las aulas de la Universidad en la cárcel, sin estar inscriptos, hostigando, acosando y amenazando a docentes y estudiantes del Programa UBAXXII.

Que estos y otros docentes y estudiantes del Programa UBAXXII han hecho explícito su rechazo a compartir las aulas con los represores, mediante declaraciones colectivas y notas individuales de objeción de conciencia.

Que el Programa UBAXXII, iniciado en los primeros momentos de regularización democrática de nuestra Universidad, se propuso desde su nacimiento como un espacio de libertad y formación en vínculo con las estrategias de resistencia y las luchas de las personas privadas de su libertad, para garantizar el derecho a la educación universitaria, fomentar el pensamiento crítico y combatir las formas de disciplinamiento y represión en el encierro. Y que, en los hechos, ha permitido el acceso a este derecho a personas que de otra manera no hubiesen podido estudiar en la Universidad, dándoles una importante herramienta para mejorar sus condiciones y ampliar el horizonte de sus proyectos de vida.

Que los fundamentos y objetivos de las intervenciones de la Universidad, como el Programa UBAXXII, no deben ser distorsionados mediante la utilización y aprovechamiento de un grupo de personas que quiere obtener una modificación en sus ya privilegiadas condiciones de encierro, violentando moralmente a docentes y estudiantes, y banalizando la voluntad de transformación individual y colectiva que dio origen a dicho programa.

Que los recursos del conjunto de los/as argentinos/as, que la Universidad invierte, entre otras cosas, en el Programa UBAXXII, no pueden ser objeto de manipulaciones, usos indebidos y maniobras extorsivas en beneficio de personas que, con sus actos, han demostrado (y siguen demostrando) estar en contra de la convivencia democrática.

Que diversas instituciones públicas, incluyendo la Cámara de Diputados de la Nación, han rechazado la incorporación o permanencia de personas procesadas o condenadas por delitos de lesa humanidad en su seno, ratificando la condena social que pesa sobre los perpetradores del genocidio y el carácter excepcional de este tipo de delitos, que los hace incomparables con cualquier otra transgresión de la ley penal.

Que el Estatuto Universitario propone en sus Bases que la Universidad de Buenos Aires presta atención, estudia e interviene con responsabilidad en los problemas nacionales. Que el Capítulo V: “De las condiciones de admisibilidad”, establece que “Las Facultades proponen al Consejo Superior, que resuelve en definitiva, las condiciones de admisibilidad a sus aulas” (artículo 16).

Que el Capítulo IV: “De las Facultades”, sostiene que corresponde a los consejos directivos velar por la aplicación del Estatuto Universitario en el ámbito de cada Facultad y proponer las condiciones de admisibilidad en sus aulas (artículo 113, incisos a y m).

Que el Consejo Directivo de la hermana Facultad de Ciências Sociales resolvió declarar su repudio y rechazar la admisión como estudiantes a procesados y condenados por delitos de lesa humanidad.

Que distintos organismos de derechos humanos han manifestado a nuestra Facultad su preocupación por el tema y apoyan la decisión de impedir que represores procesados o condenados por delitos de lesa humanidad ingresen a la universidad pública. Entre ellos: Liga Argentina por los Derechos del Hombre (LADH), Servicio de Paz y Justicia Comisión Zona Norte (SERPAJ), Secretaria de DD.HH. de la CTA Capital, Instituto de Relaciones Ecuménicas (IRE), Movimiento Ecuménico por los Derechos Humanos (MEDH), Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora, Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH).

EL CONSEJO DIRECTIVO DE LA FACULTAD DE FILOSOFÍA Y LETRAS RESUELVE

ARTÍCULO 1º.- Rechazar de manera categórica la admisión como estudiantes de esta Facultad a personas procesadas o condenadas por delitos de lesa humanidad.

ARTÍCULO 2º.- Proponer al Consejo Superior la creación de una comisión especial, con la participación de representantes de las unidades académicas que integran el Programa UBAXXII, de todos los claustros de la Universidad de Buenos Aires y de organismos de derechos humanos, con el fin de definir el rechazo institucional a la admisión de procesados y condenados por delitos de lesa humanidad en la comunidad universitaria.

ARTÍCULO 3º.- Expresar nuestra solidaridad con los/as docentes y estudiantes del Programa UBAXXII que han sufrido el hostigamiento, el acoso y las amenazas de represores detenidos en cárceles comunes.

ARTÍCULO 4º.- Regístrese, comuníquese al Consejo Superior de la Universidad de Buenos Aires, publíquese el contenido de la presente resolución en cartelera, en el campus virtual y como gacetilla de prensa, y cumplido, elévese a la Universidad de Buenos Aires.

Resolución aprobada en la reunión de Consejo Directivo del 24 de abril de 2012.

F. DOCUMENTOS OFICIAIS, PARCERIAS E CONVÊNIOS – UNC

Universidad Nacional
de
Córdoba
República Argentina

Expte. 12-98-0957

VISTO las presentes actuaciones relacionadas con el Convenio a suscribirse entre la Facultad de Filosofía y Humanidades y el Servicio Penitenciario de Córdoba, con el objeto de que los internos de ese Establecimiento inicien o completen sus estudios universitarios; atento lo manifestado por la Secretaría de Asuntos Académicos a fs. 35, lo dictaminado por la Dirección de Asuntos Jurídicos bajo el nro. 22787, lo aconsejado por la Comisión de Vigilancia y Reglamento,

EL H. CONSEJO SUPERIOR DE LA
UNIVERSIDAD NACIONAL DE CORDOBA

R E S U E L V E

ARTICULO 1.- Aprobar el Convenio obrante a fs. 38/39, cuya fotocopia forma parte integrante de la presente resolución, a suscribirse entre la Facultad de Filosofía y Humanidades y el Servicio Penitenciario de Córdoba, con el objeto de que los internos de ese Establecimiento inicien o completen sus estudios universitarios.

ARTICULO 2.- Autorizar a la señora Decana de la Facultad de Filosofía y Humanidades, Licenciada ANA MARIA ALDERETE, a firmarlo en representación de esta Universidad.

ARTICULO 3.- Pase para su conocimiento y efectos a la Facultad de Filosofía y Humanidades.

DADA EN LA SALA DE SESIONES DEL H. CONSEJO SUPERIOR A LOS QUINCE DIAS DEL MES DE JUNIO DE MIL NOVECIENTOS NOVENTA Y NUEVE.

[Firma]
Ing. Agr. DANIEL E. DI GIUSTO
SECRETARIO GENERAL
UNIVERSIDAD NACIONAL DE CORDOBA

[Firma]
PROF. DR. HUGO O. JURE
RECTOR
UNIVERSIDAD NACIONAL DE CORDOBA

RESOLUCION N:

278

UNIVERSIDAD NACIONAL DE CORDOBA
Facultad de Filosofía y Humanidades

SERVICIO PENITENCIARIO
CORDOBA

FACULTAD DE FILOSOFIA Y
HUMANIDADES

CONVENIO

Entre el Servicio Penitenciario de la Provincia de Córdoba -en adelante SPC-, representado en este acto por el.....; y por la otra, la Facultad de Filosofía y Humanidades de la Universidad Nacional de Córdoba -en adelante FFyH-, representada en este acto por su Decana, Lic. Ana Alderete, acuerdan el presente convenio que se registrá por las siguientes cláusulas:

CLAUSULA PRIMERA: Las partes declaran su voluntad de iniciar una etapa de cooperación en el área de grado, extensión e investigación en temas de interés común.

CLAUSULA SEGUNDA: Los internos (procesados y condenados) alojados en unidades del SPC sin ningún tipo de discriminación, podrán iniciar y/o completar los estudios universitarios objeto del presente convenio.

CLAUSULA TERCERA: Los estudios se referirán a carreras que permitan el cursado total de la carrera en condición de Libre, en esta FFyH serán las carreras de Filosofía, Historia, Ciencias de la Educación, Letras Modernas y Clásicas y Psicología.

CLAUSULA CUARTA: Los que así lo deseen podrán hacer llegar por escrito su solicitud de inscripción, reinscripción o pase a la Universidad Nacional de Córdoba, por intermedio del encargado del Área de Estudios Universitarios del SPC.

CLAUSULA QUINTA: Se creará una Comisión Mixta ("FFyH - SPC") que estará integrada por tres miembros, uno por quien designe el SPC, el Secretario de Asuntos Estudiantiles por la Facultad y un Psicólogo de la misma Unidad Académica que preste apoyo especializado.

CLAUSULA SEXTA: Serán atribuciones de la Comisión: recibir las solicitudes de los internos; evaluar los méritos de los postulantes de acuerdo con los criterios académicos comunes a la inscripción y a los fijados por cada Escuela, establecer fechas de examen y conformar mesas para tales casos.

CLAUSULA SEPTIMA: La FFyH, por medio de sus Docentes (cualquiera de los integrantes del cuerpo de la Cátedra en cuestión, léase Profesor Titular, Adjunto, Jefe de Trabajos Prácticos), asistirá a los Alumnos en los Establecimientos del SPC, dentro del Área Correspondiente a la Sección Educación de la Unidad N° 2, Gral. San Martín, Córdoba Capital, a donde deberán ser trasladados los internos que no pertenezcan a la misma, para recibir las tutorías y rendir Examen.

SILVIA ESCAROT
Secretaría de Coordinación

UNIVERSIDAD NACIONAL DE CORDOBA
Facultad de Filosofía y Humanidades

CLAUSULA OCTAVA : El SPC permitirá y arbitrará los medios para que los alumnos internos en sus unidades mantengan entre sí encuentros, con una frecuencia no menor a dos por semana, a los fines de estudio conjunto para posibilitar un mayor rendimiento académico. Asimismo implementará un sistema de monitoreo que consistirá en que, aquellos alumnos que hayan aprobado una materia, brinden ayuda pedagógica a los alumnos que deban rendirlas.

CLAUSULA NOVENA: La FFyH prestará un mínimo de tres tutorías antes de cada examen. Asimismo, por medio de su servicio de Publicaciones, Centro de Estudiantes o establecimientos que vendan apuntes en el predio de la FFyH, proveerá material bibliográfico sin cargo a los fines de cubrir los Programas de las distintas materias impartidas. Finalmente los alumnos internos estarán eximidos del pago de la Contribución Voluntaria y del pago de cualquier documentación que requieran a la Institución.

CLAUSULA DECIMA: La FFyH-en forma conjunta con el Centro de Estudiantes- arbitrará los medios para solventar los gastos de traslado de Docentes que deban cumplir tareas en el SPC.

CLAUSULA DECIMO PRIMERA: El SPC evitará el traslado de internos (a menos que medie orden del Poder Judicial), a otras unidades carcelarias, mientras duren sus estudios.

CLAUSULA DECIMO SEGUNDA: Se evitará la requisa al Personal de la Universidad Nacional de Córdoba que preste servicios a los internos.

CLAUSULA DECIMO TERCERA: El SPC, en la medida de sus posibilidades, proveerá aulas, pizarrones y útiles necesarios para el estudio de los internos.

En la ciudad de Córdoba, a los días del mes de de 1999, se firman tres ejemplares de un mismo tenor y a un solo efecto.

SILVIA SCARAFIA
Secretaría de Coordinación General
Facultad de Filosofía y Humanidades
U.N.C.

GOBIERNO DE CORDOBA**- Ministerio de Justicia -****CONVENIO**

Entre el señor Ministro de Justicia de la Provincia de Córdoba, Dr. Carlos Julio Lascano (H), quien suscribe el presente "ad referendum" del Poder Ejecutivo Provincial, por una parte; y por la otra, la Facultad de Filosofía y Humanidades de la Universidad Nacional de Córdoba, en adelante F.F. y H., representada en este acto por la Decana, Dra. Silvia Carolina SCOTTO, acuerdan el presente convenio que se regirá por las siguientes cláusulas.

CLAUSULA PRIMERA: Las partes declaran su voluntad de iniciar una etapa de cooperación en el área de grado, extensión e investigación de temas de interés común para internos (procesados y condenados) alojados en Unidades del Servicio Penitenciario de la Provincia de Córdoba implementándose las acciones correspondientes a la Provincia a través de la Dirección General del Servicio Penitenciario, que deberá informar al Señor Ministro de Justicia al 30 de Diciembre de cada año, acerca de la ejecución del presente y de los resultados obtenidos.-

CLAUSULA SEGUNDA: Los internos (condenados y procesados) alojados en unidades del SPC sin ningún tipo de discriminación, podrán iniciar y/o completar los estudios universitarios objeto del presente convenio.

CLAUSULA TERCERA: Los estudios se referirán a carreras que permitan el cursado total de la carrera en condición de Libre, en esta F.F. y H. serán las carreras de Filosofía, Historia, Ciencias de la Educación, Letras Modernas y Clásicas y Psicología.

CLAUSULA CUARTA: Los que así lo deseen podrán hacer llegar por escrito su solicitud de inscripción, re inscripción o pase a la

Dr. CARLOS JULIO LASCANO
MINISTRO DE JUSTICIA
PROVINCIA DE CORDOBA

Universidad Nacional de Córdoba, por intermedio del encargado del Área de Estudios Universitarios del SPC.

CLAUSULA QUINTA: Se creará una Comisión Mixta ("F.F y H - SPC") que estará integrada por tres miembros, uno por quien designe el SPC, el Secretario de Asuntos Estudiantiles por la Facultad, y un Psicólogo de la misma Unidad Académica que preste apoyo especializado.

CLAUSULA SEXTA: Serán atribuciones de la Comisión: recibir las solicitudes de los internos; evaluar los méritos de los postulantes de acuerdo con los criterios académicos comunes a la inscripción y a los fijados por cada Escuela, establecer fechas de examen y conformar mesas para tales casos.

CLAUSULA SEPTIMA: La F.F. y H por medio de sus Docentes (cualquiera de los integrantes del Cuerpo de la Cátedra en cuestión, léase Profesor Titular, Adjunto, Jefe de Trabajos Prácticos), asistirá a los alumnos del Establecimiento Penitenciario Numero 2, Penitenciaría Córdoba Capital dentro del Área correspondiente a la Sección Educación, a donde deberán ser trasladados los internos que no pertenezcan a la misma, para recibir las tutorías y rendir examen.

CLAUSULA OCTAVA: El SPC permitirá y arbitrará los medios para que los alumnos internos de un mismo establecimiento mantengan entre sí encuentros con una frecuencia no menor a dos semanas, a los fines de estudio conjunto para posibilitar un mayor rendimiento académico.

Asimismo implementará un sistema de monitoreo que consistirá en que aquellos alumnos que hayan aprobado una materia, brinden ayuda pedagógica a los alumnos que deban rendirlas.

CLAUSULA NOVENA: La F.F. y H prestará un mínimo de tres tutorías antes de cada examen. Asimismo, por medio de su servicio de publicaciones, Centro de Estudiantes o establecimientos que vendan apuntes en el predio de la F.F. y H, proveerá material bibliográfico sin cargo a los fines de cubrir los Programas de las distintas materias impartidas. Finalmente los alumnos internos estarán eximidos del pago de la Contribución Voluntaria y del pago de cualquier documentación que requieran a la institución.

DI. CARLOS JULIO LASCANO
MINISTRO DE JUSTICIA
PROVINCIA DE CORDOBA

24

CLAUSULA DECIMA: La F.F. y II en forma conjunta con el Centro de Estudiantes arbitrará los medios para solventar los gastos de traslado de Docentes, que deban cumplir tareas en el SPC.

CLAUSULA DECIMO PRIMERA: El SPC evitará el traslado a otras unidades carcelarias de internos mientras duren sus estudios salvo justificadas razones de seguridad.

CLAUSULA DECIMO SEGUNDA: La requisa al Personal de la Universidad Nacional de Córdoba que preste servicios a los internos será de las mismas características del que se realiza al personal del SPC.

CLAUSULA DECIMO TERCERA: El SPC en las medidas de sus posibilidades proveerá aulas, pizarrones, y útiles necesarios para el estudio de los internos.

Previa conformidad y a tal efecto se firman
mismo tenor, en la ciudad de Córdoba a los
de Noviembre de 1999.-

ejemplares del
días del mes

Dr. CARLOS JULIO LASCANO
MINISTRO DE JUSTICIA
PROVINCIA DE CORDOBA

Dra. SILVIA CAROLINA SCOTTO
SECRETARIA
Escuela de Filosofía y Humanidades

Universidad Nacional
EXP-UNC: 0024047/2011 de
Córdoba
República Argentina

Córdoba, 31 MAY 2011

VISTO:

El proyecto de Convenio que corre a fojas 2/3 y que en forma conjunta las Secretarías de Asuntos Académicos y de Extensión Universitaria proponen suscribir con el Ministerio de Justicia de la Provincia de Córdoba; y

CONSIDERANDO:

Que el referido acuerdo tiene por finalidad 1) profundizar y ejecutar acciones de cooperación entre las partes conducentes a posibilitar a personas alojadas en los diferentes establecimientos penitenciarios dependientes del Servicio Penitenciario de Córdoba la realización de estudios en esta Casa y 2) promover e impulsar actividades de extensión e investigación vinculadas con los derechos humanos;

Que desde lo económico-financiero la Secretaría de Planificación y Gestión Institucional no formula observación alguna al texto propuesto;

Que la Dirección de Asuntos Jurídicos a fojas 7 ha emitido dictamen favorable sobre el convenio en cuestión (N° 47.440);

Por ello, y teniendo en cuenta las previsiones de las Resoluciones HCS 344/99 y 458/03,

LA Rectora de la Universidad Nacional de Córdoba

RESUELVE:

ARTÍCULO 1°.- Aprobar el Convenio obrante a fojas 2/3 y que en fotocopia integra el cuerpo de la presente, a celebrar entre la Universidad Nacional de Córdoba y el Ministerio de Justicia de la Provincia de Córdoba a los fines de que se trata y suscribirlo.

ARTÍCULO 2°.- Instruir a las Secretarías de Asuntos Académicos y de Extensión Universitaria a fin de que, previo a perfeccionar el correspondiente instrumento, se dé cumplimiento a lo señalado por la Dirección de Asuntos Jurídicos en el cuarto párrafo de su Dictamen 47.440.

ARTÍCULO 3°.- Comuníquese y dése cuenta al H. Consejo Superior.

Mgter. JHON BARETTO
SECRETARIO GENERAL
UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA

Dra. SILVIA CAROLINA SCOTTO
RECTORA
UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA

RESOLUCIÓN N°: 1182

a su vez, deberán acordar modalidades de implementación con el Servicio Penitenciario de Córdoba. El desarrollo de estas actividades se enmarca en el valor asignado a la promoción y protección de los Derechos Humanos.-----

NOVENA: La requisa al personal de la Universidad Nacional de Córdoba, docentes, auxiliares docentes, adscriptos y alumnos, que presten servicios educativos a los internos/as será de las mismas características de la que se realiza al personal del Servicio Penitenciario Córdoba-----

DECIMA: Se creará una comisión mixta (integrada por un representante de rectorado de la UNC, un representante de cada carrera involucrada en el convenio, un profesional representante del Servicio Penitenciario y un representante de Asuntos Estudiantiles) encargados de supervisar el proceso y evaluar el aprovechamiento de los estudios de los internos/as-----

UNDECIMA: Este convenio entrará en vigencia a partir de la ratificación del mismo, y tendrá una duración de tres años, prorrogándose automáticamente por tres años más, salvo manifestación en contrario de las partes, expresada, con una anticipación de 30 días antes de la fecha de su finalización -----

En prueba de conformidad con las cláusulas precedentes se formaliza el presente Convenio en tres ejemplares de igual tenor y a un mismo efecto, en la ciudad de Córdoba a los ...días del mes de.....2011.-

Reglamento interno PUC

Universidad Nacional

de

Córdoba

Expte. 12-02-25805.-

República Argentina

VISTO las presentes actuaciones en las que la señora Decana de la Facultad de Filosofía y Humanidades a través de su Resolución Ad referéndum del H. Consejo Directivo N° 761/03, aprueba el Texto Ordenado del Reglamento Interno del Programa Universitario en la Cárcel (PUC) y las modificaciones introducidas a los arts. 2°, 18° y 19°, obrante en el Anexo de fojas 31 a 34 de la citada Resolución; atento las observaciones formuladas por la Secretaría de Asuntos Académicos a fojas 19, por la Secretaría de Administración a fojas 20 y lo dictaminado por la Dirección de Asuntos Jurídicos a fojas 27/27 vta. bajo el N°28901; teniendo en cuenta lo aconsejado por las Comisiones de Vigilancia y Reglamento y de Enseñanza,

EL H. CONSEJO SUPERIOR DE LA
UNIVERSIDAD NACIONAL DE CORDOBA

R E S U E L V E :

ARTICULO 1 .- Hacer lugar a lo solicitado por la Decana de la Facultad de Filosofía y Humanidades en su Resolución Ad referéndum del H.C.Directivo N° 761/03, a fojas 29/30, que se anexa a la presente y, en consecuencia, aprobar el Texto Ordenado del Reglamento Interno del Programa Universitario en la Cárcel (PUC) y las modificaciones introducidas a los arts. 2°, 18° y 19°, obrante a fojas 31 a 34 y que forman parte integrante de la presente.

ARTICULO 2 .- Comuníquese y pase para su conocimiento y efectos a la Facultad de origen.-

DADA EN LA SALA DE SESIONES DEL H. CONSEJO SUPERIOR A LOS VEINTITRES DÍAS DEL MES DE SETIEMBRE DE DOS MIL TRES.-

PROF. DR. NICTOR GABRIEL LAVELLA
SECRETARIO GENERAL
UNIVERSIDAD NACIONAL DE CORDOBA

PROF. DR. AG. DANIEL E. DI GIUSTO
VICERRECTOR
UNIVERSIDAD NACIONAL DE CORDOBA

385

UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA
Facultad de Filosofía y Humanidades

Expediente 12/02/25805

VISTO:

El Reglamento Interno del Programa Universitario en la Cárcel (PUC), aprobado por Resolución N° 513/03 del H. Consejo Directivo; y

CONSIDERANDO:

Que previo al tratamiento para su aprobación por el H. Consejo Superior, la Secretaría de Asuntos Académicos de la Universidad Nacional de Córdoba advierte, sobre dicho reglamento, dos errores materiales en los artículos 2° y 19°, y propone asimismo que se adecue correctamente el artículo 18° a las disposiciones dadas por esa Secretaría para los ingresantes mayores de 25 años con secundario incompleto;

Que para todos los fines se hace necesario aprobar las modificaciones correspondientes a los citados artículos y, consecuentemente, aprobar un Texto Ordenado del Reglamento Interno del PUC;

Que la Comisión de Vigilancia y Reglamento del H. Consejo Directivo, en reunión del día de la fecha, ha dado su consentimiento para que se dicte una resolución decanal (*ad referendum* de ese H. Cuerpo);

por ello,

LA DECANA DE LA FACULTAD DE FILOSOFIA Y HUMANIDADES
(*ad referendum* del H. Consejo Directivo)

RESUELVE:

ARTICULO 1° APROBAR la modificaciones introducidas a los artículos 2°, 18° y 19 del Reglamento Interno del Programa Universitario en la Cárcel (PUC), los que quedarán redactados de la siguiente manera:

“Art. 2: La Facultad de Filosofía y Humanidades (en adelante FFyH), en cooperación con el Servicio Penitenciario Córdoba (en adelante SPC), desarrollará actividades de Docencia, Investigación y Extensión en el marco del convenio suscripto con el Ministerio de Justicia de la Provincia de Córdoba, autorizado por Resoluc. N° 278/99 del H. Consejo Superior (en adelante HCS).”

“Art. 18: Los alumnos que ingresen a las carreras de la Facultad por el Régimen de Mayores de 25 años con secundario incompleto se inscribirán y rendirán la prueba de competencias generales, según lo establecido por la Secretaría de Asuntos Académicos de la UNC.”

LIC. SOFIA ACUÑA
Secretaría Académica
Facultad de Filosofía y Humanidades

UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA
Facultad de Filosofía y Humanidades

(2)

Expediente 12/03/25805

"Art. 19: El examen de competencias generales para los alumnos inscriptos bajo el Régimen mencionado en el art. 15 se realizará en el establecimiento donde se encuentre alojado el aspirante y contará con la presencia de, al menos, un miembro de la Comisión Mixta del PUC."

ARTICULO 2º APROBAR el Texto Ordenado del Reglamento Interno del Programa Universitario en la Cárcel que como anexo único forma parte de la presente.

ARTICULO 3º Protocolícese, elevese a la autoridad superior para su aprobación, comuníquese y archívese.

Córdoba, 05 de agosto de 2003.-

RESOLUCION N°: 761

rep.

LIC. SOFIA ACUÑA
Secretaría Académica
Facultad de Filosofía y Humanidades

Dra. SILVIA CAROLINA SCOTTI
Secretaria
Facultad de Filosofía y Humanidades

UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA
Facultad de Filosofía y Humanidades

Expediente 12/02/25805

Resolución Decanal No. 761/03 (*ad referendum* del H. Consejo Directivo)

-ANEXO-

Texto Ordenado

PROGRAMA UNIVERSITARIO EN LA CARCEL

REGLAMENTO INTERNO

I.- CONSIDERACIONES GENERALES:

Art. 1: El Programa Universitario en la Cárcel (en adelante PUC) es la propuesta de formación de grado, extensión e investigación que ofrece la Facultad de Filosofía y Humanidades a los internos procesados-condenados residentes en los establecimientos penitenciarios de la Provincia de Córdoba.

Art. 2: La Facultad de Filosofía y Humanidades (en adelante FFyH), en cooperación con el Servicio Penitenciario Córdoba (en adelante SPC), desarrollará actividades de Docencia, Investigación y Extensión en el marco del convenio suscripto con el Ministerio de Justicia de la Provincia de Córdoba, autorizado por Resolución N° 278/99 del H. Consejo Superior (en adelante HCS).

Art. 3: Las actividades de docencia, investigación y extensión desarrolladas en el marco del PUC se ajustarán a las reglamentaciones vigentes en la Universidad Nacional de Córdoba (en adelante UNC) y en la FFyH y a los Convenios que se suscriban con las autoridades competentes.

Art. 4: Los internos -procesados y condenados- alojados en las dependencias del SPC podrán iniciar y/o continuar sus estudios universitarios en las carreras que se dicten en la Facultad y que acuerden implementarlas, si las características de cursado se adecuaran a las condiciones del Programa.

Art. 5: Las actividades desarrolladas en el marco del PUC serán evaluadas y coordinadas por la Comisión Mixta FFyH-SPC, con la aprobación del H. Consejo Directivo (en adelante HCD) en los casos que correspondiere.

II.- DE LOS OBJETIVOS DEL PROGRAMA

Art. 6: Son objetivos generales del PUC:

- a) Desarrollar estrategias educativas que permitan a internos - procesados y condenados - alojados en el Servicio Penitenciario Córdoba (SPC) iniciar o completar estudios universitarios

Lic. SOFIA ACUÑA
Secretaría Académica
Facultad de Filosofía y Humanidades

UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA
Facultad de Filosofía y Humanidades

(3)

Expediente 12/02/25805

Art. 12: Las tutorías presenciales se desarrollarán en el establecimiento Penitenciario donde se encuentren alojados los alumnos, en un aula que reúna las condiciones necesarias para dicha actividad.

Art. 13: A los fines de garantizar el proceso de transmisión del conocimiento en la relación docente-alumno sólo podrán estar presentes los actores involucrados en el mismo.

Art. 14: La Facultad proveerá a los alumnos el material bibliográfico necesario para el estudio de las materias a rendir.

IV.- DEL RÉGIMEN DE ALUMNOS

Art. 15: Los alumnos internos rendirán las materias de sus carreras en condición de libre, de acuerdo con las reglamentaciones vigentes en la FFyH.

Art. 16: Las inscripciones para el ingreso a las carreras ofrecidas por el PUC se recibirán todos los años en las fechas establecidas por la Facultad para este fin. Los internos harán llegar su solicitud de inscripción a la Comisión Mixta a través del representante del SPC en la misma.

Art. 17: La documentación requerida para la inscripción definitiva de los alumnos en la FFyH será receptada dentro de los plazos establecidos para tal fin por el HCS.

Art. 18: Los alumnos que ingresen a las carreras de la Facultad por el Régimen de Mayores de 25 años con secundario incompleto se inscribirán y rendirán la prueba de competencias generales, según lo establecido por la Secretaría de Asuntos Académicos de la UNC.

Art. 19: El examen de competencias generales para los alumnos inscriptos bajo el Régimen mencionado en el art. 15 se realizará en el establecimiento donde se encuentre alojado el aspirante y contará con la presencia de, al menos, un miembro de la Comisión Mixta del PUC.

Art. 20: La Libreta de Trabajos Prácticos podrá ser proveída de manera gratuita previa solicitud fundamentada; en ese caso la Facultad gestionará su entrega ante la Secretaría de Asuntos Estudiantiles de la UNC.

Art. 21: Los alumnos del PUC podrán colaborar en el trabajo tutorial en una materia luego de haberla aprobado con una calificación igual o superior a los siete puntos mediante la aceptación por nota del titular o encargado de la misma, siendo certificada por la Facultad su tarea en el año o semestre correspondiente.

LIC. SOFIA ACUÑA
Secretaría de Asuntos Estudiantiles
Facultad de Filosofía y Humanidades

UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA

Facultad de Filosofía y Humanidades

(5)

Expediente 12/02/25805

IX- DE LA COMISIÓN MIXTA

Art. 30: La Comisión Mixta del PUC será presidida por el Vice-Decano y un Coordinador General. Estará integrada por un representante del cuerpo docente que participe en el dictado de materias de grado, actividades de extensión o de investigación en el Programa, un representante de los ayudantes- alumnos de materias que se dictan en el Programa y por el Secretario de Asuntos Estudiantiles.

Art. 31: Los miembros de la Comisión Mixta durarán en sus funciones dos años - pudiendo ser renovada su designación- o mientras dure su función en el cargo para el caso del Vice-Decano y del Secretario de Asuntos Estudiantiles.

Art. 32: En las convocatorias para Ayudantes- Alumnos de materias que participen en el PUC, las cátedras deberán contemplar la posibilidad de que algunos de los seleccionados colabore con el trabajo tutorial en el PUC, debiendo dejarlo expresamente indicado en el momento de la designación.

Art. 33: Serán funciones de la Comisión Mixta:

- Establecer los criterios generales para la organización y funcionamiento del Programa.
- Elaborar el cronograma de actividades de docencia, investigación y extensión.
- Evaluar la marcha de las actividades según el cronograma pautado.
- Elaborar estrategias para la superación de dificultades y propuestas de trabajo que resulten de interés para el desarrollo del programa y la producción de conocimiento en torno a él.
- Proponer pautas generales para la elaboración de instrumentos didácticos adecuados a las modalidades de las tutorías.

IX. 1- De los integrantes de la Comisión Mixta

Art. 34: El Coordinador General del Programa deberá ser profesor de la Facultad, elegido por una Comisión ad hoc de especialistas la que contará entre sus miembros con el vice-decano, en base a una selección de antecedentes, propuesta programática y entrevista.

Art. 35: El representante docente será elegido por la Coordinación del Programa entre el cuerpo docente vinculado al PUC, según los objetivos y líneas de acción propuestas por la Coordinación.

L. C. SOFIA ACUÑA
Secretaría Académica
Facultad de Filosofía y Humanidades

UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA

Facultad de Filosofía y Humanidades

Expediente 12/02/25805

(7)

Art. 40.- Serán funciones del representante de los ayudantes- alumnos:

- a) colaborar en la recopilación y distribución de la bibliografía necesaria para el desarrollo de las materias del Programa
- b) canalizar las demandas de los alumnos-internos relativas al desarrollo de las tutorías
- c) apoyar las actividades educativas que se realicen dentro o fuera de los establecimientos penitenciarios, aprobadas por la Comisión Mixta.

Art. 41.- Serán funciones del Secretario de Asuntos Estudiantiles:

- a) Difundir entre los internos del SPC la oferta académica de la Facultad, tanto lo que se refiere al grado como a actividades de extensión e investigación
- b) Brindar Información a los alumnos- internos acerca de los planes de estudio de las diferentes carreras y del sistema organizativo general de la Facultad y de la Universidad
- c) Gestionar, previa solicitud fundamentada, la eximición del pago de certificaciones y tasas en los casos previstos en el presente Reglamento.

IX. 3- De su Funcionamiento

Art. 42: La Comisión Mixta se reunirá como mínimo una vez al mes, sin perjuicio de que sus miembros puedan acordar una periodicidad mayor si las circunstancias lo requirieran.

Art. 43: El PUC contará con el apoyo de personal técnico-administrativo quien estará a cargo de las tareas de funcionamiento cotidiano del Programa: relación con los tutores y el SPC para pautar los horarios de tutorías y otras actividades, recopilación del material bibliográfico, confección de legajos de los estudiantes en colaboración con el Despacho de Alumnos, matriculación e inscripción a exámenes y otras actividades que resulten necesarias para el funcionamiento del PUC.

X.- DE LA FINANCIACIÓN

Art. 44: Los recursos para el PUC que fueran aportados por la UNC, la FFyH, el Gobierno de la Provincia de Córdoba u otras instituciones, serán destinados al sostenimiento de las actividades aprobadas por la Comisión Mixta y a la remuneración del personal afectado al funcionamiento del Programa.

Art. 45- Cualquier cuestión no prevista en el presente Reglamento será resuelta en última instancia por el HCD de la Facultad de Filosofía y Humanidades.

LIC. SOFIA ACUÑA
Secretaría Académica
Facultad de Filosofía y Humanidades

UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA
Facultad de Filosofía y Humanidades

EXP-UNC: 0025027/2009

VISTO:

La nota elevada por el Vicedecanato de la Facultad -en representación del Programa Universidad en la Cárcel (PUC)-, en la que solicita la extensión del dictado de la Carrera de Historia en el Complejo Carcelario N° 1 y el Establecimiento Penitenciario N° 3 para mujeres, ambos en Bower; y

CONSIDERANDO:

Que la propuesta del dictado de la carrera de Historia surge en el marco del PUC bajo las cláusulas de un Convenio Marco establecido entre el Ministerio de Justicia y la Universidad Nacional de Córdoba (Facultad de Filosofía y Humanidades);

Que la demanda que expresa el Servicio Penitenciario de la Provincia de Córdoba (SPC) solicita se considere la posibilidad de hacer extensiva la Carrera de Historia en el Complejo Carcelario en Bower;

Que la misma se origina a partir del interés de algunos internos del Complejo carcelario en participar de actividades académicas;

Que la Escuela de Historia a través de su Consejo de Escuela y Director aprueba la propuesta de extensión de actividades en el Complejo Carcelario de Bower;

Que en el ámbito de la Comisión Mixta se establecieron los acuerdos y compromisos como requisitos para posibilitar el dictado de la Carrera de Historia;

Que la extensión de la carrera de Historia hacia el Complejo Carcelario N° 1 y el Establecimiento Penitenciario N° 3 para mujeres, ambos en Bower supone una importante y decisiva voluntad de las autoridades de esta Facultad, de la Escuela de Historia y de docentes de la misma, al comprender que una oferta más amplia para la formación superior de ciudadanos internos es parte de las tareas de la Universidad con la sociedad;

Que el Servicio Penitenciario de Córdoba acuerda la voluntad de ofrecer condiciones necesarias para la implementación de la carrera, comprometiéndose a posibilitar móviles para el traslado de los equipos docentes, brindar acceso a comunicación educativa vía computadora para los internos y garantizar condiciones para que puedan acceder a las actividades de la carrera de Historia a mujeres y jóvenes;

Que en sesión del día de la fecha se aprobó por unanimidad el despacho de la Comisión de Enseñanza;

**EL HONORABLE CONSEJO DIRECTIVO de la
FACULTAD DE FILOSOFÍA Y HUMANIDADES**

RESUELVE:

ARTICULO 1°. AUTORIZAR el desarrollo de actividades educativas de Tutorías y toma de exámenes en el Complejo Carcelario N° 1 y el Establecimiento Penitenciario N° 3 para mujeres, ambos en Bower dirigido a los internos que se inscriban en la carrera de Historia.

ARTICULO 2°. DISPONER que la efectiva implementación de esas actividades estará supeditada al cumplimiento de los compromisos asumidos por el Servicio Penitenciario de Córdoba y que constan en los considerandos.

Dr. LUIS SALVATICO
 SECRETARÍA DE COORDINACIÓN GENERAL
 FACULTAD DE FILOSOFÍA Y HUMANIDADES

UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA
Facultad de Filosofía y Humanidades

EXP-UNC: 0025027/2009

ARTICULO 3º. Comuníquese y archívese.

DADA EN LA SALA DE SESIONES DEL HONORABLE CONSEJO DIRECTIVO DEL LA FACULTAD DE FILOSOFIA Y HUMANIDADES DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE CORDOBA DOS DIAS DEL MES DE NOVIEMBRE DE DOS MIL NUEVE.

RESOLUCION N°. **557.**

III

 Dr. LUIS SALVATICO
 SECRETARIO DE COORDINACION GENERAL
 FACULTAD DE FILOSOFIA Y HUMANIDADES

 Dra. GLORIA E. EDELSTEIN
 DECANA
 Facultad de Filosofía y Humanidades

G. RELATO DE CAMPO – CAMPUS AVANÇADO DA UEPB EM SERROTÃO

A visita ao Campus Avançado da UEPB “Dom José Maria Pires” no Complexo prisional de Serrotão, em Campina Grande, ocorreu no período de 19 a 25/05/2016, após mediação de contatos do professor Timothy Ireland, da UFPB, com a coordenadora do Campus, prof^a Maria Aparecida Carneiro (professora do curso de Serviço Social da Universidade), que me recebeu para conversar e apresentar as atividades do Campus, juntamente com a assessora prof^a Maria Lindaci Gomes de Souza e o técnico-administrativo Abraão Bruno Morais – que são, basicamente, os funcionários da UEPB que fazem a gestão do Campus Avançado.

Na semana em que estive em Campina Grande pude ouvir relatos da coordenadora, alunos bolsistas participantes das atividades do Campus, visitar o espaço do Campus, na UEPB, na unidade feminina e masculina do Complexo, e presenciar algumas atividades realizadas por professores e alunos da UEPB no Campus.

No dia 19/05 pela manhã fui até o Campus da UEPB, no prédio da reitoria, onde há uma sala destinada à equipe gestora do Campus avançado. Encontrei-me com Maria Aparecida, Maria Lindaci e também um aluno do curso de filosofia da Universidade, que estava no momento recebendo algumas orientações das professoras – ele leciona no curso preparatório “Pró-Enem” nas unidades prisionais, que oferta aulas ao longo de todo ano para a população prisional local de terça a sexta-feira (um projeto maior da UEPB junto à comunidade local que existe há cerca de 15 anos, anteriormente chamado de “Pré-vestibular solidário”, que atende alunos egressos da rede pública, por meio de aulas realizadas por licenciandos da UEPB), e seguimos juntos para Serrotão.

No trajeto até o Complexo prisional – um grande terreno, que fica na parte alta da cidade de Campina Grande, onde se localiza uma unidade masculina e uma feminina, as professoras foram relatando aspectos da história do Campus. Segundo a coordenadora, alguns também denominam o Campus avançado de “Campus 9 da UEPB”²¹¹. Ele conta com estrutura física tanto na unidade masculina (que tem cerca de 900 presos distribuídos em 9 pavilhões) quanto na feminina (aproximadamente 80 presas) e contempla atividades de ensino, pesquisa e extensão. Porém, ainda é um desafio a oferta de ensino superior, dadas as questões de acesso por meio de processo seletivo/vestibular, demanda por diferentes cursos, insuficiente número de possíveis alunos aprovados no Enem para formar turma e logística de aulas nas unidades prisionais.

²¹¹ A lista de todos os campi da UEPB pode ser consultada no portal: <http://www.uepb.edu.br/>

Sobre a história do Campus, a coordenadora relatou que sua criação se baseou em uma pesquisa realizada em 2012 por uma professora da Universidade (atualmente da UFAL) sobre escolaridade da população prisional da região, e contou com a iniciativa da reitora à época, Marlene Alves, em parceria com a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado da Paraíba (SEAP). A construção do Campus teve início em junho de 2011 e foi inaugurado em agosto de 2013, criado pela Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) da UEPB nº 53/2011 – inclusive contou com mão-de-obra da população prisional local e apoio de empresas. Maria Aparecida e Lindaci, por terem experiência de atuação de cerca de 10 anos na Pró-reitoria de extensão da UEPB foram convidadas a coordenarem o Campus e permanecem até então.

Aos poucos as atividades foram sendo implantadas e hoje conta com a equipe citada, além de alunos de graduação bolsistas de extensão, uma advogada remunerada pela UEPB para realizar assistência jurídica nas unidades masculina e feminina, no Campus, e estagiários de prática jurídica, bem como monitores presos (nas oficinas de extensão e na organização e manutenção do espaço nas unidades).

Fui à reitoria da UEPB, na sala da coordenação do campus, em três momentos, para conhecer e obter informações sobre o campus e pude visitar a unidade prisional masculina e a feminina em duas oportunidades, com acompanhamento das professoras coordenadoras do Campus, a fim de conhecer a estrutura e acompanhar algumas atividades – como oficina de música, de qualidade de vida, atendimento jurídico e oficina de leitura – que relatarei brevemente.

No primeiro dia de visita, chegando no “Presídio Feminino de Campina Grande”, no Complexo prisional, onde permanecemos cerca de 2 horas, fomos recebidas pela diretora da unidade. Pude conhecer a estrutura física da UEPB instalada na unidade, que conta com uma brinquedoteca, 2 salas de aula, berçário, quartos para visita íntima, sala de atendimento odontológico, espaço multiuso, sala administrativa e para atendimento jurídico. A unidade conta com um pavilhão destinado a presas grávidas e com bebês no período da amamentação. A imagem, a seguir, apresenta a fachada do prédio da UEPB na unidade feminina.

Fonte <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/02/campus-avancado-da-uepb-no-serrotao-atende-mais-de-100-detentos.html> Acesso em 10/07/2016.

Na visita, no contato com as presas, as diretoras da unidade e as professoras da UEPB pude perceber que há uma valorização de todos em relação ao espaço construído, cuidado e uma preocupação de que as atividades tenham continuidade. Apesar disso, no primeiro momento que estivemos lá não havia atividades ocorrendo no local. Percebi que o espaço é utilizado pontualmente no momento das oficinas e aulas, não havendo circulação de presas e uso do local em outros momentos. A coordenação comentou que está presente semanalmente nas unidades prisionais em que a UEPB atua para acompanhar o funcionamento do campus avançado e realizar as articulações necessárias com os gestores.

Dentre as ações desenvolvidas no Campus, a coordenadora relatou maior ênfase nos projetos de extensão e aulas do Pró-Enem, destacando que o próximo passo será a oferta de cursos de graduação – ainda em estudo de como implementar, pelas dificuldades de formar turma de alunos aprovados no processo seletivo de ingresso na Universidade.

Além disso, nas salas da UEPB, instaladas no Presídio, ocorrem também aulas de Educação Básica – Educação de Jovens e Adultos (EJA), ofertadas pela Secretaria da Educação do Estado, que já eram desenvolvidas na unidade antes do Campus ser construído. Com a chegada do Campus, as aulas passaram a ocorrer no seu espaço, melhor estruturado, e a UEPB não interfere em seu funcionamento.

Em relação aos projetos de extensão, a coordenadora informou que são elaborados por professores da UEPB interessados em desenvolver alguma ação extensionista com a população prisional. Os projetos passam por uma avaliação pela Pró-reitoria de extensão e os aprovados podem obter bolsas para seu desenvolvimento por parte dos professores e alunos. Ela informou que nos projetos desenvolvidos naquele momento, todos os alunos da UEPB participantes recebem bolsa e transporte para a atuação.

Sobre como a população presa é chamada a participar, a coordenadora informou que costumam articular com a unidade prisional esse aspecto, mas, em geral, a própria gestão da unidade acaba selecionando quem irá participar, de acordo com o comportamento dentro da unidade. Todos os projetos possibilitam a remição de pena por atividades educacionais, segundo informou a coordenadora, em articulação com o juízo da execução penal local. No momento da visita, ela informou que estava em negociação a remição de pena pela leitura, diante de oficina de leitura e resenha realizada na unidade masculina.

Citando as ações, ela relatou as seguintes:

- **Projeto de lazer, saúde e qualidade de vida no Presídio feminino:** desenvolvido por professores da área de Educação Física da Universidade, que conta com alunos com bolsa de iniciação científica e de extensão. Envolve o tripé da universidade, desenvolvendo, inclusive, estágios com estudantes de graduação, pesquisas e publicação de artigos acadêmicos com relatos das práticas. As atividades consistem em oficinas e ocorrem duas vezes por semana. Pude acompanhar uma oficina, com dança e alongamento, que teve duração de aproximadamente uma hora, ocorreu no espaço multiuso e que contou com 2 estagiárias – alunas do curso de Educação Física, além da participação de 3 professoras da UEPB, com 8 presas. As professoras relataram dificuldades em manter um grupo de participantes assíduo, por questões internas à unidade prisional, priorização de outras atividades e rotatividade das internas. De todo modo, consideram que é um projeto consolidado, no âmbito do campus, que tem presas com interesse permanente e apoio da unidade.
- **Cinema – Cineclube Fênix:** desenvolvido pela professora Lindaci, assessora do Campus, conta com uma proposta pedagógica pautada no diálogo com as presas a partir de filmes e ludicidade, destacando a importância da arte e da imagem. A proposta é que seja semanal, nas unidades masculina e feminina, e a ideia é que os filmes abordem temas como preconceitos, estigmas, histórias de vida, e que as presas possam registrar suas percepções.

- **Projeto de música:** realizado duas vezes por semana, com oficinas quinzenais de flauta doce no Presídio feminino. A oficina visa destacar a importância da música e da arte na sociedade, por meio da educação musical. O professor de flauta é um estudante de história da UEPB, Ivanildo Paulino, que aborda o projeto em seu trabalho de conclusão de curso²¹². Pude acompanhar uma oficina, dia 25/05, que contou com a participação de 3 presas. O professor comentou que as oficinas começaram no mês de março de 2016 e que ele recebe bolsa de extensão. A ideia é expandir as oficinas também para o presídio masculino. Na aula, ocorrida na sala do campus avançado da UEPB, as presas utilizaram materiais de estudo de música, que ficam armazenados na própria sala, além de flautas individuais, que foram doadas para o projeto. Segundo o professor, a lista de inscritas totaliza 10 presas, mas ocorreram desistências e, no momento, são 5 inscritas. A ideia que teve foi contar com o apoio de uma presa como monitora para estimular. Na aula, as atividades contemplaram retomada de conteúdos anteriores, como melodia e harmonia, leitura de partituras, alfabetização musical, percepção da música como linguagem e música regional nordestina. O professor fez diversas relações dos conteúdos de música com história e matemática e ressaltou às presas aspectos sobre o tempo de aprendizagem de cada pessoa. Conversando com o professor, após a oficina, ele comentou que um dificultador é que a prática da flauta ocorre somente no momento da oficina, pois as presas não podem levar as flautas para o pavilhão/celas, o que, acredita, desestimula a participação delas, pois sempre é preciso retomar. Pude conversar também com as presas sobre a oficina e as atividades do campus. Todas relataram a importância do espaço e da presença da universidade, como algo que traz novos conhecimentos e perspectivas futuras. Uma delas disse, sobre a oficina em específico: “nunca imaginei sentir coisas tão boas com a música. Fico tranquila, vem dentro de mim”.
- **Pró-Enem:** aulas preparatórias para a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em todas as áreas do conhecimento, que ocorrem de terça a sexta-feira, nas unidades masculina e feminina, e são realizadas por alunos bolsistas das licenciaturas da UEPB. Os esforços, segundo a coordenadora, são para contribuir na elevação de escolaridade e implantação de cursos de graduação. Nesse ponto, ela citou que tem estudado, com a reitoria, a ideia de implantar um curso tecnólogo superior em

²¹² A esse respeito, tomamos ciência da publicação do trabalho no portal da UEPB denominado “Reedutocando nas tessituras da educação musical: experiência no Presídio Regional Feminino (Campina Grande – PB)”. Fonte: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/14072> Acesso em 29/08/2017.

gastronomia (com duração de dois anos – tempo menor que um curso de graduação), mas comentou que ainda não há algo concreto. Sobre esse contexto, a coordenadora salientou que Campina Grande é um polo importante de formação e tecnologia, contando com universidades federais, estaduais e institutos de formação profissional. A UEPB, por exemplo, possui um campus chamado “Lagoa Seca”, na área rural, com importante formação em agroecologia, que pode ser interessante no Complexo – que está situado em uma grande região verde da cidade. Uma possibilidade, segundo ela, é a articulação desse campus com o Avançado de Serrotão na implantação de cursos superiores.

- **Programa Saúde Prisional (PSP):** desenvolvido pelo governo estadual da Paraíba, fruto de parceria entre a SEAP e a Secretaria Estadual de Saúde. Consiste em atendimento médico e odontológico no espaço da UEPB, no complexo. Paralelamente, a Universidade mantém uma sala de atendimento bucal, na unidade feminina, com professores de odontologia, que desenvolvem projeto de extensão e de pesquisa (iniciação científica), no qual estudantes estagiários fazem diagnósticos e acompanhamento de cada presa. Há, ainda, um projeto de “sala de espera”, no âmbito do PSP, em que atuam estagiários supervisionados, com participação do curso de Serviço Social, para divulgação de informações, palestras e do próprio Campus Avançado. Com isso, o trabalho voltado à intervenção odontológica fica a cargo do Programa do Estado, em uma atuação conjunta.
- **Atendimento jurídico gratuito:** realizado por meio do núcleo de prática jurídica instalado, em prédio próprio, no presídio masculino, e em sala de atendimento no feminino, vinculado ao curso de Direito da UEPB, que seleciona estagiários e conta com uma advogada responsável pelos atendimentos contratada pelo Campus Avançado. No masculino, os atendimentos ocorrem duas vezes por semana e uma vez no feminino. No dia 23/05, na segunda visita à unidade masculina, pude acompanhar atendimentos no núcleo de práticas jurídicas do Campus pela advogada, juntamente com uma estagiária do curso de direito. Esse núcleo, constitui-se um projeto de extensão do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da UEPB, com atendimento gratuito para os presos, que visa dar informações sobre o andamento do processo, agilizá-lo. Antes de chegar ao presídio, encontrei a estagiária no prédio do CCJ e seguimos juntas, em transporte da UEPB, para o atendimento no presídio. Ela comentou a importância do estágio em sua formação, que impactou inclusive a sua prática como

pesquisadora (doutoranda em Sociologia, além de graduanda em Direito) na temática do sistema prisional. Na unidade, foram realizados, na sala destinada a advogados, 13 atendimentos individuais, nos quais a advogada e a estagiária pergunta a cada preso seu nome completo e se possui ou não advogado no processo e visita regular, realizando consulta virtual sobre o andamento do processo. Com isso, verifica-se o cálculo da pena existente para verificar a possibilidade de progressão de regime, para aberto ou semiaberto, por exemplo. Os presos atendidos, segundo a advogada e estagiária, são aqueles denominados “da casa”, que tem acesso à área verde da unidade, e onde estão situados o núcleo e o campus na unidade, pois considerados com bom comportamento e que trabalham em alguma atividade dentro da unidade (como horta, limpeza e cozinha). Aqueles presos que permanecem “na tranca” nos pavilhões, chamados “de baixo”, são atendimentos por agendamento. Esses dois grupos de presos são distinguidos, inclusive, por meio de uniformes com cores diferentes. A advogada, e os estagiários, mantém articulação com as varas criminais e de execução local para verificação do andamento dos processos dos atendidos.

- **Projeto “Leitura que transforma”:** realizado no presídio masculino, pela prof^a Lindaci, assessora do campus, que se constitui em rodas de leitura e conversa, realização de resenhas (visando a obtenção da remição de pena pela leitura), compartilhamento de leituras prévias pelos presos e proposta de escrita conjunta de um livro por 6 presos participantes. Segundo a professora, que realizou oficinas de leitura, a ideia é que seja publicado o livro como produto dessas oficinas e de algumas palestras que organizou sobre leitura. Na visita ao campus, pude presenciar o momento de realização de atividades afins à oficina, por parte dos presos participantes, que em roda faziam leituras individuais de livros e compartilhavam algumas percepções, assim como as ideias que estavam construindo para a publicação do livro, em um diálogo livre. Foi relatado que alguns textos, produzidos pelos presos, foram perdidos na unidade, o que estava demandando a retomada do projeto e da reconstrução do que havia sido escrito. Em notícia veiculada pela UEPB, o projeto conta, ainda, com livros doados pela comunidade²¹³.

Na visita à Campina Grande, como citei anteriormente, pude ir duas vezes ao Presídio masculino. No dia 19/05, no período da tarde, fui junto com a coordenadora, que me informou

²¹³ Fonte: <http://www.uepb.edu.br/campus-avancado-lanca-campanha-para-doacao-de-livros-para-bibliotecas-do-presidio-do-serrotao/> Acesso em 17/06/2016

que a unidade tem uma extensa área de 14 hectares, a princípio pensada para ser uma colônia agrícola. Ela informou que na unidade há uma cozinha própria com padaria e produção de pães para as demais unidades prisionais da cidade, além de horta.

A estrutura da UEPB nessa unidade conta com 6 salas de aula, sala de professores, sala de coordenação, auditório, salas para projetos (cinema e reciclagem), além do prédio do núcleo de práticas jurídicas, um escritório jurídico modelo (com sala de espera, três parlatórios, sala de apoio, banheiro, copa e outra sala para estagiários e advogada), que também faz parte do campus.

Há 1 monitor preso que dá suporte à gestão da coordenação do campus avançado, executando diversas atividades, como organização do espaço, apoio aos demais presos, organização das listas de presença das atividades para gerar remição e empréstimo de livros. Em conversa com o monitor, durante a visita, pude perceber que, pelo fato de estar há cerca de 10 anos preso na unidade, construiu uma relação de confiança com os diretores, e conta que a chegada da UEPB, há cerca de 3 anos, contribuiu para que pudesse realizar cursos, oficinas e trabalhar na manutenção dessas atividades, agregando novas perspectivas de atuação profissional para quando sair da unidade.

Ele contou, ainda, que há cerca de 100 presos participando das atividades promovidas pela UEPB e que os agentes de segurança permanecem no corredor do campus enquanto as atividades são desenvolvidas por professores ou estudantes bolsistas. Em cada atividade/oficina, em geral, há o máximo de 20 presos participando. As vezes não é possível realizar atividades por questões de segurança, mas especificamente no espaço da Universidade não há registro de incidentes.

Nas visitas percebi que o campus na unidade masculina é movimentado, diferentemente da feminina, talvez pela própria estrutura da unidade masculina ser maior, contando com outras atividades (como a padaria e a horta), que acabam tendo interface com as informações e ações promovidas pela universidade nesse espaço. Por exemplo, nas salas de aula do campus ocorrem oficinas de curso do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) urbano prisional, além de aulas da EJA, pela rede estadual.

Para a coordenadora do campus avançado, a presença da UEPB no complexo prisional tem demonstrado minimizar aspectos da violência nesse espaço, principalmente no caso da unidade masculina, que é superlotada. Para ela, a relação entre as pessoas, nesse espaço, está melhor e percebe o maior interesse das pessoas presas pela educação, em geral, principalmente estimulando a conclusão da educação básica. Esse aspecto pudemos perceber

pelo próprio uso do espaço do campus por outros atores – como é o caso de aulas de EJA, no presídio feminino, e de curso do Pronatec no masculino.

Ainda, ocorreram melhorias nas instalações da própria unidade prisional. Porém, lembrou a coordenadora que a estrutura da UEPB dentro das unidades prisionais é de gestão da Universidade e não da administração prisional. A SEAP tem apoiado a ação da UEPB e valorizado as iniciativas. Ela comentou que a organização de transporte com carros oficiais da UEPB é um aspecto importante para a manutenção das ações, além das bolsas para os estudantes participantes, que traz institucionalidade e maior reconhecimento pelas unidades prisionais na execução da parceria existente entre UEPB e SEAP. Segundo a coordenadora, há um Termo que formaliza essa parceria, porém não conseguimos localizar sua publicação ou obter acesso a ele. De acordo com informações publicadas em notícia pelo portal da UEPB²¹⁴, sobre o estabelecimento de convênio entre SEAP e UEPB, em abril de 2013, para funcionamento do campus avançado:

O convênio concede a Secretaria autorização e cessão de uso para construção, instalação e funcionamento do Campus Avançado. O convênio estabelece que a função da Secretaria será acompanhar e fiscalizar sua execução através da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SEAP). A UEPB terá como atribuição responsabilizar-se com a elaboração dos projetos e construção das instalações físicas, além de promover licitação, acompanhar, supervisionar a execução do projeto e implantar cursos nos três níveis de escolaridade, de acordo com o público alvo.

Também será responsabilidade da Instituição assumir a manutenção do Campus Avançado, com o corpo docente, pessoal técnico administrativo. O convênio terá vigência de dez anos, a partir de sua assinatura, podendo ser renovado por termo aditivo, em comum acordo entre as partes.

²¹⁴ Fonte: <http://www.uepb.edu.br/universidade-estadual-formaliza-convenio-para-funcionamento-de-campus-avancado/> Acesso em 22/06/2016.

Registros Iconográficos – Campus Avançado Serrotão no Presídio Masculino – Fonte: Arquivo pessoal